

tempopsicanalítico

52

Nº 2

TEMPO PSICANALÍTICO
52.2, 2020

Publicação da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle
Filiada a International Federation of Psychoanalytical Societies (IFPS)
Rua Visconde de Pirajá, 156, salas 307/310 - Ipanema - 22410-001 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.
Telefone: (21)2522-0032
E-mail: spid@unisis.com.br - Homepage: <http://www.spid.com.br>

EDITOR CIENTÍFICO
Pedro Sobrino Laureano

EDITORES ADJUNTOS:
Alexandra de Gouvêa Vianna
André Soares Pereira Avelar
Daniela Teixeira Dutra Viola
Eduardo Name Risk
Rodrigo Sanchez Peres
Véronique Donard

EDITORAS ASSISTENTES:
Eloísa Aparecida de Castro
Karin Yasmin Veloso Müller

COMISSÃO EXECUTIVA:
Adelina Helena de Freitas
José Durval C. Cavalcanti de Albuquerque

REVISÃO:
Sandra Felgueiras

DIAGRAMAÇÃO:
Marco Aurélio Costa Santiago

CONSELHO EDITORIAL
Ana Cleide Guedes Moreira - UFPA
Ângela Maria Resende Vorcaro - UFMG
Anna Carolina Lo Bianco - UFRJ
Antônio Márcio Ribeiro Teixeira - UFMG
Edilene Freire de Queiroz - UNICAP
Francisco Moacir de Melo Catunda Martins - UNB
Fuad Kyrillos Neto. UFSJ
Luiz Augusto Monnerat Celes - UNB
Luiz Eduardo Prado de Oliveira - Paris 7, França
Marco Antônio Coutinho Jorge - UERJ
Marta Gevez Ambertin - UNT, Argentina
Nelson da Silva Júnior - USP
Octavio Almeida de Souza - Fiocruz
Raul Albino Pacheco Filho - PUC - SP
Ricardo Salznager - Unirio

Tempo psicanalítico. - V. 52.2 (2020) Rio de Janeiro. - Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, 1978 - 383 p.; 21-28 cm

Semestral (1978-1989), anual (1990-2007), Semestral (2008-)

ISSN 0101-4838

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle

CD:616.8917

LINHA EDITORIAL

A revista Tempo Psicanalítico é uma publicação semestral de trabalhos originais que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: estudos teórico-clínicos, relatos de pesquisa, revisões críticas da literatura, relatos de experiência profissional, notas técnicas e resenhas na área da Psicanálise e áreas relacionadas. Excepcionalmente serão publicados artigos não originais, de difícil acesso e/ou traduções.

Versão online: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-4838&lng=pt&nrm=iso

PERIÓDICO INDEXADO NAS BASES DE DADOS:

PEPSIC - http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php/Ing_es

SSCI - Social Sciences Citation Index - scientific.thomsonreuters.com

PsycINFO - American Psychological Association - <http://www.apa.org/pubs/database/psycinfo/index.aspx>

IndexPSI - www.bvs-psi.org.br

LILACS/BIREME Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS e da Organização Mundial da Saúde - <http://regional.bvsalud.org/php/index.php>

CLASE - www.dgbiblio.unam.mx/clase.html

PSICODOC - <http://www.psicodoc.org/>

QUALIS da CAPES - <http://qualis.capes.gov.br/webqualis> (A2)

tempopsicanalítico

52

Nº 2



SPID

Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle
Julho/Dezembro - 2020

SUMÁRIO

ARTIGOS

LACAN, AS NORMAS DE PARENTESCO E A CASTRAÇÃO MASCULINA Vinícius Moreira Lima	6
INCIDÊNCIAS DA DIFERENÇA SEXUAL NO FINAL DE ANÁLISE: DO DUAL AO SINGULAR Luiz Fellipe de Almeida Santos Pedro Eduardo Silva Ambra	28
COMPULSÃO À OCUPAÇÃO: UMA FACE MORTÍFERA DA CONTEMPORANEIDADE Camila Peixoto Farias Renata Mello	54
RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL NA CLÍNICA PSICANALÍTICA Fernanda Canavêz	79
A ATUALIDADE DE <i>HELLO BRASIL!</i> FERNANDO BASSO Amadeu de Oliveira Weinmann Gustavo Caetano de Mattos Mano	103
AS CONTRIBUIÇÕES DE DONALD WOOD WINNICOTT PARA A PSICOSSOMÁTICA Gabriela Garcia Ceron	127
CRÍTICA DA RAZÃO CLÍNICA EM LACAN E SUA INFLEXÃO POLÍTICA Thales Fonseca	155
O (F)ATO CLÍNICO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A PESQUISA CLÍNICA EM PSICANÁLISE Rodrigo Traple Wiczorek Carlos Henrique Kessler Christian Ingo Lenz Dunker	185
PATOLOGIAS SOCIAIS E A GESTÃO IDEOLÓGICA DO MAL-ESTAR Vinicius José de Lima Souza Pedro Sobrino Laureano	214

DOSSIÊ:

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE INCERTEZA

APRESENTAÇÃO: PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE
INDISFARÇADA BRUTALIDADE

Cristiana Carneiro

Daniela Viola

Margareth Diniz 230

UM LUGAR ÉTICO PARA O ADULTO NA RELAÇÃO COM CRIANÇAS
E ADOLESCENTES: BERNFELD E O PARA
ALÉM DA PATOLOGIZAÇÃO

Cristiana Carneiro

Mariana Scrinzi

Perla Zelmanovich 243

ASPECTOS ECONÓMICOS DEL PSIQUISMO EN PANDEMIA.
DISPLACER DE PERCEPCIÓN EN UNA REALIDAD INESPERADA

Ana Bloj 258

O ATO INFRACIONAL COMO ATO ANTI-HAMLETIANO DE
ADOLESCENTES SOB CONDIÇÃO DE INDIGNAÇÃO E REVOLTA

Cássio Eduardo Soares Miranda

Marcelo Ricardo Pereira 277

EL PORVENIR DE UNA DESILUSIÓN. DESAFÍOS PSÍQUICOS EN
TIEMPOS DE PANDEMIA

Cristina M. Ronchese 302

TIEMPOS DE INCERTIDUMBRE: ¿NUEVAS SOLEDADES?

Susana Brignoni 320

EDUCAÇÃO NÃO É SINÔNIMO DE APRENDIZAGEM: UMA
INTERLOCUÇÃO EDUCAÇÃO, PSICANÁLISE E FILOSOFIA

Kelly Cristina Brandão da Silva 337

O DESPERTAR DA ADOLESCÊNCIA, O SUICÍDIO JUVENIL E AS
ATAIS POLÍTICAS DE MORTE: QUESTÕES PARA O CAMPO DA
EDUCAÇÃO

Rose Gurski

Stéphanie Strzykowski

Cláudia Maria Perrone 357

LACAN, AS NORMAS DE PARENTESCO E A CASTRAÇÃO MASCULINA

*Vinicius Moreira Lima**

RESUMO

Neste trabalho, tentamos apresentar algumas contribuições da psicanálise lacaniana a certos pontos de tensionamento levantados pelas autoras feministas Gayle Rubin e Judith Butler. Partimos da constatação de que ambas autoras abordam a teoria psicanalítica a partir da concepção de parentesco de Lévi-Strauss cuja consequência é, em alguns momentos, reduzir a psicanálise a um instrumento de reiteração das normas sociais que ela tenciona descrever. Diferentemente, buscamos argumentar que, ao abordar o problema do Pai e do falo na psicanálise, a obra de Lacan nos abre a possibilidade de sustentar uma distância crítica em relação a essas normas, particularmente a partir da posição do psicanalista, que recolhe da clínica os fracassos do funcionamento normativo do social. Assim, além dos semblantes de poder e consistência disseminados pelo ideal viril, somos levados a observar que o patriarcado se sustenta por um mito neurótico, ao passo que o falo no real (a despeito das insígnias fálicas que parecem conferir um privilégio simbólico aos seus portadores) constitui uma aflição para o macho, destituindo-o de qualquer segurança na abordagem do sexo. Diante disso, levantamos a hipótese de que as normas sociais buscam encobrir precisamente a castração paterna e a angústia masculina diante do falo, que ficam ocultas sob os semblantes da virilidade.

Palavras-chave: psicanálise; patriarcado; Nome-do-Pai; falo; castração.

LACAN, KINSHIP NORMS AND MASCULINE CASTRATION

ABSTRACT

In this work, we try to present some contributions of Lacanian psychoanalysis to a few points of tension sustained by feminist theorists Gayle

* Psicanalista. Mestrando em Estudos Psicanalíticos pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Bolsista de mestrado do CNPq. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ex-bolsista de iniciação científica pelo PIBIC/CNPq.

Rubin and Judith Butler. We find our point of departure in acknowledging the fact that these authors read Lacan alongside with the theory of kinship by Lévi-Strauss, which implies that psychoanalysis is sometimes reduced to an instrument of reiteration of the social norms it intends to describe. Differently, we try to argue that, in addressing the problem of the Father and of the phallus in psychoanalytic theory, Lacan's work opens up the possibility of sustaining a critical distance in relation to these norms, particularly from the position of the psychoanalyst, who gathers from its clinic the failures of the normative functioning of the social. Thus, beyond the semblances of power and consistency disseminated by the virile ideal, we are drawn to observe that patriarchy only sustains itself with a neurotic myth, meanwhile the phallus in the real (in spite of the phallic markers that seem to confer a symbolic privilege to its bearers) constitutes an affliction to the male, dismissing him from any security in its approach to sex. Hence, we sustain the hypothesis that social norms seek to cover up paternal castration and the masculine anxiety before the phallus, which remain hidden by the semblances of virility.

Keywords: psychoanalysis; patriarchy; Name-of-the-Father; phallus; castration.

LACAN, LAS NORMAS DEL PARENTESCO Y LA CASTRACIÓN MASCULINA

RESUMEN

En este trabajo, intentamos presentar algunas contribuciones del psicoanálisis lacaniano a ciertos puntos de tensionamiento levantados por las autoras feministas Gayle Rubin y Judith Butler. Partimos de la constatación de que esas dos autoras toman la teoría psicoanalítica a partir de la concepción de parentesco de Lévi-Strauss, algo cuya consecuencia, en algunos momentos, es de reducir el psicoanálisis a un instrumento de reiteración de las normas sociales que ella pretende describir. Diferentemente, buscamos argumentar que, al abordar el problema del Padre y del falo en la teoría psicoanalítica, la obra de Lacan nos abre la posibilidad de sustentar una distancia crítica en relación a esas normas, particularmente a partir de la posición del psicoanalista, que recoge de la clínica los fracasos del funcionamiento normativo del social. Así, más allá de los semblantes de poder y consistencia diseminados por el ideal viril, somos llevados a observar que el patriarcado solo se sustenta por un mito neurótico, mientras que el falo en lo real (no obstante las insignias fálicas que parecen conferir un privilegio simbólico a sus portadores) constituye una aflicción para el macho, destituyéndolo de cualquier seguridad en el abordaje del sexo. Por lo tanto, planteamos la hipótesis de que las normas sociales

buscan encubrir precisamente la castración paterna y la angustia masculina ante el falo, que quedan ocultas bajo los semblantes de la virilidad.

Palabras clave: psicoanálisis; patriarcado; Nombre-del-Padre; falo; castración.

A apropriação lacaniana de Lévi-Strauss está centrada na proibição do incesto e na regra da exogamia [...]. Para Lacan, a Lei que proíbe a união incestuosa entre o menino e a mãe inaugura as estruturas de parentesco.

J. Butler, *Problemas de gênero*, p. 83-84

Lacan sugere que a psicanálise é o estudo dos vestígios deixados no psiquismo dos indivíduos como resultado de seu enquadramento nos sistemas de parentesco.

G. Rubin, “O tráfico de mulheres”, p. 39

Gayle Rubin e Judith Butler são duas autoras feministas cujo percurso é atravessado por um frutífero debate com a psicanálise lacaniana, ora se apropriando de suas ferramentas para pensar os problemas de gênero e sexualidade, ora fazendo importantes críticas à maneira pela qual essa teoria se organiza. Partimos da constatação de que, ao tentarem evidenciar como as estruturas masculinistas do poder operam na constituição do sujeito, ambas essas autoras adentram a obra de Lacan fundamentalmente a partir da teoria do parentesco do antropólogo Claude Lévi-Strauss, o que, em alguns momentos, tem como consequência o gesto de reduzir a psicanálise a um instrumento de reiteração das normas sociais que ela tenciona descrever.

Diante disso, buscamos argumentar que, ao abordar o problema do Pai e do falo na teoria psicanalítica, a obra de Lacan nos abre a possibilidade de sustentar uma distância crítica em relação a essas normas, particularmente a partir da posição do psicanalista, que recolhe da clínica os fracassos do funcionamento normativo do social. Assim, explorando alguns dos desdobramentos lacanianos mais tardios, que dão novo alcance àquilo que ele havia formulado no começo de seu ensino, somos levados a observar que o patriarcado se sustenta por um mito neurótico, ao passo que o falo no real (a despeito das insígnias fálicas que parecem conferir um privilégio simbólico aos seus portadores) constitui uma aflição para o macho, destituindo-o de qualquer segurança na abordagem do sexo.

Dessa forma, nosso objetivo aqui é apresentar algumas contribuições teórico-clínicas da psicanálise para pensar os problemas de gênero levando

em conta esses dois aspectos quanto ao pai e ao falo que reunimos aqui sob a rubrica da castração masculina. Trata-se, com isso, de não nos deixarmos enganar pelos semblantes de poder e consistência que são disseminados pelo ideal viril, tomando o masculino mais além das ilusões identitárias da virilidade. Essa suposição da consistência fálica dos homens e da ordem simbólica nos parece ser preservada em alguns momentos dos trabalhos de Rubin e Butler, algo que buscaremos evidenciar a partir de uma leitura do ensaio “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo” (Rubin, 1975/2017) e do livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Butler, 1990/2015).

PROBLEMAS DE PARENTESCO

Rubin (1975/2017, p. 10), em seu decisivo ensaio de 1975, propõe uma leitura conjunta de Freud e Lévi-Strauss a fim de mostrar, à revelia da intenção desses autores, o modo como seus trabalhos evidenciam os fundamentos da domesticação das mulheres pelos homens. Para a antropóloga, a obra dos dois pensadores contém, implicitamente, os sistemas de relações pelas quais a mulher se torna uma presa para o homem. Tal organização, que comporia os sistemas de parentesco, seria uma forma empírica de observar o “sistema sexo/gênero” em funcionamento, tomado enquanto a rede de arranjos pelos quais a sociedade transformaria a sexualidade biológica – o que quer que seja isso – em produtos da atividade humana que possam satisfazer as “necessidades sexuais” assim transformadas (Rubin, 1975/2017, p. 11).

Dessa forma, trata-se, para Rubin (1975/2017, p. 22), de estudar a opressão sexual a partir de uma teoria do parentesco, atualizando o projeto de Friedrich Engels com o amadurecimento antropológico que ela encontra em Lévi-Strauss. Em sua leitura de *As estruturas elementares do parentesco*, a antropóloga considera que, ali, Lévi-Strauss formulou “uma teoria implícita da opressão sexual” por situar a essência dos sistemas de parentesco “na troca de mulheres entre os homens”. Como consequência, as mulheres ocupariam um lugar de objeto de troca, de um presente precioso entre os homens e seus laços exogâmicos entre os clãs. Assim, a “troca de mulheres” sinalizaria relações de parentesco que

especificam “certos direitos dos homens sobre suas parentes mulheres”, enquanto as mulheres não possuem os mesmos direitos, nem sobre elas próprias, nem sobre seus parentes homens (Rubin, 1975/2017, p. 29).

Partindo dessa leitura crítica sobre Lévi-Strauss, Rubin (1975/2017, p. 35) também afirma que a antropologia e o parentesco não explicariam os mecanismos de inscrição do sexo e do gênero nas crianças; a psicanálise é que teria essa função, pelo fato de ela ser uma teoria que, sob sua perspectiva, trata da reprodução das relações do parentesco. A autora chega a recortar certos trechos da obra lacaniana a fim de sustentar que, para Lacan, a psicanálise seria o “estudo dos vestígios deixados no psiquismo dos indivíduos como resultado de seu enquadramento nos sistemas de parentesco” (Rubin, 1975/2017, p. 39). Se o parentesco seria a culturalização de uma pretensa natureza sexual, a teoria psicanalítica despreveria, na visão de Rubin, a “transformação da sexualidade biológica dos indivíduos pelo processo de enculturação” (Rubin, 1975/2017, p. 40).

Nessa esteira, procurando inserir a releitura lacaniana do falo simbólico na teoria de Freud sobre a constituição edípica do sujeito, Rubin (1975/2017) considera que o falo seria um “traço distintivo” que define castrados e não-castrados, a partir de sua presença ou ausência. Segundo a antropóloga, “o falo também comporta um sentido de dominação dos homens sobre as mulheres, e pode-se inferir que a ‘inveja do pênis’ é um reconhecimento disso” (Rubin, 1975/2017, p. 42-43). Portanto, na leitura de Rubin, o falo não é apenas uma característica que distingue os sexos; mais do que isso, ele seria “a encarnação do status masculino, com o qual os homens consentem” (Rubin, 1975/2017, p. 43), e que inclusive daria “direito a uma mulher” na esteira das trocas de parentesco. Mais ainda, o falo também seria responsável por expressar a “transmissão do domínio masculino” (Rubin, 1975/2017, p. 43).

Butler (1990/2015), por sua vez, sofre importante influência desse ensaio de Rubin, que viria gerar uma inflexão decisiva na discussão sobre o falo contida em *Problemas de gênero*, conceito que ela lê na esteira das trocas do parentesco, tal como iniciado pela antropóloga. A autora retoma e aprofunda, à sua maneira, essa exegese de Rubin sobre alguns textos da psicanálise (Butler, 1990/2015, p. 130); de certo modo, Butler parte do ponto onde Rubin deixou seu trabalho, incrementando a leitura com

algumas contribuições de Foucault e com o debate freudiano sobre luto e melancolia para pensar a constituição do gênero, ponto que demarca a originalidade de seu trabalho em relação à leitura de Rubin.

Se há, por um lado, uma influência marcante de Rubin no trabalho de Butler (por exemplo, nas formulações sobre o tabu da homossexualidade anterior ao tabu do incesto e na forma de ler a psicanálise em conjunto com Lévi-Strauss), por outro lado a filósofa já avança em relação à antropóloga ao não pressupor uma utopia libertária em relação à sexualidade, algo que marca presença como um dos pontos fracos de “O tráfico de mulheres”, como a própria Rubin reconheceu mais tarde (Rubin, & Butler, 2003, p. 162). Partindo da crítica a qualquer elemento postulado como originário ou anterior à Lei, Butler (1990/2015) produz uma releitura da proposta de Rubin numa perspectiva que mescla o uso de Foucault com sua interpretação sobre Lacan, concentrada no escrito “A significação do falo” e nas autoras de língua inglesa que estudavam a obra lacaniana nessa época, a exemplo de Jacqueline Rose.

Butler (1990/2015) inicia o capítulo em que discute a teoria lacaniana por uma crítica aos pressupostos do estruturalismo de Lévi-Strauss. A filósofa localiza, na proposta do antropólogo, a postulação de uma lógica universal de trocas em que se confere uma identidade aos homens (a partir do símbolo fálico) e sua negação, ausência, falta relacional, às mulheres. Mas, se Lévi-Strauss pressupõe essa troca de mulheres como estando na origem da cultura, a filósofa aponta que sua dupla condição, o tabu do incesto e a instituição da exogamia (que, tal como ela o entende, seriam para o antropólogo uma Lei estrutural, fundadora da cultura), não passaria de um arranjo cultural contingente que pressupõe uma heterossexualidade natural na constituição do sujeito e postula a necessidade da posição de objeto de troca para as mulheres em função da igualmente presumida agência sexual masculina (Butler, 1990/2015, p. 83).

Butler (1990/2015) considera que Lacan constrói sua teoria a partir desses dois elementos que ele encontra em Lévi-Strauss (a proibição do incesto e a regra da exogamia). No entendimento da filósofa sobre a obra lacaniana, a linguagem seria fundada a partir da Lei que proíbe o desejo incestuoso pela mãe. Com isso, o Simbólico instituiria, pela Lei paterna, as duas únicas posições possíveis para o sujeito, ser ou ter o falo (Butler,

1990/2015, p. 83-84), que confirmariam uma economia masculinista de significação responsável pelos circuitos da dominação (Butler, 1990/2015, p. 86). Assim, em sua leitura do esquema lacaniano, o falo viria assegurar o poder dos homens, conferindo-lhes uma aparência de autonomia e auto-referência, enquanto que às mulheres restaria paradoxalmente o lugar de reafirmar essa posição do homem, sua identidade fálica, ao serem o falo para um desejo masculino heterossexualizado (Butler, 1990/2015, p. 85). O “conflito da masculinidade” seria então reduzido a uma “demanda de um reconhecimento pleno” de sua autonomia, que sustentaria a promessa de um retorno aos prazeres anteriores ao recalçamento e à individuação (Butler, 1990/2015, p. 87).

Assim, Butler (1990/2015) parece supor que, na teoria lacaniana, a posição simbólica do homem lhe forneceria alguma espécie de garantia a partir de seu pretenso lugar de “ter” o falo. Essa decisão de leitura aparece de modo exemplar na interpretação de Butler sobre uma passagem de “A significação do falo”, na qual Lacan (1958a/1998, p. 701) sustenta que o significante fálico produz a intervenção de um parecer que substitui o ter, para se referir ao estatuto universal da castração, no sentido de que nem os homens nem as mulheres têm efetivamente o falo. Com a consequência de que, do lado dos homens, o semblante fálico viria proteger o desvelamento dessa verdade (de que o pênis é francamente insuficiente) e, do lado das mulheres, mascarar sua ausência, fazendo suplência a isso por meio do jogo fálico com o corpo, a mascarada.

No lugar de extrair consequências do fato de que todo ser falante é castrado, inclusive os homens, a leitura de Butler (1990/2015, p. 83) acaba por supor que essa passagem lacaniana estaria tratando apenas das mulheres, como se se afirmasse ali que elas precisariam esconder sua “falta” e ser protegidas por apresentarem algum tipo de carência. Essa interpretação parece sustentar uma chave de leitura que supõe a consistência fálica dos homens e deixa de lado a divisão do sujeito masculino tal como recolhida pela clínica psicanalítica, a qual nos dá acesso a uma dimensão diferente daquela que é pressuposta em “O tráfico de mulheres” e em *Problemas de gênero*.

Mas, ao considerarem que a economia fálica do discurso é uma organização que demarca o poder dos homens sobre as mulheres, tanto

Butler quanto Rubin parecem estar interessadas menos numa exegese fina e precisa da teoria psicanalítica do que numa crítica feminista sobre as trocas exogâmicas de mulheres nos sistemas de parentesco heterossexual – crítica que, vale dizer, permanece fundamentalmente atual em nossa cultura. O resultado dessa perspectiva, que tem a ver com o objetivo e o recorte das autoras, é que elas acabam por se servir da teoria psicanalítica para construir um cenário teórico em que se narra a dominação dos homens sobre as mulheres a partir de uma economia falocêntrica do discurso.

Ainda que essa concepção certamente reflita de maneira bastante precisa o modo de organização social de nossa cultura, cabe ao psicanalista explicitar de que forma ele recolhe de sua clínica os fracassos do funcionamento normativo do social, apontando para a necessidade de sustentar, a partir de sua posição ética, uma distância crítica em relação à naturalização dessas normas. Inclusive porque, tal como se apresentam na experiência analítica, os conflitos da masculinidade podem nos auxiliar a pensar a articulação existente entre o fracasso do ideal viril e as tentativas de dominação social, que buscam encobrir esse mesmo fracasso a partir dos semblantes de poder e consistência que ocultam a castração masculina.

É certo que Rubin e Butler não são entusiastas da ideia de um patriarcado que comandaria a dominação de gênero e sexualidade. Pelo contrário, cada uma pensa alternativas conceituais para esse debate, com o sistema sexo/gênero (Rubin, 1975/2017, p. 11) e a teoria da performatividade (Butler, 1990/2015, p. 77). Na mesma esteira, a psicanálise também não acredita nessa ideia; pelo contrário, ela formaliza os engodos que a estruturam. Definiremos aqui o patriarcado como a lógica da dominação masculina que seria organizada pelo Nome-do-Pai e assegurada pelo falo. Nesse cenário, o pai seria localizado como um espoliador do gozo, que tem livre acesso ao desejo e detém todas as mulheres, enquanto o falo seria o cetro que consolida o poder dos homens sobre as fêmeas da espécie. Ao descrever o funcionamento desse engodo, a psicanálise se situa como dispositivo crítico a essa organização social, permitindo desvelar, a partir da experiência analítica, de que forma as ficções que estruturam o ideal viril são assombradas pela castração masculina, a qual se tenta esconder a todo custo.

O PATRIARCADO É UM MITO DO NEURÓTICO

Começaremos, portanto, pela discussão de um episódio infantil narrado por Freud (1900/2019) para sustentar a hipótese de que o patriarcado se sustenta, no fundo, por um mito do neurótico para se haver com a insuficiência do pai. É em *A interpretação dos sonhos* que encontramos um relato de quando o pequeno Sigmund passou a acompanhar o pai, Jacob Freud, em caminhadas nas quais este último partilhava com o filho algumas de suas visões de mundo. Numa dessas caminhadas, o pai narra um antigo acontecimento em que um cristão o aborda na rua, atirando à força o gorro do jovem Jacob na lama e gritando “Judeu, desça da calçada!”, ao que ele mansamente obedeceu – para decepção do filho. Afetado por essa lembrança, Freud, o psicanalista, escreve:

Essa postura me pareceu pouco heroica para o homem grande e forte que segurava o garoto pela mão. Então contrapus a essa situação, que não me satisfazia, outra, que correspondia melhor ao meu sentimento, a cena em que Amílcar Barca, o pai de Aníbal, faz seu filho jurar perante o altar de sua casa que se vingará dos romanos. Desde então Aníbal ocupava um lugar em minhas fantasias (Freud, 1900/2019, p. 233-234).

Essa passagem, ao apresentar a descoberta freudiana da castração paterna, nos ensina de forma contundente que o pai que o sujeito encontra na experiência nunca está à altura da função do Nome-do-Pai: trata-se sempre de um pai decaído, jogado, humilhado, impotente. Diante dessa descoberta, Freud (1900/2019) nos conta que ele imediatamente se refugiou em seus devaneios, fantasiando com o general Aníbal – com o qual se identificava em seu ideal guerreiro –, enquanto filho de um Pai grandioso, que responderia bravamente aos ataques do Outro, ao convocar o filho para uma heroica vingança. Ao imaginar a exceção de um Pai que escapa à castração, Freud nos revela a verdade da contradição entre o Pai onipotente fantasiado pelo neurótico (um Pai que goza de todas as mulheres e dá consistência ao conjunto dos homens) e o pai castrado de sua experiência, que escancara a ausência de garantias no campo do Outro para a posição do sujeito (Lacan, 1958-1959/2016).

Assim, o neurótico se defende dessa verdade ao ancorar sua posição de gozo na crença subjetiva de que existe ao menos Um que escapa à

castração: um Pai efetivamente gozador que daria consistência ao ideal viril (Lacan, 1972-1973/2008). Diferentemente dessa figura mítica, o pai ao qual o neurótico, como Freud, dedica seu amor é sempre, até certo ponto, “um personagem manco” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 218). Isso a ponto de Lacan afirmar que “é justamente porque Freud amava seu pai que foi preciso que ele tornasse a lhe dar uma estatura, até chegar a lhe dar esse tamanho do gigante da horda primeva” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 361).

Desse modo, esse pai da exceção não passa de uma ficção neurótica; talvez o grande desafio clínico em uma experiência de análise seja o de consentir com a inexistência dessa exceção, o que franqueia contingencialmente uma abertura eventual do sujeito a algo do não-todo, mais além do ideal viril. Operação que implica reconhecer que não existe ao menos um que não esteja submetido à estranheza do seu próprio gozo, algo que permite ao analisante se haver com a inconsistência estrutural que assombra o ser falante, em função da ausência de garantias no campo do Outro para assegurar o sujeito quanto à sua posição como homem ou mulher. Em suma, o pai onipotente e gozador, que daria esteio ao funcionamento do patriarcado, só existe como um mito do neurótico, já que não existe esse homem dominador, espoliador do gozo, com livre acesso ao desejo e ao conjunto de todas as mulheres – ele será sempre assombrado pela sua própria castração, mesmo que dela não queira saber.

Talvez Lacan tenha ficado bastante conhecido pela metáfora paterna, construída em sua forma clássica no *Seminário 5*, enquanto uma releitura estrutural do Édipo freudiano; Butler mesmo acabou centrando seus debates na questão da Lei paterna tal como elaborada em 1958. A consequência dessa decisão de leitura é que ela supõe na teoria lacaniana uma espécie de consistência conferida ao sujeito masculino que não teria de se haver com o furo, uma vez protegido pela suposta garantia do Pai. No entanto, mesmo nesse momento de seu ensino, Lacan (1957-1958/1999) não parece pensar a função do psicanalista como um defensor da ordem simbólica, a qual efetivamente agencia a dominação social a partir dos sistemas de parentesco heterossexual. Diferentemente, o projeto de Lacan se apresenta como uma “crítica das identificações normativas, precisamente, do homem e da mulher” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 315).

Dessa forma, ao descrever o funcionamento das normas sociais, o psicanalista não necessariamente se coloca do lado de sua reiteração; antes, por descrevê-las, ele pode justamente assumir uma distância crítica em relação a elas, a partir daquilo para o qual a ética da psicanálise o convoca (Lacan, 1959-1960/2008, p. 354). A saber, trata-se de acompanhar as soluções de cada sujeito para se desembaraçar, em seu percurso, da incidência indesejada das normas a fim de se posicionar de maneira mais afinada com o seu desejo. Essa ética se assenta sobre a inexistência de um Outro do Outro (Teixeira, 1999, p. 165), que implica que não há uma garantia para o destino que cada um dará às normas do Outro que incidem sobre sua trajetória.

Com o objetivo, então, de fazer avançar o panorama teórico que Rubin e Butler encontram até o momento de 1958 na obra lacaniana, cabe a nós, psicanalistas, contribuir para a discussão aí introduzindo alguns dos passos propostos por Lacan a partir do *Seminário 6*. Se, no *Seminário 5*, o psicanalista francês acreditava que o Nome-do-Pai daria uma garantia ao funcionamento da ordem simbólica, constituindo assim um Outro do Outro (Lacan, 1957-1958/1999, p. 474), já no seminário seguinte Lacan (1958-1959/2016, p. 322) retifica sua concepção e afirma que não há esse Outro do Outro, ou seja, não há nada que forneça um fundamento seguro para a autoridade da ordem simbólica, colocando em questão “o patriarcado, a prevalência do pai” (Miller, 2013, par. 6). Podemos considerar, portanto, que a consequência dessa afirmação é que não existe uma garantia para o masculino; isto é, que o próprio regime fálico do Nome-do-Pai é perpetuamente assombrado pelo $S(\bar{A})$, o significante da falta no Outro, que ainda seria posteriormente retrabalhado (Lacan, 1975-1976/2007, p. 130) como o verdadeiro furo no real.

Como resultado, se, em 1957-1958, o Nome-do-Pai vinha metaforizar o desejo da mãe, lastreando o campo do Outro, em 1958-1959, por sua vez, avançando para além do Édipo, o Outro não mais responde pelo ser do sujeito, não é capaz de fornecer a garantia pedida pelo sujeito para se inserir na ordem simbólica, escancarando seu ponto de furo. A consequência disso é que, para funcionar, o simbólico depende da crença subjetiva da criança, isto é, que ela suponha no Outro uma boa-fé. O sujeito precisa consentir com o Outro, ser um fiador de sua palavra,

deixar-se capturar num engodo constitutivo da linguagem para que o significante possa operar (Lacan, 1958-1959/2016, p. 399). Corolário disso é o fato de que, em Lacan, o Pai é sem garantias; sua castração se escancara por ele aparecer na experiência como um pai carente, humilhado, impotente (Lacan, 1960-1961/2010, p. 357; Lacan, 1958-1959/2016, p. 367).

Assim, temos a oportunidade de reler certas passagens de Lacan da década de 1950 à luz de algumas consequências trazidas para sua teoria pela escrita do $S(\mathcal{A})$. Em um momento do *Seminário 5*, Lacan (1957-1958/1999, p. 176) considerava que, no declínio do Édipo, o menino recebia do pai uma espécie de promissória, um “título de posse”, de “propriedade”, que ele carrega no bolso para posteriormente tomar para si uma mulher, na medida em que ele tem o falo, autorizado por seu pai e a ele identificado (Lacan, 1957-1958/1999, p. 212). Esse trecho parece ecoar de forma decisiva as leituras de Rubin e de Butler sobre Lacan feitas a partir do esquema de trocas em Lévi-Strauss.

No entanto, a partir do matema $S(\mathcal{A})$, podemos constatar que a promessa fálica associada com os sistemas de parentesco heterossexual já funciona como um véu para a castração, para o fato de que o pai não é capaz de garantir ao sujeito o acesso a uma mulher. A organização simbólica dos sistemas de parentesco já seria uma forma de defesa contra esse furo, contra a ausência de uma garantia para qualquer norma social que busque determinar as parcerias e o gozo do ser falante. Nesse cenário, as tentativas de orquestrar a dominação dos homens sobre as mulheres ocultam, pelo contrário, a castração masculina, na medida em que, se não há Outro do Outro, o Nome-do-Pai não passa de um semblante, que depende, portanto, de uma crença subjetiva, de um consentimento do sujeito para poder operar, mas sem nenhuma garantia para seu funcionamento.

Dessa maneira, se o Pai todo-poderoso se restringe a um mito do neurótico, que ancora a lógica de sua sexuação, a dominação social só pode “funcionar” (se é que podemos dizer que funciona) se o sujeito estiver comprometido com a crença neurótica nesse regime do todo fálico organizado por uma exceção mítica, que não esgota o gozo do ser falante, assombrado pela dimensão do não-todo. Tais formulações também têm efeitos na posição conferida ao falo dentro da economia sexuada do sujeito,

pois, a despeito do privilégio simbólico que as insígnias fálicas parecem conferir aos seus portadores, a experiência analítica nos dá acesso ao fato de que, ao contrário de uma garantia, o falo no real constitui uma aflição para o macho, destituindo-o de qualquer segurança na abordagem do sexo.

O FALO É UMA AFLIÇÃO PARA O MACHO

Como vimos nas leituras de Rubin e Butler sobre o falo simbólico, este operador parece ser tomado como um cetro do poder masculino, que coroaria a vistosa posse dos homens enquanto uma garantia identitária de sua dominação sobre as mulheres. No entanto, para além dos privilégios simbólicos dos quais os homens desfrutam em função do ideal viril, a clínica psicanalítica nos indica que, no fundo, a experiência corporal de posse do falo não se restringe a sua dimensão simbólica idealizada. A despeito da aparência de conforto trazida pelos semblantes da virilidade, o falo no real não deixa de ser uma aflição para o macho, testemunhando de sua angústia diante da ausência de controle do sujeito quanto às contingências que governam a ereção e a detumescência do órgão. Parece ser justamente essa dimensão real da angústia que os privilégios simbólicos da dominação masculina tencionam encobrir.

Para discutir essa dimensão de sofrimento que não se deixa domesticar pelos ideais simbólicos recorreremos aqui ao caso freudiano do pequeno Hans, que nos ensina que o falo não é senão um estorvo corporal, na medida em que ele se apresenta para a criança pelo caráter enigmático das primeiras ereções vividas por ela. Retomando alguns aspectos do caso narrado por Freud, Lacan (1956-1957/1995, p. 231) se detém no momento da infância de Hans em que “o seu próprio pênis começa a tornar-se alguma coisa completamente real. Seu pênis começa a agitar, e a criança começa a se masturbar”. Algo que, no entanto, sua mãe não aprova: o pênis de Hans é apreciado como objeto (por exemplo, nos cuidados maternos), mas depreciado como desejo (Lacan, 1960-1961/2010).

Essa angústia diante das primeiras ereções, que contrasta com o paraíso do engodo em que a criança pretensamente vivera até aí com sua mãe, confronta o sujeito com o fato de que o que ele tem para apresentar para o Outro é “algo de miserável” (Lacan, 1956-1957/1995, p. 232). Numa

releitura desse Seminário *a posteriori*, podemos pensar essa dimensão real do pênis como algo que escapa ao sujeito radicalmente, um inassimilável do gozo que resiste à simbolização, que perturba a pretensa harmonia imaginária do seu corpo e desmonta a miragem narcísica que organiza sua posição para o Outro até então, produzindo angústia.

Frete a esse “estremecimento” vivido por Hans, sua mãe não poderia ser mais precisa: “É uma grande porcaria” (Lacan, 1960-1961/2010, p. 272; grifos no original). Trata-se da repugnância do desejo, da porcaria que o falo representa como elemento perturbador do sujeito, algo que introduz para o ser falante o gozo como aquilo que o chateia. Essa irrupção da sexualidade é sempre vivida como traumática; como no caso de Hans, por mais que o sujeito tente dar sentido a algo do gozo que lhe aparece aí, ele jamais experimenta o pênis como ligado a ele naturalmente; parece sempre se tratar de um elemento traumático, exterior ao corpo, como “um cavalo que começa a se levantar e dar coices” (Lacan, 1975/1995, p. 17).

Por outro lado, como encontramos em outro caso freudiano, dessa vez no Homem dos Ratos, ainda que a ereção seja um elemento de alguma forma (mas até certo ponto) integrável ao narcisismo do sujeito, mesmo a exibição fálica encontra seu pano de fundo num certo “receio de desinflar”, que marca a experiência do neurótico (Lacan, 1960-1961/2010, p. 319). Diferentemente de assegurar uma garantia para o macho, o falo se apresenta ao sujeito por sua característica de detumescência: quando o órgão dito fálico é convocado a funcionar em sua imponência, ele se revela na maioria das vezes como não sendo mais que um “trapinho” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 288), isto é, um pedaço de carne que, por não oferecer nenhuma segurança quanto à sua virilidade, acaba por angustiar o sujeito pela possibilidade de sua desapareição.

É isso que se passa quando o Homem dos Ratos busca, diante do espelho, observar sua própria posse fálica como se se tratasse de uma eminência viril, mas se vê assombrado pela possibilidade de seu pênis ser “muito pequeno” (Freud, 1909/1996, p. 260). Assim, a despeito da glória da ereção, o sujeito permanece dividido pela precariedade fálica de algo que a todo instante corre o risco de murchar, ou mesmo revelar em sua insuficiência. Desse modo, ao ostentar o falo simbólico como cetro do poder, a dominação social dos homens sobre as mulheres pode operar como forma de desconhecer essa

fratura íntima que angustia o sujeito ao recobrir, com os semblantes da virilidade, o falo detumescente enquanto verdadeiro embaraço do macho. É por isso que, no *Seminário 22*, Lacan (1974-1975) abordará o falo no real como uma “aphlição” (com o “*ph*” advindo do termo “*phallus*”) para o sujeito, destituído da possibilidade de uma mestria absoluta em relação a seu corpo, que sempre escapa a seu controle.

Nessa medida, tais experiências extraídas da clínica psicanalítica podem contribuir para as leituras de Rubin (1975/2017) e de Butler (1990/2015) aqui discutidas, as quais acabam por deixar em segundo plano, cada uma a seu modo, a estrutura da castração masculina, que fica oculta sob os privilégios simbólicos orquestrados pelos sistemas de parentesco heterossexual estudados por Lévi-Strauss. No caso de Rubin (1975/2017), a autora parece considerar os homens como uma espécie de mestre não-castrado que poderia dominar uma mulher sob a chancela do Pai. Nesse raciocínio, está implicada a crença numa ilusão de consistência que é vendida pelo universo masculino e seus semblantes da virilidade. Assim, a antropóloga deixa de problematizar o engodo inerente à lógica masculina da sexuação, que precisa que o sujeito acredite que o falo assegura a dominação para que ele possa operar como tal.

Diferentemente disso, a castração paterna faz com que não haja nada de garantido para o sujeito no momento do encontro com o sexo, de forma que essa partição entre quem tem e quem não tem o falo acaba por permitir supor que quem se aloja na posição do ter goza de uma garantia que na verdade não existe. Sustentar essa ilusão parece ser a estratégia do patriarcado para operar sua dominação, que, no entanto, não encontra nenhum esteio fora dos seus próprios enunciados de autoridade, na medida em que o pai é castrado e não há Outro do Outro para estabilizar a ordem simbólica. Assim, a inveja do pênis (ou do falo) só pode existir a partir de uma posição que acredita na consistência fálica, que compra a ilusão vendida pelos semblantes viris e que pode, por isso, invejá-los ou reivindicá-los, incorporando o mesmo engodo que procurava denunciar. Raciocínio que nos convida a pensar formas de resistência à dominação que nos conduzam além da lógica fálica.

No caso de Butler (1990/2015), por sua vez, ao descrever a comédia dos sexos em Lacan, a filósofa parece mimetizar o esquema das trocas do

parentesco heterossexual herdadas de Lévi-Strauss, com a consequência de que as normas do simbólico parecem se tornar um destino incontornável para o sujeito. Esse gesto tem a consequência de supor que o falo é aquilo que funda para o homem a confortável condição de quem o tem enquanto um símbolo consistente da identidade masculina performativamente estabelecida. No entanto, a assimilação da lógica do falo ao cenário normativo do parentesco apresentado pelo antropólogo enrijece o seu modo de funcionamento, transformando-o em uma repetição forçada das identificações seguindo o roteiro das normas sociais. Tal perspectiva deixa de lado o fato – salientado pela própria Butler (1993) em outros momentos de sua obra – de que as identificações excedem esses roteiros normativos, possibilitando que um sujeito se posicione de modos que vão além das determinações da tradição:

homens desejando “ser” o falo para outros homens, mulheres desejando “ter” o falo para outras mulheres, mulheres desejando “ser” o falo para outras mulheres, homens desejando tanto ter quanto ser o falo para outros homens [...], homens desejando “ser” o falo para uma mulher que o “tenha”, mulheres desejando “tê-lo” para um homem que o “é” (Butler, 1993, p. 103; tradução nossa).

Assim, se, por um lado, há um Outro que busca determinar a posição do sujeito a partir da incidência simbólica das normas sobre seu corpo, por outro lado não há um Outro desse Outro que possa garantir que sua determinação simbólica seja completa. Pelo contrário, o sujeito é determinado de maneira incompleta, o que lhe franqueia a possibilidade de exceder os arranjos propostos pela ordenação simbólica que ele encontra na cultura. Uma vez que não existe uma garantia para o Outro, o falo, no próprio esquema lacaniano, tampouco pode operar como aquilo que asseguraria ao homem a condição confortável de quem o tem. Enquanto Butler (1990/2015) argumentaria que esse aparente conforto viril não passa de uma identidade tênue, constituída performativamente pela reiteração de suas normas ao longo do tempo, Lacan (1958/1998b, p. 742), por sua vez, sustentaria que o falo, ao contrário de coroar a posse do sujeito, vem antes marcá-la com a castração, pois “não há virilidade que a castração não consagre”.

Isso significa que o sujeito, enquanto castrado, estará para sempre apartado de uma relação bem-sucedida com o objeto genital, uma vez

exilado do conhecimento que um instinto poderia lhe proporcionar (Lacan, 1960/1998). Como consequência das incidências do significante fálico, ao tentar sustentar o ideal viril, o macho ainda se encontra às voltas com a incapacidade de amar e desejar o mesmo objeto, que sempre acaba por se desdobrar em dois, entre os quais o sujeito se divide. Mas o impasse fundamental da masculinidade talvez seja, no fundo, a impossibilidade de o macho controlar a ereção e a detumescência de seu órgão, o que o deixa impotente frente à estranheza de um gozo impróprio, que constitui sua mais íntima aflição (Lacan, 1962-1963/2005; Lacan, 1974-1975). Como consequência, a seguinte questão se lhe apresenta como um enigma: “Será que ele tem um falo suficientemente grande?” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 115). Dito de outro modo: será que seu desejo é garantido por alguma coisa?

Assim, na leitura lacaniana, ninguém efetivamente tem o falo (Lacan, 1958-1959/2016, p. 490); é o neurótico que ficciona que alguém (no fundo, não ele, mas um outro) o teria e, em torno disso, orienta seu mundo, a fim de desconhecer o furo que lhe subjaz. Donde a dialética sutil do ser e do ter que faz uma suplência normativa desse furo para o neurótico: do lado do homem, diz Lacan, ele não é sem tê-lo (isto é, o homem não é o falo e tampouco o tem, mas isso produz um engodo, um equívoco entre o não tê-lo e o não deixar de tê-lo), enquanto, do lado da mulher, ela é sem tê-lo; ela é o falo, faz dele um semblante com seu corpo, mesmo sem ter o pênis (Lacan, 1958-1959/2016, p. 235). Dessa forma, o neurótico “se agarra a essa garantia mítica para poder viver de outra forma que não na vertigem” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 491), que seria a entrega do sujeito ao $S(\bar{A})$.

Diante dessa narrativa lacaniana da comédia dos sexos, Butler (1990/2015) ainda se questiona se Lacan não estaria idealizando religiosamente os fracassos impostos pelo simbólico. Como se, mesmo sabendo que os ideais fálicos são inatingíveis, o psicanalista francês os mantivesse como um imperativo do qual o sujeito não encontra escapatória. Nesse ponto, o importante é observar como a experiência de uma análise permite a cada um se desembaraçar à sua maneira desse terreno das normas. É por isso que o enunciado sobre as identificações fálicas tomadas enquanto fracassos cômicos não implica necessariamente

uma reiteração das normas assim descritas. Pelo contrário, é preciso levar em conta a posição de enunciação daquele que as aborda; pois disso depende o destino que será conferido aos imperativos da ordem simbólica. O que está em jogo é localizar se o psicanalista funciona como mera engrenagem a serviço dessa ordenação fálica que ele descreve, ou se, a partir da ética que orienta sua prática, não seria possível pensar de outra maneira a relação da psicanálise com as normas sociais, questão que nos é proposta também pelo próprio Lacan:

Com efeito, a coisa não funcionará se não conseguirmos construir uma concepção coerente de nossa função em relação às normas sociais. Se há uma experiência que deve nos ensinar o quanto essas normas sociais são problemáticas, o quanto devem ser interrogadas, [...] é justamente a do analista (Lacan, 1958-59/2016, p. 516).

Ao afirmar o caráter problemático das normas sociais, a postura de Lacan, ao contrário de respeitar a norma religiosamente, é de fazer dela uma zombaria, um objeto de depreciação; o que implica sustentar que a norma não é uma eminência, de modo que ela não é digna de nossa completa obediência. Diferentemente, o que está em questão para o psicanalista é o fato de que “mesmo entre as pessoas mais normais e no interior da aplicação plena e inteira, e de boa vontade, das normas, bem! Isso não funciona” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 194). Assim, ao buscarem impor saídas universais a partir do ideal viril e do ideal feminino para homens e mulheres respectivamente, as normas parecem operar no sentido de engolir a estranheza do gozo que assombra cada um.

Diante desse fracasso, Lacan (1961-1962/2003, p. 195) afirma que o lugar do analista não é o de pregar uma nova erótica, oferecendo respostas *prêt-à-porter*; trata-se, antes, de acompanhar as invenções de cada analisante para se haver com a estranheza do seu gozo, tendo em vista suas “soluções artesanais”. Talvez seja essa uma das contribuições centrais a serem extraídas da psicanálise para sua interface com os debates de gênero e sexualidade, na medida em que a direção ética que se deduz da clínica não deixa de ser também uma política, que sustenta a importância de preservar algo da singularidade que não se acomoda nas imposições coletivas do social. Dessa maneira, se levarmos a sério

o fracasso estrutural que assombra os semblantes da virilidade (que buscam universalizar as soluções impostas pelos ideais fálicos), abre-se a possibilidade de constatar que as tentativas de dominação dos homens sobre as mulheres, no fundo, serão sempre falhas, ou sempre sintomáticas de seu próprio fracasso, na medida em que só podem ser vividas sobre um fundo de impotência dos homens, estratégia que deflagra sua incapacidade de se haver com sua própria castração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como saldo da discussão, acreditamos ter sido possível elencar algumas contribuições teórico-clínicas da psicanálise que nos sirvam para enriquecer o debate com autoras como Rubin e Butler. O ponto principal é que, ao nos debruçarmos sobre os mecanismos da dominação social, não podemos nos deixar enganar pela aparente consistência que nos é vendida pelos semblantes da virilidade, de modo que precisamos nos arriscar a tomar os impasses masculinos para além dos ideais que encobrem seu próprio sofrimento. Dessa forma, nossa proposta é que, ao adentrarmos os debates de gênero e sexualidade, não nos detenhamos na imposição normativa operada pelos sistemas de parentesco heterossexual. Afinal, esses ideais simbólicos não encontram no Outro nenhuma garantia de seu sucesso, com a consequência de que um estudo dos privilégios simbólicos dos homens em nossa cultura – ou mesmo sua desconstrução – não esgota o que está em jogo nesse assunto.

Para além dos ideais, encontramos precisamente a castração masculina, que aqui apresentamos sob dois aspectos: primeiro, a partir da insuficiência do pai, que não oferece ao sujeito nenhuma garantia quanto ao desejo (o que se articula à inexistência de um Outro do Outro em Lacan); e, segundo, a partir da aflição que o falo encarna no real, pelo fato de ele não se prestar a nenhuma mestria por parte do sujeito, com um funcionamento que se alterna entre ereção e detumescência à revelia das tentativas conscientes de controle por parte de seu portador. Assim, as normas do parentesco discutidas por Rubin e Butler talvez tentem escamotear justamente essa dimensão do real que excede os ideais simbólicos. Nesse sentido, sustentamos a hipótese de que as normas

sociais buscam encobrir a castração paterna e a aflição masculina diante do falo, que ficam ocultas sob os semblantes da virilidade.

Tendo isso em mente, não podemos operar em nossas leituras como se o Pai e o falo fundassem uma garantia para o sujeito, como se esses operadores fornecessem um $S(A)$, uma dominação completa, sem nenhum resto de sua operação. Afinal, a crença na fantasia de um homem íntegro e consistente é vendida pela própria ordenação fálica como tentativa de velar sua castração. Contrariamente a isso, o que nos cabe é explorar as consequências da castração masculina para pensarmos as normas de gênero e sexualidade, bem como sustentar aquilo que a clínica psicanalítica encontra diante desses impasses como horizonte em sua prática.

Isso é, num percurso de análise, ao deixar cair os ideais que o orientaram até então, o sujeito se depara com um efeito de fratura em relação às suas identificações fálicas. Numa experiência analítica, os semblantes da virilidade são denunciados como um engodo que vela precisamente o furo $[S(A)]$ que subjaz à ordenação normativa do simbólico. Dessa forma, uma parte decisiva de um processo de análise pode mesmo ser pensada como o desafio de fraturar o gênero, lido enquanto inscrição fálica do sujeito no discurso. Se os ideais do gênero operam a partir da crença nos semblantes ofertados pelo Outro, uma psicanálise se torna, de certa forma, uma das operações que permitem desfazer o gênero enquanto ideal regulatório ao fraturar a crença no falo como elemento que garantiria uma consistência para o ser falante, abrindo para a dimensão real do furo $[S(A)]$ que reside para além de todo gênero.

REFERÊNCIAS

- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990)
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. New York & London: Routledge.
- Freud, S. (2019). *A interpretação dos sonhos*. São Paulo: Cia. das Letras. (Original publicado em 1900)
- Freud, S. (1996). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. X. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1909)
- Lacan, J. (1974-1975). *O seminário, livro 22: RSI*. Inédito.
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário de 1956-1957)
- Lacan, J. (1995). *Conferências nos EUA*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Conferências proferidas em 1975)
- Lacan, J. (1998). A significação do falo. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1958a)
- Lacan, J. (1998). Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1958b)
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário de 1957-1958)
- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 9: a identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Seminário de 1961-1962)
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário de 1962-1963)
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário proferido em 1975-1976)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário de 1959-1960)

- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário de 1972-1973)
- Lacan, J. (2010). *O Seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário de 1960-1961)
- Lacan, J. (2016). *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário de 1958-1959)
- Miller, J.-A. (2013). O Outro sem o Outro. *Boletim da Escola Brasileira de Psicanálise*. Recuperado em 22 fev. 2019 de <<https://www.ebp.org.br/dr/orientacao/orientacao005.asp>>.
- Rubin, G., & Butler, J. (2003). Tráfico sexual – entrevista. *Cadernos Pagu*, 0(21), 157-209. Recuperado em 22 fev. 2019 de <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644617>>.
- Rubin, G. (2017). O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In Rubin, G. [Autor], *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora. (Original publicado em 1975)
- Teixeira, A. M. R. (1999). *O topos ético da psicanálise*. Porto Alegre: EDIPUC-RS.

Recebido em 03 de maio de 2018

Aceito para publicação em 13 de setembro de 2020

INCIDÊNCIAS DA DIFERENÇA SEXUAL NO FINAL DE ANÁLISE: DO DUAL AO SINGULAR

*Luiz Fellipe de Almeida Santos**
*Pedro Eduardo Silva Ambra***

RESUMO

O artigo visa apresentar a teorização de final de análise empreendida por Jacques Lacan ao longo de seu ensino, demonstrando sua posição ética e epistemológica fundamentada na singularidade da experiência analítica. Discutiremos, inicialmente, a maneira pela qual tanto Freud quanto muitos autores pós-lacanianos postulam uma diferença irreduzível entre “homens” e “mulheres” no horizonte do tratamento. Por outro lado, a partir da apresentação de diferentes teorias de fim de análise em Lacan, bem como do resgate de sua crítica em relação à limitação da sexualização dual, o artigo defenderá que a lida de cada sujeito com seu *sinthoma* tem primazia em relação à bipartição das identificações e das modalidades de gozo.

Palavras-chave: final de análise; sexualização; singularidade; Jacques Lacan.

INCIDENCES OF SEXUAL DIFFERENCE AT THE END OF ANALYSIS: FROM DUAL TO SINGULAR

ABSTRACT

The paper aims to present the theorization of the end of analysis conducted by Jacques Lacan throughout his teaching, demonstrating its ethical and epistemological position founded on the singularity of the analytical experience. We discuss how Freud and many post-lacanian authors propose indeed an irreducible difference between “men” and “women” at the treatment horizon. On the other hand, after presenting several theses on the end of

* Psicanalista. Mestrando no programa de pós-graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Bolsista do CNPq.

** Psicanalista. Doutor pela USP e pela Université Paris VII. Professor da PUC-SP e pesquisador do Latesip-USP.

analysis problem made by Lacan as well as his critique on the limitation of the sexuation dualism, the paper argues that the subject's sinthome singularity has primacy over the identification and jouissance bipartition.

Keywords: end of analysis; sexuation; singularity; Jacques Lacan.

INCIDENCES DE LA DIFFÉRENCE SEXUELLE À LA FIN DE L'ANALYSE: DU DUAL AU SINGULIER

RÉSUMÉ

L'article présente quelques repères sur la théorisation de la fin de l'analyse faites par Jacques Lacan tout au long de son enseignement, en démontrant que son posture éthique et épistémologique est fondée dans la singularité de l'expérience analytique. Nous discutons, d'emblée, la façon par laquelle soit Freud soit beaucoup d'auteurs post-lacaniens postulent une différence irréductible entre les "hommes" et les "femmes" dans l'horizon de la cure. Dans un autre côté, à partir de la présentation de divers théories de fin de l'analyse chez Lacan, aussi bien que le retour de sa critique par rapport à la limitation de la sexuation dual, l'article défendra que le savoir y faire de chaque sujet avec son sinthome a la primauté par sur la bipartition des identifications et des modalités de jouissance.

Mots-clés: fin de l'analyse; sexuation; singularité; Jacques Lacan.

Peço desculpa se o que eu digo parece – mas não é – audacioso. Posso somente testemunhar sobre aquilo que a minha prática oferece. Uma análise não tem que ser levada muito longe. Quando o analisante pensa que é feliz em viver, já é suficiente.

Jacques Lacan, 1975¹

Desde o início da prática e teoria psicanalíticas, a questão do fim do tratamento ocupou analistas de diferentes maneiras. Desde o distanciamento da noção médica de *alta* e – como no caso Dora – das chamadas interrupções do tratamento, passando pela proposta balintiana da identificação do paciente ao *ego* do analista, nos anos de 1950, até as elaboradas formalizações lacanianas sobre o final de análise, o tema parece render ainda hoje um grande número de debates e produções. Na medida em que a questão se entrelaça com a própria formação de analistas, torna-se ainda mais relevante saber quais os critérios a partir dos quais pode-se constatar que uma análise encontrou seu termo.

Dentre todas as vertentes psicanalíticas, a lacaniana talvez se destaque por ser aquela que mais frontal e frequentemente reflete sobre o final de análise. Ao nos debruçarmos sobre o que tem sido produzido sobre o tema nesse campo, constatamos uma espécie de tendência contemporânea a aproximar as reflexões do fim do tratamento com a dita teoria da sexuação, desenvolvida no início dos anos 1970 pelo psicanalista francês. Na opinião de muitos comentadores, haveria, *grosso modo*, uma diferença sensível nos finais de análise daqueles considerados *homens* e daquelas que estariam do lado *mulher* da sexuação, constatada, por exemplo, no dispositivo do passe. Tal ideia parece, de alguma forma, retomar a constatação freudiana de que haveria dois limites distintos para o tratamento de homens e mulheres.

Este artigo questiona o estatuto epistemológico de tais leituras à luz dos próprios fundamentos da teoria lacaniana. A partir da exposição dos percalços freudianos na compreensão das diferenças sexuais e de como sua clínica refletiu uma binariedade sexual pela consistência imaginária das reivindicações fáticas, procuraremos demonstrar de que maneira a clínica também bipartida de muitos pós-lacanianos é tributária de outras substancialidades que se afastam da negatividade que fundamenta o pensamento de Lacan. Logo, afastam-se dos princípios de seu avanço em relação ao impasse da castração em que patinava a teoria freudiana. Assim, ao apontar tais desvios epistemológicos, finalizamos este trabalho esclarecendo os fundamentos da teorização lacaniana de final de análise e os desenvolvimentos do psicanalista no campo da sexuação, buscando demonstrar que estes não implicam, em medida alguma, a dualidade predicativa encontrada nos comentadores citados. Nesse sentido, a direção da análise se baseia na singularidade e não na coletivização dos modos de gozo.

FINAIS DE ANÁLISE EM FREUD: A PROPÓSITO DAS DIFERENÇAS SEXUAIS

Para Freud, os impasses da teoria da sexualidade eram também as maiores dificuldades do fim da análise, na medida em que a vertente quantitativa da exigência pulsional e o *dark continent* da feminilidade se destacam no seu texto “Análise terminável e interminável” (1937/1975)

como obstáculos irremediáveis no final do tratamento (Freud, 1926/2014, p. 130). Retroativamente, pode-se dizer que a questão do fim da análise não encontrou propriamente uma resolução completa na teoria freudiana (Almeida-Santos, 2018). Cerca de dez anos após Sandor Ferenczi tratar do tema em “O problema do fim da análise” (1927/1992), Freud escreve “Análise terminável e interminável”, em 1937, como uma espécie de *compte rendu* da evolução de sua teoria, tendo sido, até nossos dias, fonte de debates e divergências sobre os alcances da clínica que inventou. As formulações, os esclarecimentos e as ambiguidades que encontramos nas entrelinhas desse trabalho tardio dialogam com o surgimento da psicanálise, na medida em que expõem dificuldades que foram surgindo com o desenvolvimento da teoria.

Notemos um detalhe importante: o final de “Análise terminável e interminável” (1937/1975) desemboca na temática do complexo de castração, que, à época desse ensaio, ainda consistia em um impasse intransponível da análise. Freud é categórico: “Frequentemente temos a impressão de que o desejo de um pênis e o protesto masculino penetraram através de todos os estratos psicológicos e alcançaram o fundo, e que, assim, nossas atividades encontram um fim” (Freud, 1937/1975, p. 287). Assim, a posição freudiana contrapõe-se abertamente à posição de Ferenczi em “O problema do fim da análise” (1927/1992), para quem o sucesso da análise dependia de que o complexo de castração fosse vencido.

Todo paciente masculino deve chegar a um sentimento de igualdade de direitos em face do médico, indicando assim que superou a angústia da castração; todo doente do sexo feminino, para que se possa considerar que venceu a sua neurose, deve ter vencido o seu complexo de virilidade e ter-se abandonado sem o menor ressentimento às suas potencialidades do pensamento do papel feminino (Ferenczi, 1927/1992, p. 22).

A teoria freudiana da sexualidade reconheceu, desde muito cedo, a determinação que a angústia de castração e a inveja do pênis têm na economia psíquica. Nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905/2016), apoiando-se em hipóteses biológicas e psicológicas, Freud já sustentava sua teoria da bissexualidade e afirmava, apesar do reconhecimento do caráter masculino da libido, que: “no caso do ser

humano, nem no sentido psicológico nem no biológico se acha uma pura masculinidade ou feminilidade [...] tanto na medida em que esses traços de caráter psíquicos dependam dos biológicos como em que sejam independentes” (Freud, 1905/2016; nota acrescentada de 1915, p. 139-140). Também nesse trabalho, Freud lança a primeira hipótese quanto às diferenças sexuais: “A suposição de que há o mesmo genital (masculino) em todas as pessoas é a primeira das teorias sexuais infantis regulares e prenes de consequências” (Freud, 1905/2016, p. 104).

Em “A organização genital infantil” (1923/2011), Freud, logo após a formulação do dualismo pulsional da segunda tópica, sublinhou que a representação da mulher inexistia no inconsciente. O complexo de castração é fundamental no desenvolvimento da criança, que, diante da diferença anatômica entre os sexos, deve se posicionar para construir sua identidade sexual. A anatomia tem consequências psíquicas, mas o saber sobre o sexo é fálico (Freud, 1925/2011). Diante desse indício acerca da realidade anatômica em jogo na sexualidade humana, de que a representação inconsciente dos sexos não conhecia uma bipartição, mas um monopólio pulsional sob a marca fálica da dialética sexual, Freud estava consciente dessa ausência de “paralelismo” sexual e considerou a feminilidade um “enigma” (Freud, 1931/2010, p. 373; 1933/2010, p. 268).

Apesar de ter trabalhado com expressões como “primazia do falo” e “organização fálica” (Freud, 1923/2011; 1924/2011), isto é, compreendendo a significação fálica no psiquismo como moeda universal do sujeito humano, a investigação freudiana sempre se manteve tributária da consideração hereditária na determinação desse fenômeno: “Embora o complexo de Édipo seja vivido pela maioria das pessoas individualmente, ele é um fenômeno determinado pela hereditariedade, por ela estabelecido, que programadamente deve passar, quando começa a fase seguinte e predeterminada do desenvolvimento” (Freud, 1924/2011, p. 205).

Em “A dissolução do complexo de Édipo” (1924/2011, p. 211), após descrever as vicissitudes da sexualidade do menino no complexo de Édipo, Freud reconhece que, em relação à menina, o que se sabe é “obscuro e insuficiente”. Com efeito, todo o raciocínio do complexo de castração gira em torno da posse do falo, em poder perdê-lo e em se sentir em falta, restando ao sujeito feminino se constituir conforme a universalidade dessa

lógica. Enquanto o complexo de Édipo masculino cessa com o complexo de castração, o feminino se dá *a partir* desse complexo: “a menina aceita a castração como fato consumado, enquanto o menino teme a possibilidade da consumação” (Freud, 1924/2011, p. 212).

Notemos como os três destinos do complexo de castração que Freud descreve em “Sobre a sexualidade feminina” (1931/2010) são todos subordinados à lógica fálica. O primeiro se dá a partir da insatisfação da mulher em relação a sua anatomia, o que culmina no abandono da atividade sexual. O segundo se configura como uma obstinada autoafirmação de sua masculinidade, apegando-se à ilusão de possuir um pênis algum dia. Freud considera o terceiro destino da sexualidade feminina como a “configuração feminina normal, que toma o pai como objeto e, assim, alcança a forma feminina do complexo de Édipo” (Freud, 1931/2010, p. 379).

Conforme Pommier (1991) esclarece, a equação produzida entre falo e pênis conduz ao desconhecimento de que o significante fálico é, na verdade, o índice da falta que constitui qualquer sujeito, anatomicamente homem ou mulher. Lacan será o responsável por essa distinção decisiva entre o que é da ordem da linguagem e as contingências concretas que vêm responder pelas questões implicadas na vida do sujeito enquanto efeito do significante. Quando seguimos os desenvolvimentos freudianos relativos à teoria da sexualidade, percebemos que o processo de se tornar mulher ficou subordinado aos limites dessa equivalência entre falo e pênis.

Retomando a questão relativa à direção do tratamento, percebe-se que precisamente sobre esse ponto consistia o grande desafio do fim de suas análises, que esbarravam na primazia do falo com suas recusas e querelas. A saída freudiana residiu em continuar a atribuir um substrato biológico ao complexo de castração, restando a impossibilidade de “descrever o que é a mulher” e o “incentivo” para que o analisante reveja sua posição (Freud, 1933/2010, p. 269; 1937/1975, p. 287).

Em “Análise terminável e interminável” (1937), apesar do tom de resignação quanto à possibilidade de superação do “repúdio da feminilidade” presente em ambos os sexos, Freud considera que se trata de uma questão de escolha, passível de ser reexaminada (Freud, 1937/1975, p. 287). Não obstante essa dificuldade se alinhar à hipótese de Freud

sobre sua origem filogenética – um impasse biológico –, o texto se encerra da seguinte maneira, apontando a possibilidade de uma mudança:

O repúdio da feminilidade pode ser nada mais do que um fato biológico, uma parte do grande enigma do sexo. Seria difícil dizer se e quando conseguimos êxito em dominar esse fator num tratamento analítico. Só podemos consolar-nos com a certeza de que demos à pessoa analisada todo incentivo possível para reexaminar e alterar sua atitude para com ele (Freud, 1937/1975, p. 287).

Com efeito, diante da indecidibilidade em relação à análise finita, Freud acaba aceitando que o fim da análise é uma “questão prática” (Freud, 1937/1975, p. 284). A variável sexual é, portanto, enfatizada, nesse texto, na medida em que sua teoria não conseguiu resolver o impasse das diferenças sexuais, reconhecendo a primazia do falo e a respectiva oposição fálico/castrado como eixo de subjetivação da sexualidade para ambos os sexos. A partir de uma perspectiva marcada pelo pensamento lacaniano, pode-se dizer que sua teorização se manteve atrelada a uma concepção imaginária da dialética do complexo de castração, reproduzida no nível transferencial. A análise que Freud faz do trabalho psíquico das diferenças anatômicas entre os sexos desemboca, conforme a posição darwiniana de sua obra, na atribuição de uma causa filogenética para esse impasse. Todo o drama da cena neurótica que constitui essa crise do fim da análise é, na verdade, como vimos, ressonância das estratégias que o sujeito pode encontrar para se defender de sua falta – fato de linguagem –, o que implica uma forma de lidar com sua anatomia. Nota-se, assim, que a anatomia também é o destino no fim de análise freudiano.

A ABORDAGEM PÓS-LACANIANA DO FINAL DE ANÁLISE PELA DUALIDADE SEXUAL

As soluções que Lacan proporá a esse impasse do fim de análise são inseparáveis daquelas relacionadas às problemáticas da sexualidade, muito embora seu nível de análise transcenda a narrativa da ficção fantasmática, propondo a solução para esse entrave transferencial no nível simbólico da relação do sujeito com o significante (Lacan, 1962-1963/2005). Como vimos, as dificuldades freudianas na compreensão da diferença entre os sexos

se refletiram no desfecho de suas análises, na medida em que uma concepção transferencial pautada na repetição pressupõe uma analogia entre a estrutura dos limites do desenvolvimento psicosexual e o termo do tratamento.

Brousse (1995), por outro lado, defende que o final de análise propriamente lacaniano só pode ser estabelecido graças a um decisivo passo teórico duplo: trata-se da invenção do objeto *a* e a formalização da não-simetria que sustenta as posições sexuais. A autora se pauta pela recomendação de Lacan (1971-1972/2008, p. 173), no Seminário *O saber do psicanalista*, a respeito das quatro fórmulas construídas para esquematizar os posicionamentos sexuais em relação à função fálica: “Sem esse conjunto, é impossível orientar-se corretamente no que concerne à prática da psicanálise [...]”. A psicanalista ainda sustenta que a posição feminina deve ser entrevista na análise, a qual se orienta pelo axioma lacaniano condensado nas fórmulas sobre a impossibilidade de se escrever a relação sexual.

Conforme lembra Le Gaufey (2015), as fórmulas da sexuação, por esclarecerem fundamentalmente o impossível lógico da relação sexual, furtam-se a quaisquer essencialismos a respeito do que seria o “homem” ou a “mulher” em termos de identidade de gênero ou sexualidade. Muito embora note-se que o próprio Lacan (1972-1973/2010, p. 102), no Seminário *Encore*, por vezes acaba destoando da potência do formalismo de sua invenção quando empreende sua aplicação para a análise de questões propriamente ligadas a gênero e sexo, tratados por vezes indistintamente. Trechos como “esse gozo, em que ela é ‘não toda’ [...] ela encontrará aí a rolha desse pequeno *a* que será seu filho” denunciam uma confusão entre formalização e problemáticas referentes à identidade de gênero.

Entretanto, mesmo na obra lacaniana, nota-se que as novidades teóricas condensadas na tábua da sexuação do Seminário *Encore* se emanciparam de sua proposição inicial, sendo que a própria noção de “lados” para descrever a sexuação vai se esvaindo cada vez mais na medida em que Lacan começa a fazer uso da topologia borromeana para apresentar o espaço do ser falante. Como o autor explicita no Seminário *RSI*, o nó borromeano “dá conta” da “experiência analítica”, “e é nisso que consiste seu valor” (Lacan, 1974-1975, p. 14). Isto é, em vez de tentativas descritivas do que seria da ordem do masculino ou do feminino, sob a égide de uma teorização heterocêntrica, como é ainda o caso em algumas passagens do Seminário

Encore, no nó borromeano temos três modalidades de gozo (gozo fálico, gozo do Outro e o chamado gozo do sentido), não mais duas como na tábua da sexuação. Além disso, sai de cena a sobreposição do homem enquanto o sujeito da fantasia e o objeto *a* torna-se “o cerne elaborável do gozo” (Lacan, 1974/2002), localizado no centro da amarração borromeana, não mais associado exclusivamente ao gozo fálico, como o era no patamar inferior do esquema da sexuação do Seminário *Encore*. O gozo feminino, por sua vez, também se desvincula de seu viés sexuado e será redescrito entre o real e o imaginário como gozo do Outro.

Na “Nota italiana” (1973/2003, p. 312), contemporânea ao Seminário *Encore*, Lacan já se utilizava do conceito de não-todo desvinculado de sua fundamentação sexuada para descrever a posição do analista: “é do não-todo que depende o analista”, isto é, ele aloja um saber “que deve levar em conta o saber no real”. A partir de um comentário sobre a errância pulsional diante do objeto *a*, saber que concerne ao final da análise e demonstra a própria estrutura da linguagem, Lacan acrescenta: “O fulano [*gar(r)s*] ou a fulaninha [*garce*] em questão revezam-se aí sem problemas” (Lacan, 1973/2003, p. 314). Assim, como se observa na citação, a ultrapassagem do rochedo transferencial freudiano se dá pela relação singular do sujeito diante da castração simbólica, consideração que mantém a primazia fálica no centro da direção do tratamento, mas liberta do engodo *imaginário* da fantasia. O único limite irredutível a essa liberdade quanto ao saber sobre a estrutura do *simbólico* é o *real* do gozo na letra do sintoma. O fim da análise é o *savoir-y-faire* com um enlace singular de RSI.

Ainda sobre essa passagem da “Nota italiana” (1973/2003), ela condensa um ponto importante, por vezes ignorado por comentadores: diferentemente de Freud, tanto aqui como em outras passagens sobre a direção do tratamento, a posição do analista e o fim de análise, *não há nenhum desenvolvimento teórico que procure diferenciar maneiras masculinas ou femininas de desenlace*. Por outro lado, a maior parte dos pós-lacanianos, em se tratando da questão da sexuação no tratamento, mantém-se tributária do aparente dualismo sexual que é tão marcante na época do Seminário *Encore*, aportando-o para o campo clínico sem questionamentos mais detidos sobre outros pontos do ensino laciano. No que tange ao fim da análise, tentativas de se pensar saídas distintas

conforme os “sexos” vão de encontro à teorização lacaniana sobre esse tema, na medida em que a ética da psicanálise sustenta um desenlace lógico para o sujeito e a causa de sua divisão sem qualquer menção a uma possível dualidade sexuada, sem nenhuma argumentação ou formalização a respeito de modos sexuados de se posicionar em relação às coordenadas lógicas da análise: travessia da fantasia, identificação ao sintoma, destituição subjetiva (Lacan, 1967/2003, 1976-1977).

Fink (1998) é exemplo de um autor que procura correlacionar sexualização e fim de análise, pensando o processo analítico a partir da definição de homens e mulheres segundo formas distintas de alienação na linguagem, fomentado sobretudo pela interpretação dualista da proposta teórica do Seminário *Encore*. O autor afirma que a distinção sexual se dá por conta de formas diferentes de se estar dividido, enquanto sujeito, em relação ao significante, isto é, o todo e o não-todo. Assim, para o psicanalista, o “além da neurose” que Lacan teorizara entre os anos 1950 e 1960, propondo a subjetivação da causa, parece ser, no Seminário *Encore*, “um caminho além da neurose, o caminho daqueles caracterizados pela estrutura masculina. O outro caminho – da sublimação – é específico daqueles caracterizados pela estrutura feminina” (Fink, 1998, p. 144). Fink (1998, p. 144) ainda sustenta: “O caminho masculino poderia então ser classificado como aquele do desejo (tornando-se a própria causa do desejo), enquanto o caminho feminino seria aquele do amor”.

É preciso notar, contudo, que tais desenvolvimentos não apontam uma distinção rigorosamente fundamentada na formalização quântica lacaniana, nem mesmo diretamente no patamar inferior da tábua da sexualização, referente aos modos de gozo, embora o pensamento do autor pareça partir das especificidades que comporiam os “lados” masculino e feminino. Fink (1998, p. 147) dirá ainda: “Cada sexo parece ser chamado a desempenhar uma parte relacionada com os próprios fundamentos da linguagem: os homens desempenham a parte do significante, enquanto as mulheres representam a parte de *l'être de la signifiante* [o ser da significância] [...]”. Assim, o autor diferencia dois modos de subjetivação: a masculina como “a produção/criação de sua própria alteridade na qualidade de causa eficiente (o significante), enquanto a subjetivação feminina envolveria a produção/criação de sua própria alteridade na

qualidade de causa material (a letra)” (Fink, 1998, p. 144). O movimento aqui é sutil, mas prenhe em consequências: apresenta-se a subversiva crítica da ontologia do não-todo para, em seguida, predicá-la e marcá-la sexuadamente no que tange ao final da análise.

A aproximação que o autor faz entre o gozo do Outro e o conceito de letra, buscando aproximar S_1 de $S(\mathcal{A})$, conforme a versão desse matema na tábua da sexuação, nunca foi empreendida por Lacan, o qual, aliás, parece tratar da noção de *ser da significância*, no Seminário *Encore*, a partir do gozo fálico, em oposição ao ser pré-significante da filosofia, compreendido numa realidade pré-discursiva (Lacan, 1972-1973/2010).

É importante ter em mente a diferença entre possíveis constatações fenomenológicas clínicas e distinções que teriam algum fundamento epistemológico, a partir da formalização lógico-matemática que serviu a Lacan para despir a não-relação sexual de suas tonalidades imaginárias. Se nos ativermos a essa primeira intenção das fórmulas da sexuação, verificamos que, quando Lacan aponta diferenças entre homens e mulheres, seus comentários, por vezes, limitam-se a observações de ordem quantitativa, não dizendo respeito a dissimetrias lógicas que se sustentariam a partir de uma leitura rigorosa de seu esquema da sexuação ou que justificariam uma dualidade categórica de “sujeitos” ou “falasses”. Tal bipartição é absolutamente heterogênea à negatividade em que se fundamenta o pensamento lacaniano.

Por exemplo, no *Seminário 10: a angústia* (1962-1963/2005) nota-se uma espécie de esboço de formulações acerca do homem e da mulher a partir da novidade teórica do objeto pequeno *a* enquanto causa de desejo, sobretudo porque o índice clínico desse excesso de gozo é a angústia, situada por Lacan entre o gozo e o desejo. Nesse sentido, Lacan dirá que as mulheres são superiores em relação ao gozo, *mais reais* que os homens, pois “seu vínculo com o nó do desejo é *bem mais frouxo*” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 202; grifo nosso). O autor também comenta que as analistas apresentam mais liberdade para sustentar o lugar de causa de desejo na transferência, pensamento parecido com este do Seminário *RSI* (1974-1975, p. 34; grifo nosso), cerca de dez anos mais tarde: “[...] as analistas mulheres estão certamente *mais à vontade* no que se refere ao inconsciente. [...] se eu devesse localizar em algum lugar a ideia de

liberdade, seria evidentemente numa mulher que eu a encarnaria”. Entretanto, na lição anterior desse mesmo seminário, Lacan dissera que “a mulher não tem a sofrer nem mais nem menos de castração que o homem” (Lacan, 1974-1975, p. 30). Mas mesmo aqui nota-se um esforço de Lacan em não os diferenciar qualitativamente no que tange à castração e, portanto, a esse suposto limite do final da análise.

No *Seminário 17*, por exemplo, Lacan faz a observação de que as mulheres são *menos fechadas* que os homens em relação ao discurso (Lacan, 1969-1970/1992, p. 52; grifo nosso). Na mesma toada, na conferência “A terceira”, o autor diz, também sobre as mulheres: “[...] a tratá-las de sintomas, não se força a barra, porque definir o sintoma como fiz, a partir do real, é dizer que as mulheres o *exprimem também muito e muito bem* o real, visto que justamente insisto a respeito de que as mulheres não são todas” (1974/2002; grifo nosso). Dessa aproximação das mulheres ao real Lacan ainda afirma que *é mais difícil* para uma mulher fazer semblante de objeto *a*, em se tratando de analistas, posicionamento que parece ser diferente daquele do *Seminário 10* (1962-1963/2005), quando ele afirmou que as mulheres seriam mais livres nesse lugar.

Na antecâmara da proposição da sexuação, ao discutir as posições sexuadas a partir da noção de *semblante*, em 1971, Lacan sustenta uma equivalência no processo relativo à castração entre homens e mulheres, na medida em que:

A verdade com a qual não há um desses jovens seres falantes que não tenha de se confrontar é que existe quem não tenha falo. É uma dupla intrusão na falta, porque existe quem não o tenha e, ainda por cima, essa verdade faltava até então. *A identificação sexual não consiste em alguém se acreditar homem ou mulher, mas em levar em conta que existem mulheres, para o menino, e existem homens, para a menina.* E o importante nem é tanto o que eles experimentam, o que é uma situação real, permitam-me dizer. É que, para os homens, a menina é o falo, e é isso que os castra. Para as mulheres, o menino é a mesma coisa, o falo, e ele é também o que as castra [...]. (Lacan, 1971/2009, p. 33; grifos nossos).

Isso não significa, contudo, que Lacan ignore as ditas diferenças sexuais, mas quando o faz recorre sempre a expedientes quantitativos e aproximativos, quando diz, por exemplo, no mesmo seminário que, em comparação ao

homem, “a mulher tem uma *enorme* liberdade com o semblante” (Lacan, 1971/2009, p. 34; grifo nosso). Notemos que, mesmo em tal exercício superlativo, estamos numa lógica distinta da escolha forçada, binária e incontornável de uma leitura dual das fórmulas da sexuação.

“Enorme”, “mais”, “menos”, “maior”, “menor”: a mensuração lacaniana, contudo, não biparte a universalidade da teoria do sujeito nem aquela do espaço borromeano do falasser, tomadas na singularidade do caso a caso em se tratando do fim de análise. Miller (2010), por outro lado, em conferência realizada em Buenos Aires em 1992, parece ir de encontro com a indistinção de Lacan no que tange ao fim de análise e se atém a diferenças fenomenológicas de intensidade para desembocar em finais de análise conforme se é “homem” (identificação ao sintoma) ou “mulher” (travessia da fantasia). O primeiro advém com a revelação do gozo do sintoma, que põe fim à falta-a-ser. O analisante se transforma no sintoma e não há mais queixa. Na outra vertente que o autor aponta, pela travessia da fantasia, “há um afeto de liberdade e de acesso à contingência” (Miller, 2010, p. 18). Apontando que sua conclusão é “bastante transitória”, o autor afirma que a experiência do passe ensina que “há uma incidência da diferença sexual quanto à fantasia” (Miller, 2010, p. 18). O psicanalista afirma que, nas fórmulas da sexuação, a do desejo masculino se coaduna com esse final de análise pela identificação ao sintoma. Sua hipótese é que Lacan teria aceitado um final de análise com um não mais além na identificação ao sintoma, isto é, haveria um impasse masculino quanto a $S(\mathcal{A})$, o significante último encobrendo esse furo da estrutura. Assim, segundo o autor, na análise, “como essas duas fórmulas indicam, no momento em que um homem encontra as vias do seu desejo, a função Φ se torna mais insistente, ao passo que, quando se abrem as vias do desejo para uma mulher, ela tem acesso ao \mathcal{A} , ou seja, que o Outro não existe” (Miller, 2010, p. 15). O autor ressalta que “o final da análise que tem que ver efetivamente com reconhecer o falo como semblante, no que diz respeito ao gozo, deve ser visto e considerado do lado da sexualidade feminina” (Miller, 2010, p. 21).

A coletânea da Associação Mundial de Psicanálise [AMP] (1995) sobre o fim da análise afirma, dentre diversos exemplos de diferenças sexuais colhidos em relatos do passe, ser evidente que homens e mulheres

terminam suas análises de formas distintas. No livro, há distinções em relação à consistência da fantasia, ao semblante, à castração e ao sintoma. Entretanto, mesmo na linha do raciocínio milleriano (Miller, 2010), as indicações da coletânea se mantêm no nível de constatações clínicas de “mais” ou “menos” intensidade. Afirmando que “o véu do pudor não tem a mesma função nos dois sexos”, o texto traz observações como: “as mulheres falam do amor, enquanto os homens *mais comumente* silenciam”; em relação às “imagens do Outro”, a coletânea aponta que há uma “dissimetria da relação com a castração”, “nas mulheres, em termos de falta-a-ser, e nos homens, em termos de falta-a-gozar”; para as mulheres, “*desenvoltura maior* no tocante à consistência da fantasia”, e, para os homens, a travessia da fantasia parece *especialmente difícil*” (AMP, 1995, p. 160, 165, 170; grifos nossos).

Coelho dos Santos (2008) defende a investigação sobre finais de análise em função da posição sexual propondo a atualização dos princípios da direção do tratamento. A autora aponta o “declínio da função paterna” na contemporaneidade como justificativa para a consideração dos diferentes modos de gozo, tendo em vista retificações na direção da cura a partir da sexuação, e sustenta: “porque o gozo não se reduz ao sentido, o homem e a mulher não podem ser reduzidos ao sujeito do significante’, nem a particularidade do seu desejo pode ser homogeneizada sob a fórmula do fantasma unissex: \$ ◇ a” (Coelho dos Santos, 2008, p. 111).

Pensar o final de análise a partir de supostas coordenadas duais da sexuação nos traz dois problemas epistemológicos. Em primeiro lugar, trata-se justamente dessa ênfase que boa parte da comunidade pós-lacaniana deposita sobre a sexuação a partir do periclitante empreendimento lacaniano de formalização da não-relação sexual sobreposto a uma lógica identitária binária (Silva Junior, 2017), considerando, como o autor fez ao longo do Seminário *Encore*, a sexuação a partir da dualidade modal em relação ao gozo sem, entretanto, se desprender, a despeito de sua tentativa formal, de aspectos imaginários ligados a identidades de gênero sob uma óptica heterocêntrica. Embora Lacan tenha resvalado para essa aparente binariedade, se considerarmos seus seminários em que frontalmente trabalhou a sexuação, é mister que se note a insubstancialidade que fundamenta os semblantes e os modos de relação com a função fálica. Ler

Encore distante desse princípio é esquecer a própria falta-a-ser do sujeito, “cerne da experiência analítica” (Lacan, 1958b/1998, p. 619).

Em segundo lugar, como pretendemos demonstrar adiante, a teoria lacaniana de fim de análise se pautou pela singularidade da relação do sujeito com o significante e o objeto (Lacan, 1967/2003), ou, em termos borromeanos, pela imparidade da resposta sintomática do falasser e seu corpo em relação ao real (Lacan, 1974/2002). Isto é, como aponta Soler (1995), Lacan teria elidido a variável sexual em se tratando do fim da análise – diferentemente de Freud, que enfatizara as diferenças sexuais como motivo de grandes entraves transferenciais.

Segundo Soler (1995, p. 34), uma das únicas referências que não subalterniza o fim de análise em favor de dois fins de análise distintos, “o ser do sujeito em seu universal, como efeito de linguagem, sobressai-se ao ser sexuado”, e essa seria uma das razões que explicam a omissão de Lacan em relação à variável sexual na análise. Assim, a autora lembra que a análise se dá em referência ao que há de sujeito no analisando, “o que nele participa do sujeito como um todo e, como tal, fixado na função fálica” (Soler, 1995, p. 34). Com efeito, no *Seminário RSI*, Lacan atribui uma “função nodal” ao gozo fálico, “e é em torno dela que se funda o que se refere a esta espécie de Real com que a análise tem a ver” (Lacan, 1974/1975, p. 15). Outra ponderação de Soler é que, se aquilo que existe de mais real como gozo é o desafio do final de uma análise, e que esse mais real do gozo é o que mais distingue os sexos, Lacan afirmou, em 1967-1968, na resenha sobre o *Seminário Ato psicanalítico*, que “o gozo se aborda, até na prática, somente pelos sulcos traçados do lugar do Outro” (Soler, 1995, p. 34).

FINAL DE ANÁLISE LACANIANO E A SINGULARIDADE DA EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

Embora a teoria lacaniana tenha promovido avanços notáveis para desembaraçar os nós deixados pelo pensamento freudiano no que diz respeito à problemática das diferenças sexuais, culminando na famigerada invenção lógica do não-todo e na constatação clínica do inominável do gozo do Outro, defendemos que Lacan sempre pensou a questão do fim de análise a partir da universalidade da posição inconsciente do sujeito

ou, mais tardiamente, da configuração borromeana do espaço do falasser. Ainda que, como Brousse (1995) aponta, a evolução da teoria psicanalítica seja fundamentalmente tributária das questões próprias à sexualidade, enquanto Lacan avançava no que chamou, no Seminário *Os não-tolos erram* (1973-1974, p. 186), de “sexuação”, seu interesse, em se tratando do fim de análise, se manteve desprendido de qualquer correlação entre sexuação e as coordenadas lógicas de sua direção do tratamento.

Dos anos 1950 até o início dos anos 1960, Lacan compreendia as diferenças sexuais a partir do complexo de castração, cuja “função de nó” era responsável por instalar o sujeito em uma posição inconsciente para se identificar com “o tipo ideal de seu sexo” (Lacan, 1958a/1998, p. 692). O significante fálico é apreendido por sua função central na economia do saber inconsciente, na medida em que designa “os efeitos de significado”, isto é, a organização fálica da linguagem (Lacan, 1958a/1998, p. 697). O que se observa é, ao mesmo tempo, uma aproximação e um distanciamento de Freud por parte de Lacan, na medida em que, embora o falo seja a referência para o sujeito se posicionar na partilha sexual, a relação com esse significante independe da anatomia, como está explícito no texto “A significação do falo” (1958a/1998).

Pode-se dizer que, nesse momento da obra de Lacan, não havia uma teorização de posições sexuais que se emancipassem de uma homologia com os posicionamentos disponíveis na cultura, isto é, que abarcasse algo do domínio do continente negro da feminilidade na teoria, uma vez que, diante da significação fálica, havia dois modos de o sujeito se posicionar diante do falo, isto é, os tê-lo ou sê-lo. Trata-se de um diagnóstico de maneiras neuróticas de o sujeito lidar com a falta no Outro, e a sexualidade ficava restrita ao plano do desejo. Nessa época, o gozo era concebido por sua negatividade, como perdido no ingresso do sujeito à linguagem. Portanto, em vez de uma posição masculina e outra feminina, parecia haver uma sobreposição dessas posições com os tipos clínicos neurose obsessiva e histeria. O sujeito universal do inconsciente se posiciona em relação à primazia fálica, não havendo distinções quanto ao seu caráter sexuado.

A concepção de fim de análise desse período de ênfase no registro simbólico se coadunava com essa consideração da sexualidade no nível do desejo, isto é, da posição inconsciente do sujeito diante da castração.

Da fala plena ou verdadeira como meta da análise, que buscava implicar o sujeito na assunção de sua divisão subjetiva, à apuração do lugar do significante fálico na estruturação do desejo, como índice da falta-a-ser, as teorizações de final de análise se orientavam pela relação do sujeito com o significante.

Nessa primeira concepção, do texto “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953/1998), a análise visava ao *reconhecimento do desejo* pela via intersubjetiva. A segunda ideia é do escrito “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1958b/1998), em que a variável sexual é claramente estabelecida a partir do par fantasmático ter ou não ter o falo como resultado da desidentificação fálica. Não obstante, em qualquer posicionamento, trata-se da universalidade da castração para o sujeito neurótico:

[...] esse falo o qual recebê-lo e dá-lo são igualmente impossíveis para o neurótico, quer ele saiba que o Outro não o tem ou que o tem, pois, em ambos os casos, seu desejo está alhures – em sê-lo –, e porque é preciso que o homem, macho ou fêmea, aceite tê-lo e não tê-lo, a partir da descoberta de que não o é (Lacan, 1958b/1998, p. 649).

Em “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: Psicanálise e estrutura da personalidade” (1960/1998), as fórmulas dos desejos masculino e feminino, respectivamente $\Phi(a)$ e $\mathbb{A}(\varphi)$, nos apontam finais de análise a partir da aporia freudiana. Entretanto, não se trata de saídas de análise que ultrapassem a universalidade da questão do desejo para o sujeito. A precisão importante que esse texto traz é a diferenciação entre fim e término da análise, em crítica a Michael Balint e sua defesa do término da análise pela identificação com o eu do analista.

Ofimpropriamenteditodaanálisedizrespeitoao reconhecimento do desejo e seu valor de orientação da cadeia metonímica como falta-a-ser, e “é nisso que a psicanálise ordena uma revisão da ética” (Lacan, 1958b/1998, p. 689). Contudo, pode-se dizer que é a partir da invenção do conceito de objeto pequeno *a*, que, no *Seminário 10* (1962-1963/2005), será teorizado como objeto causa do desejo, que Lacan poderá de fato formular posições sexuais que superem a circunscrição do ser e do ter. Com efeito, na medida em que a metonímia do desejo vem testemunhar a perda de gozo implicada

na função vetorial do objeto *a* como resto não assimilável à estrutura da linguagem, e portanto o falo não é mais a “razão do desejo” como o era em 1958 (Lacan, 1958a/1998, p. 700), estamos no caminho de um desenvolvimento teórico que instancia o real no campo do Outro como vestígio da experiência de gozo primordial. Novamente, fica claro que esse conjunto de discussões é distinto daquele da diferença dos sexos e não está a ele subordinado.

Ainda no *Seminário 10*, observa-se um questionamento do limite de final de análise que Freud escrevera em 1937:

Na medida em que a situação do desejo – virtualmente implicada em nossa experiência, e que, se me permitem dizê-lo, tece-a por inteiro – não é verdadeiramente articulada em Freud, o fim da análise esbarra num obstáculo e tropeça no sinal implicado na relação fálica, o (-φ), no que este funciona estruturalmente como (-φ), o que faz com que essa forma seja tomada como o correlato essencial da satisfação.

Se, no fim da análise freudiana, o paciente, *masculino ou feminino*, reclama-nos o falo que lhe devemos, é em função de *uma insuficiência nossa para distinguir a relação do desejo com o objeto e a falta constitutiva da satisfação*” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 262; grifos nossos).

A partir dessa distinção, Lacan propõe que pensemos se o processo analítico é realmente interminável, na medida em que o desejo, que tece inteiramente a experiência da análise, aponta para um resto real não apaziguável por “nenhum falo permanente, nenhum falo onipotente” (Lacan, 1962-1963/2005, p. 262). Entretanto, apesar desse avanço teórico e do ensaio de distinções sexuais em relação ao gozo, ao longo do seminário, Lacan não formula finais de análise distintos para o homem e a mulher.

Essa é a posição que o autor tomará ao longo dos anos 1960. A equação do fim da análise condensada na “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (1967/2003) é pensada a partir do trabalho com a divisão do sujeito. Novamente, aqui a travessia da fantasia e a obtenção do agalma são pensadas sem diferenciação sexual, conforme nota Soler (1995). Por outro lado, as formulações sobre a sexualidade seguiam o rumo das precisões teóricas que culminariam com a distinção de modos de gozo, passando pela formalização dos quatro discursos.

Mas mesmo antes da “Proposição” (1967/2003), encontramos passos decisivos na construção do fim de análise lacaniano propriamente dito no *Seminário 11* (1964/1988). Do objeto *a* como causa de desejo (não mais o “desejo como objeto”, conforme Lacan critica a compreensão freudiana) ao desejo do analista como “desejo de obter a diferença absoluta” entre o sujeito e o significante primordial que o assujeita, o final de análise tem seu fundamento na superação do plano da identificação (Lacan, 1964/1988, p. 20, p. 260). Isto é, na medida em que “a experiência da fantasia fundamental se torna a pulsão”, ou seja, a apreensão do real em jogo na causa do desejo esclarece por que “a fantasia protege o real” (Lacan, 1964/1988, p. 44). Lacan lança a pergunta: “Como um sujeito que atravessou a fantasia radical pode viver a pulsão?” (Lacan, 1964/1988, p. 258). Ele diz que tal questão só fora abordada em se tratando do analista, cuja formação exige essa travessia.

Essas formulações sobre o fim da análise serão retomadas na “Proposição” (1967/2003). A novidade do texto é a apresentação do procedimento do passe. É digno de nota que, nessa época, embora Lacan estivesse esboçando importantes distinções em relação ao que mais tarde se cristalizaria em posições sexuais a partir da lógica dos quantificadores, nesses desenvolvimentos sobre o fim da análise claramente não há coordenadas lógico-clínicas pensadas conforme a dissimetria sexual que então ganhava corpo.

Por exemplo, no *Seminário 14* (1966-1967/2008), Lacan já coloca a mulher em posição homóloga à do objeto *a*, apontando que ocupar esse lugar na relação amorosa não exclui o fato de que ela é sujeito, na medida em que “o que ela dá sob a forma do que ela não tem é também a causa de seu desejo” (Lacan, 1966-1967/2008, p. 237). Trata-se de uma formulação que já começa a abordar a especificidade do que seria o gozo da posição feminina, em consonância com “a heterogeneidade radical do gozo do macho e do gozo da fêmea” (Lacan, 1966-1967/2008, p. 237). Em relação ao homem, no *Seminário 15* (1967-1968/2008), Lacan o distingue da categoria do sujeito, lembrando que “se há alguém que não sabe o que é o homem, são exatamente os psicanalistas” (Lacan, 1967-1968/2008, p. 200). Na “Nota sobre a criança” (1969/2003, p. 370), Lacan diz que a criança dá à mãe “aquilo que falta ao sujeito masculino”, o que será, mais tarde, formalizado

na tábua da sexuação. Assim, percebe-se que, nesses meados dos anos 1960, há um esforço em formular uma teoria das diferenças sexuais que ultrapasse o sujeito universal da neurose, fundamentalmente graças à operatividade metapsicológica do objeto *a* e à utilização de modelos lógico-matemáticos. Esse movimento ganha impulso no *Seminário 16* (1968-1969/2008), quando o desenvolvimento da ideia de inconsistência do Outro e a demonstração da linguagem como aparelho de gozo apontam para a importância cada vez maior que o registro do real vai ganhando no ensino de Lacan. Torna-se ainda mais claro, a partir dos trechos citados, que o psicanalista não faz menção ao final de análise ou quaisquer especificidades de manejo clínico de acordo com diferenças sexuais.

O *Seminário 16* (1968-1969/2008) representa um marco importante na compreensão que Lacan irá propor, a partir de então, da linguagem como aparelho de gozo, em contraposição à consideração da linguagem somente pela via da significação e sua incompletude. O objeto *a* ganha homologia ao conceito de mais-valia da teoria marxista e adquire a dimensão de mais-de-gozar, articulado ao campo do Outro e ao campo do gozo, “definindo-se o gozo em si como tudo o que decorre da distribuição do prazer no corpo” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 218). Mais tarde, no *Seminário Encore* (1972-1973/2010), essa materialidade do significante enquanto causa de gozo se condensará no conceito de substância gozante, na medida em que “um corpo, isso se goza. É mais ainda, caímos imediatamente nisso, que ele só se goza por ‘corporizá-lo’ de modo significante” (Lacan, 1972-1973/2010, p. 79).

Nessa evolução do conceito de gozo, mantém-se, mais uma vez, a indistinção sexual da direção do tratamento. É digno de nota que, mesmo que o *Seminário Encore* seja aquele conhecido pela novidade do gozo feminino, e embora Lacan ensaie diversas propriedades sexuadas no que tange a aspectos mais imaginários ou culturais do encontro sexual, culminando com a assertiva de que o amor seria um rastro do que seria a relação sexual se ela existisse, o autor não estipula ou recomenda nenhum destino diferenciado para o final de análise conforme se está alinhado ao lado todo ou não-todo fálico.

No intervalo entre esses seminários, encontramos a formalização dos quatro discursos, no *Seminário 17* (1969-1970/1992), e a articulação

entre a histérica e a mulher e a amplidão de seu gozo. Entretanto, no matema dos discursos o “não cessa de não se escrever” do Outro gozo ainda não se encontra formalizado. Tal novidade será apresentada na tábua da sexuação, cuja escrita formal em dois patamares será apresentada no Seminário *Encore* (1972-1973/2010).

Mas já no *Seminário 18* (1971/2009), Lacan dá os primeiros passos nessa direção ao ensaiar as primeiras escritas das fórmulas quânticas da sexuação, retornando a Aristóteles a partir de Freud, baseando-se na lógica de Frege e inspirado por Pierce, não sem dever seu êxito ao historiador da filosofia antiga Jacques Brunschwig, como lembra Le Gaufey (2015). Agora, tratando o campo do gozo por referência à chamada função fática, afirmando não existir um universal feminino e propondo uma “lei sexual” em substituição à relação sexual que não existe, Lacan procura esclarecer as dissimetrias que homens e mulheres sustentam em relação à castração. Isso significa a possibilidade de formalizar um gozo para além do falo, como ficará explícito através do conceito de não-todo em torno do qual Lacan desenvolverá o Seminário *Encore* (1972-1973/2010).

Nesse seminário, Lacan afirma que o processo de sexuação se dá através de uma *escolha* por parte do sujeito, mas é apenas no ano seguinte que tal ideia será trazida à centralidade não só da sexuação, mas do próprio processo analítico. Se, junto a comentadores, abundam inferências sobre a suposta diferenciação sexual no final de análise a partir de *Encore*, é notável o silenciamento sobre a passagem em que mais claramente Lacan discorre sobre o termo do chamado ato analítico em seu horizonte de singularidade em *Os não-tolos erram*. Analisemos o trecho em questão:

essas fórmulas ditas quânticas da sexuação poderiam se exprimir de outra forma, e isso talvez permitisse avançar. Eu vou dar a vocês o que disso se implica. Isso poderia se dizer assim: “*o ser sexual só se autoriza de si mesmo*”. É nesse sentido que... que ele tem a *escolha*. Quero dizer que isso a que a gente *se limita*, enfim, *para classificar como “masculino” ou “feminino” no registro civil*... enfim, isso... isso não impede que haja escolha. Isso, certamente todo mundo sabe. “*Ele não se autoriza senão por ele mesmo*” e eu acrescentaria: “*e por alguns outros*”. [...] será que não teria podido cair a ficha, na minha *Escola*, de que é isso que equilibra o meu dizer: “que o analista só se autoriza de si mesmo”? Isso não quer dizer, no

entanto, que ele decida isso sozinho, como acabei de fazer com que vocês observassem, de fazer com que vocês observassem no que diz respeito ao *ser sexuado* (Lacan, 1973-1974, p. 187; grifos nossos).

Há aqui no mínimo dois pontos centrais que demonstram frontalmente o argumento segundo o qual não há diferença no horizonte de final de análise no que tange à sexualização compreendida em seu sentido clássico. Em primeiro lugar, conforme discutido por Ambra (2017), a passagem condensa uma verdadeira subversão que Lacan empreende na concepção dual da sexualização, na medida em que emancipa o caráter não-todo da possível captura imaginária que a noção de mulher ainda aportaria às fórmulas. Em outras palavras, a sexualização – que, aliás, é nomeada enquanto tal apenas aqui e a partir dessa modificação – deixa de ser apenas uma crítica à universalidade fálica a partir da apresentação de uma outra lógica e torna-se propriamente um *processo singular de autorização*. Processo esse que localiza sua contingência não mais na “metade mulheres dos seres falantes”, mas na indeterminação que há entre o si mesmo e os chamados “alguns outros”. Sexuar-se passa a ser, portanto, a escolha de singularizar-se face a uma determinada constelação de outros, para além do gênero e mesmo dos lados “homem” e “mulher” das tábuas apresentadas em *Encore*. O exemplo dado por Lacan aqui é bastante elucidativo nesse sentido: “não se esperou que eu escrevesse as fórmulas, as fórmulas quânticas da sexualização, para que houvesse, enfim, uma séria enxurrada de pessoas que a gente taxa... como pode; enfim, que a gente taxa como homossexualidade: nem de um lado, nem do outro” (Lacan, 1973-1974, p. 188; grifos nossos). Assim, para além dos “lados”, o que há na sexualização, de acordo com Lacan, é uma escolha para além das restrições clássicas dadas pelo registro civil. Motivo pelo qual “homem” e “mulher” são citados exclusivamente na qualidade de *limitações*, sendo o paradigma para se pensar a sexualização a autorização por si e alguns outros localizada na modalidade de formação de grupos no campo da *homossexualidade*. Tal posição compromete a argumentação segundo a qual haveria, portanto, dois regimes distintos de final de análise, pois o sexo deixa de ser tanto um atributo predicativo quanto uma posição de gozo coletizável, passando a ser um devir singular em sua tensão com um grupo aberto de *alguns* outros.

Em segundo lugar, essa formulação retoma e remete-se diretamente àquela enunciada na “Proposição”, na qual estava em jogo a definição do que seria um(a) analista, o que, para Lacan, é justamente a definição do que se encontra no final de uma análise. Se, em 1967, contra a verticalidade que a análise didática impunha ao dispositivo clínico, o psicanalista propusera que o ato analítico não comporta garantias senão aquela da queda do objeto *a*, radicalmente único e singular, alguns anos mais tarde seu dizer é equilibrado com a proposta da categoria *alguns outros*. Tal ideia não apenas resgata a dimensão imaginária – marca da proposta de equivalência borromeana entre os três registros – como introduz a importância do grupo e da coletividade, dando maior consistência ao dispositivo do passe, por exemplo. É nesse contexto que Lacan chega a afirmar, na própria discussão sobre o que é um analista, que “*um grupo é real*” (1973-1974, p. 190), na esteira da proposta da incontornabilidade da identificação do ser ao grupo (Lacan, 1974-1975).

Por fim, ainda que a novidade teórica desse momento seja a proposição de uma noção de identificação ao grupo distinta daquela da massa freudiana (Ambra, 2017, p. 114), é preciso notar que ela se articula intimamente com o núcleo duro das diferentes versões de fim de análise já apresentadas por Lacan ao longo de seu ensino, a saber, o encontro do sujeito com sua singularidade, *para além de qualquer traço sexuado*. Seja pensado pela via negativa da travessia da fantasia, queda do objeto, destituição subjetiva, des-ser; seja por sua versão propositiva como falar ao mesmo tempo *de si e para alguém* (Lacan, 1953/1998, p. 374), a identificação, a parceria e o “ter traquejo” com seu sintoma (Lacan, 1976-1977, p. 12)², o que notamos é o caráter inalterável de um horizonte de fim de análise no qual o sujeito atravesse as capturas imaginárias e as fixações simbólicas rumo a sua singularidade, sem com isso excluir a dimensão do outro. Singularidade e alteridade essas marcadas menos por um fim de análise diferente para homens e mulheres e muito mais pelo impossível dessa complementariedade e pela contingência do sexual enquanto um *fazer*.

REFERÊNCIAS

- Almeida-Santos, L. F. (2018). *Final de análise em Freud e Lacan*. Berlim: Novas Edições Acadêmicas.
- Ambra, P. (2017). *Das fórmulas ao nome: bases para uma teoria da sexualização em Lacan*. Tese de Doutorado. Université Paris VII & Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Associação Mundial de Psicanálise [AMP]. (1995). *Como terminam as análises*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Brousse, M. (1995). *Sexual position and the end of analysis*. Recuperado em 5 mar. 2016 de <<http://www.londonsociety-nls.org.uk>>.
- Coelho dos Santos, T. (2008). Sobre os finais de análise: sexualização e invenção. *Tempo psicanalítico*, 1(40), 105-120.
- Ferenczi, S. (1927/1992). O problema do fim da análise. In Ferenczi, S. [Autor], *Psicanálise IV (Obras completas de Sándor Ferenczi)*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Freud, S. (1975). Análise terminável e interminável. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXIII. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1937)
- Freud, S. (2010). Sobre a sexualidade feminina. (Trad. Paulo César de Souza). In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo, SP: Cia. das Letras. (Original publicado em 1931)
- Freud, S. (2010). A feminilidade. (Trad. Paulo César de Souza). In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo, SP: Cia. das Letras. (Original publicado em 1933)
- Freud, S. (2011). A organização genital infantil. (Trad. Paulo César de Souza). In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo, SP: Cia. das Letras. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (2011). A dissolução do complexo de Édipo. (Trad. Paulo César de Souza). In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo, SP: Cia. das Letras. (Original publicado em 1924)

- Freud, S. (2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. (Trad. Paulo César de Souza). In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo, SP: Cia. das Letras. (Original publicado em 1925)
- Freud, S. (2014). A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. (Trad. Paulo César de Souza). In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo, SP: Cia. das Letras. (Original publicado em 1926)
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. (Trad. Paulo César de Souza). In Freud, S. [Autor], *Obras completas de Sigmund Freud*. São Paulo, SP: Cia. das Letras. (Original publicado em 1905)
- Lacan, J. (1974-1975). *R.S.I.* Paris: Staferla.
- Lacan, J. (1973-1974). *Les non-dupes errent.* (AFI, Ed.). Paris. Recuperado em 19 jun. 2017 de Patrick Valas: <<http://www.valas.fr/Jacques-Lacan-les-non-dupes-errent-1973-1974>>.
- Lacan, J. (1976-1977). *L'insu que sait de l'une bévue s'aile à mourre.* Paris: AFI.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.* Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Seminário original de 1964)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise.* Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Seminário original de 1969-1970)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1954)
- Lacan, J. (1998). A significação do falo. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958a)
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958b)
- Lacan, J. (1998). Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1960)
- Lacan, J. (2002). A terceira. *Cadernos Lacan*. Porto Alegre, RS: Publicação não comercial da APPOA, v.2. (Publicação original de 1974)

- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1967)
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969)
- Lacan, J. (2003). Nota italiana. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2005). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Seminário original de 1962-1963)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Seminário original de 1968-1969)
- Lacan, J. (2008). *O saber do psicanalista*. Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Seminário original de 1971-1972)
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Seminário original de 1969-1970)
- Lacan, J. (2010). *Encore*. Rio de Janeiro, RJ: Escola Letra Freudiana. (Seminário original de 1972-1973)
- Le Gaufey, G. (2015). *O não-todo de Lacan: consistência lógica, consequências clínicas*. São Paulo, SP: Scriptorium.
- Miller, J.-A. (2010). Mulheres e semblantes II. *Opção lacaniana online nova série*, 1(1), 1-25.
- Pommier, G. (1991). *A exceção feminina: os impasses do gozo*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Silva Junior, N. (2017). Langue maternelle: aliénation identitaire, sexualité et contingence. *Cliniques méditerranéennes*, 95, 109-121.
- Soler, C. (1995). *Variáveis do fim da análise*. Campinas, SP: Papirus.

NOTAS

¹ Conferência de 24 de novembro de 1975, Yale University.

² No original, *savoir y faire avec son symptôme*. Saber-fazer tem aí uma conotação bastante coloquial, talvez aproximável no português ao “manjar”, “ter as manhas”, “ter a moral”, “manjar dos paranauê”.

Recebido em 05 de julho de 2018

Aceito para publicação em 27 de julho de 2020

COMPULSÃO À OCUPAÇÃO: UMA FACE MORTÍFERA DA CONTEMPORANEIDADE

*Camila Peixoto Farias**

*Renata Mello***

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar o circuito compulsivo de ocupação em que muitos sujeitos se encontram aprisionados na contemporaneidade. Partimos do pressuposto de que a aceleração e o excesso de atividades podem adquirir caráter patológico. Quando isso ocorre, essas manifestações nos parecem ligadas às problemáticas do trauma e do narcisismo. Examinamos, inicialmente, a constituição psíquica no âmbito do traumático, destacando as repercussões narcísicas diante da fragilidade dos investimentos objetivos. Nesse sentido, articulamos a constituição narcísica de base traumática e o circuito mortífero subjacente à compulsão à ocupação. Em seguida, nos detemos no funcionamento psíquico do sujeito, sob o impacto traumático, alicerçado na clivagem e na busca pela sobrevivência através da ocupação compulsiva. Entendemos que a compulsão à ocupação e o cansaço extremo que ela engendra revelam um modo de sobrevivência psíquica baseado na descarga, na anestesia e no vazio afetivo. Esses casos nos alertam para a importância do olhar e do cuidado de um outro

* Psicanalista; Professora Adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Mestre e Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Coordenadora do Pulsional – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise; Membro do Grupo de Trabalho: Psicanálise, subjetivação e cultura contemporânea – da Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP).

** Psicóloga clínica e psicanalista; Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGTP/UFRJ), com período sanduíche na Université Paris Diderot; Pós-doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); pesquisadora do Laboratório de Estudos em Família e Casal (LEFaC/PUC-Rio); membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi (GBPSF).

para que o sujeito possa se ocupar de si mesmo, para que possa viver e não apenas ocupar-se compulsivamente.

Palavras-chave: trauma; narcisismo; clivagem; compulsão à ocupação; psicanálise.

COMPULSIVE OCCUPATION: A DEADLY FACE OF CONTEMPORANEITY

ABSTRACT

The purpose of this article is to investigate the compulsive cycle of occupation to which many subjects are imprisoned in contemporaneity. We begin with the assumption that the acceleration and the plethora of activities may acquire a pathological trait. When this happens, we hypothesize that such manifestations are related to the issues of trauma and narcissism. We initially examine the psychic constitution of the subject in the context of trauma, highlighting the narcissistic repercussions before the frailty of the investments in primary objects. In this regard, we link the narcissistic constitution of traumatic basis and the deadly circuit underlying the compulsion towards excessive occupation. Next, we take time to examine the psychic functioning of the subject, under the impact of trauma, based on the cleavage and the search for survival through compulsive occupation. We understand that compulsive occupation and the extreme fatigue generated reveal a way of psychic survival based on discharge, numbness, and emotional emptiness. Such cases alert us to the importance of the attention and care of others so that the subject can be occupied of himself, so that he can live and not just be occupied compulsively.

Keywords: trauma; narcissism; cleavage; compulsive occupation; psychoanalysis.

COMPULSIÓN HACIA LA OCUPACIÓN: UNA FAZ MORTÍFERA DE LA CONTEMPORANEIDAD

RESUMEN

El objetivo de este artículo es investigar el circuito compulsivo de ocupación en el cual muchos sujetos están aprisionados en la contemporaneidad. Partimos del supuesto de que la aceleración y el exceso de actividades pueden adquirir un carácter patológico. Cuando esto sucede las manifestaciones nos parecen conectadas a las problemáticas del trauma y del narcisismo. Examinamos inicialmente la constitución psíquica del sujeto en el ámbito de lo traumático, destacando las repercusiones narcisistas ante la fragilidad de las inversiones en

los objetos primarios. En este sentido, articulamos la constitución narcisista de base traumática y el circuito mortífero latente a la compulsión hacia la ocupación. En seguida, nos detenemos en el funcionamiento psíquico del sujeto, bajo el impacto traumático, basado en el clivaje y en la búsqueda por la sobrevivencia a través de la ocupación excesiva. Entendemos que la compulsión hacia la ocupación y el cansancio extremo generado revelan un modo de sobrevivencia psíquica basado en la descarga, en la anestesia y en el vacío afectivo. Estos casos nos alertan para la importancia de la mirada y del cuidado de un otro para que el sujeto pueda ocuparse de sí mismo, para que pueda vivir y no apenas ocuparse compulsivamente.

Palabras clave: trauma; narcisismo; clivaje; compulsión hacia la ocupación; psicoanálisis.

Cada um se mata o suficiente para continuar vivo.

Pio Vargas (2010)

O que há em mim é sobretudo cansaço –

Não disto nem daquilo,

Nem sequer de tudo ou de nada:

Cansaço assim mesmo, ele mesmo,

Cansaço.

Fernando Pessoa (2018)

Na contemporaneidade, o cotidiano de muitos sujeitos se encontra marcado pela escassez de tempo, ocupação constante, agitação, pressa e dificuldade em se desconectar, seja do mundo virtual, seja das preocupações com o desempenho no âmbito social – ambos intimamente articulados. Estamos, portanto, diante de sujeitos em um regime de vigilância ininterrupta, excitados, hiperativos, expostos a uma avalanche de estímulos, informações e imagens, muitos experimentando de forma quase absoluta a impossibilidade de parar e descansar. Desse modo, em alguns casos, parece haver uma passagem do “poder fazer” para o “dever fazer”, nos conduzindo a pensar em uma sobreposição na qual, se o sujeito “pode fazer”, ele “deve fazer”. Tal sobreposição desvela a faceta tirânica que a lógica performática pode adquirir, o que está intimamente relacionado ao achatamento das possibilidades de pensamento, reflexão e escolha. Embora tal lógica

imprima efeitos sobre a vida de todos nós, percebemos que, para alguns sujeitos, ela parece apresentar uma força mortífera – que se deve, como procuraremos mostrar, à especificidade de seu funcionamento psíquico.

Atualmente, dentre as mais frequentes queixas dos sujeitos nos consultórios de psicanálise, estão o cansaço extremo, o excesso de atividades e o vazio afetivo subjacente a um cotidiano compulsivamente mantido cheio, preenchido, acelerado. Esses aspectos nos fazem pensar, muitas vezes, em uma “compulsão à ocupação”, nos servindo da expressão de Türcke (2010), e no cansaço extremo produzido por ela. Nos termos do pensador alemão, a compulsão à ocupação pode ser compreendida como uma compulsão à emissão, transformada, assim, em uma forma vital de expressão. Nesse contexto, emitir quer dizer tornar-se percebido: ser; por outro lado, não emitir é equivalente a não ser – não apenas sentir o horror do vazio da ociosidade, mas ser tomado pela sensação de simplesmente não existir. Isso nos remete a formas servis de obtenção de reassentimento narcísico.

Türcke (2016) destaca que, na atualidade, vivemos em uma sociedade invadida pelas tecnologias da comunicação e pelas redes sociais e que a relação estabelecida com elas tem nos tornado inquietos e mudos, além de ter íntima relação com a significativa perda de nossa capacidade de atenção. Isso nos conduz à ideia de um excesso de ações e escassez de palavras. Precisa-se: estamos diante de um excesso de ações não ritualizadas, esvaziadas de sentido na maioria das vezes. Segundo Türcke (2016), uma das principais caricaturas do nosso tempo diz respeito às crianças com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Mais frágeis e vulneráveis psicologicamente, elas refletem de forma exuberante as características dos sujeitos contemporâneos, tais como dificuldade de concentração, interrupção frequente na esfera da ação e do pensamento, dessensibilização, fascínio pelo estridente. Diante de uma vida cada vez mais saturada, fragmentada e cronometrada, alguns sujeitos vêm se tornando cada vez mais anestesiados e esgotados.

Byung-Chul Han (2017), em seu livro *Sociedade do cansaço*, relaciona o cansaço que impera em nossa sociedade à lógica do desempenho, à exigência de *performance* e aos efeitos narcísicos envolvidos. Para o filósofo sul-coreano, uma das questões fundamentais implicadas no cansaço é a incapacidade dos sujeitos de dizer não. Estamos de acordo com o

autor sobre pensar a relação entre o cansaço extremo e o narcisismo, o que também consideramos estar intimamente articulado à incapacidade de estabelecer limites precisos entre o Eu e o outro, entre dentro e fora. Segundo Byung-Chul Han (2017, p. 91), “ali não há qualquer participação da dimensão do outro. [...] O sujeito de desempenho esgotado, depressivo está, de certo modo, desgastado consigo mesmo”. Nessa perspectiva, o sujeito do desempenho estaria em guerra consigo mesmo, pois seria senhor e soberano de si, não estando submetido ao domínio externo. Ele sofreria, então, uma autocoação para maximizar o desempenho, sendo, ao mesmo tempo, prisioneiro e vigia, vítima e agressor.

Estamos afinadas com o modo como o autor apresenta o regime da sociedade do cansaço, entretanto discordamos da exclusão da dimensão alteritária no entendimento de tais questões contemporâneas. Consideramos interessante pensar o paradoxo ligado ao sujeito contemporâneo, mas, em termos do funcionamento psíquico, consideramos que ele é indissociável da relação com o outro interno/externo. Entendemos que não há como excluir a dimensão narcísica na lógica do desempenho, ou ainda, como pressupor uma independência do objeto externo. Na verdade, muito pelo contrário, especialmente nos dias de hoje, posto que os sujeitos estão continuamente construindo e desconstruindo a imagem de si a partir do reflexo de outras pessoas no ciberespaço.

Byung-Chul Han (2017, p. 80) também aponta que a psicanálise não teria nada a fazer diante dessa lógica, na medida em que ela teria sido criada para tratar de sintomas advindos de uma sociedade repressiva, certamente já ultrapassada. Nas palavras do autor: “o inconsciente freudiano não é uma configuração atemporal. É um produto da sociedade disciplinar repressiva, da qual nós estamos nos afastando cada vez mais”. A nosso ver, trata-se de uma visão bastante reducionista da psicanálise e da proposta freudiana para pensar o funcionamento psíquico. O autor parece desconsiderar proposições freudianas como as de pulsão de morte, compulsão à repetição e trauma, tão importantes para pensarmos o sujeito contemporâneo e suas diversas formas de existir.

Consideramos que a lógica performática atinge os sujeitos de formas diversas. O aspecto que queremos destacar é o quanto essa lógica passa a ter um caráter imperativo, contribuindo para engendrar uma compulsão

à ocupação, em outras palavras, contribuindo para que a ocupação adquira um caráter imperativo, patológico. O caráter imperativo da ocupação, o constrangimento interno, semelhante a uma força imperativa que alguns sujeitos relatam impeli-los à busca por ocupação, e o desespero que momentos de tédio e desocupação provocam nos conduzem a pensar no fenômeno da compulsão à repetição. Nesse contexto, a compulsão à ocupação parece uma das formas de a compulsão à repetição se apresentar na contemporaneidade. A compulsão à repetição tem íntima articulação com o traumático, com a força pulsional que não pôde ser dominada, que não ingressou na via representacional.

Quando a força pulsional não ingressa na via representacional, uma das formas encontradas pelo Eu para tentar dominá-la é a descarga via corpo e via ato. O Eu não consegue dominar a força pulsional no interior de seus limites e busca incessantemente por apaziguamento diante da pressão constante que ela impõe ao psiquismo. No plano intrapsíquico, portanto, o Eu encontra-se submetido a uma exigência interna de agir, de caráter imperativo, à qual não pode furtar-se.

Segundo Assoun (1994), a ideia de uma pressão inelutável exercida a partir do mundo interno evidencia a íntima articulação existente entre a compulsão e o próprio conceito de pulsão. O caráter repentino e disruptivo das compulsões indica a singularidade da temporalidade dos processos psíquicos envolvidos. O imediatismo é resultado da precariedade dos mecanismos de elaboração psíquica convocados. A compulsão, assim, coloca em evidência um “demônio” que age no interior do sujeito.

A título de ilustração, cabe acrescentar que o fenômeno *Karoshi* (Lane, 2017), denominado assim pelos japoneses, vem crescendo assustadoramente: a morte por cansaço, por esgotamento, por excesso de trabalho. Este parece ser o destino radical da compulsão à ocupação, evidenciando seu colorido mortífero, a ação radical da pulsão de morte. Esses aspectos nos conduzem a pensar na íntima articulação entre a compulsão à ocupação e uma constituição narcísica frágil, marcada pelos excessos traumáticos.

É importante enfatizar que, com a virada dos anos 1920, marcada fundamentalmente por “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/2006) e “O ego e o id” (Freud, 1923/2006), começa a ser possível considerar algo fora do registro das representações e do princípio do prazer. O conceito de

pulsão passa a ser relativizado para além de uma referência exclusivamente sexual e a autonomia do campo quantitativo da pulsão, indicada por Freud em “Pulsões e suas vicissitudes” (1915/2006), assume aqui a sua radicalidade. É importante frisar que, até então, preponderava a certeza da ligação originária entre a força pulsional e seus representantes, de forma que a pulsão era necessariamente inscrita no registro da representação como pulsão sexual. Com efeito, o primeiro modelo da psicanálise foi constituído centrado nas representações em suas diferentes formas de localização – consciente, pré-consciente e inconsciente – e funcionamento psíquico – sob a égide do princípio do prazer.

Nesse contexto, Freud reconsidera a primazia atribuída à representação, caminhando para a suposição de algo além do princípio do prazer. O divórcio entre a dimensão intensiva da pulsão e seus possíveis representantes logo converge para a temática do excesso e da repetição, exigindo a construção de um novo modelo de aparelho psíquico. Enquanto na tópica do inconsciente nos deparamos com um conjunto de experiências tratadas pela representação, agora estamos diante de fenômenos psíquicos que escapam disso. No limite, a pulsão como força, definida como o limite entre o somático e o psíquico (Freud, 1915/2006), se situa além da possibilidade de representação. Para tanto, o traumático precisou ser redimensionado a fim de comportar não apenas o campo da conflitualidade entre conteúdos contrários, como também a temática do excesso e da compulsão à repetição.

Cabe precisar que se trata da repetição de situações que engendram sofrimento psíquico, acontecimentos que ultrapassam o princípio de funcionamento mental pautado exclusivamente pela busca de prazer e evitação do desprazer. Desse modo, se repetem incansavelmente experiências penosas que não trouxeram satisfação no passado em nenhuma instância, tampouco são geradoras de bem-estar no presente. São, portanto, situações dolorosas que não se curvam ao princípio do prazer, tais como os sonhos traumáticos (Freud, 1920/1996).

É importante salientar que a concepção de trauma aqui implica na irrupção de uma quantidade de excitação incontrolável no psiquismo, de modo que a repetição se move pela pressão do excesso não ligado. Sendo assim, o fator traumático se caracteriza pelas quantidades afluentes de estímulo no aparelho psíquico, sem possibilidade de ligação e/ou descarga.

Por essa razão, torna-se imperioso dominar o afluxo e vincular as impressões traumáticas a fim de desvencilhar-se delas. Por essa via de reflexão, anuncia-se que o princípio do prazer não é mais dominante *a priori*, sendo necessárias condições para a sua vigência, tais como a contenção do volume de excitação no psiquismo. É indispensável, portanto, um trabalho psíquico para efetuar a ligação da força pulsional ao plano representacional.

Levando em consideração essa perspectiva, encontramos em alguns sujeitos na contemporaneidade uma tentativa de defesa diante do pulsional excessivo que nos parece intimamente relacionada à compulsão à ocupação, entendida aqui como uma possibilidade de ação da compulsão à repetição. Estamos, assim, diante de um sistema defensivo radical – comandado pela compulsão à repetição – que se dá através de um contrainvestimento constante em atividades que ocupam o sujeito, atividades que servem como possibilidade de descarga da excitação que não pôde ser processada psicicamente.

A violência da exigência pulsional e a forma de o Eu responder a tal ataque – através da ocupação compulsiva – indicam a importância de considerarmos uma fragilidade narcísica em jogo. Estamos diante de um eu mal definido em suas fronteiras, tanto externas quanto internas, o que o deixa suscetível à utilização de defesas arcaicas, as quais estariam na base das respostas na esfera do ato, em detrimento da dominância da elaboração psíquica. Parece-nos que a busca compulsiva por uma ocupação pelo preenchimento do cotidiano com algum tipo de atividade pode ser pensada como recurso de contrainvestimento das excitações do mundo interno. Esse aspecto põe em evidência a paradoxal forma de defesa narcísica que a compulsão à ocupação engendra: o cansaço extremo, a saturação das vias sensíveis, o esgotamento da subjetividade que estaria, paradoxalmente, a serviço da manutenção da vida, da proteção do Eu.

Acreditamos que essa forma de defesa tem como um dos seus alicerces um modo de funcionamento psíquico específico – que apresentaremos com mais vagar ao longo do texto – mas também está ancorada nessa lógica social marcada por uma exigência de *performance*, que valoriza a ação, a ocupação e o desempenho, tomando o cansaço como índice de produtividade.

Tendo em vista o âmbito intrapsíquico, compreendemos a chamada “compulsão à ocupação” a partir da perspectiva dos “sofrimentos narcísico-

identitários” (Roussillon, 1999), declarando o nosso entendimento de que o que se encontra em jogo é da ordem da constituição do psiquismo e da separação entre sujeito e objeto. Consideramos que o que está em questão nesses casos é justamente o sentimento de si mesmo que necessita do investimento libidinal do outro (Cunha, & Birman, 2017). É nesse processo, contudo, que parece haver uma falha. É importante precisar que as funções do objeto primário conduzem, fundamentalmente, a pulsionalidade às ligações. Nesse sentido, entendemos que essa falha instaura um estado de agonia e desamparo que pode implicar em uma fragmentação psíquica. Tal fragmentação se constitui como estratégia de sobrevivência diante do excesso traumático que passa a habitar o psiquismo e impõe uma busca de alívio, ainda que temporário, marcada por um regime de compulsão à repetição.

No âmbito dessas considerações, nos questionamos quanto à singularidade da constituição narcísica dos sujeitos aprisionados em um circuito compulsivo de ocupação. Como já indicamos, discutiremos a compulsão à ocupação em articulação com a problemática do trauma. Tendo isso em vista vamos, inicialmente, examinar a constituição psíquica no âmbito do traumático, ressaltando as reverberações narcísicas diante da fragilidade dos investimentos recebidos do objeto. Interessamos pensar nas articulações entre uma constituição narcísica de base traumática e o circuito mortífero da compulsão à ocupação. Em seguida, vamos nos deter no funcionamento psíquico do sujeito, sob o impacto traumático, na busca pela sobrevivência, a partir das ações da clivagem. Entendemos que, quando a ocupação ganha um caráter compulsivo e, assim, patológico, se trata de um modo de sobrevivência psíquica alicerçado na descarga, na anestesia e no vazio afetivo.

FRAGILIDADE DOS INVESTIMENTOS E SUAS REVERBERAÇÕES NARCÍICAS

Em 1920, no texto “Além do princípio do prazer”, Freud postula uma nova concepção de trauma, concepção que consideramos fundamental para pensarmos a ideia de compulsão à ocupação e sua íntima articulação com fragilidades na constituição narcísica. Freud inicia o texto discorrendo

acerca da soberania do princípio de prazer no psiquismo, o que o faz buscar a eliminação da excitação ou sua manutenção no nível mais baixo possível ou constante. Tendo isso em vista, Freud é interpelado pela repetição de experiências manifestamente desagradáveis. O autor passa, então, à descrição de fenômenos que parecem escapar ao reinado do princípio de prazer: o jogo infantil, a repetição no tratamento analítico, certa compulsão de destino e os sonhos de neuroses traumáticas.

Freud (1920/2006) conclui que apenas os sonhos traumáticos escapariam ao reinado do princípio de prazer; o que o conduz a indicar a existência de um funcionamento anterior à vigência do princípio de prazer, denominando-o de compulsão à repetição. Após postular a existência de uma compulsão à repetição, Freud indica a necessidade de esclarecer sua função, em que condições surge e qual sua relação com o princípio de prazer.

Freud encaminha esses aspectos tendo em vista uma nova concepção de trauma, intimamente articulada ao pulsional e profundamente transformada. A partir do modelo da vesícula, ele sustenta que o trauma seria a consequência do excesso de excitação, do rompimento da proteção que defenderia o “órgão anímico” contra as excitações. Naquele momento, ao pensar o traumático, Freud articula dois aspectos fundamentais: o efeito devastador dessa excitação que atinge o escudo protetor e o completo despreparo do Eu (ou do escudo protetor) para receber essa excitação. Desse modo, a responsável pelo fator traumático não seria apenas a quantidade de excitação, mas também a impossibilidade do Eu, naquele momento, de responder ao excesso de excitação. Nesse sentido, o Eu permaneceria passivo diante do pulsional.

Ganha destaque a dimensão de susto [*Schreck*], dando ênfase ao elemento surpresa, ou seja, à ideia de um perigo que o sujeito não está preparado para enfrentar. Nesses casos, as possibilidades de o Eu defender-se desse afluxo encontram-se muito diminuídas. A indicação da condição de despreparo do escudo protetor como elemento fundamental do traumático possibilitará a Freud mostrar que a situação traumática também diz respeito às excitações advindas do interior. Dessa forma, o que é excessivo para o aparelho psíquico não viria apenas do exterior, mas também de dentro do próprio sujeito, de seu universo pulsional (Freud, 1920/2006).

A articulação entre o trauma e a pulsão reitera a importância do ponto de vista econômico e põe em evidência a força do pulsional. Freud aponta para a presença, no mundo interno, de uma força pulsional excessiva que deverá ser sujeitada através de um trabalho de ligação para que o princípio de prazer possa se exercer. Isso, contudo, não ocorre na situação traumática, pois o psiquismo é invadido por um excesso de excitação que o Eu não consegue dominar, o que impede o reinado do princípio de prazer.

O traumático, a força pulsional excessiva, passa a se articular diretamente à ação da pulsão de morte. O Eu estaria, assim, à mercê de um pulsional mortífero que não se submete a uma ligação efetiva, a um efetivo recalçamento. O pulsional traumático corresponde à irrupção da pulsão de morte no aparelho. Nesse sentido, a dimensão de violência psíquica reaparece na teoria em sua faceta mais radical. No âmbito dessas considerações, interessa-nos pensar a constituição narcísica na contemporaneidade articulada a essa concepção de trauma desenvolvida por Freud em 1920 (2006). É importante precisar que não estamos afirmando que a constituição narcísica seja sempre marcada por uma dimensão traumática na atualidade, mas que as manifestações ligadas a uma busca compulsiva por manter-se ocupado nos parecem apontar nessa direção.

Um dos aspectos fundamentais para a constituição narcísica é poder ter um espaço dentro do universo afetivo dos cuidadores, um espaço em seu mundo psíquico. É muito importante que os cuidadores possam dispor de um *quantum* de sua libido e dirigi-la para o bebê e para as fantasias ligadas a ele, mas para isso é preciso que essa energia seja retirada de outros investimentos. Isso exige um trabalho psíquico delicado de reorganização da balança de investimentos.

É função do outro primário inicialmente possibilitar que o sujeito viva, se sinta vivo e tenha vontade de viver. Dessa perspectiva, a relação com o mundo se inaugura por meio do cuidado na relação com o objeto, de forma que cabe ao outro, então, o convite à vida e o oferecimento das condições necessárias para continuar vivo. Efetivamente, as funções desempenhadas pelos cuidadores ocupam um lugar de absoluto destaque para o recém-nascido, não obstante também se exprimem nas configurações alteritárias estabelecidas ao longo da vida. Em última análise, acreditamos que a motivação fundamental do espectro

de cuidados objetivos consiste em facilitar para o sujeito a possibilidade de *fazer sentido* da sua existência, equivalente a elaborar uma experiência de integração (Figueiredo, 2003).

Tendo isso em vista, surge a questão: como a relação entre o bebê e as figuras de cuidado tem sido construída na contemporaneidade? Indo ao encontro de possíveis respostas para essa questão, consideramos que é preciso analisar com atenção a forma como, predominantemente, se constroem tais relações atualmente.

Em acordo com as ideias de Monti (2008), consideramos que nossa forma de investir e educar as crianças vem sofrendo modificações nas últimas décadas, intimamente articuladas às transformações sociais que temos vivido. Dentre elas, destacamos as mudanças em nossa forma de viver e de nos relacionar com o outro. Os pais na atualidade são pressionados desde muito cedo, mesmo antes da concepção, para se prepararem para a chegada do bebê – são cursos, enxovais cada vez mais extensos, inúmeras fotos, vários eventos relacionados à gravidez, etc. Essa preparação não é ruim em si mesma, mas, muitas vezes, ela os lança na ilusão de uma preparação ideal que garantirá o acolhimento e o investimento tão importantes para o novo membro da família. Porém a chegada de um bebê exige um longo tempo de construção das possibilidades de investimento, repleto de momentos mais ou menos difíceis, que causam grande angústia e exigem um cuidadoso trabalho psíquico.

Ao nascer, o bebê é investido de uma série de expectativas, conscientes e inconscientes, depositadas pelos cuidadores. Isso é fundamental para que o bebê possa se vincular às gerações anteriores e possa ter seu lugar construído no grupo familiar. Como já nos apontava Freud (1914/2006), os pais, quando um filho nasce, vivem a reativação de seu próprio narcisismo infantil, o que faz com que invistam, inicialmente, no bebê de forma idealizada: reivindicam para ele todos os privilégios e a ausência de qualquer mal-estar ou renúncia. Durante esse período inicial, Freud aponta que o bebê se torna *Sua majestade, o bebê*.

Freud (1914/2006) ressalta que essa idealização inicial é fundamental nos primeiros meses de vida, inclusive como recurso psíquico que possibilita o cuidado ininterrupto que um recém-nascido exige. Porém o autor indica claramente que essa forma de investimento deve ir se transformando e,

gradativamente, as expectativas dirigidas ao bebê, bem como seu cuidado e sua educação, devem estar voltados para a realidade, pautados pelas renúncias que o convívio social, convívio com o outro, exige.

Atualmente, percebemos que, muitas vezes, o investimento inicial idealizado parece não ser abandonado pelos pais. Estamos vivendo um momento, nos termos de Monti (2008), de *monumentalização da infância*. Essa expressão, segundo o autor, refere-se à manutenção da idealização inicial dirigida ao bebê ao longo de seu crescimento. Dessa forma, o lugar idealizado que deveria servir de suporte inicial e ser abandonado, gradativamente, torna-se uma prisão para a criança. Como destaca o autor: “Um trono do qual não se pode descer é mais uma armadilha do que um trono” (Monti, 2008, p. 245).

Vemos com frequência os pais às voltas com as exigências de um filho ideal – ideal criado por eles e socialmente difundido. Seguem em uma maratona tentando satisfazer todas as necessidades e desejos que eles supõem serem dos filhos. Como indica Mayer (2001), dedicam-se a dar ao filho aquilo que eles gostariam de ter recebido na sua infância, sem se questionarem o que seu filho gostaria de receber. “Ao impedirem dessa maneira que se registre a mínima falta em seu filho idealizado, bloqueiam a possibilidade de estruturação do desejo infantil, que é o motor do desenvolvimento humano e constitui a primeira raiz do reconhecimento e do amor aos semelhantes” (Mayer, 2001, p. 87).

Nesse contexto, o investimento que os pais dirigem ao filho está a serviço de manter o ideal que eles construíram e não se dirige efetivamente ao filho. Estamos diante de um investimento que parece visar o reassuramento narcísico dos pais, indicando, assim, pouca abertura afetiva para a singularidade do filho. O investimento dirigido ao bebê parece ser usado como recurso para aplacar a angústia parental diante do filho real (Mayer, 2001). Isso indica a inversão dos apoios, em que a criança passa a ser usada como um apoio pelos pais em vez de ser apoiada por eles. Essa idealização inicial – tão importante nos primeiros tempos de vida –, que não é abandonada, acaba por indicar uma dificuldade de investimento na criança, uma dificuldade de vinculação.

As respostas parentais seriam dirigidas, em última instância, às angústias que a relação com o bebê reativou; não seriam, portanto,

respostas efetivamente dirigidas a ele. São pais que buscam constantemente a adequação do bebê a seus ideais, independentemente das reações dele; isso em muito prejudica a constituição de um espaço de trocas genuinamente afetivas (Blondel, 2004). Nesse contexto, sem limites claros e adequados, a criança não encontra um espaço para constituir e expressar sua singularidade, não encontra suporte para desenvolver sua personalidade e sua identidade.

Ao buscar a adequação do bebê aos seus ideais, os cuidadores não reconhecem sua singularidade e sua diferença. Isso aponta para uma vivência marcada pela ausência do reconhecimento da diferença que o outro traz. Estamos, portanto, diante da peculiaridade de uma indiferença experimentada no encontro com o outro. Moraes e Macedo (2011) denominam *vivência de indiferença* tal fenômeno. As autoras destacam que “entende-se, nessa leitura, por indiferença uma qualidade de violência imposta à criança por parte do adulto em um tempo primordial de estruturação do psíquico” (Moraes, & Macedo, 2011, p. 42). Nesse sentido, a vivência de indiferença pode ser pensada como uma experiência traumática.

O cuidado, no cenário da indiferença, evidencia a impossibilidade de captar os movimentos e as demandas da criança, que são expressões de diferença que, em sua existência, ela dirige aos cuidadores.

Na definição de indiferença, cabe destacar que não se trata do desdém da oferta por parte do adulto ao outro (a criança), mas sim de uma marca de não reconhecimento daquilo que é mais próprio da singularidade desse outro: *seu existir*. Na indiferença predomina dramaticamente o não reconhecimento da diferença que a existência do outro aporta a esse encontro inicial e que se reproduz na apropriação do sentido de existência da criança (Moraes, & Macedo, 2011, p. 43).

Ao não ser percebida na diferença de sua existência, no que lhe é próprio e mais íntimo, a criança fica prisioneira de um registro mudo, traumático, porém com força de matriz. Em harmonia com as autoras, destacamos que não se trata de pensar em um funcionamento psicótico, mas sim em uma dinâmica de construção narcísica alicerçada na dificuldade de relação com o outro, ou seja, com a sua diferença. Encontramos uma forma singular de constituição narcísica que não

implica em uma impossibilidade de diferenciação com o outro, mas sim em uma acentuada dificuldade de lidar com a diferença. “O que se imprime não é a ausência de objeto (psicose), mas sim a alternância, a instabilidade e a fragilidade no sentido da diferença e da implicação do outro com o Eu incipiente” (Moraes, & Macedo, 2011, p. 45).

Não se trata de um Eu desestruturado, mas de um Eu permanentemente ameaçado pela diferença do outro, posto suas frágeis delimitações. Um Eu que precisará constantemente que o outro ateste sua existência, que necessitará de constante reassseguramento narcísico. “Se o que lhe foi ofertado é a indiferença, como será possível amar?”, ou ainda, “como poderá fiar-se no outro se não pôde ter um fiador?” (Moraes, & Macedo, 2011, p. 71-72).

Nesse contexto, a relação com o bebê torna-se recurso defensivo, o que evidencia a dificuldade de efetivamente investi-lo e a indiferença que os cuidadores dirigem a ele. Segundo Freud (1927/2006), a mãe – os cuidadores – deveria ser a primeira proteção contra a angústia, deveria servir inicialmente de paraexcitação para o bebê. Nesse caso, parece haver uma inversão: a relação com o bebê passa a ser uma forma de os cuidadores defenderem-se da angústia, e o bebê lhes serve de paraexcitação. Dessa forma, podemos pensar que a constituição do escudo protetor contra estímulos fica prejudicada.

A incapacidade dos cuidadores de cumprir suas funções parece potencializar o aspecto disruptivo e ameaçador da pulsionalidade. Considerando o momento de indiferenciação primária, no qual os objetos são absolutamente imprescindíveis para a constituição subjetiva, fica evidente o efeito traumático das falhas objetais em jogo. Nesse contexto, os cuidadores não desempenham bem sua função primordial, que é sustentar, através do seu investimento, possibilidades de vida para o bebê, deixando-o à mercê da força pulsional e da busca constante pela sobrevivência, pelo reassseguramento de sua existência. Não haveria, assim, um lastro de investimento consistente para servir de alicerce para consolidar a constituição narcísica. Portanto, subjacente à compulsão à ocupação, que pode ser percebida em muitos sujeitos na contemporaneidade, encontramos um processo de constituição narcísica marcado por uma dimensão traumática – que discutimos a partir da ideia de vivência de indiferença.

No contexto contemporâneo, preponderantemente, ter a existência reconhecida está intimamente relacionado à *performance* – principalmente através das tecnologias da comunicação e das redes sociais –, à ação, ao que o sujeito faz. Estamos diante de uma lógica social que aponta para a ação como forma de existir. Para alguns sujeitos, marcados por uma constituição narcísica frágil, que precisam de reassseguramento narcísico constante, essa lógica parece adquirir um caráter imperativo e contribuir para que respostas patológicas como a compulsão à ocupação sejam construídas.

A seguir, discutiremos a singularidade do funcionamento psíquico quando temos uma constituição narcísica marcada por eventos traumáticos, o que nos ajudará a avançar na compreensão da complexidade do fenômeno da compulsão à ocupação.

O SUJEITO MAL ACOLHIDO E A BUSCA PELA SOBREVIVÊNCIA

Em “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte” (Ferenczi, 1928/1992), a análise da gênese das tendências inconscientes de autodestruição conduz Ferenczi a afirmar a probabilidade de sujeitos acolhidos com rudeza e sem carinho manifestarem pouca resistência à morte. Tal afirmação se baseia no postulado de que a pulsionalidade vital não se ativa com plena carga logo após o nascimento, precisando ser despertada pelo acolhimento físico e psíquico dispensados com tato. Pela via oposta, a perda do gosto pela vida e o deslizamento para o não-ser se justifica em virtude da precocidade de um trauma, ensejando uma experiência que excede as forças de enfrentamento do sujeito. Nesse caso, o sujeito se organizaria sob o impacto da pulsão de morte, manifestando um funcionamento psíquico para além do princípio de prazer. Desse modo, a certeza da ligação originária da pulsionalidade com os objetos começa a ser relativizada em prol de um redimensionamento do traumático com base nos fenômenos psíquicos da compulsão à repetição, a despeito do princípio de prazer, como vimos anteriormente.

Nesse contexto, a noção de clivagem se apresenta como defesa privilegiada diante do excesso pulsional no âmbito da reviravolta conceitual dos anos 1920, marcada, fundamentalmente, por “Além do princípio do prazer” (Freud, 1920/2006) e “O ego e o id” (Freud, 1923/2006), a partir da qual se torna possível considerar algo fora do

registro da representação. O não encontro da pulsão com os objetos se torna, portanto, o império de ação das clivagens como defesa paradoxal, resultando na procura por meios de apropriação subjetiva do impacto intensivo. A ligação ganha, assim, relevância a partir da interação com o outro, pois, em última instância, é o objeto que permite, inicialmente, a inscrição da força pulsional. Nesse sentido, a dificuldade encontrada na apropriação subjetiva de determinados acontecimentos psíquicos vai nos remeter diretamente ao potencial traumático dos encontros alteritários.

O conceito de clivagem está intimamente ligado à teoria do trauma na obra de Ferenczi. Trata-se de uma estratégia radical de sobrevivência psíquica quando as defesas se esgotam e a esperança de auxílio se esvai. Dessa forma, o trauma ferencziano traduz a ausência de uma resposta adequada do objeto em uma situação na qual o sujeito sente-se vulnerável, sem apoio, à mercê do excesso. Nessa direção, “trata-se de uma experiência com o objeto em que o aspecto mais importante não é tanto o que aconteceu, mas o que não aconteceu” (Cabré, 2017, p. 29; tradução nossa). Considerando que os objetos cuidadores são o suporte da confiança e das suas relações com o mundo e consigo mesmo (Pinheiro, 1995), o esgotamento dos recursos internos e de ajuda externa leva o bebê a um estado de “comoção psíquica” (Ferenczi, 1933/1992), mergulhando o psiquismo em agonias profundas. A vivência traumática engendra, então, a “suspensão de toda a espécie de atividade psíquica, somada à instauração de um estado de passividade desprovido de toda e qualquer resistência” (Ferenczi, 1933/1992, p. 113).

Desse modo, a criança “entrega a sua alma”, como escreve Ferenczi (1932/1990, p. 73), ausentando-se de si própria e do mundo a sua volta. O sujeito, então, para se proteger, sai de si mesmo, toma distância de si e do entorno, como se observasse tudo o que acontece de muito longe (Gondar, 2017). Assim, passa a aceitar de maneira fácil e sem resistência a forma que lhe dão, “à maneira de um saco de farinha” (Ferenczi, 1933/1992, p. 109), perdendo sua forma própria. Tamanha adaptação comporta “uma dimensão de morte parcial, de perda e renúncia de uma parcela de individualidade” (Pinheiro, & Viana, 2018, p. 56).

Tamanha desconexão psíquica se realiza a partir de uma “autoclivagem narcísica” (Ferenczi, 1933/1992), isto é, uma fragmentação psíquica

por meio da qual se elimina a unificação insuportável do sofrimento, dispersando os efeitos traumáticos. Nas palavras de Ferenczi (1932/1990, p. 240): “o ser que fica só deve ajudar-se a si mesmo e, para esse efeito, clivar-se naquele que ajuda e naquele que é ajudado”. Fragmentar-se implica um processo de autodestruição em prol da sobrevivência psíquica. Por esse viés, Roussillon (1999, p. 20; tradução nossa) afirma que a clivagem opera por corte ou retirada da subjetividade. Nas suas palavras: “o sujeito se retira da experiência traumática primária, ele se retira e *se corta* da sua subjetividade. Ele assegura, este é o paradoxo, sua ‘sobrevivência’ psíquica se cortando de sua vida psíquica subjetiva”. Para Knobloch (2016), tornar-se múltiplo se apresenta como uma saída para neutralizar o estado agonizante do traumático, na medida em que se amplia, pela fragmentação, a superfície de suporte do insuportável.

A imagem da clivagem ferenciana se mostra mais clara através do conceito de autotomia, tomado de empréstimo da Biologia (Ferenczi, 1926/2011). Trata-se de um conceito desenvolvido a partir de um modo de reação observado em alguns seres vivos elementares, como a lagartixa, por exemplo. Tal modo consiste em se desprender de pedaços do corpo, sede de uma excitação dolorosa e fonte de um sofrimento extremo, para permitir a salvaguarda do restante. De forma análoga, então, o indivíduo também abandona ou destrói partes de si, ao clivar-se, buscando, assim, apartar a dor da vivência traumática e seguir adiante. Ocorre, portanto, uma espécie de sacrifício de um pedaço de si em prol da sobrevivência do conjunto. Trata-se, assim, de uma modalidade extrema de cisão “que deixa uma parte morrer ou quase isso, para que outra, mutilada sobreviva” (Coelho Junior, 2018, p. 132). O efeito do traumatismo implica, então, em um fenômeno da morte, isto é, uma morte antecipada ou uma morte em estado de suspensão.

Nessas condições, o sujeito se divide “numa parte sensível, brutalmente destruída, e numa outra que, de certo modo, sabe tudo, mas nada sente (Ferenczi, 1933/1992, p. 77). A parte que tudo sabe observa a destruição de fora, à distância, como quem assiste a um filme. Cabe sublinhar que há pouca relação entre as partes clivadas, sendo que o afeto fica restrito a determinado elemento, não se transferindo aos demais (Dal Molin, 2016). As zonas clivadas coexistem no psiquismo, sem,

contudo, estabelecer contato ou associação entre si, tampouco entram em conflito. De fato, “a cessão da inter-relação dos fragmentos de dor permite a cada um dos fragmentos uma adaptabilidade maior” (Ferenczi, 1933/1992, p. 248).

Assim, o sujeito não sente mais o estado traumático, posto à margem, mas também não sente mais nada, anestesiando-se. Com relação à vida afetiva, segundo Ferenczi (1933/1992), ocorre um refúgio na regressão, de modo tal que o indivíduo não sente nenhuma emoção até o fim; no fundo, nunca é a ele que as coisas acontecem. A parte que estabelece relações com o mundo torna-se, portanto, anestesiada. Cabe precisar que não se trata aqui de uma insensibilidade, mas de uma desconexão afetiva oriunda da descontinuidade radical produzida pela ação da clivagem (Verztman, 2002), de tal modo que a aparente dessensibilização revela, no fundo, uma hipersensibilização.

Rompem-se, assim, as pontes possíveis entre a subjetividade e a objetividade do mundo. Tal ausência de nexos e coesão no psiquismo se traduz, muitas vezes, por uma dificuldade em se sentir vivo, presente e real, além de trazer sensações de estranheza, desalento e vazio. É importante precisar que a ação da clivagem afeta diretamente as fronteiras psíquicas entre a interioridade e a exterioridade, os limites entre as instâncias psíquicas e a interseção psique-soma. Nesse sentido, no lugar de uma construção de sólidos organizadores tópicos, dinâmicos e econômicos do funcionamento mental, conta-se com a fabricação de barreiras protetoras, simultaneamente rígidas e frágeis. Em virtude de fronteiras mal-ajambradas, com níveis mais ou menos vulneráveis quanto às possibilidades de expansão e retraimento, sobrevém um estado subjetivo de instabilidade.

Desse modo, instauram-se modalidades de relações com o mundo marcadas por contradição e incoerência, tributárias da desconexão entre dentro-fora, psique-soma. Por essa linha de pensamento, entendemos que o sujeito se move, ora para dentro, ora para fora, recaindo em modos de existir que englobam da introspecção às atuações ou da observação à impulsividade (Figueiredo, 2003). Nessas condições, o mal-estar subjetivo se enuncia, sobretudo, no registro do corpo e da ação, desafiando o potencial simbólico (Birman, 2006).

Na linha dessas ideias, acreditamos que a compulsão à ocupação aponta para um modo de funcionamento psíquico ancorado na clivagem e descortina um modo de sobrevivência psíquica alicerçado na descarga, na anestesia e no vazio afetivo. Portanto, a busca compulsiva por manter-se ocupado pode ser pensada como uma forma de o sujeito se defender do pulsional excessivo – marca do trauma vivido no início da vida –, como uma forma de se manter vivo, apesar de o Eu ser constantemente ameaçado de fragmentação, ameaçado de morte. Essa construção defensiva aponta para a ação de uma lógica mortífera.

A dificuldade de se desconectar do mundo virtual, a hiperatividade, a angústia produzida pelo tédio e a impossibilidade de descansar nos parecem não indicar – ao contrário do que poderíamos pensar – um investimento maciço em atividades, mas, ao contrário, a dificuldade – em maior ou menor grau – de investir em algo, a dificuldade de construir vínculos. Retomando a ideia de Türcke (2010), segundo a qual a compulsão à ocupação pode ser compreendida como uma forma vital de expressão, o que o sujeito expressa através da ocupação compulsiva parece ser a ameaça de morte a que o Eu se encontra permanentemente submetido, ameaça de ser invadido pelo pulsional excessivo, pelo retorno do clivado, o que implica em uma luta desesperada pela sobrevivência. Cabe precisar que a clivagem não elimina o vivido, de tal forma que “o pavor foi a força que dissociou os sentimentos do pensamento; mas esse mesmo pavor está sempre operando, é ele que mantém separados os conteúdos psíquicos assim dissociados” (Ferenczi, 1932/1990, p. 251). Assim, a busca por manter-se ocupado não parece indicar o investimento constante em algo, mas justamente a impossibilidade de efetivo investimento.

O sujeito se vê submetido à necessidade de se ocupar como recurso de sobrevivência e forma de lidar com sua fragilidade e falta de coesão. Portanto, a compulsão à ocupação pode ser pensada como um desdobramento da fragmentação subjetiva e da anestesia interna. Inversamente do que poderíamos pensar, não é a compulsão à ocupação que produz o anestesiamento do sujeito. É a anestesia subjetiva – indissociável de um narcisismo frágil – que estaria na base da busca frenética por ocupar-se. Isso tem íntima articulação com a impossibilidade de dizer não e de estabelecer limites claros, uma vez que a questão que está posta é de vida ou morte.

Nesse contexto, não estar ocupado representa o aumento da ameaça de aniquilamento, produzindo uma sensação de não existência.

Nesses casos, cabe acrescentar que a autoconservação narcísica pode se desarticular da autoconservação do corpo, o que representa um grande risco. A luta por sobrevivência psíquica travada com o pulsional excessivo, mortífero, pode levar o sujeito à morte, como ocorre nos casos de *Karoshi*. Esse fenômeno nos indica o paradoxo dessa luta desesperada pela sobrevivência psíquica que pode acabar por matar o corpo.

Desse modo, podemos compreender melhor por que a ocupação adquire, em muitos casos, conotação imperativa e patológica: porque se trata de uma questão de sobrevivência psíquica. Ou seja, refere-se a um imperativo interno que exige do sujeito manter-se ocupado como forma de descarga do pulsional excessivo, tentativa de evitar a desestruturação do eu, garantindo alguma sensação de existência, mesmo que isso possa custar a própria vida. Contudo, não podemos deixar de considerar a influência da lógica performática que caracteriza nossa sociedade. Ela pode ser pensada como fator facilitador para construção dessa resposta através de um circuito compulsivo de ocupação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, o cotidiano de grande parte dos sujeitos é marcado por pressa, escassez de tempo, ocupação constante e cansaço. Tendo isso em vista, procuramos mostrar que tal lógica pode adquirir um caráter patológico – a compulsão à ocupação – e, em casos mais graves, inclusive, levar o sujeito à morte. A partir disso, investigamos o modo de funcionamento psíquico subjacente à compulsão à ocupação. Nossa investigação evidenciou a base traumática de tal forma de compulsão e a lógica fragmentária do funcionamento psíquico voltada para a busca pela sobrevivência.

Como vimos, tal lógica de funcionamento psíquico não pode ser pensada desarticulada da presença de um narcisismo frágil. O que estaria em jogo, fundamentalmente, seria uma falha dos investimentos objetivos no início da vida, tornando precária a dimensão da relação com o outro. Desse modo, consideramos que esse Eu frágil, ameaçado, acuado, que faz da hiperatividade seu recurso de sobrevivência psíquica, precisa, em

primeiro lugar, de alguém capaz de oferecer cuidado, tempo e espaço, investindo nele tal como deveria ter ocorrido nos estágios iniciais. Isso indica a importância de escutarmos o sofrimento quase inaudível para além do cansaço que esses sujeitos relatam em nossos consultórios, pois, na maioria das vezes, eles próprios não conseguem ouvir.

Nesse sentido, entendemos que a saída para o excesso de ocupação, aceleração e pressa é a possibilidade de ligação da pulsionalidade com os objetos, ou ainda, do desenvolvimento de uma *sintonia afetiva* (Stern, 1992) com o mundo. Desse modo, consideramos que tais casos de compulsão à ocupação nos parecem indicar a urgência de cuidarmos dos encontros em nossa sociedade, especialmente dos encontros com o outro no início da vida – encontros estes que serão alicerce para a constituição psíquica. Esses casos nos alertam para a importância fundamental do tempo dedicado ao encontro/cuidado do outro, nos mostram a importância do olhar e do cuidado de um outro para que o sujeito possa se ocupar de si mesmo, para que possa viver e não apenas lutar pela sobrevivência, não apenas ocupar-se compulsivamente.

REFERÊNCIAS

- Assoun, P.-L. (1994). La passion de répétition: genèse et figures de la compulsion dans la métapsychologie freudienne. *Revue Française de Psychanalyse*, 2, 335-357.
- Birman, J. (2006). Subjetividades contemporâneas. In J. Birman (Org.), *Arquivos do mal-estar e da resistência* (p. 171-195). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Blondel, M. (2004). Objet transitionnel et autres objets d'addiction. *Revue Française de Psychanalyse*, 68(2), 459-467.
- Cabré, L. M. (2017). El diario clínico de Ferenczi. In Cabré, L. M. (Org.), *Autenticidad y reciprocidad: un diálogo con Ferenczi* (p. 23-32). Buenos Aires: Biebel.
- Coelho Junior, N. E. (2018). A matriz ferencziana. In Figueiredo, L. C., & Coelho Junior, N. E. (Orgs.), *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura* (p. 117-185). São Paulo: Blucher.
- Cunha, M. P., & Birman, J. (2017). Muros do vazio: Narciso revisitado. *Tempo psicanalítico*, 49(2), 30-49.
- Dal Molin, E. C. (2016). *O terceiro tempo do trauma: Freud, Ferenczi e o desenho de um conceito*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP.
- Ferenczi, S. (1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1932)
- Ferenczi, S. (1992). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1928)
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de línguas entre adultos e crianças. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1933)
- Ferenczi, S. (2011). O problema da afirmação do desprazer. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas*, Psicanálise III. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1926)
- Figueiredo, L. C. (2003). Modernidade, trauma e dissociação: a questão do sentido hoje. In Figueiredo, L. C. [Autor], *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.

- Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo: uma introdução. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (2006). Os instintos e suas vicissitudes. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (2006). Além do princípio do prazer. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (2006). O ego e o id. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (2006). O futuro de uma ilusão. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927)
- Gondar J. (2017). O desmentido e a zona cinzenta. In Reis, E. S., & Gondar, J. (Orgs.), *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política* (p. 89-100). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Han, B.-C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Lane, E. (2017). Os jovens japoneses que estão trabalhando literalmente até a morte. *BBC News*, online. Recuperado em 18 fev. 2018 de <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40140914>>.
- Knobloch, F. (2016). Desafios clínicos: a escuta da ruptura. In *Workshop realizado na Sociedade Psicanalítica da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ)*. Rio de Janeiro/RJ.
- Mayer, H. (2001). Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In Cardoso, R. (Org.), *Adolescência: reflexões psicanalíticas* (p. 81-102). Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ.
- Monti, M. (2008). Contrato narcisista e clínica do vazio. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(2), 239-253.
- Moraes, E. G., & Macedo, M. M. K. (2011). *Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pessoa, F. (2018). *O livro do desassossego*. São Paulo: Principis.
- Pinheiro, T. (1995). *Do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./UFRJ.

- Pinheiro, T., & Viana, D. (2018). Trauma, descrédito e masoquismo em Ferenczi. In Maciel Junior, A. (Org.), *Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi* (p. 46-61). Rio de Janeiro: 7Letras.
- Roussillon, R. (1999). Traumatisme primaire, clivage et liaisons primaires non symboliques. In Roussillon, R. [Autor], *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF.
- Stern, D. (1992). *O mundo interpessoal do bebê: uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Vargas, P. (2010). *Poesia completa*. Goiânia: R & F Editora.
- Verztman, J. (2002). O observador do mundo: a noção de clivagem em Ferenczi. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 5(1), 59-78.
- Türcke, C. (2010). *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Campinas: UNICAMP.
- Türcke, C. (2016). *Hiperativos: abaixo a cultura do déficit de atenção*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

Recebido em 10 de março de 2019

Aceito para publicação em 11 de junho de 2020

RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL NA CLÍNICA PSICANALÍTICA

*Fernanda Canavêz**

RESUMO

O trabalho objetiva situar o debate sobre raça, gênero e classe social na clínica psicanalítica atual, partindo da apresentação do paradigma da interseccionalidade em um diálogo com as Ciências Sociais. Para a consecução da proposta principal, retoma criticamente as raízes modernas da clínica à luz do debate sobre colonialidade para, na sequência, circunscrever a clínica ao debate atual encampado pelos novos movimentos sociais. Por fim, partindo de contribuições de Sándor Ferenczi, aposta-se na clínica como espaço-tempo de desconstrução de desmentidos sociais que reforçam opressões, bem como na potência do caráter paradoxal daquela para a desconstrução de identidades cristalizadas.

Palavras-chave: raça; gênero; classe social; clínica psicanalítica.

RACE, GENRE ET CLASSE SOCIALE DANS LA CLINIQUE PSYCHANALYTIQUE

ABSTRACT

The work aims to situate the discussion about race, gender and social class in the current psychoanalytic clinic, starting from the presentation of intersectionality's paradigm in a dialogue with Social Sciences. In order to achieve the main objective, it takes up modern roots of the clinic in the light of the debate on coloniality and then circumscribes clinic to the current discussion of new social movements. Finally, starting from the contributions of Sándor Ferenczi, clinic is considered as space-time of deconstruction of social

* Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Marginalia – Laboratório de Psicanálise e Estudos sobre o Contemporâneo.

denials that reinforce oppressions, as well as in the power of its paradoxical character for the deconstruction of crystallized identities.

Keywords: race; gender; social class; psychoanalytic clinic.

RACE, GENDER AND SOCIAL CLASS IN PSYCHOANALYTIC CLINIC

RÉSUMÉ

Le but de ce travail est de situer la question de la race, du genre et de la classe sociale dans la clinique psychanalytique actuelle. Pour le faire, il présente le paradigme d'intersectionnalité dans un dialogue avec les Sciences Sociales. Pour atteindre ce propos principal, ce travail reprend de façon critique les racines modernes de la clinique à la lumière du débat sur la colonialité afin de la circonscrire au débat des nouveaux mouvements sociaux. À partir des contributions de Sándor Ferenczi, la clinique se présente en tant qu'un espace-temps de déconstruction des dénégations sociales qui renforcent les oppressions, et d'identités cristallisées, dans la mesure où elle est marquée par un caractère paradoxal.

Mots-clés: race; genre; classe sociale; clinique psychanalytique.

Atenção

Tudo é perigoso

Tudo é divino, maravilhoso

Atenção para o refrão

É preciso estar atento e forte

(Caetano & Gil, 1969)

Raça, gênero e classe podem ser enaltecidos separadamente como categorias que comportam especificidades que devem ser destacadas. A despeito da parca literatura a respeito do(s) tema(s) no campo da psicanálise – e, mais especificamente, naquele da clínica psicanalítica –, as alusões encontradas caminham, em geral, seguindo a referida tônica: raça, gênero e classe social tomados em separado e, por isso, demandando reformulações teórico-clínicas em função de suas particularidades.

A título de exemplificação, é possível mencionar o famoso trabalho da psicanalista Neusa Santos Souza, que veio a público no início dos anos 1980, intitulado *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983). O livro foi prefaciado pelo

atuante Jurandir Freire Costa, texto que alcançou expressiva circulação desde então. A notícia do suicídio dessa psicanalista, em 2008 – portanto em solo discursivo algo diferente em comparação com a ocasião da publicação de seu livro –, aqueceu o debate sobre o racismo no campo *psi*. Os predicados de psicanalista e de negra circularam amplamente. Pouco parece se ter falado sobre aquele de mulher, muito menos sobre sua origem popular na Bahia.

Com o episódio, é plausível ilustrar o caráter intrínseco dos termos raça, gênero e classe social e, paradoxalmente, a sedução contida na possibilidade de tomá-los separadamente, estabelecendo uma espécie de escalonamento de acordo com determinado referencial discursivo. É por isso que se aposta, para a discussão doravante proposta, no paradigma da interseccionalidade, atualmente corrente no campo das Ciências Sociais. Isso porque essa perspectiva parece ter muito a contribuir para os temas do racismo, do gênero e da classe social quando aventados na clínica psicanalítica, assunto do qual não se pode furtar em se tratando da psicanálise na contemporaneidade.

Este trabalho parte, desse modo, da aposta na fertilidade das interrogações que formulações de outros campos de saber podem fazer à psicanálise, recusando o risco da circularidade de formulações calcadas apenas no arcabouço teórico produzido no movimento psicanalítico. Busca recusar, ainda, argumentos de autoridade que tendem a recorrer aos cânones da psicanálise para sustentar uma atualidade que seria inquestionável em nossa clínica, como se esta fosse insubmissa à incidência da passagem do tempo e aos recortes históricos em que se situa. Se Freud inaugurou um saber e uma prática marcadamente subversivos na modernidade que lhe serviram de berço, cabe a nós, praticantes da psicanálise, fazer jus à subversão de Freud para colocar também nossos aportes teóricos à prova. Sugere-se que dessa maneira a psicanálise pode continuar se sustentando como discursividade afeita ao múltiplo (Canavêz, 2017) e capaz de extrapolar o que Derrida (1996) indica como resistência *da* psicanálise à própria psicanálise.

Sendo assim, faz-se premente visibilizar o transbordamento de temas como raça, gênero e classe social na clínica psicanalítica onde quer que esta se dê: dos dispositivos públicos de assistência aos consultórios

localizados em bairros abastados dos grandes centros urbanos. Para tal, convém tomar a psicanálise em uma perspectiva situada¹, portanto absolutamente ancorada na realidade em que se desenvolve, sempre parcial e crítica. Seguindo as pistas de Ayouch (2019, p. 183), temos que a prática psicanalítica, como qualquer experiência social, “não escapa a essas intersecções de gênero, cultura, raça e classe, embora ela não faça parte de um processo de comunicação e troca habitual”. Feitas essas ressalvas, é possível então passar ao debate interseccional para depois situá-lo nas raízes modernas e colonialistas da psicanálise. Por fim, alguns apontamentos do psicanalista Sándor Ferenczi serão revisitados na expectativa de articulação dos temas abordados, recurso utilizado para circunscrevê-los à clínica, uma vez que não faz parte do escopo desta proposta a discussão de casos ou vinhetas clínicas.

O termo *interseccionalidade* indica a interdependência das relações de poder de raça, gênero e classe social. Foi cunhado pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, no final da década de 1980, refletindo a herança da atuação do chamado *black feminism* na década que a antecedeu, muito embora tenha alçado lugar de relevância apenas a partir da segunda metade dos anos 2000 (Hirata, 2014). Exemplar aqui é a produção da filósofa estadunidense negra Angela Davis, um dos nomes mais evocados no Brasil quando a problemática está em pauta, autora de *Mulheres, raça e classe* (1981/2016) e demais títulos recém-lançados em português em torno da mesma temática.

Voltando a Crenshaw (2012), o contexto de sua luta auxilia a compreender a potência da proposta da interseccionalidade. Tratou-se de um embate jurídico, nos Estados Unidos, entre mulheres negras e a *General Motors*. As primeiras acusavam a empresa de não as contratar em função da segregação racial e de gênero. O tribunal dividiu as duas categorias de segregação e chegou à conclusão de que não havia discriminação racial porque homens negros eram contratados pela referida fábrica. Também não havia discriminação de gênero, pois mulheres eram igualmente contratadas. Estas “por acaso” eram brancas (Crenshaw, 2012). O episódio desvela que mulheres negras ficavam à margem do discurso jurídico quando as categorias em questão não eram postas em interação.

Sendo assim, a interseccionalidade pode ser definida como uma teoria transdisciplinar que busca considerar a complexidade das identidades e das desigualdades sociais através de um enfoque integrado. Cumpre esclarecer, como lembra Ina Kerner (2012), que apenas tratar as categorias por suas analogias não resolve a questão – e o exemplo das mulheres negras contra a *General Motors* mais uma vez permite esclarecer os termos da problemática –, mas também fazer recair o foco nos múltiplos entrelaçamentos e combinações entre as diferentes categorias. Opera-se, assim, um deslizamento das categorias tomadas em si para as relações sociais ou mesmo para os entrelaçamentos entre as ditas categorias. O objetivo em questão é problematizar a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, quais sejam, as categorias de gênero, classe, raça, etnicidade, orientação sexual, idade (Hirata, 2014). Interseccionalidade remete, assim, a uma proposta de não hierarquização das formas de opressão, dentre as quais raça, gênero e classe social.

O argumento interseccional surge em determinado contexto histórico, conforme supracitado, o que reforça a ideia de que as categorias de raça, gênero e classe são historicamente construídas, e cujas análises devem, portanto, contar com o recurso da historicização². O percurso histórico fornece inúmeros exemplos que atestam a afirmativa, sobressaindo-se os que reforçam as próprias opressões doravante discutidas. Foi assim que a ideia de raça despontou por volta do século XVI de mãos dadas com o projeto capitalista, como será retomado adiante, tendo atingido seu ápice com o tráfico negreiro, já no século XVII. A diferenciação através de raças, tomadas assim em uma concepção naturalizante, estava a serviço de justificar a exploração dos povos do dito novo mundo, como lembra Mbembe (2018). O golpe de mais envergadura nesse quesito veio no final da Segunda Grande Guerra, quando figurou marcante tentativa de banir o conceito de raça de qualquer perspectiva situada, remetendo-a à natureza como campo pretensamente apartado do social (Aguiar, 2007). Hoje é sabido que não há qualquer justificativa biológica capaz de amparar essa proposição de diferença racial.

Também foi sob essa lógica que mulheres foram relegadas aos recônditos da vida privada, atreladas irremediavelmente ao trabalho doméstico pela prerrogativa da maternidade. O conceito de gênero surge

na década de 1980, em uma tomada revisionista do feminismo dos anos 1960, na expectativa de questionar uma identidade preexistente das mulheres. Acompanhando Butler (1990/2003), temos que o gênero é o meio discursivo pelo qual a natureza sexuada é produzida e estabelecida como pré-discursiva. Isso significa que a autora confere tanto ao gênero quanto ao sexo o predicado cultural, constituindo, desse modo, uma crítica ao feminismo que a antecedeu no que esse movimento conferiu de essência ao gênero, ao tomá-lo em decorrência do sexo (naturalizado). Corpo e sexo naturais não são mais do que ficção (Butler, 1987).

Em relação à classe social, a operação de naturalização dos argumentos parece dificultada, em uma primeira visada, uma vez que a expectativa de mobilidade social poderia sanar seus efeitos discriminatórios. De acordo com essa perspectiva, a categoria de classe social não estaria em pé de igualdade com as de gênero e raça. Conforme Kerner (2012, p. 47), quando se trata de atribuições racistas e sexistas, predomina a ideia de que estariam embasadas em pressupostos ditos naturais, de modo que “exigem validade atemporal ou pelo menos por longos períodos de tempo”, o que não estaria colocado quando a classe está em pauta.

No entanto, a história não deixa de oferecer seus exemplos também nessa seara, evidenciando mais uma vez a tentativa de expurgar o caráter construído do discurso, apagando os rastros da hierarquização a que se propõe. No Brasil, é possível recorrer ao exemplo da adoção de medidas compensatórias nas políticas educacionais que têm como alvo crianças provenientes de classes ditas populares. A justificativa central é que apresentariam “carências culturais”, as pretensas responsáveis pelo fracasso escolar. Ganhou força nas políticas educacionais brasileiras na década de 1970, embora suas origens remontem ao advento da Revolução Industrial (Kramer, 1982). A vertente mais recente da Psicologia da Educação, a chamada Psicologia Escolar Crítica, é repleta de investigações que contradizem a teoria da privação cultural, acompanhando os passos de Maria Helena Souza Patto (1990/2000) em sua exposição do viés construcionista no que chamou de produção do fracasso escolar, este destinado, não parece demasiado lembrar, a determinada classe social.

Temos, então, que as categorias em si não são suficientes para descortinar a opressão a elas associadas. Ao contrário, podem chegar a

reproduzir a violência discriminatória das relações sociais que compõem. É, portanto, para fazer frente a esse histórico de discriminação que o paradigma da interseccionalidade se erige. Sua proposta não questiona exatamente as categorias que pretende articular, mas a lógica que as toma de forma estanque e hierarquizada. Essa lógica pode ser associada à discursividade moderna, a qual serviu de estofo aos primórdios da clínica psicanalítica, assunto introduzido na seção subsequente.

MOVIMENTOS DE CONTESTAÇÃO DA MODERNIDADE

Raça, gênero e classe social estão associados às dimensões fundamentais na construção de hierarquias sociais e, ao mesmo tempo, aos movimentos sociais que buscam evidenciá-las e lutar contra as exclusões que produzem. Na expectativa de circunscrever essas categorias como questão para a clínica psicanalítica na contemporaneidade, faz-se mister situar os desdobramentos desses movimentos.

Aguiar (2007, p. 85) destaca os movimentos feminista e negro como importantes agentes de contestação dos conceitos desenvolvidos pela tradição ocidental, na medida em que “acabam por questionar as categorias fundamentais da ciência, teorias e metodologias ocidentais”. Categorias fundamentais que estiveram presentes desde a fundação da discursividade psicanalítica, na medida em que Freud a aventou como fratura do cientificismo moderno (Birman, 2006).

Amplia-se, dessa maneira, o que está em xeque a partir desses movimentos de contestação. O giro propiciado pelas reivindicações dos movimentos em baila – em que pesem os chamados novos movimentos sociais, sobretudo a partir do movimento feminista na década de 1980 – é o da possibilidade de mudança de perspectiva de um mundo idealizado exclusivamente por homens, sendo capaz de “alterar as categorias fundamentais, a metodologia e o entendimento da ciência e da teoria ocidentais” (Benhabib, & Cornell, 1987, p. 7).

É assim que ganha corpo, por exemplo, a proposição do *feminismo como crítica da modernidade*, compreendendo a modernidade como um projeto (imperialista) do mundo europeu. Acompanhando Castro (1999), é possível apresentar tal projeto a partir de dois registros fundamentais:

o primeiro de caráter introdutório, baseado nos desdobramentos do empreendimento colonial que se convencionou chamar de “grandes navegações”, e o segundo centrado no ideal de racionalização da sociedade.

À época das navegações capitaneadas pelos portugueses, espanhóis e italianos, o cenário americano surgiu como continente da “esperança”, o chamado novo mundo, lançando importantes bases discursivas para a modernidade. A conquista de territórios outros (passível de ser concebida como um verdadeiro fetiche da conquista) apresentou-se como apêndice do velho mundo, cuja fôrma deveria dar forma a tudo que pudesse ameaçar o projeto europeu de mundo, projeto este que se convencionou denominar modernidade.

Nesse registro cabe incluir a experiência do homem branco europeu que se viu confrontado com uma existência totalmente diversa da sua (o indígena). Sendo assim, tratou-se do momento em que muitas dicotomias foram fomentadas, como aquela colocada entre “selvagem” e “civilizado”, “bárbaro” e “civilizado”, cujos desdobramentos povoaram as teorias contratualistas tão presentes em nossas formações de inspiração científica, também na seara da psicanálise³. Aqui cabe fazer uma ressalva em relação ao emprego do termo *civilização* no referido contexto. Trata-se de um entendimento do homem moderno – branco e europeu – a partir de sua visão de mundo. Assim, a própria noção de civilização estaria fortemente impregnada de seu uso no contexto da modernidade, a saber, calcada na expectativa de certo aperfeiçoamento do sujeito, portanto contraponto de uma pretensa selvageria, resto de barbárie (Starobinski, 1999/2002). Esse é o caso, por exemplo, do termo no texto “O mal-estar na civilização” (1974/1930), em que Freud discute o mal-estar na modernidade, na civilização moderna, e não exatamente pinta um retrato absoluto e atemporal de um sujeito pretensamente anistórico.

Associado ao furor imperialista por ocasião das chamadas “grandes navegações” é possível ainda destacar o registro da racionalização da sociedade. Tratou-se de uma tendência que, segundo Max Weber (1905/2005), atuaria com mais rigidez nas sociedades ocidentais modernas. Sem adentrar a complexa discussão sobre a racionalização em Weber, convém compreendê-la, para os limites da presente investigação, a partir do uso por parte do sujeito moderno dos meios técnicos da ciência para

realizar suas ações, que são, assim, alvo de uma sistemática de métodos. A racionalização no ocidente encontra no capitalismo sua maior expressão.

A sociedade moderna produz um verdadeiro tensionamento no sentido da superação de formas tidas (pelos modernos) como mais rudimentares de produção, marcadamente rurais, para privilegiar o máximo aproveitamento da força de trabalho concorrendo para a capitalização. É a tentativa de passagem de uma sociedade agrária para aquela de organização urbana-industrial. Não por acaso foi no seio da sociedade moderna que desponta a chamada Revolução Industrial, cujo primeiro período, na Inglaterra, teve lugar entre 1760 e 1860.

Assim como o fetiche da conquista deu ensejo à oposição entre “selvagem” e “civilizado”, situa-se aqui a dicotomia entre a razão moderna e tudo que não se enquadra nesse discurso, *resto* de civilização que deve, por isso, ser iluminado – por alusão ao Iluminismo – de acordo com os moldes modernos. A filósofa argentina María Lugones (2014) reforça a proposta de tomar esses dois registros como primeira e segunda modernidade: no primeiro recorte teríamos o momento do fetiche da conquista, ao passo que no segundo estariam concentrados os predicados da modernidade capitalista, tendo a Revolução Industrial por seu esplendor.

Se for necessário estabelecer um recorte historiográfico para a modernidade ancorado na cronologia do tempo, é possível sugerir como seu ápice, acompanhando Foucault (1997), a derrocada da monarquia nos moldes absolutistas e a emergência do Estado-nação. No entanto, é cabível ainda que a *modernidade* seja compreendida como uma atitude em relação ao próprio tempo, parafraseando o italiano Agamben (2009) em sua indicação a respeito do contemporâneo. A perspectiva da historiografia clássica pode se coadunar com aquela que toma modernidade e contemporaneidade como atitudes, premissa fundamental para atestar a persistência, ainda hoje, da expectativa de *modernização* das técnicas, do conhecimento, do trabalho, da sexualidade, da política, dos modos de subjetivação.

Feita essa pequena digressão explicativa do significado de *modernidade*, é possível resgatar a noção do feminismo como crítica de tal projeto de mundo europeu (Benhabib, & Cornell, 1987). A reconstrução teórica presente nas fileiras desse movimento aponta para a importância de um revisionismo marxista, propiciando o deslocamento do paradigma

da produção, cenário do qual as mulheres foram banidas em função do lugar privatista ao qual foram relegadas. O que está em pauta nessa primeira crítica é a dicotomia institucional entre público e privado, mais uma divisão marcadamente moderna. Ademais, o segundo interlocutor ao qual o movimento feminista se endereça é o liberalismo, responsável por exaltar a noção de um eu desimpedido que as militantes feministas fazem coincidir com o eu masculino. Ao que se pode acrescentar: eu desimpedido do homem moderno. Sendo assim, o movimento feminista que teve lugar na década de 1980 evidencia severas críticas remetidas à modernidade, solo histórico e discursivo no qual a clínica moderna – e, cabe lembrar, a clínica psicanalítica – floresceu.

Cabe, portanto, fazer ecoar o *black feminism* e a proposta da interseccionalidade que daí emergiu: é o projeto moderno, em sua pretensão de organizar o mundo de maneira ontológica a partir de categorias homogêneas e inseparáveis, que é colocado na mira. Lugones (2014) esclarece que a reivindicação das mulheres negras do terceiro mundo mostra que a interseção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai muito além das categorias (estranques) da modernidade. Em sua análise sobre a retórica (que se pretende anistórica) das categorias, Lugones (2014, p. 936) salienta como espinha dorsal da modernidade a divisão forjada entre humano e não humano. Vale acompanhar a autora na íntegra: “Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental”.

Em adição, é importante destacar que a prerrogativa da humanidade estaria reservada ao homem moderno, aos seus códigos de conduta, à sua visão de mundo. A desumanização de formas outras de vida que escapam à civilização moderna marcou a ferro e fogo os povos do continente-esperança. Parece marcar, ainda hoje, os sujeitos remetidos às categorias de classe social, gênero e raça, motivo pelo qual a clínica é sempre convidada a revisitar seus postulados teórico-clínicos, em que pese a própria concepção de sujeito da qual lança mão. Dessa maneira, a modernidade vista com tais lentes acaba nos trazendo o imperativo do debate sobre a colonialidade. É sob essa ótica que a clínica na contemporaneidade será tratada a partir das indagações reunidas no cruzamento das categorias de gênero, raça e classe.

ACERCA DA MODERNIDADE E DA COLONIALIDADE

“*A Europa é indefensável*” (Césaire, 1955/1978, p. 13; grifos do autor). A afirmativa de Aimé Césaire, em seu famoso *Discurso sobre o colonialismo*, ilustra de maneira impactante a ideia da crítica da modernidade, do projeto europeu em que consistiu a modernidade. Para o argentino Walter D. Mignolo, a modernidade é um fenômeno intimamente associado ao colonialismo⁴ (Machado, 2014). Sua proposta de invenção da América, em oposição à visada (eurocêntrica) de uma descoberta da América, objetiva “interrogar a epistemologia e a política presentes no pensamento ocidental e, no momento seguinte, explorar as inúmeras versões históricas de corpos e de lugares subalternizados pela colonialidade” (Machado, 2014, p. 2).

É cabível indagar se a suposição de um eurocentrismo exaltado e vitorioso não estaria caducando na atualidade em decorrência do reordenamento geopolítico que remeteria, em um olhar retrospectivo, à Guerra Fria. É sabido que a modernidade estampou a imagem de uma Europa desenvolvida, esta muito distante daquela que povoa hoje os noticiários. No entanto, “A partir do século XX, registra Mignolo, os Estados Unidos também passam a integrar tal imagem, o que lhes dotou força suficiente para reproduzir padrões neoliberais convenientes aos interesses político-econômicos do país e de suas empresas” (Machado, 2014, p. 3).

É justamente para fazer face às ideologias totalitárias cujas raízes remontam à aurora da modernidade – quais sejam, o cristianismo/conservadorismo, o liberalismo, o colonialismo e o marxismo “ortodoxo” – que se estrutura a opção decolonial. É para embaralhar as fronteiras da dicotomia entre razão e desrazão, entre humano e não humano, do que escapa ao estruturalismo. É para evidenciar que se trata de uma divisão moderna entre razão moderna e razões outras, homem moderno e existências outras. Existências de corpos e de lugares subalternizados pela colonialidade. Existências de corpos e de lugares subalternizados – raça, gênero e classe social – pela colonialidade.

Também caminha nessa direção o pensamento do psiquiatra Frantz Fanon, cuja produção parece ser mais conhecida no campo *psi* em comparação às demais reunidas sob a égide do pensamento pós-colonialista, talvez em

função de sua formação e elaboração sobre a chamada psicopatologia da colonização. Para o autor, um discurso hegemônico de forte apelo racista estabeleceu a Europa como epicentro de enunciação (Fanon, 1961/1979), a partir do qual foram esboçados padrões de civilização, de produção de conhecimento e, em última instância, de modos de subjetivação. Fanon (1952/2008) busca empreender o projeto de um *sóciodiagnóstico* a partir de uma interlocução direta com o pai da psicanálise, responsabilizado pelo primeiro por ter dado muita ênfase ao fator individual nos fenômenos clínicos para se contrapor à tendência constitucionista marcante na Psicologia no final do século XIX.

De acordo com Fanon (1952/2008), o mérito de Freud estaria no empreendimento da substituição da perspectiva filogenética por aquela ontogenética. Essa subversão, no entanto, não seria suficiente para dar conta da alienação do negro, que está longe de ser uma problemática individualizada. Como resposta, o psiquiatra propõe a inclusão da sociogenia, que ganha o contorno do seu método (clínico) sociodiagnóstico. Entendemos que Freud já havia indicado relações mais complexas entre sujeito e cultura, conforme destacado no texto sobre as massas (Freud, 1921/1976). Ainda assim, a crítica de Fanon é operacional por revelar que o sujeito do qual os discursos que fundaram a clínica moderna se ocuparam é marcadamente situado: trata-se daquele encorpado pelo liberalismo, discurso do qual facilmente são elididos os determinantes histórico-políticos.

A historiadora norte-americana Joan Scott (2005) é precisa em seu apontamento sobre o conceito de indivíduo, que ela batiza de *indivíduo normativo* na coincidência que essa categoria evidencia com aquela do homem branco. Diz ela que “O problema tem sido que o ‘indivíduo’, apesar de todas as suas possibilidades de inclusão, tem sido concebido em termos singulares e sido representado tipicamente como homem branco” (Scott, 2005, p. 24). Por conseguinte, o indivíduo normativo constitui o modelo a partir do qual tudo que a ele não se assemelha é tratado como diferente. O indivíduo normativo/homem branco é alçado, assim, à ficção de universalidade.

Ora, não teria sido essa ficção universal presente no conceito de indivíduo que criou as bases para a emergência da clínica exatamente na modernidade? Sendo assim, é importante que a clínica psicanalítica na contemporaneidade

siga atenta à proximidade histórica que guarda com uma espécie de leito de Procusto subjetivo (Gondar, & Canavêz, 2018): haveria um modelo de indivíduo dado aprioristicamente pelas teorias *psís*, paradigma ao qual os processos de subjetivação devem se conformar, de modo que o que dele escapa fica relegado à esfera da psicopatologia. Nesse quesito, a concepção psicanalítica de sujeito, tal como cindido e descentrado, parece ter muito a contribuir para o campo *psí*, no que revela de potência para fraturar os modelos estanques e anistóricos. Compete reiteradamente à clínica, dessa maneira, revisitar seu solo teórico-clínico no imperativo ético de reinvenção de seus postulados à luz das demandas de seu tempo. É nesse sentido que as categorias de raça, gênero e classe social não apenas endereçam questões específicas para a clínica, mas, situadas historicamente, demandam uma revisão atenta e comprometida da clínica moderna.

A REINVENÇÃO DA CLÍNICA MODERNA

A proposta de assumir o imperativo de reinvenção da clínica moderna à luz do cruzamento das categorias de gênero, raça e classe pode se afinar àquela do pensamento pós-colonial. A contenda implica lançar luz sobre os pressupostos modernos que impregnam o campo, no intuito de que seja possível tratar a clínica psicanalítica no contemporâneo como clínica atual. Atual e pós-colonial. Atual e pós-moderna.

Com essa proposição não se afirma, em absoluto, o estabelecimento de um radical corte epistemológico em relação à clínica oriunda na modernidade, mas revisitar seus postulados em busca do que se sustenta ainda hoje. Para exemplificar, convém retomar a visada sobre Freud de que Fanon (2008) parece se fazer partidário: seria o arcabouço conceitual freudiano tão impotente para tratar das questões atuais ou é uma determinada leitura deste, tomada como atemporal e insubordinada às forças de sua época, que merece ser colocada em xeque, dado seu caráter supostamente universal e, desse modo, totalitário?

Freud parece evidenciar, ao mesmo tempo, uma fidedigna filiação à modernidade, muito embora não deixe de se mostrar um crítico desta, o que permite aproximá-lo do modernismo (Canavêz, 2011). Assim, seu pensamento está longe de se pretender absoluto, ânsia que é associada,

para acompanhar os pensadores dedicados aos estudos pós-coloniais, à modernidade. Miglievich-Ribeiro (2014) explica que é importante não desprezar a cosmologia moderna e seus valores (igualdade, democracia, direitos humanos), mas contextualizar suas categorias explicativas e normativas até então naturalizadas como absolutas.

Com efeito, o teor “absoluto” de conceitos que circulam pelo campo da clínica faz-se historicamente presente desde suas origens. Talvez essa constatação explique, pelo menos em parte, o fato de o discurso *psí* ter se colocado tantas vezes como cúmplice da opressão sofrida pelos sujeitos revelados nas categorias de classe, gênero e raça. Não sem motivo, o código de ética do profissional da Psicologia faz alusão, em diferentes dos seus princípios fundamentais (CFP, 2005), à exigência de um trabalho que prime pela igualdade (princípio I); à necessidade de lutar pela eliminação de quaisquer formas de discriminação e opressão (princípio II) e à indicação de uma análise crítica e histórica da realidade na qual a prática se desenvolve (princípio III).

De maneira análoga, o campo *psí* já esteve na mira – e não deixa de estar – desses movimentos sociais, o que tem resultado em muitas iniciativas, ainda que tardias, que buscam reverter a aliança das práticas *psí* com o silenciamento das violências que as discriminações aqui tratadas trazem à tona. Para ilustrar é possível citar a recente produção, por parte do Conselho Federal de Psicologia, de referências técnicas para a atuação de profissionais de Psicologia no tocante às relações raciais (CFP, 2017).

Do mesmo modo, pesquisas indicam posições antagônicas no que diz respeito à tomada de posição por parte de psicólogos sobre o transbordamento de questões tidas como sociais na clínica. É o que demonstrou uma investigação com estagiários da clínica-escola da Universidade de São Paulo, que revelou que estes alternavam entre duas posturas diante da situação de desemprego de sujeitos assistidos: ou o quadro era considerado como decorrente das peculiaridades desses sujeitos ou estes eram entendidos como vítimas de um sistema que a própria Psicologia não poderia concorrer para modificar (Schmidt, 2004). Sendo assim, o estudo mostrou que o sujeito ora figura como o único responsável por uma complexa sobredeterminação de forças, indicando uma ênfase na leitura individualizante dos fenômenos

clínicos; ora é relegado ao estatuto de refém de um sistema sobre o qual não possui qualquer ingerência, assim como a clínica em uma perspectiva não situada.

Contrariando a perspectiva das narrativas colhidas no quadro da sua pesquisa na USP, Schmidt (2004) lembra da potência da clínica nessa empreitada, cabendo ao terapeuta levar o sujeito a se interrogar sobre si e, ao mesmo tempo, se interrogar sobre sua realidade. É assim que a clínica ganha o colorido de uma prática política, buscando sempre uma mudança, como lembra Gondar (2004, p. 126) por ocasião da clínica psicanalítica: “um modo de ação e relação que pretende transformar a condição dos homens – eis uma definição que serve, ao mesmo tempo, para a clínica e para a política”. A mudança que a discussão sobre raça, gênero e classe social traz à baila parece, em especial, aquela de subverter os silêncios produzidos pela opressão. Parece residir aí a potência da clínica e, sincronicamente, o risco de que se torne, ela mesma, uma forma de opressão.

O famoso trabalho da indiana Gayatri Spivak (1985/2010), intitulado *Pode o subalterno falar?*, toca precisamente nessa questão ao expor que há silêncios intraduzíveis que jamais se tornarão audíveis caso não se deixe de lado a pretensão de ser o porta-voz do outro. À luz dessa indicação, vale revisitar o paradoxo que a clínica encerra: esta pode estar a serviço da acolhida dos silenciados por uma pretensão totalizante – moderna, colonial, discriminatória –, dos subalternizados, no dizer de Spivak; mas também pode reforçar esse silenciamento quando o clínico se assume porta-voz destes. Quando orienta sua escuta por engessamentos dados aprioristicamente, quando quer fazer caber narrativas polifônicas em um modelo a partir do qual aprendeu a escutar, quando não suporta a voz dos silenciados por ter também em si as forças da opressão que silenciam.

Não guardaria então a clínica o risco de se encerrar em uma visada totalitária, que poder ser chamada, a partir de Derrida, de tirania do Um? (Canavêz, 2017). Com efeito, a clínica seria marcada por um movimento pendular que ora se aproxima de uma abertura mais polifônica, ora corre o risco de estar a serviço de reiterar violências. Nos termos doravante propostos, uma clínica que ora se aproxima da modernidade, da colonialidade, ora da crítica desse projeto de mundo eurocêntrico que deu ensejo à dominação no sistema mundial capitalista.

De acordo com essa proposição, cai por terra o projeto de estabelecer uma clínica que seria *safe*⁵, absolutamente apartada daquela em que o silenciamento que faz par com a violência seria permanentemente convocado. O fato de buscar a defesa de uma clínica que não reproduza quaisquer formas de opressão não nos livra, em absoluto, do risco de reproduzi-las. O fato de uma mulher partir em busca de uma psicoterapeuta também mulher não garantirá, pelo menos não em decorrência de uma identificação mais imediata, que os fantasmas associados ao sexismo estarão afastados. O mesmo se aplica ao debate sobre racismo e demais formas de discriminação. O que está em pauta é o tensionamento que a clínica evidencia, transmutando-se em um campo de forças conflitantes que estão presentes na cultura em geral. Como clínicos, devemos estar atentos e fortes àquelas que se erigem para silenciar os modos de subjetivação que, em função da lógica colonial, foram subalternizados. Dessa maneira, raça, gênero e classe social endereçam inúmeras questões para o nosso *divino, maravilhoso* clínico, algumas das quais serão abordadas a seguir.

ALGUMAS QUESTÕES PARA A CLÍNICA NA CONTEMPORANEIDADE

Pelo menos duas questões urgem para uma clínica que se proponha atenta e forte às categorias de classe social, gênero e raça. São elas: a problemática do silenciamento que a clínica pode reforçar, na contramão de sua proposta como prática política; e a exigência de não cristalizar subjetividades produzidas por esse desmentido social, as identidades subalternizadas. Para tratar dessas questões serão abordados os temas do desmentido social, acompanhando os termos de Jô Gondar (2018), e da clínica como marcadamente paradoxal, recaindo esse paradoxo nos múltiplos modos de subjetivação que nela devem comparecer, a despeito da tentativa de engessamento de certas identidades (normativas); em outros termos: nas múltiplas versões de si que um sujeito pode enunciar.

Para tratar do primeiro assunto, a saber, o desmentido social, cabe retomar o psicanalista húngaro Sándor Ferenczi, que se dedicou a uma produção sobre o trauma na clínica. Para falar sobre a traumatogênese, ele parte de uma experiência traumática que se dá a partir de três figuras (um

adulto abusador, uma criança abusada e um adulto para quem a criança conta o ocorrido) e em três tempos. Antes de passar a esses tempos é importante esclarecer que Ferenczi (1932/2003) fala de uma confusão de línguas entre a criança e o adulto como se fossem dois universos providos de linguagens próprias. Constituem então os três tempos do trauma: a criança “seduz” o adulto abusador (mas essa “sedução” se dá nos termos da linguagem da ternura); o adulto abusa da criança, respondendo à “sedução” nos parâmetros da linguagem da paixão; a criança busca uma resposta para o que houve na figura de um terceiro adulto, o qual deve desacreditar a verdade que é trazida pela criança para que o trauma efetivamente aconteça. Aqui tem lugar o desmentido.

O que confere o aspecto traumático à experiência não é exclusivamente sua intensidade ou a predisposição da criança, mas a acolhida que é promovida pelo ambiente que a cerca. Quando o desmentido se impõe, um dos desdobramentos possíveis é o que Ferenczi chama de clivagem do eu. O eu se divide de modo a preservar uma parte do psiquismo que sofreu com o trauma, enquanto outra parte busca continuar vivendo – sobrevivendo – na tentativa de ignorar o que se passou.

A teoria ferencziana ajuda a pensar sobre a clínica nos termos aqui propostos por fornecer um importante arcabouço conceitual para colocar em pauta desmentidos sociais e os desdobramentos da desautorização de uma situação de discriminação. No Brasil, o mito da democracia racial, amplamente difundido a partir da década de 1930 com Gilberto Freyre (1933/2006), fornece um bom exemplo nesse sentido: como imposição política, o mito concorreu – e concorre – para a proibição social de se falar sobre o racismo (Hasenbalg, 1996). De acordo com esse cínico discurso, seríamos uma nação miscigenada, bem distante do *apartheid* africano e norte-americano, perspectiva que desautoriza a verdade da violência segregacionista que marca a experiência de negras e negros⁶.

Ferenczi fala que a clínica pode continuar a desautorizar a verdade trazida pelo sujeito, o que a revestiria do colorido de uma progressão traumática. Mais do que a expectativa de assegurar um terreno *safe* e desprovido de mal-entendidos, parece que a clínica deve funcionar como espaço/tempo de escansão dos desmentidos sociais, em que o sujeito possa sobre eles falar, tendo suas verdades enfim autorizadas. Para fazê-

lo, é preciso não perder de vista que os desmentidos sociais perpassam nossos cotidianos, de forma que não raras vezes somos surpreendidos em suas reproduções. Não é a prerrogativa de uma clínica apartada dessa realidade que a imunizará de tamanha violência. Ao contrário, é a circulação das diferentes versões da verdade, é a polifonia que a tentativa de silenciamento dos tidos como subalternizados busca rechaçar, fio condutor que leva ao segundo tema.

Foi indicado o risco da incidência do indivíduo normativo (Scott, 2005) na clínica, tal como na emergência na modernidade. Também por isso é importante que a clínica não esteja a serviço de cristalizar subjetividades, quaisquer que sejam estas. Essa indicação ganha ainda mais relevância caso se discuta o movimento da militância e o reforço identitário que este pode acabar promovendo. Joan Scott (2005) atenta para essa questão, asseverando que as

Reivindicações de igualdade envolvem a aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão (Joan Scott, p. 15; grifo da autora).

A questão controversa seria, então, reificar a identidade de grupo que se constitui, de maneira paradoxal, como o principal alvo dos movimentos reivindicatórios.

Sobre esse aspecto, Gondar (2018) destaca a importância da afirmação identitária em se tratando do movimento negro no Brasil. De acordo com a psicanalista, ao contrário dos Estados Unidos, em que a segregação racial está dada de maneira explícita e historicamente institucionalizada, a nossa versão da luta contra o racismo deve contar ainda com essa espécie de etapa preliminar, destacando as especificidades do corpo negro que são, ainda que de maneira escamoteada, mira de discursos e práticas absolutamente racistas (Gondar, 2018). A afirmação identitária estaria, desse modo, a serviço da problematização do desmentido social.

Entretanto, se a militância deve contar com essa tática, não cabe à clínica reforçá-la em toda e qualquer situação. Isso porque a experiência clínica não está a serviço da cristalização de subjetividades, em uma

reedição – nos moldes da progressão traumática – do indivíduo normativo (moderno). A identidade não passa de um enquadre estanque e fugaz em um complexo jogo de forças que compõem os processos de subjetivação. Sujeito descentrado da ficção do eu, cindido, como mostra a clínica psicanalítica. É com os paradoxos inerentes a esse campo que praticantes da psicanálise e os sujeitos dos quais se ocupam devem lidar, sem a pretensão de uma clínica *safe*, cujos termos estariam dados de saída.

O poeta mineiro Ricardo Aleixo (2017) possui um belíssimo poema que toca nessa questão: “Sou o seu negro. Nunca serei apenas o seu negro. Sou o meu negro antes de ser seu. Seu negro. Um negro é sempre o negro de alguém. Ou não é um negro, e sim um homem. Apenas um homem. Quando se diz que um homem é um negro o que se quer dizer é que ele é mais negro do que propriamente homem”. À clínica não deve caber a tarefa de dizer os predicados de alguém. Compete ao sujeito, em seus múltiplos paradoxos, a aventura de fazê-lo. De maneira fugaz e, como tal, sempre inconclusa, em certa medida também como este texto, cujos temas continuarão a ser investigados.

Buscou-se afirmar a permanente exigência de (re)invenção da clínica psicanalítica a partir da atitude contemporânea que ela deve implicar. Os debates sobre raça, gênero e classe são especialmente oportunos não apenas em função das reformulações técnicas que podem preconizar, mas porque não nos deixam esquecer que nossa escuta e teorização são sempre situadas, motivo pelo qual devemos estar atentos e fortes aos riscos da expectativa de universalização de um determinado modelo de subjetivação, a expensas do *divino, maravilhoso* dos múltiplos modos de subjetivação.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2009). O que é o contemporâneo? In Agamben, G. [Autor], *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- Aguiar, M. M. (2007). A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. *Cadernos de Pesquisas do CDHIS*, 36/37(20), 83-88.
- Aleixo, R. (2017). *Antiboi: poemas (2013/2017)*. Belo Horizonte: Crisálida/Lira.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Curitiba: Calligraphie.
- Benhabib, S., & Cornell, D. (Orgs.). (1987). *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Birman, J. (2006). A psicanálise e a crítica da modernidade. In Birman, J. [Autor], *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (1987). Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In Benhabib, S., & Cornell, D. (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher* (p. 139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990)
- Canavêz, F. (2011). *Entre compromisso e resistência: os descaminhos do sintoma neurótico*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Canavêz, F. (2014). A violência a partir das teorias freudianas do social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(1), 33-48.
- Canavêz, F. (2017). Da resistência autoimunitária ao múltiplo na psicanálise. *Psicologia USP*, 28(3), 424-431.
- Castro, L. R. (1999). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: NAU.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. (Original publicado em 1955)
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2005). Resolução CFP nº 010/2005. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP.

- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2017). *Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)*. Brasília: CFP.
- Crenshaw, K. (2012). *A interseccionalidade na discriminação de raça e de gênero*. Recuperado em 12 mar. 2019 de <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1981)
- Derrida, J. (1996). *Résistances de la psychanalyse*. Paris: Galilée.
- Fanon, F. (1979). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1961)
- Fanon, F. (2008). *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA. (Original publicado em 1952)
- Ferenczi, S. (2003). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In Ferenczi, S. [Autor], *Obras completas: Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1932)
- Foucault, M. (1997). «*Il faut défendre la société*» *Cours au Collège de France (1975-1976)*. Paris: Hautes Études/Gallimard-Seuil.
- Freyre, G. (2006). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global. (Original publicado em 1933)
- Freud, S. (1974). O mal-estar na civilização. Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Freud, S. (1976). Psicologia de grupo e análise do eu. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)
- Gondar, J. (2004). A clínica como prática política. *Lugar Comum*, 19, 125-134.
- Gondar, J. (2018). Um racismo desmentido. In Arreguy, M. E., Coelho, M. B., & Cabral, S. (Orgs.). *Racismo, capitalismo e subjetividade: leituras psicanalíticas e filosóficas* (p. 47-58). Niterói: Eduff.
- Gondar, J., & Canavêz, F. (2018). Psicanálise: o desvio como método. In Fulgêncio, L., Birman, J., Kupermann, D., & Cunha, E. L. (Orgs.). *Modalidades de pesquisa em psicanálise: métodos e objetivos* (p. 95-105). São Paulo: Zagodoni.

- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Hasenbalg, C. (1996). Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In Maio, M. C., & Santos, R. V. (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade* (p. 235-249). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos - CEBRAP*, 86, 93-103.
- Kerner, I. (2012). Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos: Dossiê Teoria Crítica*, 93, 95-58.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Kramer, S. (1982). Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. *Cadernos de Pesquisa*, 42, 54-62.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Machado, J. V. M. (2014). Para (re)pensar a América Latina: a vertente descolonial de Walter D. Mignolo. *Espaço e Economia*, ano III(5), 1-4.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições. (Original publicado em 2013)
- Miglievich-Ribeiro, A. (2014). Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, 14(1), 66-80.
- Patto, M. H. (2000). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1990)
- Quijano, A. (1991). Colonialidad, modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, 13(29), 11-29.
- Sales, J. (2019). *Racismo no Brasil: um olhar psicanalítico*. Rio de Janeiro: Autografia.
- Santos, B., & Polverel, E. (2016). Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna - Revista de Psicanálise*, 1, p. 3.
- Schmidt, M. L. S. (2004). Clínica psicológica, trabalho e desemprego: considerações teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 7, 1-10.
- Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.

- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original publicado em 1985)
- Starobinski, J. (2002). *As máscaras da civilização*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. (Original publicado em 1999)
- Veloso, C., & Gil, G. (1969). Divino, Maravilhoso. [Gal Costa]. Em *Gal Costa* [LP]. Rio de Janeiro: Philips Records, (1968).
- Weber, M. (2005). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira. (Original publicado em 1905)

NOTAS

- ¹ Por alusão à proposta dos saberes localizados de Donna Haraway (1995), na qual se problematiza a pretensão de um conhecimento neutro e desembaraçado das marcações sociais de quem o constrói.
- ² Embora não seja o tema da presente investigação, vale indicar as críticas que se colocam à referida vocação por parte do argumento interseccional. É o que se pode depreender das considerações de Danièle Kergoat sobre a consubstancialidade das relações sociais, outra chave de leitura para a discussão aqui proposta. Segundo Kergoat (2010), a noção de interseccionalidade teria se tornado uma espécie de “receita” (p. 97) que acabaria recaindo no risco da naturalização das categorias analíticas, já que as colocaria em posições fixas a expensas de sua determinação histórica.
- ³ As aludidas dicotomias povoaram o imaginário dos contratualistas que buscavam compreender como se estrutura a ordem social para além do direito natural e, em último caso, como se deu a criação do estado moderno. Suas teorias parecem ter povoado as elaborações em psicanálise desde Freud, conforme desenvolvido anteriormente (Canavêz, 2014).
- ⁴ Aníbal Quijano (1991) estabelece uma distinção entre colonialismo e colonialidade. O primeiro estaria circunscrito à tomada territorial propriamente dita, ao passo que a colonialidade refere-se a uma forma específica de poder, associada à exploração/dominação no sistema mundial capitalista.
- ⁵ Vem ganhando força, nos últimos anos, o pedido por uma clínica que seja segura (psy safe), como se um psicanalista, por exemplo, pudesse garantir um espaço seguro em que formas de opressão não seriam reproduzidas. Na França, é possível procurar um psicanalista que seria safe em uma base de dados (*Pour vous aider à trouver un.e praticien.ne de santé psy* accueillant*

toutes les différences). Para mais detalhes sobre o imbróglio consultar Santos e Polverel (2016).

- ⁶ Para uma discussão mais recente sobre o tema no Brasil sugere-se o recém-lançado livro de José Sales (2019), fruto de sua tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ, e ainda as entrevistas feitas por Grada Kilomba (2019).

Recebido em 14 de março de 2019
Aceito para publicação em 10 de maio de 2020

A ATUALIDADE DE *HELLO BRASIL!*: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A FUNÇÃO PATERNA E A CULTURA BRASILEIRA¹

*Fernando Basso**

*Amadeu de Oliveira Weinmann***

*Gustavo Caetano de Mattos Mano****

RESUMO

Este artigo propõe-se examinar a atualidade de *Hello Brasil!*, livro do psicanalista Contardo Calligaris publicado pela primeira vez em 1991 e relançado em 2017. Traçando uma leitura crítica, propomo-nos a apresentar o contexto de produção da obra, destacar suas ideias principais, indicar suas potencialidades, assinalar os diálogos com outras produções e identificar seus limites teóricos. A partir dessas análises, que se inscrevem no domínio das interpretações psicanalíticas da cultura brasileira, postulamos que *Hello Brasil!* sustenta-se na hipótese do “déficit paterno” e do “Um” da função paterna. Tal esquema teórico requer que se retome com rigor o conceito “função paterna” como operador de análises da cultura.

Palavras-chave: psicanálise; interpretação; função paterna; cultura brasileira.

THE TOPICALITY OF *HELLO BRASIL!*: PROBLEMATIZATION ON PATERNAL FUNCTION AND BRAZILIAN CULTURE

ABSTRACT

This paper aims to examine the topicality of Hello Brasil!, book written by psychoanalyst Contardo Calligaris, published for the first time in 1991

* Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

*** Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

and reissued in 2017. Adopting a critical approach, we intend to show the context in which the book was produced, highlight its main ideas, indicate its stronger points, point out its connections with other works and identify its theoretical boundaries. From these analyzes, situated in the domain of psychoanalytic interpretations about Brazilian culture, we postulate that Hello Brasil! is sustained on the hypothesis of a “paternal deficit” and on the “One” of paternal function. Such a theoretical scheme requires that the concept “paternal function” be rigorously resumed as an operator on cultural analysis.

Keywords: psychoanalysis; interpretation; paternal function; Brazilian culture.

L'ACTUALITÉ DE *HELLO BRASIL!*: PROBLEMATISATIONS SUR LA FONCTION PATERNELLE ET LA CULTURE BRÉSILIENNE

RÉSUMÉ

Cet article examine l'actualité de Hello Brasil!, livre du psychanalyste Contardo Calligaris, publié pour la première fois en 1991 et relancé en 2017. En traçant une lecture critique, nous proposons de présenter le contexte de production de l'œuvre, de souligner ses idées principales, d'indiquer ses potentialités, de marquer les dialogues avec d'autres productions et de identifier leurs limites théoriques. A partir de ces analyses, qui sont situés dans le domaine des interprétations psychanalytiques de la culture brésilienne, nous postulons que Hello Brasil! repose sur l'hypothèse du “déficit paternel” et du “Un” de la fonction paternelle. Un tel schéma théorique exige qu'on reprenne rigoureusement le concept “fonction paternelle” comme opérateur d'analyses de la culture.

Mots clés: psychanalyse; interprétation; fonction paternelle; culture brésilienne.

INTRODUÇÃO

Em 1991, Fernando Collor de Mello entrava em seu segundo ano de mandato como presidente enfrentando uma inflação anual de 1620%. Em uma tentativa de conter a severa crise econômica que há duas décadas assolava o país, Collor havia, no ano anterior, congelado as poupanças – medida desastrosa que minara fatalmente seu tumultuado governo, marcado por escândalos de corrupção e planos econômicos malsucedidos. Enquanto parte da população apertava o cinto, outra festejava a liberação da importação de automóveis e trazia do exterior possantes de luxo.

O automobilismo, aliás, se converteria em paixão nacional com as conquistas de Ayrton Senna, que naquele ano sagrar-se-ia tricampeão mundial de fórmula 1. Por outro lado, ressentida após o fracasso na Copa do Mundo da Itália, parte da imprensa esportiva, ao referir-se à seleção brasileira de futebol, passara a adotar, depreciativamente, o termo “Era Dunga”, em alusão ao marcador enérgico e supostamente pouco criativo. No cenário internacional, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai reuniam esforços para compor o Mercosul, a União Soviética dava seus últimos suspiros e a Guerra do Golfo marcaria o início da ininterrupta presença militar americana no Oriente Médio.

A difusão do pensamento lacaniano no Brasil, a partir dos anos 1980, estimulou, como afirma Joel Birman (2004), a retomada da psicanálise como teoria que articula novas possibilidades de pensamento sobre a cultura do país por meio do diálogo com diferentes ciências, como a antropologia social, a filosofia, a linguística e a história. É nesse contexto que Contardo Calligaris lança *Hello Brasil: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. Calligaris (1991, p. 12) apresentava seu livro como “escrito de amor”: “ao mesmo tempo uma declaração, uma elegia e, naturalmente, também uma queixa”. Com estilo descompromissado de normas teóricas e do rigor acadêmico, Calligaris conduz uma narrativa ensaística, onde propõe uma visão do país a partir da perspectiva de um europeu recém-chegado aos trópicos. Pelo caráter de pioneirismo, o livro fez marca dentre as publicações psicanalíticas dedicadas à interpretação da cultura brasileira. Após duas décadas longe das prateleiras, a obra ganhou, em 2017, uma reedição com importantes modificações: *Hello, Brasil! e outros ensaios: psicanálise da estranha civilização brasileira*. Como o novo batismo sugere, nessa versão *Hello Brasil!* ganhou o estatuto de um longo ensaio, sendo acompanhado por um prefácio e por outros textos publicados posteriormente; a condição de *psicanalista europeu* que habitava o título foi suprimida; e a vírgula inserida, discretamente, no título sugere que uma pontuação se faz necessária.

A proposta do presente escrito é introduzir na releitura de *Hello Brasil!* uma escansão, retomando os argumentos principais da obra à luz da contemporaneidade. Primeiramente, apresentaremos um apanhado das ideias fundamentais de Calligaris, norteados pela fidelidade ao texto

original, destacando sua hipótese do “déficit paterno” e do “Um” da função paterna. A seguir, apontaremos contrapontos e problematizações de psicanalistas e outros intelectuais sobre a interpretação do autor. Por fim, buscaremos examinar a atualidade do escrito de Calligaris e, considerando o diálogo estabelecido com outros autores – leitores de *Hello Brasil!* –, extrair potencialidades que permitam expandir os horizontes da interpretação psicanalítica da cultura brasileira.

UMTEGRAÇÃO, FUNÇÃO PATERNA E GOZO

Calligaris inicia seu ensaio a partir de uma expressão que, proferida em conversas cotidianas, lhe causa estranhamento e lhe serve para batizar o capítulo inicial do livro: “este país não presta!” O autor pondera que a expressão muitas vezes apresentava-se a ele como uma tentativa afetuosa dos amigos de o dissuadirem de fixar residência no Brasil, visando prevenilo contra a inevitável frustração futura, mas não deixa de perceber que ela é igualmente utilizada por diversos atores do cotidiano. Expressões desse tipo não são irrelevantes para a psicanálise: elas estabelecem uma narrativa de reconhecimento e identificação, formando uma cadeia de “traço distintivo” (Freud, 1920/2006, p. 213) da cultura nacional. O psicanalista italiano, contudo, lê o “este país não presta” com espanto: para ele, um europeu poderia dizer que determinado governo ou cenário econômico não presta, porém seria improvável que enunciasse algo similar sobre o país de origem. Calligaris (1991, p. 13) também não ignora que a referida expressão se alinha a um ensaio de projeto emigratório: “aqui não presta, vamos embora para onde preste”.

Na interpretação de Calligaris, a depreciativa sentença remete a uma dificuldade de *umtegração* – neologismo que demarca um deslocamento em relação à ideia unificante de integração, pois “[...] não se trata de uma dificuldade em ocultar ou uniformar as diferenças originárias das diversas etnias” (Calligaris, 1991, p. 14.), mas de um obstáculo relativo ao *Um*, “ao qual uma nação refere os seus filhos, relativa ao significante nacional na sua história e na sua significação” (Calligaris, 1991, p. 15).

O *Um*, na metapsicologia freudiana, encontra-se referido à dimensão identificatória. Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud

(1921/2013) propõe um modelo de identificação através do qual o sujeito não se identifica com a imagem total de uma pessoa, mas com um elemento isolado, um recorte, um *traço*. Ou, na leitura lacaniana de “*ein Einziger Zug*”, ao *traço unário* (Lacan, 1961-1962/2003). Na perspectiva de Calligaris, se os brasileiros se autorizavam a falar do Brasil desde a posição de estrangeiros, isso dava testemunho de um certo desencontro em relação ao traço identificatório. O psicanalista propõe, então, dois lugares discursivos relativos à enunciação no Brasil: o *colonizador* e o *colono*. Essas posições enunciativas seriam distintas em suas modalidades discursivas, mas estariam presentes no imaginário de cada brasileiro.

Para Calligaris (1991, p. 16-17), o colonizador “é aquele que veio impor a sua língua a uma nova terra, ou seja, ao mesmo tempo demonstrar a potência paterna (a língua do pai saberá fazer gozar um outro corpo do que o corpo materno) e exercê-la longe do pai”. Ele inscreve seu discurso, portanto, no horizonte de um gozo ilimitado da nova terra e o faz explorando, devastando e arrasando. Entretanto, seu desejo endereça-se à terra original, à mãe interdita da qual ele não pode gozar nem fazer gozar. Nessa perspectiva, sua enunciação de que “esse país não presta” denuncia, por um lado, que o colonizador desejava gozar de outro (aquele que ficou para trás) e, por outro lado, que neste ele não goza como presume que deveria. Calligaris aproxima a figura do colonizador à estrutura perversa, na medida em que ele “usurpa a lei do pai para propô-la a um corpo sem interdito” (Calligaris, 1991, p. 156), sendo a exploração extrativista colonial o expoente desse lugar do colonizador.

O colono, por sua vez, coloca-se em outro horizonte: “não um corpo de gozo além do interdito paterno, mas um interdito paterno que, impondo limites ao gozo, fizesse dele um sujeito” (Calligaris, 1991, p. 20). O que o colono espera do país é um pai que, castrando-o, reconheça sua filiação (ou, por reconhecer a filiação, imponha-lhe a castração) e, assim, designe a ele um nome, um lugar, um valor simbólico. Ele espera que uma coletividade inscreva nele uma interdição para poder ser reconhecido como cidadão, estando interessado na construção de um ideal de nação e no progresso social.

Da posição enunciativa do colono, o “esse país não presta” designa, antes de tudo, a insuficiência da potência paterna, que não soube ou não

pode interditar os gozos nem transmitir a filiação e, portanto, obstruía as condições para que o colono pudesse fundar seu nome. Se o colonizador se avizinha da perversão, segundo Calligaris o colono mimetiza uma forma peculiar de histeria, em que a filiação original é desmentida em nome de uma nova filiação – que se revela invariavelmente frustrada e que, portanto, relança o apelo a um pai.

De acordo com Calligaris, os fantasmas são personagens do passado coletivo que se expressam em cada sujeito falante, por meio de repetições discursivas. A dialética entre o colonizador e o colono percorre toda a obra de Calligaris; mesmo a escravidão e seus desdobramentos são lidos através dessa ótica, a partir da qual o corpo escravo inscreve-se como “fantasma que parece sustentar o discurso de todos os agentes” (Calligaris, 1991, p. 39). Se, por um lado, colonizador e colono são lugares discursivos, por outro o escravo assinalaria a condição de *infans*, alienado ao gozo do Outro. Assim, a herança escravista na sociedade teria o lugar de fantasia que atormenta os dois polos históricos do laço social. Calligaris salienta a forte e persistente presença do fantasma da escravidão no imaginário social, com a prevalência de um pai sádico que muitos prefeririam esquecer – apagamento este que dificultaria o reconhecimento da potência da tradição nacional de resistência a este passado colonial. Para o autor, este espectro escravista estaria presente em toda relação interpessoal do país, principalmente pela longa duração da escravidão (1530-1888), servindo de modelo de domínio social, mesmo após o término de seu regime, tendo ainda impactos sociais no que se refere à desigualdade econômica e à criminalidade.

O nome do país também não escapa à análise do autor. Ao debruçar-se sobre o significante “Brasil”, Calligaris observa que se trata de um raro episódio em que a nomeação se dá não a partir de uma origem mítica, mas de um produto explorado até a exaustão. Calligaris presume que “uma fundação exitosa institui uma ordem simbólica que, no caso de um país, se sustenta no significante nacional” (Calligaris, 1991, p. 100); o significante “Brasil”, que deveria servir como *Um* nacional, contudo, parece-lhe apresentar uma insuficiência correlativa das relações estabelecidas com a matéria da qual extrai seu nome, o pau-brasil. Este significante nacional foi inscrito na cultura não como um valor simbólico,

capaz de intermediar relações sociais, em que o brasileiro poderia “ser reconhecido e se reconhecer” (Calligaris, 1991, p. 33), mas, ao contrário, como marca do gozo da exploração colonial. Como consequência, o sintoma nacional brasileiro estaria, para Calligaris, atravessado por uma confusão entre a filiação simbólica e a submissão real, “efeito da história e da histeria nacional” (Calligaris, 1991, p. 165), pois aquele que deveria ser o responsável por permitir um laço simbólico estruturado a partir da falta impôs, ao contrário, um dízimo masoquista com sua exploração violenta.

O psicanalista lacaniano conclui, assim, que o colonizador conseguiu introduzir, no ato de nomeação do país, o discurso da exploração da terra como uma metáfora que regulasse o laço social. Logo, a transmissão da filiação nacional acabaria em um destino trágico, pois levaria o brasileiro ao encontro de uma decepção definitiva: “queres um nome? Eis o pau-brasil, dejetos da mesma exploração que prometo ao teu corpo” (Calligaris, 1991, p. 29). Nessa construção, se tece a apresentação da cena familiar de um pai oportunista que negava o reconhecimento de filiação aos filhos (pelo menos aos filhos locais, nascidos nesse solo conquistado), impossibilitando a inscrição de um significante nacional. Em consequência, essa ausência paterna deixaria somente a marca do abuso, do aproveitamento colonial, e – em ressonância com o nome de alguns ofícios, como sapateiro, jornalista, etc. – o povo nomeado como brasileiro “designa filiação nenhuma, mas é o nome comum de quem trabalha, explorado” (Calligaris, 1991, p. 29). Calligaris ilustra a exploração colonial da terra conquistada como um estupro mítico: o colonizador “maneja a nova terra como se pode sacudir o corpo de uma mulher possuída [...], esperando o seu próprio gozo do momento no qual a mulher esgotada se apagará em suas mãos – prova definitiva da potência do esturador” (Calligaris, 1991, p. 18). Da mesma forma, o corpo escravo é equiparado ao corpo da terra explorada, constituindo-se no representante “de um corpo permitido, aberto, por efeito da potência da língua que o explora e que nele, portanto, se inscreve” (Calligaris, 1991, p. 31).

O binômio colonizador/colonizado também é utilizado por Calligaris para explicar a cronificação da ruptura com a lei no Brasil. Por causa de pais colonizadores que, visando o gozo, negaram a interdição, existiria uma denegação de filiação nacional e, conseqüentemente, a

dificuldade de reconhecer-se como um membro legítimo da cultura. Segundo o psicanalista italiano, esse desamparo filial seria a explicação para o cinismo brasileiro perante a autoridade das instâncias formais da sociedade – governo político, sistema judiciário, organização policial, por exemplo –, pois elas carregariam, fatalmente, o semblante, a maquiagem que conteria de forma latente a violência escravista, ou seja, a vigência do autoritarismo patriarcal. Criminalidade e marginalidade constituiriam, para Calligaris, maneiras de responder socialmente à ausência de lei simbólica, “procurando encontrá-la, suscitá-la, de uma certa forma fundá-la” (Calligaris, 1991, p. 111).

Apesar de uma ligeira imprecisão bibliográfica na nomeação das referências, a discussão de Calligaris sobre marginalidade e criminalidade notadamente toma inspiração em dois textos de Lacan, “A agressividade em psicanálise” e “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, e nas “Observações sobre a delinquência”, de Charles Melman. Desses escritos, Calligaris (1991, p. 110) extrai a seguinte proposição: “quando os laços são reais, os atos devem ser simbólicos; quando os laços são simbólicos, os atos podem ser reais”. Para o psicanalista italiano, uma vez que os laços simbólicos seriam frágeis na cultura brasileira, a marginalidade constituiria um caminho, pela via do ato, para obter alguma representação e nomeação social. O ato delitivo teria uma pretensão simbólica, com uma intenção inconsciente de encontrar a lei, mesmo sob a forma de um castigo. Logo, o “laço que o colonizador parece oferecer ao colono como laço de filiação é um laço real” (Calligaris, 1991, p. 112).

Segundo Calligaris (1991, p. 167), haveria um circuito de repetição mortífero, além do princípio do prazer, na procura masoquista por um pai sádico, buscando reconhecimento social estritamente no atravessamento da violência real. A nação constituiria, *a priori*, o conhecimento suposto de que “não levaria a sério um pai que não cobrasse”, pois, na falta de um vínculo simbólico originário, somente seria possível a identificação com o pai privador, o qual, se não existisse de forma efetiva, precisaria, ao menos, ser imaginado nos discursos sociais. Resulta disso a decepção dos filhos nacionais com sua terra local, constituída pela impossibilidade da formação de um ideal de eu inspirado pelo lugar simbólico paterno.

Se o colonizador em terras brasileiras veio para gozar e usufruir de suas riquezas, e não para exercer a função paterna na constituição de uma nova nação, ele desistiria do exercício da língua paterna e, portanto, para a criança seria delegado “nada menos que o fantasma paterno de um gozo sem limites” (Calligaris, 1991, p. 48).

Ao longo do seu escrito, Calligaris alude a vários colegas também empenhados em lançar um olhar sobre o Brasil, principalmente a Luiz Tarlei de Aragão e Octavio Souza. Mas há um que, anônimo, chama nossa atenção: o “colega francês” que, no Colóquio Franco-Brasileiro organizado em Paris pela Association Freudienne Internationale, na Maison de l’Amerique Latine, no ano de 1989, realiza uma exposição sobre o Brasil. Calligaris não poupa o apresentador de críticas e confessa sua irritação com o fato de que, embora o congresso propusesse um exame abrangente e transnacional, o único sintoma social discutido era o brasileiro, denunciando uma “lisonja histórica” (Calligaris, 1991, p. 159) dos participantes lationamericanos em relação aos representantes de um *europai* intocável em seu trono. “Como os amigos franceses poderiam, com efeito, se interrogar sobre o sintoma europeu quando se achavam investidos por um amor ilimitado que os colocava na pouca invejável posição do pai ideal?”, pergunta-se Calligaris (Calligaris, 1991, p. 160).

Calligaris não revela, explicitamente, a identidade desse “colega francês”, mas cruzando algumas informações é possível chegar a um suspeito: trata-se de Charles Melman, que naquela ocasião fechou o evento com uma fala intitulada “Casa grande e senzala”, francamente inspirada na obra magna de Gilberto Freyre. Melman (2000) propõe que a situação colonial produz uma alteração estrutural no esquema do discurso do mestre e, a partir disso, o laço social reconheceria somente a violência como modo de manutenção. Em decorrência disso, conclui Melman (2000, p. 20), encontraremos um sujeito que “está inevitavelmente engajado em um apelo desesperado ao pai”. Essa é, notadamente, uma conclusão problemática e Calligaris (1991, p. 158) sugere que tal interpretação deriva de um descaminho transferencial: “o colega francês, mais do que fundar suas reflexões sobre o que lhe dizem seus pacientes brasileiros na França, talvez devesse fundá-las sobre as razões e as modalidades do amor que eles lhe declaram”.

Enfim, a cultura brasileira, na leitura de Calligaris, padeceria de um déficit na nomeação que deveria constituir suporte como valor de significante nacional. Tal condição comprometeria o estabelecimento de um traço identificatório para que cada brasileiro pudesse se reconhecer como pertencente ao povo constituído e ser reconhecido em suas tradições coletivas. Haveria, para Calligaris, a inversão da função paterna diante da lei social: o mandamento paterno seria a própria subversão de qualquer regra, o que consiste em um paradoxo, pois aquele que inscreveria o registro da lei é justamente quem solicitaria a impunidade como fator de reconhecimento identificatório. Daí derivaria, segundo a hipótese do psicanalista italiano, a frequente queixa de insatisfação com o país e degradação dos compromissos éticos firmados com o seu povo.

FUNDAÇÕES

O apelo ao pai e a falta de um significante nacional, que possibilitaria a inscrição de um ideal de eu e de uma posição desejante, proposta por Calligaris em *Hello Brasil!*, remetem a debates estabelecidos sobre a posição paterna no ensino lacaniano. Em *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938/2008), Lacan cunha a expressão “declínio social da imago paterna”, para nomear as mudanças decorrentes da falência do modelo patriarcal, vigente durante séculos nas sociedades ocidentais, onde o pai – *pater familias* – era reconhecido como uma figura suprema na cena familiar.

O declínio da imago paterna se tornara, segundo o psicanalista francês, a grande neurose contemporânea, tornando o *pater familias* uma personalidade “sempre carente, de alguma forma ausente, humilhada, dividida ou postiça” (Lacan, 1938/2008, p. 60). Não se trataria, somente, da perda de uma posição social de autoridade, mas da perda de um referencial organizador, a figura paterna ficando reduzida a uma dimensão imaginária de idealização e hostilidade. A partir do conceito de declínio da imago paterna, formulou-se uma crítica social que insiste nos efeitos desagregadores do enfraquecimento das autoridades constituídas. No entanto, a compreensão do declínio social da imago paterna como a grande neurose de seu tempo parece indicar um importante deslocamento

no falocentrismo burguês. Se, em *Os complexos familiares...*, por um lado, chora-se a morte do pai, por outro, ela é festejada. Na leitura lacaniana, posteriormente desenvolvida em seus seminários, a ênfase recai na potência criadora desse processo, isto é, nas possibilidades de inscrição de um nome que tal transformação instaura.

Lacan (1956-1957/1998), a partir da postulação do conceito *nome-do-pai*, situa o lugar paterno como um porta-voz, reconhecendo esta posição como organizadora da subjetividade, podendo ser inscrita por qualquer sujeito que exerça o papel de incluir a criança em um universo discursivo, concedendo-lhe a possibilidade de desejar. Longe de ser uma autoridade patriarcal, o lugar do pai é aqui pensado como uma função simbólica de reconhecimento e nomeação. Tal função, que deve ser entendida em seu sentido lógico-matemático, supõe um lugar vazio, isto é, diferenciado de suas eventuais encarnações imaginárias. Ela consiste na operação da Lei, que limita o gozo e, portanto, permite a produção de cultura.

Em 1963, Lacan (1963/2005) propõe uma virada decisiva: de Nome-do-Pai passa a falar em *Nomes-do-Pai*, indicando, com a conversão do singular em plural, uma mudança em seu pensamento. Na década de 1970, com o avanço de sua transmissão, o psicanalista francês sublinha a pluralização da função paterna; segundo Lacan (1975-1976/2007, p. 132), “podemos prescindir do Nome-do-Pai. Podemos sobretudo prescindir com a condição de nos servirmos dele”. Servir-se do pai pressupõe a singularização da metáfora paterna; trata-se de saber como um pai transmitiu sua inscrição para seu filho e de como esse filho foi capaz de criar, de forma particular, certo estilo de fazer laço social.

Retomar esse fundamento do ensino lacaniano é um passo vital para compreender o argumento de Calligaris em *Hello Brasil!*, na medida em que o sintoma social brasileiro é pensado a partir de um hipotético déficit da inscrição paterna na cultura. No entanto, na reedição da obra o psicanalista não assume a utilização desse conceito, redirecionando o problema da ambiguidade ao leitor:

Se digo que no Brasil falta função paterna, é a mesma coisa: subentende-se que neste país faz falta algo que na Europa, “por sorte há de sobra”. Mas é difícil de dizer quando esse subentendido está no meu texto e quando ele está mais nos meus leitores do que em mim (Calligaris, 2017a, p. 22).

REVERBERAÇÕES E CONTRAPONOTOS

Desde seu lançamento, *Hello Brasil!* mobilizou um grande número de leitores – seja corroborando e contribuindo na expansão dos argumentos nele presentes, seja apresentando divergências e problematizações. Exploraremos a seguir alguns desses desdobramentos.

Em *Fantasia de Brasil*, Octavio Souza (1994) faz de Calligaris um interlocutor privilegiado, retomando o conceito de *umtegração* e a dialética do colonizador e do colono, bem como o fantasma da escravidão que atravessa ambas posições discursivas: “o colonizador tem na escravidão a sua ambição, enquanto o colono tem na escravidão o seu temor” (Souza, 1994, p. 84). Pelo passado colonial, se constituiria no Brasil uma fantasia escravista com cenário sacrificial (base de toda a fantasia neurótica), no qual um “Outro onipotente toma o sujeito como objeto de seu gozo” (Souza, 1994, p. 89). No caso do Brasil, o pai não seria aquele que possibilitaria a interdição do gozo, viabilizando o advento do desejo; pelo contrário, ele se revela um novo agente que apenas incrementa o gozo da mesma construção fantasmática.

Souza destaca que colonizador e colono se medem por uma patologia social em relação à figura paterna: por um lado, o colonizador abandona sua terra natal com o projeto de conquistar a potência paterna ilimitada nesse novo solo estrangeiro; por outro, o colono busca um novo pai para se reconhecer como sujeito. Portanto, um “tem pai demais; outro, pai de menos” (Souza, 1994, p. 83). Fica marcada, nessa interpretação da cultura brasileira, que, em vez de promover uma castração simbólica pela função paterna, o lugar do colonizador é daquele que inseriu um objeto fetichista no lugar do ideal de eu. O colono, por sua vez, careceria justamente de um pai a quem se endereçar como ideal de eu.

Seguindo a trilha da *umtegração*, Doris Rinaldi (2005) sugere que o Um que faltaria ao país surgiria, para os brasileiros, não a partir de uma criação genuína nacional, mas de fora, no estrangeiro, reconhecido na expressão cotidiana “tudo o que vem de fora é melhor”, ou na utilização de anglicismos, como *shopping*, por exemplo. Seria reeditada a posição de povo colonizado, agora numa submissão ao discurso norte-americano, pela qual ocorreria, na cultura nacional, a perpetuação da servidão

voluntária ao Outro colonizador. Assim, os brasileiros novamente estariam submissos “ao eleger o Um estrangeiro como fetiche, no qual aparecem coagulados o significante e o objeto” (Rinaldi, 2005, p. 149). Essa servidão repetida produziria o esquecimento da diversidade interna brasileira, ao ignorar a cultura indígena e utilizá-la, assim como o negro e suas tradições africanas, apenas para compor uma aquarela brasileira mítica, em que o país seria uma suposta democracia racial.

Também é interessante notar como a leitura de Calligaris sobre o Brasil afina-se com a análise proposta por Sérgio Buarque de Holanda, principalmente no que concerne ao *homem cordial*. Essa aproximação teórica não é explícita no texto de 1991; sua confirmação pelo psicanalista italiano ocorre somente em 2017, em um *Café filosófico* dedicado ao relançamento de *Hello Brasil!* (Calligaris, 2017b). De acordo com Holanda (1936/2016, p. 281), “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios [...]”. Ao contrário do que aconteceu em países da América espanhola ou na América do Norte, no Brasil as elites privilegiaram uma vida no isolamento das fazendas, onde “[...] a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica” (Holanda, 1936/2016, p. 131). O intérprete do Brasil evidencia sua hipótese sobre as raízes do mal-estar nacional: a cordialidade (não de um homem afável, mas daquele que deseja reter vantagens individuais) no lugar da civilidade e a troca do Estado pela família, constituindo uma sociedade de marcas rurais, por meio da personificação do lugar político e da invasão do público pelos interesses privados. Devido à particularidade de sua configuração colonial, o país foi concebido como uma grande sociedade agrária liderada por interesses particulares de donos de terra que, dentro de suas propriedades, faziam suas próprias leis e na qual todos eram submetidos às regras do colonizador. Segundo Holanda, o patriarcado rural não estaria restrito a ser um fenômeno das fazendas. Ele representaria, na cultura brasileira, o contínuo padrão de exercício do poder, organizado em torno do patriarca latifundiário (o *pater familias*), pelo qual as famílias eram protegidas e, ao mesmo tempo, oprimidas: essa “família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política,

as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos” (Holanda, 1936/2016, p. 133) – ou, para utilizar o binômio proposto por Calligaris, entre colonizadores e colonos.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1936/2016, p. 39) enuncia sua hipótese sobre o desterro: “trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra”. Haveria um desencontro fundamental no alicerce da cultura nacional, que faz referência à terra não para destacar o solo firme, mas o desterro identificatório como uma marca constitutiva do país. Se o povo brasileiro podia falar como se fosse estrangeiro em sua própria pátria, é porque o que constituiria alicerce nacional não seria uma função simbólica que implicaria o reconhecimento de um ordenamento civilizatório. Existiria desterro desde sua origem histórica, pois o colonizador buscava explorar e gozar da terra conquistada – e, conseqüentemente, do povo colonizado –, e não transmitir uma inscrição representativa para a nação surgida. Logo, o “país que não presta” e os obstáculos da *umtegração* enunciariam a condição de desterro dos brasileiros, evidenciada pela contradição, intrínseca ao discurso nacional, de buscar no estrangeiro seu lugar enunciativo.

Alguns psicanalistas, contudo, problematizam posições específicas presentes em *Hello Brasil!*, em especial aquelas referidas à hipótese da fragilização do lugar paterno (proposta, lembremos, construída a partir da perspectiva do colono, embora não esteja ausente, em absoluto, na posição do colonizador). Para Ana Maria Medeiros Costa (2000), a suposta “crise de autoridade”, derivada de uma inscrição paterna frágil, é lembrada sempre que nos deparamos com o fantasma da dissolução de laços sociais – sejam estes da família, da escola ou de sistemas de governo.

Apsicanalista Maria Rita Kehl (2009) salienta que, nomeiopsicanalítico, tem-se tornado um clichê o discurso da “falência” ou “fraqueza” do lugar paterno, seja na clínica ou no laço social, principalmente quando a figura paterna não cumpre os ideais sociais que o alinham do lado do poder – tornando-se, rapidamente, um pai que não vale. O ressentimento com esse lugar paterno, cuja idealização desmorona, por não configurar um espaço totalizante de poder ou prestígio, marcaria também determinados

discursos, que gerações de grupos sociais utilizariam para esquecer suas lutas e, principalmente, para não lembrar das derrotas sofridas. Dessa forma, os herdeiros dos “derrotados da história” apagariam lembranças, marcas significantes de seus antepassados, para tentar se inserir ao lado dos “vencedores do turno”. Kehl (2003^a, p. 79) ressalta, ainda, que o caminho do ressentimento coloca o sujeito em uma posição de objeto de gozo, buscando ser reconhecido por um Mestre, visto primeiramente como onipotente e que será “destituído e substituído assim que lhe revelar sua falta, ou seja, seu desejo”.

Afastando-se das proposições do psicanalista italiano, Kehl (2005, p. 217) é enfática ao afirmar que, na cultura brasileira, o mal-estar, justamente, estaria em torno do exagero da presença paterna: há de sobra a figura do “painho mandão e pseudoprotetor (vide Antônio Carlos Magalhães e Getúlio Vargas)”. A psicanalista interroga: não haveria, no Brasil, falta de pai e excesso da figura paterna? Uma ausência da função simbólica paterna e um hipertrofiado lugar imaginário do pai? E nós perguntamos: em que isso difere da posição de Calligaris? Trata-se, nessas leituras da cultura brasileira, de pôr o acento na hipertrofia do pai da horda. Em contrapartida, elas parecem ter dificuldade de reconhecer as vozes de pais totêmicos, que proliferam em nossa cultura. Em sua bela reflexão sobre a função fraterna, Kehl (2000), ainda que assinala que a fratria não opera apenas na ausência da função paterna, não parece tomar isso que faz laço – o significante “mano” – como um dos nomes do pai.

Sobre essa tendência à busca por “Um” pai – herança monoteísta? –, que acarreta a hipótese de que há nenhum, convém lembrar Betty Milan (1985, p. 60), em *A Psi do Zil*:

“A Psi do Zil” é a Psicanálise do Brasil que, à semelhança do analisando, fala pelos cotovelos. Mas o que diz o país? Primeiro, eu não sou Um, sou vários, pelo menos dois. Vivo dividido entre o Brasil, que, se querendo Um, quer reduzir a multiplicidade, e o Brasil contrário a essa tendência, cuja vocação é a de deixar ser o outro e, através de vários outros, vir a ser. O primeiro país é nacionalista e, à maneira do resto do Ocidente, pode ser dito do “isto ou aquilo”, alternativa em que imagina estar sua seriedade. O segundo país é diferente, diz “isto e aquilo” e ainda “isto é aquilo”. À moda, aliás, dos orientais, descrê do princípio da não-contradição, é adepto de todos os santos e de todas as crenças [...].

Kehl (2003b) também indaga sobre o sentimento brasileiro de nostalgia da família tradicional, da perda de valores e referenciais antigos e, principalmente, do enfraquecimento da figura paterna: o que estaria de fato envolvido no lamento daquilo que fora transformado ou perdido na cena familiar do país? A autora constrói a hipótese de que essa lamentação conservadora, essa idealização de afetos de segurança e conforto, adquiridos com a imprescindível regulação paterna, seria uma nostalgia da elite brasileira do antigo sistema escravista e ruralista. O meio psicanalítico não está isento do contágio da nostalgia: como observa Vitor Hugo Triska (2016), em vez de buscar o movimento singular das novas configurações culturais, se torna mais frequente encontrar uma enunciação saudosa de um período imaginário que não volta mais (“no meu tempo não era assim”), demarcando a insuficiência teórica da própria produção psicanalítica nas questões do contemporâneo.

Kehl (2005) assinala ainda outro problema crucial: a interpretação do Brasil estabelecida pelo olhar estrangeiro. A incessante necessidade por atenção e aceitação do povo brasileiro diante de nações mais fortes reproduziria a submissão colonial que seria condição para o ressentimento e incremento do “complexo de inferioridade nacional” (Kehl, 2005, p. 174)². Essa busca por reconhecimento e valorização – pedido de alienação ao desejo do Outro – não seria mais suplicada ao pai colonizador: ela seria atualizada, nesse ciclo repetitivo temporal, aos “atuais representantes do mundo desenvolvido” (Kehl, 2005, p. 173). A psicanalista brasileira propõe que o progresso em direção à Modernidade teria custado à sociedade brasileira o “preço do apagamento da origem” (Kehl, 2005, p. 173): com a desvalorização da raça negra e do povo indígena; o desprezo ao português branco, oriundo de um país já em decadência social; a exaltação do discurso francês no paradigma cultural e do modelo inglês no sistema capitalista como ideais a serem seguidos pela nação.

Christian Dunker (2015) também problematiza a visão de Calligaris apresentada em *Hello Brasil!*. Dunker reconhece que o psicanalista italiano oferece um diagnóstico refinado para o mal-estar brasileiro ao incluir em sua hipótese teórica um pedido de filiação deslocado e desencontrado.

Esse diagnóstico, entretanto, carregaria problemas. Com um estilo muito elegante, Dunker insinua que Calligaris subestima o peso da cena do mundo em sua leitura da situação brasileira:

a hipótese alternativa de que há relações reais de exploração, provenientes de nosso lugar periférico na economia mundial, baseada em discursos que tratam o conflito no nível das relações internas como se ele tivesse de ter a mesma estrutura do conflito no nível das relações externas, fica atenuada na pena de nosso autor (Dunker, 2015, p. 172).

Em decorrência disso, existiria, nas proposições de Calligaris, “uma heterogeneidade que não é reconhecida” (Dunker, 2015, p. 172) entre a posição simbólica paterna na transmissão do desejo e o lugar do mestre no sistema escravista. Em outras palavras, uma confusão improdutiva entre o pai e o mestre. Além disso, Dunker sugere que Calligaris situa o sintoma brasileiro como um “complexo de falso pai” (Dunker, 2015, p. 172), correlato do *falso self* teorizado pelo psicanalista inglês Donald Winnicott. Ainda acompanhando o pensamento de Dunker, a ausência paterna, como pressuposto teórico para evidenciar o mal-estar, revelaria uma crise interna à teoria psicanalítica: o “déficit paterno é na verdade um déficit do totemismo como esquema explicativo” (Dunker, 2015, p. 404). As interpretações de insuficiência simbólica parecem apressadas frente às distintas possibilidades de criação de laços sociais na cultura brasileira. Nessa perspectiva, a sociedade brasileira estaria inscrita em uma trama significativa amarrada em torno de alguns “nomes do pai” – se ainda quisermos usar a nomenclatura lacaniana –, mas ameaçada, a todo o momento, pelo retorno do *Urvater* (pai primordial): o patriarca colonizador e escravocrata.

INFLEXÕES

Como podemos notar, as propostas de Calligaris, em *Hello Brasil*, estão longe de constituir uma unanimidade – e o próprio Calligaris (2017a) dedica-se a rever algumas de suas posições originais na introdução da reedição dessa obra. O psicanalista não ignora a crítica de que, em sua obra, o Brasil é sistematicamente colocado em um contraste quase sempre desvantajoso com as nações europeias e os Estados Unidos da América, e reconhece que “há ideias no livro que parecem supor a

comparação, especialmente com a realidade europeia” (Calligaris, 2017a, p. 22) – embora sugira também que os leitores possam ter alguma parcela de participação nesse suposto mal-entendido.

Além disso, Calligaris reconhece o pouco conhecimento histórico que tinha sobre o Brasil, no período em que se dispôs a escrever o livro, e assinala mudanças de opinião em alguns temas – em especial, na questão do contexto da psicanálise no Brasil, denunciada, em 1991, como marcada por uma denegação da autoria e, conseqüentemente, por uma renúncia à filiação. Calligaris afirma, com justiça, que as proposições de um autor não devem ser desconectadas da experiência subjetiva que lhes concede o lastro necessário e fornece o testemunho de ocasiões em que suas próprias ideias foram expropriadas. É lícito, portanto, considerar a posição do autor de *Hello Brasil!* e suspeitar que a dialética discursiva do colonizador e do colono diga respeito mais ao dilema colocado à enunciação do psicanalista italiano chegado em terras brasileiras do que efetivamente dos brasileiros desterrados, ressentidos e carentes de pai. Calligaris deixa claro que mudou de opinião e sente-se, hoje, mais próximo dos analistas que adaptam sua prática à singularidade do paciente do que daqueles que obedecem devotamente às doutrinas teóricas, confessa Calligaris: “na época de *Hello Brasil!*, no campo da psicanálise, eu era um europeu: qualquer posição (prática ou teórica) que não fosse uma obediência a uma filiação me parecia ser uma heresia, uma traição, uma espécie de descompromisso” (Calligaris, 2017a, p. 29).

Não se deve ignorar, porém, que a condição de *europeu*, enunciada desde o título e retomada ao longo de todo o livro, constitui, simultaneamente, a condição de escrita e seu limite. É notável que os lugares discursivos do colonizador e do colono, propostos por Calligaris, constituem uma redução radical da interpretação da cultura legada pela psicanálise. O psicanalista não parece levar em conta a possibilidade de uma posição narrativa nativa, como se declarasse consumado o genocídio ameríndio e, na lógica proposta em *Hello Brasil!*, não houvesse lugar possível para discursividades de matriz afro-brasileira.

A interpretação de Calligaris se insere na tradição que constrói uma cena fundante da história brasileira. Existiria, para ele, uma imagem mítica na qual a terra-mãe é reconhecida como abundante e repleta de

riquezas naturais e os portugueses são reconhecidos como exploradores que dela usufruíram e a abandonaram. Para Mériti de Souza (2002), tais discursos psicanalíticos criam na memória social uma cena de fundação marcada por uma mãe dadivosa e um pai usurpador, deixando os filhos nacionais com falhas na constituição de um ideal de eu. De acordo com a autora, *Hello Brasil!* se alinha às leituras que criam imagens do país como um povo exótico e com dificuldades de organização social. Tais interpretações constituem um brasileiro universal, sem contar que apagam muitos personagens históricos que fizeram resistência à colonização e à escravidão, como, por exemplo, Zumbi dos Palmares e Antônio Conselheiro. Elas acabam por perpetuar uma imagem nacional de “povo sem lei” ao não evidenciar movimentos criadores de cultura.

José Miguel Wisnik (2004), em seu estudo sobre a música popular brasileira, ao comentar a obra de Calligaris avalia que o psicanalista não soube discernir, com a devida atenção, o lugar da canção popular e sua contribuição na constituição da *umtegração* do país – compreendida aqui como nomeação para os processos pelos quais se constrói o simbólico numa cultura. O professor de literatura destaca que, nas canções da MPB, a temática da fundação do país retorna com vitalidade e “desenha uma outra filiação a uma outra paternidade plural, múltipla, dialógica” (Wisnik, 2004, p. 238), reconhecida, por exemplo, na música de Chico Buarque, “Paratodos”, na qual pai é o que não falta: “o meu pai era paulista, / meu avô pernambucano, / o meu bisavô mineiro, / meu tataravô baiano, / meu maestro soberano / é Antonio Brasileiro”.

Wisnik cita também a canção “Língua”, de Caetano Veloso: “a língua é minha pátria / e eu não tenho *pátria*, tenho *mátria* / e quero *frátria*”. O hino nacional enaltece as figuras parentais – “dos filhos deste solo és mãe gentil” – que, desde os primórdios da psicanálise freudiana, sempre foram palco de complexos, conflitos e ambivalências no romance familiar infantil. Caetano, então, propõe que a língua seja *frátria* – o próprio tecido do laço social, em sua imanência, e não em uma suposta transcendência, que alude a uma superioridade hierárquica.

O próprio Caetano, em sua autobiografia *Verdade tropical*, discute *Hello Brasil!* e o faz com respeito e admiração, não se furtando, contudo, à crítica pertinente à interpretação do psicanalista italiano, que, para ele,

“forçava a mão para, numa sanha diagnosticadora, meter no mesmo saco a mediocridade dos misturadores de informações mal assimiladas e o gesto audaz de um grande poeta” (Veloso, 1997, p. 248). Ante a concepção trágica de Calligaris a que o futuro do povo estaria condenado, sob os efeitos de uma “fundação fracassada”, Caetano retruca de forma sagaz: o psicanalista italiano entende “[...] que a melhor maneira de ajudar esse país amado a superar sua falência como projeto era jogar-lhe na cara sua desesperança fatal” (Veloso, 1997, p. 249).

As considerações sobre a posição autoral de Calligaris nos remetem de volta ao “este país não presta!”. No *Hello Brasil!* de 1991 (Calligaris, p. 173), a expressão encontra, ao final do livro, uma torção curiosa: a sugestão de ler a frase como a réplica a “uma mulher que se mostra surda às nossas propostas [de amor]”, em um falso desdém similar ao da raposa pelas uvas na velha fábula de Esopo. No prefácio à reedição, porém, Calligaris (2017a, p. 18) reconhece o que há de familiar no estranhamento percebido na expressão: “comentei sobre a vontade de fugir dos amigos brasileiros ao meu redor sem que isso evocasse em mim o fato de que eu nunca parei de fugir da Itália, como se eu achasse, de certa forma, que a Itália não presta”. Talvez esse limite impossibilite ao psicanalista reconhecer a potência afirmativa contida naquilo que é, aparentemente, uma enunciação depreciativa em relação ao nacional, especialmente considerando que esse tipo de enunciação foi, durante muitos anos, explicitamente rejeitada por um *slogan* oficial que determinava apenas duas modalidades discursivas possíveis: amar o Brasil ou deixar o Brasil. Não haveria algo de libertador em falar mal do Brasil – em *poder* falar mal do Brasil, em *exercer o direito* de falar mal do Brasil –, rejeitando as opções oferecidas pela política de linguagem estabelecida durante a ditadura civil-militar, especialmente quando a sombra dos anos de chumbo estava tão viva?

Por fim, a leitura proposta por Calligaris em *Hello Brasil!* enfatiza que, como resíduo do passado colonial, há uma desagregação na organização do laço social brasileiro decorrente do não reconhecimento da figura paterna em sua função simbólica. Constrói-se, no país, uma cena fantasmática em que o desterro nacional é base para a leitura dos conflitos sociais. Uma insuficiência ou ausência paterna subjacente ao déficit de

filiação impossibilitaria a construção de um ideal de eu e, portanto, de um projeto coletivo, o que explicaria a violência, a deterioração política e a fragilidade do sentimento de pertença. Como vimos, essa não é uma posição unívoca; muitos autores contestam a argumentação – influenciada, especialmente, pela tradição francesa da psicanálise – de que a posição simbólica, no Brasil, seria deficitária, escassa ou incompleta.

A interpretação de Calligaris sobre a problemática da filiação no país acerta na temática: como pensar a inscrição simbólica em um país marcado por uma complexa relação com a autoridade patriarcal? Entretanto, o psicanalista italiano, ao considerar seus recortes da cultura nacional a partir de uma hipótese de atrofia da função paterna, abre mão, por um lado, de conferir um sentido afirmativo à radical experiência de indeterminação que constitui a heterogênea formação social brasileira e, por outro, de distanciar-se da posição – conservadora, normativa e nostálgica, como aponta Jô Gondar (2012) – da declinologia francesa. Aparentemente inspirada em *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, tal posição ignora desdobramentos posteriores do pensamento lacaniano, que transitam da imago paterna ao nome-do-pai e, mais adiante, aos nomes-do-pai. Sem abandonar – ou, pelo menos, tensionar – a totêmica busca por Um pai, Calligaris propõe o binômio colonizador/colono que soa, no mínimo, anacrônico frente à discussão decolonial atual, revitalizada com as contribuições de Frantz Fanon (1952/2008) em que restitui ao colonizado a possibilidade de afirmação de si como sujeito e agente de processos históricos. Mas, de toda forma, é imperioso reconhecer que o estilo ensaístico escolhido por Calligaris permitiu a elaboração de hipóteses e a oferta de construções sobre a cultura nacional que encontraram reverberações dentro e fora do meio psicanalítico. Em vez de um posicionamento distante e objetivo, há, nas contribuições contidas em *Hello Brasil!*, uma escrita passional que revela algo da ordem do excesso, do sublime e da desmesura, diante dos impactos da cultura brasileira, a partir de um olhar europeu e de uma escuta psicanalítica.

REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2004). Arqueologia do campo. *Cult*, 10, 48-51.
- Calligaris, C. (1991). *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo, SP: Escuta.
- Calligaris, C. (2017a). *Hello, Brasil! e outros ensaios: psicanálise da estranha civilização brasileira*. São Paulo, SP: Três estrelas.
- Calligaris, C. (2017b). *Café filosófico CPFL: Contardo Calligaris – psicanálise da estranha civilização brasileira*. Recuperado em 06 jan. 2019 de <<https://www.youtube.com/watch?v=FxI2sQ-ex4s>>.
- Costa, A. M. (2000). Autoridade e legitimidade. In Kehl, M. R. (Org.), *Função fraterna* (p. 81-110). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Dunker, C. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. (R. da Silveira, trad.). Salvador, BA: EDUFBA. (Original publicado em 1952)
- Freud, S. (2006). Além do princípio do prazer. In Freud, S., *Obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos da psicologia do inconsciente* (L. A. Hans, trad., vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (2013). *Psicologia das massas e análise do eu* (R. Zwick, trad.). Porto Alegre, RS: L&PM. (Original publicado em 1921)
- Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de Psicanálise*, 34(27), 193-210.
- Holanda, S. B. (2016). *Raízes do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Original publicado em 1936)
- Kehl, M. R. (2000). A fratria órfã. In Kehl, M. R. (Org.), *Função fraterna* (p. 209-243). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Kehl, M. R. (2003a). A histeria e o ressentimento. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 10(25), 76-84.
- Kehl, M. R. (2003b). Em defesa da família tentacular. In Groeninga, G. C., & Pereira, R. C. (Orgs.), *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (p.163-173). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Kehl, M. R. (2005). O ressentimento camuflado da sociedade brasileira. *Novos Estudos*, 71, 163-180.

- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 4: as relações de objeto* (D. D. Estrada, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Seminário original de 1956-1957)
- Lacan, J. (2003). *O seminário, livro 9: a identificação* (I. Corrêa, & M. Bagnó, trads.). Recife, PE: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Seminário original de 1961-1962)
- Lacan, J. (2005). Introdução aos Nomes-do-pai. In Lacan, J. [Autor], *Nomes-do-pai* (V. Besset, trad.), p. 55-87. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1963)
- Lacan, J. (2007). *O seminário, livro 23: o sinthoma* (S. Laia, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Seminário original de 1975-1976)
- Lacan, J. (2008). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia* (P. M. Silveira Jr., trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Original publicado em 1938)
- Melman, C. (2000). Casa grande e senzala. In Association Freudienne Internationale (Org.), *Um inconsciente pós-colonial, se é que ele existe* (M. R. Teixeira, trad.), p. 17-20. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.
- Milan, B. (1985). Psi do Zil. *Revirão – revista da prática freudiana*, 3, 60-63.
- Rinaldi, D. (2005). A subjetividade hoje: os paradoxos da servidão voluntária. In Associação Psicanalítica de Porto Alegre (Org.), *Narrativas do Brasil* (p. 139-151). Porto Alegre, RS: Associação Psicanalítica de Porto Alegre.
- Rodrigues, N. (1993). À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Souza, M. (2002). Discurso fundador, história e subjetividades. *Psicologia em Revista*, 8(12), 57-64.
- Souza, O. (1994). *Fantasia de Brasil: as identificações em busca da identidade nacional*. São Paulo, SP: Escuta.
- Triska, V. (2016). *Cultura e estrutura em psicanálise*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Veloso, C. (1997). *Verdade tropical*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Wisnik, J. M. (2004). *Sem receita: ensaios e canções*. São Paulo, SP: Publifolha.

NOTA

¹ Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Nelson Rodrigues (1993), em suas crônicas sobre futebol, já alertava sobre essa carência de convicção do povo brasileiro no que concerne a suas tradições e conquistas, colocando-se geralmente em uma postura de inferioridade perante o estrangeiro, denominando essa inclinação *complexo de vira-latas*: “o brasileiro gosta muito de ignorar as próprias virtudes e exaltar as próprias deficiências, numa inversão do chamado ufanismo. Sim, amigos: – somos uns Narcisos às avessas, que cospem na própria imagem” (Rodrigues, 1993, p. 35).

Recebido em 14 de abril de 2019
Aceito para publicação em 08 de maio de 2020

AS CONTRIBUIÇÕES DE DONALD WOODS WINNICOTT PARA A PSICOSSOMÁTICA

*Gabriela Garcia Ceron**

RESUMO

Faz-se relevante recordar que psicossomática é maior e mais nobre do que a simples denotação de conflitos psicológicos prejudicando o organismo; psicossomática é, antes de tudo, saúde, crescimento, amadurecimento, ou seja, é o indivíduo completo. Fizemos uma pesquisa cujo objetivo foi apresentar as principais contribuições de Donald Woods Winnicott para o estudo da psicossomática através de um estudo qualitativo de uma revisão narrativa da literatura. Utilizaram-se livros de Donald Woods Winnicott e de outros autores da psicanálise e artigos sobre a teoria winnicottiana. Como descritores utilizaram-se Winnicott, psicossomática, *hold*, maternagem suficientemente boa, psicossoma e processo de maturação nas bases de dados Scielo e Medline. Como critério de inclusão: abordou-se artigos que tratam os fatores da integração psicossomática e da não integração psicossomática. Critério de exclusão: foram excluídas dissertações. Foi conduzida, inicialmente, a leitura dos títulos e resumos. Posteriormente, foi realizada a leitura completa dos textos. A partir daí, prosseguiu-se com a análise da fundamentação teórica dos estudos. Os dados foram sistematizados em seis categorias: O alicerce da integração psicossomática: Soma, psique e mente, A tendência à integração e o exercício da maternagem suficientemente boa, O efeito da primeira mamada para a elaboração psíquica da função psicossomática, As etapas rumo à independência e à conquista do eu-sou, O resultado da permanência da não-integração entre psique e soma: A consequência da ausência do *holding* e do ambiente facilitador para o processo de maturação e O significado do somatizar e do “psiquizar”

* Psicóloga pela UNORP; Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela UNIRP; Mestra em Psicologia e Saúde pela FAMERP; Poeta e Coautora dos livros: *Catarses*. Os alunos com falhas na subjetivação no ensino regular um olhar psicanalítico. Atualmente está se especializando em psicopedagogia institucional e clínica, neuropsicologia e psicanálise.

como mensagem de unidade entre psique e soma. Resultados e discussão: Winnicott descreve personalização como a conquista de uma relação íntima entre a psique e o soma. Conclusão: As principais contribuições de Donald Woods Winnicott para a psicossomática estão fundamentadas no âmago das palavras empatia e confiança.

Palavras-chave: Winnicott; psicossomática; processo de integração.

THE DONALD WOODS WINNICOTT'S CONTRIBUTIONS TO PSYCHOSOMATIC

ABSTRACT

It is relevant to remember that psychosomatic is bigger and nobler than the simple denotation of psychological conflicts harming the body. Psychosomatic is, above all, health, growth, maturing, that is, is the complete individual. Objective: To present Donald Woods Winnicott's main contributions to the psychosomatic study. Method: This is a qualitative study of a narrative review of the literature. Books by Donald Woods Winnicott as well as other authors of psychoanalysis and articles on Winnicottian theory were used. As descriptors, Winnicott, psychosomatics, hold, sufficiently good motherhood, psychosoma and maturation process were used in the Scielo and Medline databases. Inclusion criteria: articles dealing with the factors of psychosomatic integration and non-psychosomatic integration were addressed. Exclusion criteria: dissertations and theses were excluded. The titles and abstracts were initially read. Subsequently, the texts were read in full. From then on, the analysis of the theoretical basis of the studies was continued. The data were systematized into six categories: The foundation of psychosomatic integration: Soma, psyche and mind, The tendency to integration and the exercise of good enough motherhood, The effect of the first feeding for the psychic elaboration of the psychosomatic function, The steps towards independence and the conquest of the I-am, The result of the permanence of non-integration between psyche and soma: The consequence of the absence of the holding and the facilitating environment for the process of maturation and The meaning of somatizing and of "psychizing" as a message of unity between psyche and soma. Results and discussion: Winnicott describes personalization as the achievement of an intimate relationship between psyche and soma. Conclusion: Donald Woods Winnicott's main contributions to the psychosomatics are grounded in the heart of the words empathy and trust.

Keywords: Winnicott; psychosomatic; integration process.

LAS CONTRIBUCIONES DE DONALD WOODS WINNICOTT A LA PSICOSSOMÁTICA

RESUMEN

Se hace pertinente recordar que la psicossomática es mayor y más noble que la simple denotación de conflictos psicológicos perjudicando el organismo. Psicossomática es, ante todo, salud, crecimiento, maduración, o sea, es el individuo completo. Objetivo: Presentar las principales contribuciones de Donald Woods Winnicott el estudio de psicossomática. Método: Se trata de un estudio cualitativo de una revisión narrativa de la literatura. Se utilizó libros de Donald Woods Winnicott y de otros autores del psicoanálisis y artículos sobre la teoría winnicottiana. Como descriptores se utilizó Winnicott, psicossomática, hold, maternación suficientemente buena, psicossoma y proceso de maduración en las bases de datos Scielo y Medline. Criterio de inclusión: se abordaron artículos que tratan los factores de la integración psicossomática y de la no integración psicossomática. Criterio de exclusión: se excluyeron las disertaciones y tesis. Fue llevado inicialmente a leer dos títulos y resúmenes. Posteriormente, se realizó la lectura completa de los textos. A partir de ahí, se prosiguió con el análisis de la fundamentación teórica de los estudios. Los datos fueron sistematizados en seis categorías: El fundamento de la integración psicossomática: Suma, psique y mente, La tendencia a la integración y el ejercicio de la maternidad suficientemente buena, el efecto de la primera mamada para la elaboración psíquica de la función psicossomática, Las etapas hacia la independencia y la conquista del yo, el resultado de la permanencia de la no integración entre psique y suma: La consecuencia de la ausencia del holding y del ambiente facilitador para el proceso de maduración y el significado del somatizar y del "psiquizar" como mensaje de unidad entre psique y suma. Resultados y discusión: Winnicott describe la personalización como la conquista de una relación íntima entre la psique y la suma. Conclusión: Las principales contribuciones de Donald Woods Winnicott a la psicossomática están fundamentadas en el corazón de las palabras empatía y confianza.

Palabras claves: Winnicott; psicossomática; proceso de integración.

INTRODUÇÃO

Winnicott (2011a) assegura que o bebê nasce com tendências herdadas que o impulsionam impetuosamente para um processo de crescimento. Isto engloba a propensão rumo à integração da personalidade, em

direção à integração da personalidade em corpo e psique, e em direção ao relacionamento objetal, que paulatinamente se torna questão de relação interpessoal, conforme a criança for crescendo e notando a existência de outras pessoas.

Esses processos de crescimento não podem acontecer sem um ambiente facilitador, sobretudo no começo, quando há uma situação de dependência absoluta. A expressão *holding the baby* [segurar um bebê] denota a capacidade que as mães possuem de envolver o bebê em seus braços de modo especial, com responsabilidade. Os bebês são, de fato, muito sensíveis à forma como são segurados, o que os leva a chorar com algumas pessoas e a ficar calmos e satisfeitos com outras, mesmo quando são muito novinhos. O bebê sente a respiração de quem o acalenta e do hálito e da pele emana-se um calor que leva o bebê a sentir que é prazeroso estar em seu colo (Winnicott, 2013).

É de muito valor que mães empáticas munidas de amor reconheçam e satisfaçam as necessidades físicas e psíquicas do bebê para que este venha a se constituir numa unidade egoica. Destarte, Winnicott (2011b) assevera que a pauta do “segurar” e do “manusear” traz à tona a reflexão da confiabilidade humana que uma máquina pode estabelecer. Para Maia e Pinheiro (2009), o confiar humano desenvolve uma comunicação muito antes que o discurso signifique algo: o jeito como a mãe dirige-se à criança, o tom e som da sua voz, tudo isso é transmitido antes que se compreenda o discurso. Para Horn (2007), a mãe é crucial para a libidinização das funções somáticas e psíquicas.

Dias, Rubin, Dias e Gauer (2007) recordam Winnicott ao dizerem que a existência psicossomática ocorre com alojamento da psique no soma por meio das experiências percebidas e sentidas com o novo estado de integração. Os autores afirmam que para a psicanálise winnicottiana a empatia materna faz-se fundamental para que esse processo ocorra.

Como vemos, a palavra-chave para entender psicossomática é integração. Assim, Winnicott (2011a) nos lembra que o bebê nasce com condições para se fundir em uma unidade (paradoxalmente, múltipla), porém faz-se imprescindível o auxílio do ambiente. Dessa forma, engloba mais uma fundamental definição para o termo psicossomática: a interação necessária entre dois indivíduos, um deles já (parcialmente)

inteiro, possuindo a capacidade de ajudar o outro a colocar sua tendência a amadurecer em funcionamento.

A maternagem suficientemente boa faz-se indispensável para a conquista do desenvolvimento e da saúde psicossomática. Tendo em vista esse pensamento, Winnicott (1990) afirma que se tem estudado muito sobre a psicossomática, produzido uma gama vasta de trabalhos de extremo valor para conhecimento do adocimento psicossomático. Sobre a importância do atendimento psicanalítico de tais enfermidades, médicos têm recebido em sua formação noções sobre a influência psíquica no desenvolvimento de patologias orgânicas; contudo, quando se pensa em psicossomática automaticamente é evocado o sentido de padecimento, que é uma pequena parcela do real significado da palavra psicossomática. Psicossomática envolve, sim, moléstias, mas, quando se abordam afecções psicossomáticas, geralmente o foco é apenas no processo de interferências psíquicas no somático e não no contrário.

Faz-se relevante recordar que psicossomática é maior e mais complexo do que a simples denotação de conflitos psicológicos prejudicando o organismo, psicossomática é, antes de tudo, saúde, crescimento, amadurecimento, ou seja, é o indivíduo completo. É conceito mais amplo é ainda um pouco desconhecido, tanto por psicanalistas quanto por médicos e educadores que, por mais que tenham compreensão da pessoa como um todo em função do conhecimento do inconsciente e das pulsões, ainda tendem a ver a psicossomática somente pelo ângulo negativo (Winnicott, 1990; McDougall, 2013).

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo de uma revisão narrativa da literatura.

Análise dos dados

A revisão da literatura é um processo de busca, análise e descrição de um corpo de conhecimento à procura de resposta a uma determinada pergunta. A revisão narrativa da literatura não usa mecanismos explícitos

e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. Não esgota as fontes de informação. Não utiliza meios de busca sofisticados e exaustivos. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores (Nogueira-Martins, & Bógus, 2004).

Utilizaram-se livros de Donald Woods Winnicott e de outros autores da psicanálise e artigos sobre a teoria winnicottiana. Como descritores utilizaram-se Winnicott, psicossomática, *hold*, maternagem suficientemente boa, psicossoma e processo de maturação nas bases de dados Scielo e Medline. Critério de inclusão: abordou-se artigos que tratam os fatores da integração psicossomática e da não integração psicossomática (do ano de 2007 ao ano de 2010). Critério de exclusão: foram excluídas dissertações e teses por não passarem pelo crivo de publicação de artigo científico. Foi conduzida, inicialmente, a leitura dos títulos e resumos. Posteriormente, foi realizada a leitura completa dos textos. A partir daí, prosseguiu-se com a análise da fundamentação teórica dos estudos.

Os dados foram sistematizados em seis categorias: o alicerce da integração psicossomática: soma, psique e mente; a tendência à integração e o exercício da maternagem suficientemente boa; o efeito da primeira teórica mamada para a elaboração psíquica da função psicossomática; as etapas rumo à independência e à conquista do eu-sou; o resultado da permanência da não-integração entre psique e soma: a consequência da ausência do *holding* e do ambiente facilitador para o processo de maturação; e o significado do somatizar e do “psiquizar” como mensagem de unidade entre psique e soma.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O alicerce da integração psicossomática: soma, psique e mente

Ofereço, através do referencial psicanalítico, a concepção de que no ser humano saudável é essencial, inexorável, inevitável e imprescindivelmente a personalização do psicossoma – soma e psique como uma unidade harmônica, intercomposta e interdependente. Em consonância com essa assertiva Winnicott (1983) descreve personalização como a conquista de uma relação íntima entre a psique e o soma.

Até quando os autores procuram descrever, isoladamente, um dos componentes desse todo, eles não conseguem não usar o outro elemento para definir essa composição singular do psicossoma. Assim, Winnicott (1990) aponta que o pilar da psicossomática é a anatomia do que é vivo, que conhecemos como fisiologia. Os tecidos estão vivos e fazem parte do animal humano como um todo e são afetados pelos estados variáveis da psique daquele animal.

Outrossim, Freud (1923/1996) indica que o próprio corpo de um indivíduo e, acima de tudo, a sua superfície, forma um local de onde podem provir sensações tanto externas quanto internas. Ele é visto como qualquer outro objeto, mas, ao tato, produz duas espécies de sensações, uma das quais pode ser equivalente a uma percepção interna.

Ávila (2002) assevera que, teoricamente, a questão que a psicossomática põe é do corpo, sua peculiaridade, suas limitações e suas expressões. A proposta do autor é a de que o ser humano é um ser total, corpo e mente indissolúveis. Basta observarmos um cadáver para vermos, com completa nitidez, que diferença faz a presença ou a ausência da vida daquele “sopro imaterial” que os gregos chamavam de *psyché*. Por vida é obvio que aludimos à manutenção das funções vitais: respirar, alimentar-se, digerir, excretar, dormir, reproduzir-se etc – e também manter em exercício as funções mentais: pensar, lembrar, raciocinar, sentir etc. Um indivíduo em coma é a expressão mais patente do que simboliza a vida quando apenas as funções vegetativas se mantêm. O homem integral é a vida mental plenamente em exercício.

Freud (1923/1996) afirma que a organização coerente de processos mentais denominado ego é a princípio e, acima de tudo, um ego corporal e não simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície. Winnicott (1983) acrescenta que o ego é a parte da personalidade que tende, sob circunstâncias favoráveis, a se integrar em uma unidade.

Embora a maioria dos autores seja unânime em utilizar psique e mente como sinônimos, Winnicott é enfático ao dizer que mente e psique são distintas. Dessa forma, segundo Winnicott (1990), a pessoa é uma amostra no tempo da natureza humana. O ser humano total é físico, se visto de certo ângulo, ou psicológico, se visto de outro. Existem o soma e a psique. Existe também um inter-relacionamento de complexidade

crescente entre um e outra e uma organização desse relacionamento proveniente daquilo que entendemos por mente.

O funcionamento intelectual, assim como a psique, tem seu fundamento somático em determinadas partes do cérebro. Ressalto a afirmação de Winnicott (1990) de que não cairemos na armadilha que nos é preparada pelo uso popular de “mental” e “físico”. O autor supõe que esses conceitos não caracterizam fenômenos opostos. O soma e a psique é que são opostos. A natureza humana não é uma questão de corpo e mente – e sim uma questão de psique e soma interconectados, que em seu ponto culminante apresentam como ornamento a mente. A mente institui uma ordem à parte e deve ser considerada um caso especial do funcionamento do psicossoma.

Para Winnicott (1990), a saúde física necessita uma hereditariedade *nature* e uma criação *nurture* suficientemente boas. Na saúde o corpo funciona condizente com a faixa etária apropriada. Acidentes e falhas ambientais são enfrentados de maneira a fazer com que suas consequências negativas desapareçam com o tempo. O desenvolvimento prossegue com o passar do tempo e, paulatinamente, a criança transforma-se no homem ou na mulher, nem cedo demais, nem tarde demais. A meia-idade chega na época certa, como outras igualmente adequadas e, finalmente, a velhice vem desacelerar os vários funcionamentos até que a morte natural surge com a derradeira marca da saúde.

De maneira semelhante, a saúde da psique deve ser examinada em termos de crescimento emocional, consistindo numa questão de maturidade. A pessoa saudável é emocionalmente madura tendo em vista sua idade no momento. A maturidade abrange gradualmente o sujeito numa relação de responsabilidade para com o ambiente.

Por seu turno, o intelecto, então, não é exatamente como o corpo e a psique. Ele é constituído de outro material e não se pode asseverar que no intelecto saúde seja maturidade e maturidade seja saúde. Não existe, realmente, nenhum elo entre os termos saúde e intelecto. Na saúde, a mente funciona nos limites do tecido cerebral porque o desenvolvimento emocional do ser humano é satisfatório (Winnicott, 1990). Seguiremos com a forma de progresso e os fatores que contribuem para que o desenvolvimento emocional e o estabelecimento da saúde aconteçam.

A TENDÊNCIA À INTEGRAÇÃO E O EXERCÍCIO DA MATERNAGEM SUFICIENTEMENTE BOA

É unânime entre todas as áreas que se preocupam e atuam com a saúde integral do ser humano que todas as fases da vida são de igual importância no êxito do processo maturacional do indivíduo; em congruência com esse fato Winnicott (2011a) afirma que o desenvolvimento emocional se inicia antes do nascimento e persiste por toda a vida, até “por sorte” a morte natural.

Mas não podemos olvidar e negar que, entre essas etapas da vida, uma delas ocupa uma posição privilegiada na evolução do desenvolvimento psíquico, pois a infância possui a capacidade especial, sob condições adequadas, de fundamentar parcialmente a saúde das demais etapas. Desse modo, Freud (1905/1996) assevera que ninguém contesta a realidade de que as experiências dos primeiros anos de nossa infância deixam traços inalienáveis nas profundezas de nossa psique.

Em consonância com esse pensamento, Groddeck (2011) aponta que na infância ocorrem as mais principais experiências, os mais importantes acontecimentos são vivenciados nos primeiros três, quatro anos de idade: o nascimento, o crescimento e formação do organismo e suas partes (sistema digestivo, sistema respiratório, etc); ou seja, o aprendizado das funções vitais, a respiração, a alimentação, a visão, o pensamento, o andar, a fala, o reconhecimento do ambiente e de certas relações com o meio etc. O autor acrescenta a lembrança crucial de que o bebê não pode existir por si, depende do auxílio alheio, sobretudo da mãe, reconhecendo, com isso, a dependência absoluta inicial do bebê em relação à figura materna para fundamentar a sua saúde psicossomática.

O pediatra e psicanalista D. W. Winnicott foi um dos autores que buscou compreender o relacionamento mãe-bebê, principalmente no tocante à saúde psicossomática. Lembramos que Winnicott não construiu a teoria da mãe suficientemente boa para elogiar e agradar as mães, mas, sim, para descrever condições favoráveis para o desenvolvimento humano. Assim, Winnicott (2011a) assegura que o bebê nasce com tendências herdadas ao crescimento. Essas propensões inatas ao amadurecimento vêm do interior do menino ou da menina. Esses processos de crescimento,

entretanto, não podem acontecer sem um ambiente facilitador, sobretudo no começo, quando há uma situação de dependência absoluta do recém-nascido em relação aos seus cuidadores.

No princípio, a totalidade do processo de desenvolvimento ocorre devido a tendências herdadas tremendamente vitais rumo ao crescimento, integração, ao desenvolvimento: o fator que um dia faz a criança ansiar andar e assim por diante. Se houver uma provisão ambiental satisfatória, a integração e o amadurecimento acontecem com a criança (Winnicott, 2011a; Silva, & Pinheiro, 2010).

Vejamos nas palavras de McDougall (2013, p. 34):

Quando a relação mãe-filho é “*good-enough*” (conforme a terminologia winnicottiana) a partir da matriz somatopsíquica original, vai se desenvolver então uma diferenciação progressiva na estruturação psíquica da criança pequena, entre o seu próprio mundo externo que é o corpo materno, o “seio universal”. Paralelamente, pouco a pouco, aquilo que é psíquico vai se diferenciando na mente da criança daquilo que é somático.

A mãe satisfatória inicia-se com um alto grau de adaptação às necessidades do bebê. É isso que significa ser “satisfatória”: a tremenda habilidade que as mães normalmente têm de se dedicar com seu/sua filho/a à criação de laço emocional – essa capacidade de construir um vínculo afetivo com outra pessoa. Freud (1921/1996) conceituou de “identificação” o que posteriormente Winnicott indicará que ocorre quando a gravidez está chegando ao final e no princípio da vida do bebê; se assistidas apropriadamente por seus companheiros e pela provisão social, ou por ambos, as mães estarão prontas para uma experiência na qual sabem muitíssimo bem quais são as necessidades dos bebês.

As mães são de tal modo identificadas com os bebês que elas praticamente sabem como eles estão se sentindo, de tal maneira que podem se adaptar às demandas deles e, outrossim, tais demandas serão satisfeitas. O bebê torna-se apto a dar continuidade ao seu desenvolvimento, que é o começo da saúde. A mãe está estabelecendo a base para a saúde psíquica do bebê e, mais do que a saúde, para a plenitude e a riqueza, com todos os perigos e conflitos que elas acarretam e com todo o incômodo e a falta de jeito característicos do crescimento e do desenvolvimento (Winnicott, 2011a; Maia, & Pinheiro, 2009).

A totalidade do processo de desenvolvimento psicossomático requer os elementos do relacionamento psicossomático (mãe-bebê) em termos dos frutos das fantasias tanto conscientes como inconscientes dessa fusão, ou seja, empatia, que gera reciprocidade e subjetividade compartilhadas (Brazelton, & Cramer, 1992). Essa conexão psicossomática –mãe-filho, Spitz (2013) intitulou de sistema fechado.

Spitz (2013) denomina o afeto materno de clima emocional, sendo esse importante para a criança, ou seja, o amor, a afeição e o interesse persistentes da mãe para com o bebê proporcionam a ele a orientação de seus afetos e confere qualidade de vida às suas experiências.

Segundo Winnicott (2013) e Spitz (2013), já antes do nascimento, cogita-se na dependência absoluta do bebê simplesmente em termos físicos ou corporais. Dessa forma, poderíamos conjecturar que as últimas semanas de vida do bebê no útero repercutem seu desenvolvimento corporal e é plausível pensar no início de uma sensação de segurança (ou insegurança), que varia conforme o estado mental do bebê ainda não nascido, o qual, naturalmente, tem uma potencialidade de operação muito restrita nesse estágio inicial, uma vez que o cérebro ainda não se encontra completamente desenvolvido.

Conforme assevera Winnicott (2013), o nível de consciência antes do nascimento e durante o processo de nascimento também varia de acordo com os efeitos causais que advêm do estado em que a mãe se encontra e de sua capacidade de superar as agonias alarmantes, perigosas e, em geral, recompensadoras dos estágios da gravidez. É relevante reconhecer o fato da dependência. A dependência real é tão evidente que os bebês e as crianças não conseguem sobreviver sozinhos e as simples ocorrências de dependência passam facilmente despercebidas (Winnicott, 2013). Brazelton e Cramer (1992) afirmam que durante o período de gravidez a mãe passa por uma preparação psicossomática para alicerçar a saúde psicossomática do bebê.

O EFEITO DA PRIMEIRA MAMADA TEÓRICA PARA A ELABORAÇÃO PSÍQUICA DA FUNÇÃO PSICOSSOMÁTICA

A intimidade entre mãe-filho/a faz-se importantíssima para que a criança tenha noção de seu corpo inteiro e saiba de suas possibilidades,

de suas demandas e de suas competências e desenvolva uma ótima relação com ele. Tendo percebido esta realidade, Winnicott (2013) constata que não há qualquer dúvida de que um número vasto de pessoas se desenvolveu satisfatoriamente sem que tenha passado pela experiência da amamentação. Isso prova que existem outras maneiras pelas quais um bebê pode experimentar um contato físico íntimo com a mãe.

Para Winnicott (2013), a pauta da amamentação é, por certo, uma parte e uma minúscula parcela dessa ampla vivência; parte das pessoas que iniciam bem sua vida tiveram os recursos ambientais de que se pode dispor suficientemente bons. Os psicanalistas que elaboraram a teoria do desenvolvimento emocional do indivíduo foram responsáveis, até um certo ponto, pelo relativo exagero com o que seio materno foi colocado em evidência. Não estavam errados.

Contudo, para Winnicott (2013), com o passar do tempo, o “seio bom” tornou-se um jargão que, de modo geral, significa uma maternidade e uma paternidade satisfatória. Enquanto indícios dos cuidados prestados ao bebê indicam que o ato de segurá-lo e manipulá-lo é mais importante, em termos vitais, do que a experiência concreta da amamentação.

De acordo com Winnicott (2013), também é uma verdade bem conhecida que muitos bebês vivenciam o que parece ser uma experiência bem-sucedida de amamentação e, entretanto, são malsucedidos, no sentido de uma deficiência observável em seu processo de desenvolvimento, assim como em sua capacidade de relacionamento com as pessoas e utilização de objetos – uma deficiência provinda do fato de terem sido segurados e manipulados de forma insatisfatória.

Assim, Winnicott (2013) afirma que, quanto ao ensino de médicos e enfermeiros sobre esse tema, ele deve consistir em levar esses profissionais a compreenderem que são necessários, e muito, quando as coisas vão mal do ponto vista físico, por outro não são especialistas nas questões relativas à intimidade que são vitais tanto para a mãe quanto para o bebê, é preciso que médicos e enfermeiros lembrem que eles têm muito a aprender, pois as exigências da medicina e das cirurgias modernas são de fato muito grandes.

Se os profissionais começarem a dar conselhos sobre essa intimidade, estarão pisando em solo perigoso e pernicioso, pois nem a mãe nem o bebê precisam de conselho. Em vez de conselhos, eles precisam de recursos

ambientais que incentivem a confiança da mãe em si própria. O fato cada vez mais comum de o pai estar presente no momento do nascimento do filho é um avanço, pois o pai pode enriquecer a situação com um entendimento da importância dos primeiros instantes, assim como quando a mãe pode dar uma olhada em seu bebê antes de repousar (Winnicott, 2013).

Cabe aos pais conhecerem suas necessidades e preocuparem-se com elas nesse estágio inicial, são eles também que devem decidir sobre a insistência em busca de autorrealização. Apenas quando os pais encontram médicos e enfermeiros que compreendem qual é a sua função específica e qual é a dos pais, o trabalho conjunto de ambos poderá resultar em um desfecho feliz. Há, naturalmente, mães que têm dificuldades pessoais devido aos conflitos internos, dificuldades que talvez estejam ligadas às experiências pelas quais passaram quando crianças (Winnicott, 2013).

No caso em que a mãe tem dificuldade de amamentar, será um erro forçar uma atividade que tem uma extensa chance de fracassar, de ser uma catástrofe. Portanto, ter uma ideia preconcebida sobre a amamentação é uma prática muito desaconselhável para os profissionais atuantes no caso. É muito frequente que uma mãe desista rapidamente e estabeleça outro tipo de alimentação. Nas circunstâncias em que um bebê não possa ser amamentado, existem muitos outros jeitos de as mães estabelecerem a intimidade física com seus bebês (Winnicott, 2013).

Uma das formas possíveis de os bebês vivenciarem o vínculo físico com suas mães é por meio de um objeto especial. Quem tem contato com bebê e com criança já deve ter reparado que, muitas vezes, esse objeto não pode ser esquecido em lugar nenhum, tanto pela criança quanto pelos pais, e que geralmente não é lavado: é esse patrimônio tão particular que Winnicott (2011a) denominou de objeto transicional.

Segundo Winnicott (2011b), o objeto transicional é algo que a criança acabou de notar, pode ser um pedaço de pano que foi do berço, um cobertor, até mesmo a fita do cabelo da mãe. É o primeiro símbolo e representa a confiança na união do bebê e da mãe baseada na experiência de confiabilidade e da habilidade dessa mãe de saber o que esse bebê precisa por meio da sua identificação para com ele. Esse objeto é criado pela criança, apesar de esse objeto existir previamente à criação pela criança. Retornando ao tema da amamentação e fazendo a ponte

desse objeto transicional, Winnicott (1990) nos recorda que, por todo o tempo, ao abordarmos o assunto, temos em mente o bebê.

Quando surge a necessidade da alimentação há uma crescente tensão instintiva. Podemos imaginar uma primeira mamada teórica na qual se produz uma expectativa, um estado de coisas no qual o bebê está pronto para encontrar algo em algum lugar, mas sem saber o quê. Não há expectativa semelhante no estado tranquilo ou não-excitado. Mais ou menos na hora certa, a mãe oferece o seio ou a mamadeira. Essa primeira mamada é também a primeira mamada real, exceto pelo fato de que a experiência real não é tanto um acontecimento singular quanto uma construção do evento a partir da memória. É possível dizer que, em função da extrema imaturidade do bebê recém-nascido, a primeira mamada não pode ser significativa como experiência emocional.

Entretanto, sem dúvida que, se a primeira mamada é bem-sucedida, estabelece-se um contato, de forma que o padrão das mamadas se desenvolve a partir dessa primeira experiência. Nessa primeira mamada (teórica), o bebê está preparado para criar e a mãe propicia a situação pela qual o bebê tem a ilusão de que o seio e aquilo que o seio representa foram criados pelo impulso originado na necessidade. Obviamente, aquilo que o bebê criou não foi aquilo que a mãe forneceu, mas a mãe, por meio de sua identificação com o bebê, está apta a permitir que ele tenha essa ilusão. Aqui a criança está numa condição de criar o mundo. A razão é a transformação de necessidade em desejo (Winnicott, 1990).

Faz-se crucial que a mãe proporcione ao bebê a condição de ser, no decorrer do período apropriado, aquela situação que Freud (1914/1996) definiu como “Sua Majestade o Bebê”. Como Groddeck (2011) asseverou: a criança é o senhor absoluto do pequeno mundo em que vive. A sensação de onipotência é consequência inevitável dessa condição.

Winnicott (1990), em concordância com Freud, denomina instinto como poderosas forças biológicas que vêm e voltam na vida do bebê ou da criança e que requerem ação. A excitação do instinto leva o indivíduo a preparar-se para a satisfação quando o mesmo atinge seu estágio de máxima exigência. Se a satisfação é encontrada no instante culminante da exigência, surge a recompensa do prazer e também o alívio temporário do instinto. A insatisfação incompleta ou mal sincronizada engendra alívio

incompleto, desconforto e a ausência de um período de descanso muito necessária entre duas ondas de exigência.

Assim, de acordo com as ideias de Freud, Winnicott (1990) corrobora que todas as funções e sensações orgásticas são indispensáveis para a integração psicossomática ao dizer que o alicerce do desenvolvimento saudável é o crescimento físico e, também, as transformações no funcionamento dos órgãos infantis em função da passagem do tempo. Acontece uma mudança de ênfase, tal como a da dominância dos processos alimentares para a prevalência dos fenômenos genitais.

Há uma elaboração imaginativa, por parte da criança, do funcionamento corporal que se forma em fantasias que são qualitativamente determinadas pela localização no corpo, mas que são particulares da pessoa devido à hereditariedade e à experiência. Dependendo do lugar de onde esteja a ênfase, se na ingestão ou na excreção, ou mesmo na excitação genital, a preparação para a experiência orgástica dependerá do tipo de fantasia dominante no momento do clímax, seja este um organismo (boca, esfíncteres e genitais) ou uma relação sexual (Winnicott, 1990).

Winnicott (1990) assegura que a psique é formada a partir do material fornecido pela elaboração imaginativa das funções corporais (que, por sua vez, depende da saúde e da capacidade de um órgão específico – o cérebro). Durante o período de latência o bebê aprende a amar outras pessoas que a ajudam em seu desamparo (dependência) e satisfazem suas necessidades e o faz segundo protótipo de relação de lactante com a mãe e dando continuidade a ele.

De acordo com o autor, talvez se conteste a identificação do amor sexual com os sentimentos ternos e estima da criança pelas pessoas que cuidam dela, mas Freud (1905/1996) pensava que uma investigação psicológica mais rigorosa certificaria essa identificação acima de qualquer dúvida. O trato da criança com a pessoa que a assiste é, para ela, uma fonte incessante de excitação e satisfações advindas das zonas erógenas, ainda mais que essa pessoa – a mãe – beneficia a criança com os sentimentos derivados de sua vida sexual: ela a acaricia, beija e embala e é perfeitamente óbvio que a trata como um substituto do objeto sexual totalmente legítimo.

A mãe provavelmente se escandalizaria se lhe fosse esclarecido que, com todas as suas expressões de ternura, ela está despertando a pulsão sexual de

seu filho e preparando o uso posterior desta. Ela classifica seu procedimento como um amor “puro”, assexual, já que evita cuidadosamente levar aos genitais da criança mais excitações do que as inevitáveis no cuidado com o corpo. Entretanto, a pulsão sexual não é despertada somente pela excitação da zona genital; aquilo que é conhecido como ternura um dia exercerá seus efeitos, infalivelmente, também sobre as zonas genitais (Freud, 1905/1996).

Freud (1905/1996) refere que, se a mãe compreendesse melhor a extrema importância das pulsões para a vida anímica como um todo, para as realizações éticas e psíquicas, ela se pouparia das autorrecriações mesmo depois desse esclarecimento. Quando ensina seu filho a amar, está apenas cumprindo sua tarefa, afinal ele deve transformar-se num ser humano capaz, dotado de uma vigorosa necessidade sexual e com possibilidade de realizar em sua vida tudo aquilo a que o ser humano é impelido pela pulsão.

AS ETAPAS RUMO À INDEPENDÊNCIA E À CONQUISTA DO EU-SOU

Talvez o leitor tenha, ao ler esta produção, a impressão de que irei focar-me apenas na infância; mas já adiantei que para pensarmos numa vida saudável temos que examinar um propulsor chamado puerícia. Dessarte, Winnicott (1983) assim como Maia e Pinheiro (2009) consideram que a meninice consiste em uma evolução, com o auxílio da provisão ambiental, permitindo a passagem da dependência para a independência. Winnicott (1983) aponta uma série de níveis de dependência:

A. Dependência extrema ou absoluta. Nesta fase as condições devem ser suficientemente boas, senão o lactante não pode iniciar seu desenvolvimento inato. O cuidado materno é profilático. A criança não possui noção do cuidado materno.

B. Dependência relativa. Nesta etapa o bebê tem ideia da dedicação materna.

C. Mescla dependência-independência. Nessa circunstância a criança necessita provar a condição de dependência assim como a de independência.

D. Independência-dependência. Neste estado ocorre a prevalência da independência.

E. Independência. A criança introjeta os cuidados maternos, consegue ter autonomia através das recordações desses cuidados e do estabelecimento de confiança com o meio.

F. Sentido social. A pessoa identifica-se com adultos, com o grupo social e com a sociedade sem perda imensa da originalidade ou da individualidade, dos ímpetus agressivos e destrutivos que se satisfaçam em formas deslocadas.

A adaptação materna vai reduzindo em conformidade com a progressiva demanda que o bebê possui de experimentar reações à frustração. A mãe saudável pode postergar paulatinamente sua função de adaptação para que o bebê tenha a capacidade de reagir com raiva em vez de se traumatizar pelas ausências de satisfação proporcionadas pela mãe. Trauma significa ruptura de continuidade na existência do ser humano (Winnicott, 2011a).

Vejamus a ideia de Spitz (2013, p. 149) sobre o assunto: “Em contato com essas frustrações que se repetem, a criança atinge um grau crescente de independência e torna-se cada vez mais ativa em suas relações com o mundo exterior, animado ou inanimado”.

Somente por meio de uma continuidade no existir surge o sentido do *self*, de se sentir real, que uma característica da personalidade da pessoa se estabelecerá. Para uma criança seria muito decepcionante permanecer na situação de onipotência quando ela já porta mecanismos que lhe anuem conviver com as frustrações e as dificuldades de seu meio ambiente, conseguindo viver, assim, um sentimento de raiva que não se transforma em desespero, pode trazer muita satisfação (Winnicott, 2011b).

Winnicott (1983) nos lembra que a independência nunca é absoluta. O indivíduo sadio não se torna isolado, mas se torna relacionado ao ambiente de um jeito que o indivíduo e o ambiente tornam-se interdependentes.

Winnicott (2011a) ratifica que o cuidado materno ramifica-se em um cuidado fornecido por ambos os pais que, juntos, assumem a responsabilidade por seu bebê e pela relação entre todos os filhos. Além disso, têm a obrigação de receber as “contribuições” oferecidas pelas crianças saudáveis da família. A assistência propiciada pelos pais avança para a família e esta engloba os avós, primos etc, além de pessoas que têm valor especial pela proximidade, como, por exemplo, os padrinhos, os professores e os amigos, ou seja, o clima emocional de Spitz (2013) é ampliado.

Freud (1910/1996) afirma que a primeira escolha de objeto feita pelo bebê é dependente de sua demanda de amparo. Essa escolha

direciona-se a princípio a todas pessoas que lidam com a criança e depois aos genitores. A relação entre criança e pais não é totalmente livre de elementos de excitação sexual.

A criança toma ambos os pais e, especialmente, um deles, como objeto de seus desejos eróticos. Em geral a estimulação advém dos próprios pais, cuja ternura possui o nítido caráter de atividade sexual, embora inibidos em suas finalidades. O pai normalmente tem predileção pela filha, a mãe, pelo filho; a criança reage almejando o lugar do pai se é menino, o da mãe se se trata da filha. Os sentimentos nascidos dessas relações entre pais e filhos e entre um irmão e outros não são apenas de natureza positiva, de ternura, mas também negativos, de hostilidade (Freud, 1910/1996).

Loparic (2016) aponta que a teoria winnicottiana é uma teoria não-edipiana já que foca na relação dual mãe-bebê, dentro-fora, integração-não-integração. Discordo, pois, como já asseveramos, a maternagem suficientemente boa envolve o segmento pai-mãe-família, o indivíduo necessita dessa estrutura para alcançar sua integração psicossomática, sua autonomia e sua sexualidade plenamente saudável. O indivíduo precisa compreender que além de dois existem mais. Aliás, toda mãe sadia deseja a autonomia do filho por mais ambivalente que seja esse seu sentimento.

Winnicott (2011a) e Maia e Pinheiro (2009) ressaltam que a integração psicossomática conquistada pelo processo maturacional guiado pelo progresso da dependência à independência conduz o bebê à categoria unitária, ao pronome pessoal “eu”, ao número um; isto torna possível o EU SOU. A criança adquire um interior, é apta a cavalgar em suas tempestades instituais e também é capaz de conter as pressões e os estresses ocasionados na realidade psíquica interna. A criança tornou-se capaz de se sentir deprimida. Essa é uma aquisição do crescimento individual.

O RESULTADO DA PERMANÊNCIA DA NÃO-INTEGRAÇÃO ENTRE PSIQUE E SOMA: A CONSEQUÊNCIA DA AUSÊNCIA DO *HOLDING* E DO AMBIENTE FACILITADOR PARA O PROCESSO DE MATURAÇÃO

Até agora abarcamos os pilares da união psicossomática e, neste momento, partiremos para a carência dessa estrutura e seus danos para a saúde psicossomática. Outrossim, Winnicott (2013, 1983) como

igualmente Silva e Pinheiro (2010) afirmam que, quando existe a escassez do *holding* adequado, ou seja, se a criança não tiver uma mãe identificada com ela que promova a satisfação de suas necessidades básicas em termos físicos e emocionais apropriadamente e que, somente em conformidade com o surgimento de sua demanda, introduza a espera de satisfação de necessidades e frustrações, corretamente haverá uma ansiedade inimaginável que pode ser descrita em: 1) Ser feito em pedaços. 2) Cair para sempre. 3) Completo isolamento devido à inexistência de qualquer forma de comunicação. 4) Disjunção entre soma e psique. 5) Perder todos os sinais de esperança de renovação de contatos. 6) Morrer, morrer, morrer. 7) Perda de orientação.

Conforme aponta McDougall (2013, p. 36), “Qualquer fracasso nesse processo fundamental vai comprometer a capacidade da criança de integrar e reconhecer como seus o seu corpo, os seus pensamentos e os seus afetos”.

Para Winnicott (1983) há distinção entre o início da vida de um bebê cuja mãe pode exercer sua função suficientemente bem e um bebê cuja mãe não possa. Quando a mãe não é suficientemente boa a criança não é apta a iniciar a maturação do ego, ou então, ao fazê-lo, esse desenvolvimento ocorre distorcido em certos aspectos vitais.

Esse pensamento de Winnicott é corroborado por Freud (1926/1996), que refere à ausência da mãe no período em que a criança sente que ela é a única pessoa que pode satisfazer sua necessidade como um perigo, ou seja, um trauma. É uma situação de ansiedade se essa satisfação não ocorrer.

Bowlby (2004) também aponta que estados de angústia e depressão que se manifestam na vida adulta, assim como condições psicóticas, podem ser vinculados, de forma sistemática, à privação da figura materna. Ele indica que novo impasse decorre do fato de que a mãe pode estar fisicamente presente, mas “emocionalmente” ausente. Isso significa, evidentemente, que a mãe está fisicamente junto do filho, mas não reage aos seus desejos de receber atenções e carinhos. Essa privação de receptividade pode relacionar-se a numerosas condições – depressão, rejeição, preocupação com outros assuntos. Em relação ao filho, todavia, a mãe está meio presente, seja qual for a razão de sua falta de receptividade.

De acordo com Bowlby (2004), o fato de uma criança ou um adulto encontrar-se em estado de segurança, de angústia ou de aflição fica

determinado, em ampla margem, pela acessibilidade e receptividade de sua principal figura de apego. O autor ratifica que na vida madura é extremamente difícil, muitas vezes, perceber que todo um distúrbio emocional está ligado às experiências pessoais, sejam do momento, sejam do passado. No estágio da primeira infância, porém, as relações entre circunstâncias emocionais e as experiências simultâneas ou do passado recente se colocam com clareza cristalina e o autor acrescenta que é nesses estados de perturbação da primeira infância que se tornam discerníveis os protótipos de inúmeras patologias dos anos posteriores.

Embora a fusão psicossomática seja indispensável para que a pessoa tenha uma boa saúde, nem sempre a ligação do psicossoma é conquistada devido à falta de condições necessariamente imprescindíveis chamadas de maternagem suficientemente boa e por ameaça de perda inadequada dessas condições. Destarte, Winnicott (1983) assegura que a doença psicossomática é, muitas vezes, um pouco mais do que o reforço desse vínculo psicossomático frente à ameaça de ruptura do mesmo; essa ruptura produz vários quadros clínicos denominados “despersonalização” deflagrados no inverso do desenvolvimento, ou seja, em estados que reconhecemos como doença mental, especificamente “despersonalização”, ou doença psicossomática que a oculta.

Relacionando o *self* verdadeiro ou central com o padecimento psicossomático, Winnicott (1983) ressalta que o *self* central poderia ser compreendido como o potencial herdado em que a criança vivencia a continuidade da existência e obtendo ao seu modo e em seu passo uma realidade psíquica pessoal e o esquema corporal.

Winnicott (1983) destaca o isolamento desse *self* verdadeiro como um aspecto da saúde; enfatiza que qualquer ameaça a esse isolamento do *self* central consiste em uma ansiedade maior nessa fase precoce e que as defesas da infância mais precoce derivaram de erros de cuidado materno para evitar irritações que poderiam perturbar esse isolamento. As irritações poderiam ser recebidas e manejadas pela organização do ego, incluídas na onipotência do lactante e sentidas como projeções. Por um lado, essa defesa pode ser vencida, ainda que a criança receba auxílio ao ego promovido pela mãe, afetando o núcleo central do ego e produzindo uma ansiedade de natureza psicótica.

A pessoa, normalmente, fica vulnerável e, se fatores externos a irritam, ocorre um novo grau de ansiedade e qualidade no ocultamento do *self* central. Em relação a isso, a melhor defesa é a organização de um falso *self*. A satisfação instintiva e as relações objetais instituem uma ameaça ao vir a ser pessoal do indivíduo (Winnicott, 1983). O autor afirma ainda que, quando a adaptação da mãe não é suficientemente boa de início, se pode esperar que o bebê morra fisicamente porque a catexia de objeto não é iniciada. A criança permanece isolada. Na prática o bebê sobrevive, entretanto sobrevive falsamente. O protesto contra ser obrigado a uma falsa existência pode ser notado desde os estágios iniciais. O quadro clínico é o de irritabilidade generalizada e distúrbios de alimentação e outras funções que podem, contudo, desaparecer clinicamente, mas apenas para ressurgir de maneira severa em fases posteriores.

Galván (2007), em consonância com Winnicott, coloca que é importante observar que um empobrecimento na integração psicossomática não engendra a continuidade do amadurecimento pessoal. Os obstáculos para a integração e a manutenção da condição de unidade trazem danos significativos ao ser humano em seu desenvolvimento e em suas possibilidades de relacionamento.

Também Maia e Pinheiro (2010) e Pinheiro (2008) concordam com a visão winnicottiana em relação ao apontamento psicossomático de um distanciamento entre soma e psique presente nas patologias e que estas trariam o sinal de uma reivindicação, de uma esperança: que não se aquiesça à separação total entre psique e soma e que se possa, com a retomada das assistências ambientais, recolocar em marcha o processo de integração psico-soma.

O SIGNIFICADO DO SOMATIZAR E DO “PSIQUIZAR” COMO MENSAGEM DE UNIDADE ENTRE PSIQUE E SOMA

Ainda que Winnicott (1990) pontue que as doenças psicossomáticas são um distúrbio do desenvolvimento ocasionado por vicissitudes ambientais, elas não deixam de ser o que Freud (1915/1996) assevera sobre os sintomas neuróticos, sobre as parapraxias e sobre os sonhos: um reflexo da vida do indivíduo possuindo uma conexão com as experiências pessoais e tendo um sentido.

McDougall (2013) afirma que esse sentido é da esfera pré-simbólica; o ser humano não possui conhecimento dessa linguagem particular do corpo: quando nossas defesas costumeiras falham, somatizamos com as nossas dores psíquicas. Segundo a autora, o soma enlouquece.

Nessa direção está o pensamento de Groddeck (2011), pai da psicossomática psicanalítica, que considera uma visão totalmente fora do contexto, que pode trazer consequências graves, achar que apenas a pessoa que tem um distúrbio emocional fica doente propositadamente, pois o Isso (inconsciente), que é a essência que anima o indivíduo, que lhe dá vida, utiliza todos os meios possíveis para atingir o seu objetivo que é o de pôr a pessoa para refletir, simbolizar e experimentar suas vivências e experiências, seus sentimentos. Assim, a enfermidade, seja ela psíquica ou orgânica, é uma obra de arte do Isso que concede vazão a afetos para coagir o ser que é habitado por ele a lidar com questões próprias.

Do mesmo modo, podemos dizer que a saúde também é produzida por esse mesmo Isso, sendo consequência de reações do indivíduo frente às exigências dele. Equivalente a essa condição é a vida. Por vida compreendemos a relação harmônica com uma esfera de relacionamentos, modo de ser, condições, adversidades e sensações (Groddeck, 2011).

Outrossim, podemos afirmar que para Groddeck (2011) o funcionamento, tanto psíquico como somático (saudável ou patológico), é gerido pelo inconsciente; isso quer dizer que a estrutura psicossomática é sempre maciça, um segmento inquebrável e, devido a essa condição, não existem fenômenos puramente físicos ou puramente psicológicos, ambos são simultaneamente físicos e psicológicos, ou seja, são fenômenos psicofísicos e seus causadores químicos, biológicos, fisiológicos etc não agem somente por forças biológicas, fisiológicas, automáticas, mecânicas, acidentais etc, mas, também, por forças emocionais, subjetivas em que o Isso é o responsável, o desejoso e o regente desta orquestra chamada psicossoma.

Um estado subjetivo biforme de queixa somática – dores e fadigas e queixa psíquica, angústias – constitui a enfermidade. Vejamos a descrição de Ávila (2002, p. 187) sobre a importante característica da enfermidade de ser feita de dois componentes:

O sintoma em sua dupla face: como queixa “orgânica”, “quase orgânica”, “aparentemente orgânica”, “psicossomática”, “nervosa”, “emocional”, “devida ao stress” etc... Como quer que se chame. Sua outra face é de ser uma questão subjetiva. O sintoma psicossomático é, simultaneamente, uma queixa e uma questão subjetiva.

De acordo com Ávila (2002), a não indagação da pessoa sobre sua patologia, sobre seus sintomas, sobre sua vida e sua morte e a ausência de fuga desse aglomerado de significações no qual ela está inserida é caracterizada como questão subjetiva. Talvez a procura de alienação sobre sua questão subjetiva, por parte do indivíduo, seja exatamente uma peculiaridade desse sintoma. A questão subjetiva se manifesta nos atos, nos sonhos da pessoa, enunciando-se no seu estilo de vida, nas suas amizades, em seu casamento, em seus trabalhos, nos moldes que sua vida delinea. Como assevera McDougall (2013), as patologias psicossomáticas são tentativas de autocura.

Segundo Ávila (2002), faz-se necessário reconhecer a enfermidade como experiência particular, “doença é coisa pessoal”, mesmo sendo configurada enquanto “entidade nosológica”. É inegável que, qualquer que seja o diagnóstico, a evolução conhecida da patologia, o prognóstico e os recursos terapêuticos administrados, a pessoa, inevitavelmente, concede um processo peculiar ao seu adoecer designando sentido à sua doença, ao médico, ao tratamento e à circunstância toda. Mesmo que a medicina seja aquiescida como um conhecimento objetivo pelos processos típicos e pela evolução específica do quadro, também há inúmeras distinções particulares que não podem ser consideradas como exceções e, menos ainda, como novas condições clínicas. A enfermidade é “construída” pela pessoa, assim como o êxito ou fracasso no tratamento administrado é optado pelo indivíduo e, de certa forma, a vida ou a morte.

Assim, Freud (1910/1996) denomina de complacência somática os fundamentos orgânicos das afecções psíquicas. Em consonância com esse pensamento podemos falar em fundamentos psíquicos das patologias somáticas, ou seja, complacência psíquica.

CONCLUSÃO

As principais contribuições de Donald Woods Winnicott para o estudo da psicossomática estão fundamentadas no âmbito das palavras

empatia e confiança: a pessoa nasce com condições para se fundir em uma unidade, porém faz-se imprescindível o auxílio do ambiente, a interação necessária entre dois indivíduos, um deles já (parcialmente) inteiro, possuindo a capacidade de ajudar o outro a colocar sua tendência a amadurecer em funcionamento. Isso não se restringe apenas aos pais, se estende também aos profissionais da saúde e da educação.

A maternagem suficientemente boa faz-se indispensável para a conquista do desenvolvimento e da saúde psicossomática, mas é necessário o auxílio de profissionais da saúde e da educação para que esse acontecimento benéfico se concretize. Um desses profissionais é, muitas vezes, o profissional mais acessível e procurado por sua atuação e pela idealização que o imaginário coletivo possui dele; podemos considerá-lo o profissional protagonista na área da saúde: o médico. A ajuda do médico é sempre necessária: em algumas ocasiões, essa assistência é demandada sob a forma de suporte e orientações de pais e de indivíduos para que a pessoa em questão se desenvolva e mantenha a sua integração psicossomática em termos de relação entre soma e psique bem-sucedida e, ou sob, a forma de tratamento, porque, como já vimos, a pessoa que venha conquistar a unidade psicossomática também adoece; em outras ocasiões o auxílio médico junto com outros profissionais, como, por exemplo, professores e terapeutas, torna-se necessário porque a pessoa não teve a felicidade de ter condições fundamentais para que essa união e saúde psicossomática viesse ocorrer.

De acordo com a nossa compreensão da teoria winnicottiana e dos pensamentos de alguns outros autores da psicossomática psicanalítica, as relações iniciais saudáveis de cuidado e de proteção são o fundamento da saúde psicossomática. O indivíduo íntegro é a personificação do psicossoma. As doenças orgânicas ou psíquicas são a busca pela saúde, além de serem um reflexo da vida. A pessoa é, de certa forma, autora de saúde ou de sua patologia; é responsável pela sua história. Isso deve ser levado em conta por aqueles que desejam ajudá-la a ter autonomia para escrevê-la de maneira satisfatória.

Assim também é no ambiente escolar, a pessoa não é somente um receptor de conteúdos transmitidos pelo educador, ela é a criadora de seus pensamentos e sentimentos; necessitando de incentivos e motivações

para desenvolver a sua autonomia e ser o agente de sua história. Dessa forma, o discente é também responsável pelo aprimoramento de suas habilidades e competências, pelos seus fracassos e sucessos. A eficácia do ensino suficientemente bom não depende apenas do *holding* do educador, mas também do desejo do educando.

REFERÊNCIAS

- Ávila, L. A. (2002). *Doenças do corpo, doenças da alma: investigação psicossomática psicanalítica* (3 ed.). São Paulo: Escuta. Top of FormBottom of FormTop of Form
- Bowlby, J. (2004). Protótipo de pesar humano. In Bowlby, J. [Autor] (4 ed., v. 2), *Apego e perda: angústia e raiva*. São Paulo: Martins fontes – Selo Martins.
- Brazelton, T. B., & Cramer, B. G. (1992). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dias, H. Z. J., Rubin, R., Dias, A. V., & Gauer, G. J. C. (2007). Relações visíveis entre pele e psiquismo: um entendimento psicanalítico. *Psicologia clinica*, 19(2), 23-34.
- Freud, S. (1996). A sexualidade infantil. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (1996). A concepção psicanalítica da perturbação da visão. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910a)
- Freud, S. (1996). Quarta lição. In Freud, S. [Autor], *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910b)
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (1996). O sentido dos sintomas. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do ego. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923)

- Freud, S. (1996). Inibições, sintomas e ansiedade. Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1926)
- Galván, G. B. (2007). Distúrbio psicossomático e amadurecimento. *Winnicott e-prints*, 2, 1-17.
- Groddeck, G. W. (2011). *Estudos psicanalíticos sobre a psicossomática*. São Paulo: Perspectiva.
- Horn, A. (2007). O somático e as experiências corporais. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41(1), 102-107.
- Loparic, Z. (2016). Winnicott: uma psicanálise não-edipiana. Recuperado em 12 mar. 2017 de <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pcs17/p17_14.htm>.
- Maia, M. V. C. M., & Pinheiro, N. N. B. (2010). A clínica psicanalítica dos transtornos psicossomáticos: de Freud a Winnicott. *Estilos da Clínica*, 15, 164-177.
- Maia, M. V. M., & Pinheiro, N. N. B. (2009). Angústia e subjetividade: reflexões sobre os fenômenos psicossomáticos a partir de Freud e Winnicott. *Revista Subjetividades*, 9(1), 75-104.
- McDougall, J. (2013). *Teatros do corpo: o psicossoma em psicanálise* (3ª ed.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Nogueira-Martins, M. C. F., & Bógus, C. M. (2004). Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. *Saúde e sociedade*, 13(3), 44-57.
- Pinheiro, N. N. B. (2008). O corpo em desamparo: quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir? *Revista da SBPH*, 11(2), 3-14.
- Silva, G. V. D., & Pinheiro, N. N. B. (2010). “Antes do nome”: articulações entre a angústia e os fenômenos psicossomáticos em Freud e Winnicott. *Mental*, 8(15), 195-214.
- Spitz, R. A. (2013). *O primeiro ano de vida* (4ª ed.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artmed.
- Winnicott, D. W. (1990). *A natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (2011a). Família e maturação emocional. In Winnicott, D. W. [Autor], *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (2011b). Influências de grupo e a criança desajustada: o aspecto escolar. In Winnicott, D. W. [Autor], *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (2013). *Os bebês e suas mães* (4ª ed.). São Paulo: WMF Martins Fontes.

Recebido em 08 de maio de 2019
Aceito para publicação em 24 de maio de 2020

CRÍTICA DA RAZÃO CLÍNICA EM LACAN E SUA INFLEXÃO POLÍTICA

*Thales Fonseca**

RESUMO

O presente ensaio busca, em um movimento retroativo, demonstrar que há no que chamamos de uma crítica da racionalidade clínica, realizada por Jacques Lacan no interior do freudismo, um rudimento de crítica da ideologia em sua raiz cínica. Nesse sentido, Lacan teria de alguma maneira se adiantado à ideia de que a modernidade tardia seria perpassada por uma racionalidade cínica, diagnóstico de época que influenciou fortemente filósofos políticos contemporâneos tais como Žižek e Safatle. Assim, buscamos explicitar tal premissa, destacando ainda outros pontos que levam a clínica psicanalítica a coincidir com a crítica social. À guisa de ilustração realizamos ainda uma brevíssima análise da conjuntura política brasileira atual enquanto expressão máxima da ideologia cínica. Partimos, por fim, da perspectiva de que o método crítico e a possibilidade de expansão para além da clínica *stricto sensu* seriam características inerentes à práxis psicanalítica desde Freud.

Palavras-chave: crítica da razão clínica; crítica da ideologia; crítica social; psicanálise; política.

CRITIQUE OF CLINICAL REASON IN LACAN AND ITS POLITICAL INFLECTION

ABSTRACT

The present essay seeks, in a retroactive movement, to demonstrate that there is in a critique of clinical rationality, performed by Jacques Lacan within Freudianism, a rudiment of critique of ideology at its cynical foundation. In this sense, Lacan would have advanced the idea that late modernity would be permeated by a cynical rationality, epoch diagnosis that influenced contemporary political philosophers such as Žižek and Safatle.

* Doutorando, Mestre e Psicólogo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Thus, we seek to explain this relationship, highlighting other points that lead the psychoanalytic clinic to coincide with social criticism. By way of illustration, we also carried out a brief analysis of the current Brazilian political situation as the maximum expression of the cynical ideology. Finally, we start from the perspective that the critical method and the possibility of expansion beyond the clinical stricto sensu would be characteristics inherent in psychoanalytic praxis since Freud.

Keywords: critical of clinical reason; critique of ideology; social criticism; psychoanalysis; policy.

CRÍTICA DE LA RAZÓN CLÍNICA EN LACAN Y SU INFLEXIÓN POLÍTICA

RESUMEN

El presente ensayo busca, en un movimiento retroactivo, demostrar que hay en lo que llamamos una crítica de la racionalidad clínica, realizada por Jacques Lacan en el interior del freudismo, un rudimento de crítica de la ideología en su raíz cínica. En este sentido, Lacan habría predicho la idea de que la modernidad tardía estaría impregnada de una racionalidad cínica, diagnóstico de época que influyó fuertemente en los filósofos políticos contemporáneos como Zizek y Safatle. Por lo tanto, buscamos hacer explícita esta premisa, destacando otros puntos que hacen que la clínica psicoanalítica coincida con la crítica social. Para ilustrar, también realizamos un análisis breve de la situación política brasileña actual como la máxima expresión de la ideología cínica. Finalmente, partimos desde la perspectiva de que el método crítico y la posibilidad de expansión más allá de la clínica stricto sensu serían características inherentes a la praxis psicoanalítica desde Freud.

Palabras clave: crítica de la razón clínica; crítica de la ideología; crítica social; psicoanálisis; política.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio busca demonstrar algo que já se faz presente desde Freud: o fato de as construções metapsicológicas transcenderem seu contexto empírico de origem, ou seja, transcenderem a própria clínica – os ditos *textos freudianos antropológicos* e o que se convencionou chamar de *psicanálise aplicada* são exemplos maiores do que estamos dizendo. Assim, é de nossa intenção reafirmar o potencial crítico da psicanálise no que se refere ao campo político.

Para tanto, partimos de uma hipótese central. A de que Jacques Lacan, em sua proposta de retorno a Freud despontada nos anos 1950, teria conseguido a proeza de “matar dois coelhos com uma crítica só”: a um só tempo, crítica da razão clínica e crítica da ideologia cínica. Ora, o leitor afeito ao tema muito provavelmente perceberá na alusão à psicanálise e ao cinismo ideológico, uma referência a pelo menos dois importantes trabalhos: Slavoj Žižek (1992) e Vladimir Safatle (2008), ambos de alguma maneira precedidos pelo célebre *Crítica da razão cínica* (1983/2012), de Peter Sloterdijk.

O leitor tem razão. Desse modo, o que pretendemos neste ensaio é isolar e demonstrar que o cerne das críticas de Žižek (1992) e Safatle (2008) – para além, é claro, da influência de Sloterdijk – já está de alguma maneira presente na crítica da racionalidade clínica vigente no interior da psicanálise empreendida por Jacques Lacan. Isto é, em um movimento retroativo, gostaríamos de explicitar que há na crítica lacaniana à lógica inerente à psicanálise praticada por alguns pós-freudianos um rudimento de crítica da ideologia em sua raiz cínica.

Em outros termos, talvez possamos dizer, de maneira semelhante às afirmações de que Freud teria desvelado a estrutura da linguagem no inconsciente antes mesmo que esta fosse conceitualmente forjada por Ferdinand de Saussure¹, que já há em Lacan uma crítica da racionalidade cínica antes mesmo que tal diagnóstico da modernidade fosse feito por Peter Sloterdijk. Haveria, assim, uma crítica *a priori* em Lacan que só viria ganhar seu sentido pleno no *a posteriori* do diagnóstico de Sloterdijk.

Assim sendo, uma das bases das análises de Žižek e Safatle seria a percepção arguta do psicanalista francês de que haveria certo cinismo na forma como os pós-freudianos – mais especificamente, a escola norte-americana conhecida como psicologia do ego – vinham se colocando diante da clínica. Não sem motivos, ambos compõem uma parcela importante da filosofia contemporânea, no Brasil e no mundo, a assimilar de maneira significativa a psicanálise de Lacan, não passando ilesa pelo seu pensamento.

PRIMEIRO PASSO PARA UMA CRÍTICA PSICANALÍTICA DA IDEOLOGIA CÍNICA

Há uma piada comumente contada em círculos de estudantes de psicologia, de que o psicólogo teria interpretado convenientemente o

ditado popular de que “se conselho fosse bom, ninguém dava de graça”. A lógica da piada está no fato de que o psicólogo, ao invés de fazer a interpretação clichê de que “conselho não serve pra nada”, teria visto no ditado uma possibilidade de empreendimento: “porque não cobrar para dar conselhos?”.

Ora, uma forma interessante de introduzir o que chamamos de uma crítica psicanalítica do cinismo é partindo de uma terceira interpretação possível, advinda da clínica lacaniana, que inverte o ditado sem perder de vista sua essência, isto é: “conselho, tanto não serve pra nada que vou cobrar para não dar conselho nenhum!”. Daí essa postura do analista de, diante de uma demanda do analisante do tipo “o que eu devo fazer?”, responder com uma pergunta irritante: “e o que você quer fazer?”, uma modalidade possível do célebre “*Che vuoi?*” de Lacan (1960/1998).

Como se sabe, o psicanalista francês não cessou de atentar para os perigos de se cair na “tentação ardente” de responder às demandas do analisante:

[...] se o amor é dar o que não se tem, é verdade que o sujeito pode esperar que isso lhe seja dado, uma vez que o psicanalista nada mais tem a lhe dar. Mas nem mesmo esse nada ele lhe dá, e é bom que seja assim: e é por isso que se paga a ele por esse nada, e generosamente, de preferência, para deixar bem claro que, de outro modo, isso não valeria grande coisa (Lacan, 1958/1998, p. 624).

Nesse sentido, o “que queres?” lacaniano não deixa de ser uma maneira de o analista se afastar definitivamente do lugar de um grande sábio que sabe como bem-viver. Uma forma de afastar-se de vez de uma psicanálise “pedagogizada”, da posição do mestre educador frente a um sujeito carente de uma reeducação emocional. Em suma, evitara posição superegoica e ideológica do cínico, que é consciente de suas próprias contradições, mas age como se elas não existissem – o que poderia ser expresso na fórmula “*eu sei* que sou um ser falante exposto aos mesmos dramas existenciais que meu analisante, *mas mesmo assim* me porto como se fosse um ideal a ser seguido”. Afinal, nos lembra Lacan (1958/1998, p. 596), “[...] o educador não está nem perto de ser educado, se pode julgar com tanta levandade uma experiência que, no entanto, ele próprio teve de atravessar”.

Não sem motivos, o horizonte final de uma análise implica que o analista ocupe o lugar de resto e que o analisante assuma, enfim, a inconsistência do grande Outro: o que Lacan (1964/2008) chamou de *travessia da fantasia radical*. Assim, o analisante pode até supor um saber no analista, mas este nunca cai na ingenuidade de tentar enunciar a verdade do sujeito, mantendo-se na postura um tanto quanto irritante de não indicar o caminho, evitando dar sentido e sugestionar processo analítico do analisante – lembrando que, para Freud (1924/2011), a psicanálise em si surge com abandono da sugestão via hipnose.

Assim, Lacan parece levar às últimas consequências a ideia de que um sujeito “autoriza-se analista” ao passar, ele próprio, por uma análise. Tentando traduzir o lacanês, diríamos, *grosso modo*, que isso que Lacan chama de “travessia da fantasia” se refere à percepção, pelo analisante, de que todo o saber suposto ao analista não passa de uma fantasia de que existe um grande Outro absoluto, de uma alteridade que não sofre, que não se contradiz, que não esbarra em nenhum impasse. Fantasia, enfim, de que existe uma alteridade que possa ensinar o analisante a ser alguém que não sofre, que não se contradiz, que não esbarra em nenhum impasse. Obviamente que “atravessar” essa fantasia implica, conseqüentemente, que a transferência (processo de suposição de um saber ao analista) seja liquidada e que o próprio analista não se torne mais do que “resto”, função diametralmente oposta à de um “Outro consistente” a quem nada falta. Em outros termos, implica que o analisante se defronte com esse resto com potencial de causar sofrimento, contradição, impasse, mas, sobretudo: desejo (resto que, antes da “travessia”, era velado pela fantasia).

Nossa tese é de que esse seja o ponto-chave do que chamamos de “crítica da racionalidade clínica” realizada por Lacan em seu célebre retorno a Freud. Curiosamente, tal maneira de conceber a clínica psicanalítica é preñe de inflexões políticas, as quais pretendemos aqui explorar e que se expressam de maneira clara em seu importante escrito “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1958/1998). Nesse ensaio, o psicanalista parisiense não poupa críticas a inúmeros pós-freudianos como Anna Freud, Karl Abraham, Michael Balint, Sandor Ferenczi, James Strachey entre outros. Como ele mesmo enuncia, tal método de apresentação é uma forma de mostrar que sua proposta se

baseia na *crítica* à forma como a clínica psicanalítica vinha se estruturando até então: “Não é por nosso prazer que expomos esses desvios, mas, antes, para, com seus escolhos, fazer balizas para nosso caminho” (Lacan, 1958/1998, p. 594).

Todavia, se o empreendimento teórico de Lacan possui a peculiaridade de romper com boa parte do que o freudismo tinha até então produzido em nome de um retorno nada ortodoxo ao fundador da psicanálise, é bastante evidente que o principal alvo de suas críticas foi à escola nova-iorquina conhecida como psicologia do ego².

Marcada pela ortodoxia formativa e por uma visão ritualizada da técnica, a psicologia do ego teve como seus principais expoentes: Rudolph Loewenstein³, Ernst Kris, Heinz Hartman e Hermann Nunberg. Muito em função da influência cultural de seu contexto de origem, essa escola possui estreita proximidade com certa psicologia que busca integrar o homem à sociedade sem questionar a natureza contraditória da mesma, o que implica um modelo de subjetividade e realidade fortemente individualista ao qual o analisante, por meio de sua análise, deveria se adaptar (Dunker, 2006).

Ora, a breve menção às características principais da escola americana já é o bastante para que se vislumbre o foco das críticas de Lacan. Afinal, um psiquiatra deveras interessado na clínica da psicose e na arte surrealista não poderia se submeter, sem ressalvas, a uma visão clínica que parta de um modelo de realidade pré-determinado. Não é à toa que o sujeito lacaniano se sustente no simbólico (que por si só possui o estatuto de uma “ficção”) e seja tributário de um real que não se confunde com a realidade ordinária. Aliás, pode-se dizer que uma das principais contribuições de Lacan – não só à clínica psicanalítica *stricto sensu*, mas ao pensamento ocidental de uma maneira geral – seja uma doutrina do sujeito que não se resume aos limites imaginários do ego, objeto por excelência dos psicanalistas norte-americanos.

Aqui, é válido realizar um breve desvio de rota, buscando situar o projeto dos “psicólogos do ego”. E, quanto a isso, o próprio nome de sua escola já designa um ponto importante de seu projeto: o de fazer da psicanálise uma psicologia geral (Hartmann, 1958/1987). Com clara inspiração no famoso trabalho de Anna Freud sobre *O ego e os mecanismos*

de defesa (1936/2006), principalmente em sua veia pedagógica, os psicanalistas de Nova Iorque, assumindo uma orientação biológica, buscaram extrair da psicanálise uma psicologia do desenvolvimento mental que previa a inter-relação do processo orgânico de maturação com a formação da estrutura psíquica em direção a um maior controle do ego, de modo que tal controle se referisse à própria ideia de aprendizagem como substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade (Hartmann, Kris, & Loewenstein, 1951).

Porém, ainda que reconhecendo certa filiação à interpretação annafreudiana da psicanálise, há uma efetiva novidade no tratamento teórico-clínico dado por esses autores à teoria de Freud, qual seja, uma leitura do ego que busca ultrapassar a ideia de que ele seja refém daquilo que coloca em perigo sua estabilidade e que sublinha, justamente, as funções egoicas que não estariam necessariamente ligadas à noção de conflito e de mecanismos de defesa daí decorrentes. A essa leitura corresponde a ideia de uma “esfera sem conflitos do ego” (*conflict free ego sphere*). Sobre tal inovação teórica, Hartmann propõe uma bela metáfora através da analogia entre desenvolvimentos psíquico e político-social pacíficos. Assim, a “esfera sem conflitos do ego” seria como um país em tempos de paz, relacionando-se de maneira benfazeja com os países vizinhos, mantendo o desenvolvimento pacífico de sua população, de sua economia, de sua estrutura social, tudo funcionando eficazmente graças a suas leis e autoridades internas (Hartmann, 1958/1987).

Interessante destacar aqui é que, se a própria ideia de uma esfera do ego isenta de conflitos parece um tanto ilusória – tal como a já comentada ideia de alguém que não sofre, que não se contradiz, que não esbarra em nenhum impasse –, a metáfora política dos “tempos de paz” parece tão ilusória quanto, principalmente se nos ativermos ao histórico norte-americano no século XX, contexto no qual a psicologia do ego enfim floresceu. Seria lícito especular que os conflitos do ego são, dessa forma, transpostos para *outra cena* (quicá o inconsciente, como já havia percebido Freud), tal como na estratégia norte-americana de travar suas guerras em territórios alheios?

Em todo caso, fica evidente por que os psicanalistas norte-americanos partem de uma perspectiva clínica de reeducação emocional com vias a

um ideal de maturação psíquica em que a relação entre um ego (isento de divisão subjetiva) e a realidade é eminentemente harmoniosa. É nesse contexto, aliás, que a ideia de “adaptação” torna-se importante à psicanálise dos nova-iorquinos. Nesse caso, a adaptação à realidade e, em especial, a síntese psíquica de uma estrutura psicológica marcada pelo controle egoico apresentam-se como as bases de um conceito evolutivo de saúde (Hartmann, 1939/1969). Mas, por “evolutivo”, é importante ressaltar, não devemos entender um mero darwinismo vulgar cego às peculiaridades da espécie humana. Pelo contrário, parece existir aqui a clara percepção do que diferencia a adaptação animal da adaptação humana, que está ligada ao fato de que enquanto uma se dá em referência à natureza, a outra se dá em relação à cultura. Assim:

[...] a adaptação fundamental do homem é a adaptação à estrutura social, e deve colaborar em sua construção. Esta adaptação pode ser vista em vários de seus aspectos e de diversos ângulos; aqui nós estamos centrando no fato de que a estrutura da sociedade, o processo de divisão do trabalho, e o lugar social do indivíduo [...] co-determinam as possibilidades de adaptação e também regulam parcialmente a elaboração dos impulsos instintivos e o desenvolvimento do ego (Hartmann, 1958/1987, p. 51; tradução nossa).

Ao que tudo indica, os psicanalistas adeptos da psicologia do ego tinham bastante clareza de que, em se tratando da realidade humana, equacionar saúde mental com adaptação é indissociável de pregar uma adaptação à sociedade e ao “lugar social” destinado ao sujeito pela divisão social do trabalho, isto é, no interior da própria luta de classes. Ainda que, logo em seguida, o autor assevere que “por adaptação não entendemos somente a submissão passiva às metas da sociedade, mas também a colaboração ativa baseada nelas e o esforço por transformá-las” (Hartmann, 1958/1987, p. 52; tradução nossa), parece ser evidente que, ao escolher o termo “adaptação” para pensar o conceito de saúde, um peso maior é dado à adequação em relação à transformação social propriamente dita. Não sem motivos, tal “adaptação saudável” vai ser também nomeada por Hartmann como “complacência social”⁴.

Ora, a isso Lacan respondeu com um sonoro: “Não há razão alguma para que nos constituamos como garantia do devaneio burguês” (Lacan,

1959-1960/2008, p. 355). É nesse sentido, portanto, que boa parte da crítica lacaniana parece se circunscrever na tentativa de transcender a instância ideológica do ego que “[...] não é exatamente uma instância de mediação, mas já é desde sempre construção reificada de imagens socialmente ideais” (Safatle, 2008, p. 129). Ora, para perceber o caráter ideológico do conceito de ego, basta ler a teoria althusseriana (Althusser, 1970/1996) da interpelação pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Processo ideológico que acreditamos ser compreendido metapsicologicamente através de uma articulação que o precedeu em quase cinquenta anos, a saber: a articulação freudiana (Freud, 1921/2011) entre a psicologia das massas e a análise do ego.

Avancemos por partes, começando por Althusser (1970/1996). No que se refere à teoria da ideologia formulada por este, que deixou sua marca na filosofia francesa ao realizar uma leitura estruturalista de Marx, a melhor maneira de introduzi-la é através de seu célebre aforismo de que *a ideologia interpela o indivíduo em sujeito* – máxima que de uma só vez conjuga três importantes conceitos: ideologia, interpelação e sujeito.

Aqui, a afirmação de Deleuze (1972/2006) de que o sujeito althusseriano é a própria estrutura se faz sentir: afinal, a estrutura em sua raiz material nos Aparelhos Ideológicos de Estado é inclusive designada como Sujeito (com “S” maiúsculo, uma espécie de grande Outro althusseriano). E é esse Sujeito dos AIE que, a partir de uma lógica imaginária importada da teoria lacaniana da formação do ego (Lacan, 1949/1998), interpela os indivíduos em sujeitos, de modo a constituir-los e sobredeterminá-los (Althusser, 1970/1996).

Deve-se atentar para o fato de que Althusser acaba por confundir dois conceitos lacanianos: a instância imaginária do ego (*moi*) e a noção de sujeito do inconsciente (*je*) (Eagleton, 1996). Daí o sujeito althusseriano, constituído via interpelação, se reduzir a mero reflexo especular do Sujeito da estrutura ideológica, de modo a podermos enunciar, como já dito em outro lugar (Fonseca, 2018), que *a ideologia interpela o indivíduo em ego*⁵.

Ora, não é preciso muito esforço para ver nisso a explicação proposta por Freud (1921/2011) para a formação da massa a partir da identificação com o líder enquanto ideal do ego dos indivíduos, em que agora se destacam os conceitos de: ideal do ego, identificação e ego. Nesse sentido,

não espanta que Zizek (1992) articule, sob a rubrica do que ele chama de *basteamento ideológico*, a teoria althusseriana da interpelação com a teoria psicanalítica da identificação simbólica em que, com o surgimento do ideal do ego, o sujeito se identifica com um traço significante do Outro, alienando-se a um significante que passa a representá-lo frente a outro significante. Afinal, trata-se de processos homólogos lidos, por um lado, à luz de uma teoria da ideologia e, por outro, à luz da metapsicologia. Em outras palavras, onde Althusser falava em ideologia, interpelação e sujeito, Freud se referia a líder, identificação e ego.

Isso porque, em todo caso, *vemos o ego sujeitado a uma estrutura que o transcende e determina*, seja essa estrutura designada pelos AIE, seja pelo líder. A mesma lógica presente, enfim, na perspectiva clínica da psicologia do ego, em que o sujeito (ego fraco) se submete, primeiramente, ao ego forte do analista e, em última instância, à realidade e suas exigências de adaptação. Uma espécie de fortalecimento do ego do analisante a partir de sua identificação/interpelação com/pelo analista que, segundo Lacan (1958/1998), assemelha-se a um adestramento.

Procedimento um tanto estranho à psicanálise, se levarmos em conta que o próprio Freud (1917/2010) considerava ter infligido uma ferida narcísica no homem ao questionar a soberania do ego e da consciência: *o ego não é senhor em sua própria morada*. Aliás, a própria gênese do ego, para Freud (1923/2011), é marcada pela submissão a figuras de autoridade (seus “três severos senhores”), de modo que é no mínimo inusitado que a psicanálise o tenha como foco. Daí Lacan reconhecer na ideia de um ego autônomo tão cara aos psicanalistas norte-americanos – cuja expressão por excelência seria a “esfera sem conflitos do ego” enquanto um para além da “guerra em três frentes” travada pelo ego contra o id, o superego e a realidade (Hartmann, 1958/1987) – “[...] uma miragem surrada que a mais acadêmica psicologia da introspecção já havia rejeitado como insustentável” (Lacan, 1958/1998, p. 596).

Diante de tudo isso, ficam mais do que evidentes os motivos de ele ser tão crítico a essa escola. Afinal, nos diz o psicanalista parisiense, “como é que o Eu de que eles pretendem se valer aqui não sucumbiria, de fato, à alienação forçada a que eles induzem o sujeito?” (Lacan, 1958/1998, p. 646). Disso decorre nossa afirmação de que o ego, ao desconhecer a sua própria

alienação, é uma instância ideológica por excelência. E de onde decorre que Lacan, ao criticar a racionalidade clínica cujo foco era justamente o ego, acabe por produzir uma espécie de crítica da ideologia. Foi o que Althusser (1964-1965/1980) parece ter percebido ao fazer a defesa do Freud lido por Lacan, direcionada aos membros do Partido Comunista Francês. Para o marxista, o revisionismo reacionário da escola americana teria servido à *exploração ideológica* de que a psicanálise foi vítima.

Seguindo talvez essa mesma pista, Žizek (1992) viria propor anos mais tarde uma espécie de teoria lacaniana da ideologia, conjugando o conceito marxista com o de fantasia. E qual seria, a partir de tal articulação, seu modelo de crítica da ideologia? Justamente o que Lacan (1964/2008) propõe como contraponto à identificação com o analista prevista pelos norte-americanos: a travessia da fantasia, momento que exige do analista “tombar” do lugar de ideal do ego (que lhe é suposto) para ser suporte do objeto causa do desejo.

A ANATOMIA CÍNICA DO SUPEREGO

“O que quero é o bem dos outros, contanto que permaneça à imagem do meu” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 224). Ninguém duvida que essa crítica irônica de Lacan, feita em uma das preleções de seu seminário sobre a ética da psicanálise, se dirija a certa postura cínica. A constatação de que esse sujeito é cínico – esse que quer o bem dos outros desde que esses outros se enquadrem em seu modelo de bem – é quase intuitiva.

Trata-se de um dentre os muitos comentários feitos por Lacan (1958/1998; 1959-1960/2008) sobre os perigos de se querer o bem do analisante – “princípio maligno” que, para ele, designa o nascimento do poder⁶ que o analista pode exercer sobre o sujeito. E nesse âmbito Lacan é preciso: o processo analítico supostamente direcionado para o bem do sujeito

[...] engendra uma prática onde se imprime o que alhures chamei de figura obscena e feroz do Supereu, onde não há outra saída para a neurose de transferência senão fazer o doente sentar para lhe mostrar pela janela os aspectos risonhos da natureza dizendo-lhe: “Vá em frente. Agora você é um menino comportado” (Lacan, 1958/1998, p. 625-626).

Prática clínica, asseveramos, de interpelação de egos fortes bem comportados e adaptados ao que seus severos senhores lhe exigem. A instância interpeladora, Lacan nos indica no excerto acima: o superego. Disso decorre o esforço que empreenderemos, neste tópico, para esclarecer sua anatomia clínica. Afinal, se dizemos que a crítica da razão clínica realizada por Lacan se configura como uma crítica do cinismo, é porque tal crítica direciona-se justamente a certa (im)postura superegoica assumida pelo analista diante do analisante.

Para tanto, partamos da origem de tal conceito. Freud (1914/2010; 1923/2011) postula o conceito de superego na passagem da primeira para a segunda tópica. Como se sabe, há na elaboração freudiana o uso de três termos distintos para caracterizar essa instância psíquica, quais sejam: ego ideal, ideal do ego e superego. Contudo, as implicações teóricas de tal distinção lexical em Freud nem sempre são evidentes, de modo que por vezes tais conceitos se confundem. É com Lacan que a fronteira entre tais noções ganha contornos mais visíveis. Assim, pode-se dizer que:

[...] eu ideal designa a autoimagem idealizada do sujeito (a maneira como eu gostaria de ser, a maneira como eu gostaria que os outros me vissem); ideal do eu é a agência cujo olhar eu tento impressionar com minha imagem do eu, o grande Outro que me vigia e me impele a dar o melhor de mim, o ideal que tento seguir e realizar; e superego é essa mesma agência em seu aspecto vingativo, sádico, punitivo. O princípio estruturante subjacente a esses três termos é claramente a tríade de Lacan imaginário-simbólico-real: o eu ideal é imaginário, o que Lacan chama de o “pequeno outro”, a imagem especular idealizada de meu eu; o ideal do eu é simbólico, o ponto de minha identificação simbólica, o ponto no grande Outro a partir do qual eu observo (e julgo) a mim mesmo; o superego é real, a agência cruel e insaciável que me bombardeia com exigências impossíveis e depois zomba de minhas tentativas canhestras de satisfazê-las (Zizek, 2010, p. 99-100).

Se nossa pretensão é demonstrar a estrutura clínica do superego, faz-se necessário testar tal hipótese a partir dos três termos conceituais definidos acima. O interessante é que, no que se refere aos dois primeiros, o que vemos é basicamente o que trabalhamos até aqui: o ego ideal não é nada menos do que o ego interpelado, ego identificado com o analista, em

suma, a própria idealização do fim de análise para os norte-americanos. Ora, o ideal do ego, por sua vez, é o agente interpelador, isto é, o analista, uma espécie sujeito suposto ego forte.

Aqui vemos de maneira bastante clara o lugar de passividade que é imposto ao analisante que, ao tentar se encaixar no enquadre imaginário do ego ideal, é completamente determinado pelos ditames do ideal do ego (analista). Basicamente a situação ilustrada na frase irônica de Lacan com que começamos este tópico, pois, ao fim da análise, o analisante só estará “bem” se estiver à imagem e semelhança do que é estar bem para o analista – assim como só será considerado saudável se estiver bem adaptado ao lugar social que lhe é imposto. É como no paradoxo da “liberdade da escolha forçada” em que o analisante-interpelado pode escolher livremente o inevitável: “Nisso reside o ato ideológico de reconhecimento, no qual me reconheço como o ‘sempre-já em que sou interpelado como tal: ao reconhecer-me como ‘x’, assumo/escolho livremente o fato de que sempre já fui ‘x’” (Zizek, 2016, p. 39). Daí que a própria subjetivação egoica seja inerentemente ideológica, processo em que o analisante acaba por recair no já comentado engodo de, ao fortalecer seu ego, considerar-se autônomo.

Resta, portanto, falar do terceiro termo, o superego cruel e insensato. E, com ele, a anatomia cínica desse conceito se completa. Afinal, se o cinismo já é em si perceptível na ideia de o analista-interpelador se portando como uma espécie de Outro consistente e absoluto – haja vista o caráter fantasmático de tal postura em se tratando de sujeitos fal(t)antes –, quando se desvela a estrutura dual do superego, seu caráter cínico se expressa de maneira ainda mais evidente.

Do que se trata quando falamos de tal estrutura dual? Basicamente do que nos diz Lacan (1963/1998), ao afirmar que a verdade de Kant está em Sade e vice-versa. A filosofia moral categórica presente em *Crítica da razão prática* (1788/2016) é complementada pela literatura “perversa” de *A filosofia na alcova* (1795/2008), de modo que, apesar de aparentemente contrárias, ambas possuem uma mesma lógica imperativa. Daí a dualidade do superego, pois marcada por uma moralidade restrita (ideal do ego, instância simbólica) dotada e sustentada, porém, por um suplemento obsceno (superego, instância real). Por isso mesmo, uma estrutura cínica. Como nos diz Lacan em seu primeiro seminário público:

O supereu é um imperativo. Como indicam o bom senso e o uso que se faz dele, é coerente com o registro e com a noção da lei [...] Por outro lado, é preciso acentuar também, e ao contrário, o seu caráter insensato, cego, de puro imperativo, de simples tirania. Em que direção podemos nós fazer a síntese dessas noções? O supereu tem uma relação com a lei, e ao mesmo tempo, é uma lei insensata, que chega até a ser o desconhecimento da lei. [...] O supereu é, a um só tempo, a lei e a sua destruição. Nisso, ele é a palavra mesma, o comando da lei, na medida em que dela não resta mais do que a raiz (Lacan, 1953-1954/2009, p. 140).

Coisa que já se entrevê em Freud (1930/2011) quando ele afirma que, paradoxalmente, quanto maior for a submissão às exigências do superego, maior é o sentimento de culpa daí decorrente— o que não deixa de ser a manifestação de um superego ambíguo que ao mesmo tempo exige e goza das tentativas do sujeito de acatar suas exigências. Assim, podemos dizer que aqui se confirma o que falamos no início deste ensaio, que o cerne das análises sobre o cinismo de Safatle (2008) e Zizek (1992) está, de alguma maneira, presente em Jacques Lacan. Pois vemos, como abordagem comum a ambos os filósofos no que se refere ao cinismo, a percepção da estrutura dual de nosso sistema de controle e reprodução social, composto por um sistema de normas explícito (a lei) sustentado por um sistema de normas tácito (sua transgressão imanente) — como se houvesse uma inadequação sempre-já existente, constitutiva por assim dizer, entre o enunciado ideológico e a situação de enunciação que estrutura as relações de poder. Ora, não se trata justamente disso no que tange à teoria freudolacanianiana do superego?

Nesse ponto se evidencia uma diferença crucial entre os filósofos. De um lado vemos Safatle (2008; 2018) afirmar que a internalização da estratégia da crítica pela ideologia dominante produziu uma atitude de autoironização que teria levado a crítica à falência, visto que a mera explicitação dos antagonismos mascarados pela postura cínica não levaria necessariamente à transformação, mas a um modo bastante peculiar de estabilidade em meio à anomia. A explicitação da contradição, nesse caso, não faria mais do que a própria estrutura cínica de nossa sociedade já o faz: “[...] o poder não teme a crítica que desvela o mecanismo ideológico [...] porque aprendeu a rir de si mesmo” (Safatle, 2008, p. 69). Diante

disso, a própria possibilidade de uma crítica dependeria de um recurso a mais, ligado ao que o filósofo chama de destituição dos afetos que fundam os vínculos sociais.

Zizek (1992; 2010; 2017), por outro lado, percebe que as relações de poder se edificam na coexistência da lei e sua destruição que, nesse caso, mais a sustenta do que a transgride de fato. Porém ele acredita que uma forma de crítica de tal estrutura social e política ainda passa pela explicitação da contradição entre essas duas dimensões do poder, no acolhimento do antagonismo, de modo a desmascarar a inconsistência do grande Outro⁷ com vistas à transformação social. Nesse sentido, apesar de o poder se sustentar em sua própria contradição imanente, essa mesma contradição ainda se apresenta como possibilidade de crítica: “O objetivo da ‘crítica da ideologia’, da análise de um edifício ideológico, é extrair esse núcleo sintomático que o texto ideológico, público e oficial renega, mas do qual também precisa para que funcione sem perturbações” (Zizek, 2017, p. 284)⁸.

Aqui, reencontramos a nossa afirmação inicial de que Lacan teria produzido uma crítica da ideologia cínica, ainda que sem saber. E para entender isso vale lembrar – como, aliás, já demonstraram Zizek (1992) e Safatle (2008) – que a transição da ideologia clássica de outrora para a ideologia cínica dos nossos tempos pós-modernos se ilustra na passagem da fórmula de Marx (1867/2019), *eles não sabem o que fazem, mas o fazem*, enquanto expressão do desconhecimento ingênuo da própria alienação; para a fórmula de Sloterdijk (1983/2012), *eles sabem muito bem o que fazem, mas mesmo assim o fazem*, enquanto manifestação de uma espécie de falsa consciência esclarecida.

O que devemos deter disso é que, com tal transformação, já não basta para a crítica realizar isso que Zizek (1992) chamou de *leitura sintomal* da ideologia, em que o crítico esclarecido demonstra a série de fatores que sobredeterminam o fenômeno ideológico em questão, possibilitando ao sujeito se desalienar através de um confronto com as lacunas que o impedem de ter uma percepção do todo que sobredetermina sua posição ideológica. Afinal, não se trata mais de uma simples alienação ingênua solucionável através de um processo de conscientização. Para uma crítica desse tipo, bastaria a teoria althusseriana da ideologia que desvela

justamente os mecanismos estruturais envolvidos na sobredeterminação de um sujeito por um Aparelho Ideológico de Estado.

Mas é justamente nesse ponto que Zizek avançou em relação a Althusser. E para isso ele recorreu a Lacan, que astutamente já havia revelado que para além do desconhecimento mais superficial do sujeito sobre os mecanismos inconscientes que sobredeterminam seu sintoma – situação já abarcada pela falsa consciência esclarecida –, há o desconhecimento muito mais radical da fantasia que estabelece as coordenadas do Outro enquanto representante da lei (ideal do ego) e do gozo obsceno que a sustenta (superego).

Assim, se no tópico anterior mostramos que a crítica lacaniana à psicologia do ego se configurou como uma crítica da interpelação ideológica engendrada pela terapêutica americana – isto é, como um primeiro passo da crítica da ideologia –, a travessia da fantasia, por sua vez, apresenta-se como segundo passo necessário, como um para além da leitura sintomal: horizonte final tanto da psicanálise, quanto da análise da ideologia.

SUJEITO, DESEJO E ÉTICA: A CLÍNICA PSICANALÍTICA COMO CRÍTICA SOCIAL

O sujeito enfim em questão. Tal assertiva é mais do que simplesmente um título de seção dos *Escritos* de Jacques Lacan, mas como que um saldo decorrente de sua própria intervenção na psicanálise. Isso porque, se Lacan até o momento de sua morte se dizia freudiano, é evidente que seu retorno a Freud não se reduz a mera exegese fiel da obra do fundador da psicanálise. Sem o psicanalista parisiense, dificilmente leríamos no célebre axioma freudiano, *Wo Es war, soll Ich werden*, a evidência de um sujeito advindo do inconsciente. Foi preciso ler Freud de um modo peculiar para não recair nos limites fenomenológicos de um sujeito psicológico tal qual o ego (*moi*), cuja meta seria vencer a batalha contra o id – como se deduz, inclusive, da tradução brasileira: “Onde era Id, há de ser Eu” (Freud, 1933/2010, p. 223). Foi preciso ler Freud de um modo peculiar para pôr o sujeito do inconsciente [*je*] em questão.

Todavia, como já demonstrado em outro lugar (Fonseca, 2018), pôr o *sujeito* em questão implica outras duas categorias conceituais que a ele se

associam, a saber: o *desejo* e a *ética*. Afinal, a expressão genuína do sujeito exige que ele assuma e sustente seu desejo, o que para Lacan (1959-1960/2008) se configurava como um verdadeiro imperativo ético: “Não cedas em seu desejo!” Nossa tese é a de que essas três categorias indissociáveis, que a princípio estariam ligadas ao campo clínico, possuem um notável alcance político e potencial crítico. Em síntese, acreditamos que elas decorrem em três tarefas fundamentais que compõem uma espécie de protocolo básico que faz da clínica psicanalítica uma forma de crítica social.

(1) *A clínica como uma forma de laço social que leva em conta a subjetividade*: e que, nesse sentido, implica que o analista aceite encarnar o lugar de dejetivo, de um des-ser necessário à expressão do *sujeito* enquanto um para-além da estrutura imaginária, ideológica e identitária do ego, tão dependente de uma alteridade consistente. (2) *A clínica como travessia da fantasia individual e social*: que se apresenta como uma operação necessária à emancipação subjetiva (Lacan) e política (Zizek), pois implica no acolhimento do antagonismo, isto é, na assunção de que o Outro é inconsistente pois desejanter (e não uma instância absoluta capaz de atender todas as suas demandas), o que possibilita ao sujeito defrontar-se com o seu próprio *desejo*. (3) *A clínica como compromisso ético-político com a emancipação*: que, pautada em uma ética do real, preza pela autonomia do sujeito, permitindo-lhe desejar a despeito dos imperativos superegoicos advindos do Outro enquanto campo moral e normativo (Fonseca, 2018).

O interessante é que tais tarefas político-clínicas vão respectivamente de encontro a três pontos fundamentais nos quais a crítica da razão clínica realizada por Lacan (1958/1998; 1959-1960/2008) incide: (1) *a busca irrestrita de fortalecimento do ego*, (2) *a fantasia de que o analista tem o poder de atender a demanda de felicidade do analisante* e (3) *o processo analítico reduzido a uma tapeação moralizante*. Desse modo, é como se as referidas categorias conceituais que dão sustentação à clínica lacaniana se apresentassem como forte contraponto a outros três constructos que, por outro lado, devem ser ultrapassados no processo analítico: sujeito *versus* ego, desejo *versus* demanda e ética *versus* moral.

Três embates que talvez possam ser sintetizados em um: transferência *versus* sugestão. Afinal, este é, talvez, um dos mais importantes diagnósticos de Lacan (1958/1998) no que se refere à psicologia do ego: sua terapêutica

recai, inevitavelmente, na sugestão (que denota justamente os princípios do *poder* no tratamento, em que há a identificação do analista com o lugar de *saber* que lhe é suposto).

Não espanta, já que as três imposturas combatidas levam à sugestão. Seja porque o fortalecimento do ego é tributário, como demonstramos, de um processo homólogo ao que ocorre na relação entre o líder e a massa porque, como há muito demonstrou Freud (1921/2011), remete à relação do hipnotizador com o hipnotizado. Seja porque, como atenta Lacan (1958/1998), ignorar o desejo e se ater à demanda leva à situação paradoxal de, por fim, as demandas do próprio analista dirigirem não só o tratamento, como o paciente (lembramos do “modelo de bem” imposto ao analisante). Ou, finalmente, porque uma análise levada a cabo por um analista-superego – que, como já mostrava Freud (1914/2010; 1923/2011; 1930/2011; 1933/2010), designa a própria origem da consciência moral – não poderia acarretar outra coisa que a submissão do sujeito aos seus imperativos.

É aqui que o bom manejo transferencial – em consonância com uma ética do desejo e, por isso mesmo, capaz de levar a transferência a sua liquidação e à destituição subjetiva daí decorrente – demonstra seu potencial político ao se apresentar, muito peculiarmente, como possibilidade de criação de relações de poder sem dominação (Safatle, 2017), isto é, como possibilidade de expressão de uma forma negativa de poder (Dunker, 2011).

Ora, nesse ponto um paradoxo fundamental da análise se faz visível: o que chamamos de um bom manejo da transferência, longe de estar ligado ao seu fortalecimento, é correlato de sua própria liquidação. Eis o que Lacan (1964/2008) chamou de engano do sujeito suposto saber, processo no qual o saber antes suposto ao analista – muito contrariamente ao que vislumbramos em psicanalistas norte-americanos, nos quais o analista como que transfere um saber ao analisante através do já comentado processo de reeducação emocional – é deposto no processo analítico.

A partir disso, o objeto causa do desejo, ainda latente no início da análise, vem a tornar-se patente através de sua disjunção do ideal do ego. Em outras palavras, o analista deixa de ocupar o lugar de um ideal para ocupar o lugar de um dejetivo, de um verdadeiro des-ser. Porém, para que

o analista aceite esse lugar de resto, é necessário que ele próprio tenha passado por uma análise e pelo que caracteriza seu término, a saber: sua própria destituição subjetiva, correlata do desvanecimento do Outro previsto na travessia da fantasia. Em suma, momento em que o sujeito abdica dos significantes advindos do grande Outro – significantes que o representavam frente a outros significantes – ao perceber que esse Outro, mostrando-se inconsistente, já não mais detém o poder de determinação de sua identidade (Quinet, 2009).

A destituição subjetiva, nesse sentido, não atenta contra a soberania do sujeito, mas, pelo contrário, desvela sua alienação ao simbólico e os efeitos imaginários daí decorrentes. Ela torna explícito o fato de o sujeito remeter, justamente, à falha real da subjetivação: “[...] o sujeito não subsiste ‘além’ de sua representação impossível, mas é como que o efeito dessa própria impossibilidade, constitui-se pelo fracasso de sua representação significativa” (Zizek, 1992, p. 77). Ao se destituir dos processos de identificação simbólica e imaginária que caracterizavam sua subjetivação, o sujeito pode apresentar-se, junto ao real do seu desejo, como um elemento irredutível de subversão. Safatle descreve isso de maneira precisa:

Há de aproximar o real do sujeito e é isso que ocorre no final de uma transferência. Quando tal segurança produzida pelo fantasma vacila, o desejo se revela como não sendo outra coisa que um des-ser. Sendo o desejo o ser do sujeito, esse ser revela aqui um des-ser. [...] *O desejo pode então se mostrar como a deriva de uma desapropriação.* Essa viragem do ser ao des-ser é própria da dessuposição do saber do analista. Ou seja, na análise, o analista passa por um des-ser, o que pressupõe uma angústia e dejeção, e o analisando passa por uma destituição subjetiva, o que pressupõe certo desamparo (Safatle, 2017, p. 215; grifos do autor).

É esse cenário de liquidação da transferência que dá ensejo para o que Lacan chamou de *ato analítico*, uma operação puramente negativa de “instauração destituente” que modifica a própria estrutura de saber e poder que, como vimos, caracteriza a transferência. Afinal, a própria inscrição do sujeito no real, através dos processos de destituição subjetiva e de travessia da fantasia, implica na possibilidade de produção de um ato que leva ao colapso da ordem simbólica, afinal trata-se justamente da matriz de

subjetivação cujas coordenadas se encontram na fantasia. É nessa dimensão que o ato analítico nos leva a pensar a própria noção política de revolução no que ela pode ter de mais profícuo: como um ato capaz de ir além de sua submissão a uma dinâmica de restauração, visto que ele se localiza na própria liquidação da estrutura de alienação anterior (Safatle, 2017).

A IDEOLOGIA CÍNICA *IN TERRA BRASILIS*: UMA BREVÍSSIMA ILUSTRAÇÃO

Assistimos hoje ao crescimento vertiginoso do conservadorismo no Brasil, cujo resultado preliminar é a ascensão de um governo de extrema-direita ao poder. Ora, diante do exposto até aqui, talvez nos seja possível afirmar que um ambiente conservador apresenta-se como solo fértil ao florescimento do cinismo. Ou, inversamente, que um ambiente cínico configura-se como solo fértil ao florescimento do conservadorismo. Tanto faz.

O que importa é que a versão brasileira do conservadorismo cínico parece, parafraseando Safatle (2012) às avessas, não temer dizer seu nome⁹. Desse modo, acreditamos que não gera espanto afirmar que o chamado “bolsonarismo” seria a expressão fundamental do paradoxo brasileiro do “liberal na economia e conservador nos costumes”. Afinal, os “bolsonaristas” – pelo menos os mais convictos – assumem isso de bom grado.

Tendo isso em conta, não parece exagero afirmar que tal bolsonarismo parece ser a realização máxima da ideologia cínica no Brasil, cuja estrutura superegoica dual é bastante transparente. Um discurso com a capacidade de aliar, por exemplo: o ultranacionalismo com uma política externa colonialista; a alegada filiação aos aparelhos militares do Estado enquanto representantes da ordem legal com a simpatia diante de organizações paramilitares ilegais tais como as milícias; o cristianismo moralizante dos neopentecostais com a apologia à tortura digna dos porões da ditadura militar.

Interessante, ainda, é o que se apresenta como uma das reações típicas do referido bolsonarismo à crítica que busca revelar o caráter contraditório de sua posição ideológica, qual seja: responder com um esclarecido distanciamento cínico de tal posição, em que o sujeito como que afirma ter bastante clareza da contradição imanente ao seu enunciado ideológico, *mas mesmo assim...* Isso quando a resposta não é um riso

irônico, em que ao mesmo tempo em que se zomba do crítico alegando que ele está fazendo uma interpretação ao pé-da-letra (o chamado “mi-mi-mi”), o sujeito demonstra não levar a sério o seu próprio posicionamento ideológico com um efetivo *rir de si mesmo*.

Contudo, questão que corrobora o nosso diagnóstico de que se trata de uma ideologia cínica, é bastante evidente que o bolsonarismo, apesar de se sustentar nessa postura de uma falsa consciência esclarecida, ignora o pano de fundo fantasmático que estrutura sua própria posição no interior do edifício simbólico, de modo que, se não fosse pela impossibilidade cronológica (que tampouco é uma impossibilidade lógica), seríamos tentados a crer que Zizek estaria fazendo uma leitura de nosso atual contexto político no seguinte comentário:

[...] o distanciamento cínico e a plena confiança na fantasia são estritamente codependentes: hoje, o sujeito típico é aquele que, enquanto demonstra uma desconfiança cínica de qualquer ideologia pública, envolve-se sem nenhum limite em fantasias paranoicas sobre conspirações, ameaças e formas excessivas do gozo do Outro (Zizek, 2017, p. 295).

Afinal, não se trata justamente de uma fantasia paranoica quando assistimos a uma situação em que toda e qualquer figura de oposição recebe rapidamente a terrível alcunha de “comunista” (insígnia fundamental do grande Outro ameaçador no campo político)? Ao que tudo indica, o “espectro do comunismo”, a que ironicamente faziam referência Marx e Engels (1848/2011)¹⁰ ainda no século XIX, não morreu com a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. Como um verdadeiro *fantasma*.

Para completar nossa brevíssima ilustração, é interessante perceber que o conservadorismo cínico da contemporaneidade brasileira reúne, ainda, as três imposturas tematizadas no tópico anterior: (1) *a busca irrestrita de fortalecimento do ego*: fruto de uma política econômica cujo neoliberalismo ostensivo não se sustentaria sem um apelo ao individualismo, acompanhado da queda de qualquer perspectiva de solidariedade social; (2) *a fantasia de um grande Outro capaz de atender qualquer demanda de felicidade*: fascínio ideológico tão peculiar às figuras populistas; e (3) *um largo processo de tapeação moralizante característico das políticas atravessadas pelo serviço dos bens*¹¹: que vai desde a centralidade dos bens de consumo como ideal de

gozo até a perigosa ilusão de existência de um Bem supremo ao qual os chamados “cidadãos de bem” devem se submeter.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O movimento que buscamos captar neste ensaio, o de uma crítica da racionalidade clínica que acaba por coincidir com uma crítica da ideologia – movimento de uma crítica que se expande para além de seu território de origem – retoma um procedimento crítico muito mais fundamental, qual seja: a própria *crítica* como método característico da psicanálise, visto que ela se configura como uma *práxis dialética* que não se resume à complementaridade simples entre a teoria e a prática, pois designa uma relação peculiar entre elas, relação atravessada justamente pela crítica e pelo trabalho com a contradição (Dunker, 2017).

A crítica em psicanálise, portanto, é baliza das elaborações futuras (Lacan, 1958/1998), como já mostramos. Nesse sentido, ela se configura como um operador fundamental da teorização lacaniana, tão bem expresso na noção canguilheniana de *trabalho sobre um conceito*¹², que pode ser lido como uma estratégia metodológica de problematização de um conceito na busca por novas implicações teóricas que em psicanálise chamamos de “subversão” e que em epistemologia histórica é denominada de “qualificação desqualificante” (Calazans, & Neves, 2010).

Em última instância, o movimento conceitual que procuramos demonstrar neste ensaio remonta e remete à própria configuração da psicanálise como crítica da metafísica – metafísica que artificialmente sutura os “buracos” imanentes à própria política. Em outras palavras, remete e remonta à psicanálise como crítica da miragem e uma unidade consistente ou de uma harmonia universal (Dunker, 2017). Aqui, é importante perceber que a *metafísica* vem designar, em termos filosóficos, um processo de velamento das (ou de resposta às) contradições semelhante ao que se encontra na noção política de *ideologia* (o que talvez explique a velha crítica ao caráter supostamente idealista do conceito marxista) que, em todo caso, é correlato ao mecanismo psicológico da *fantasia*. Não é sem motivos, portanto, que a premissa fundamental deste ensaio seja a de que a crítica lacaniana da razão clínica possua uma inflexão político-filosófica.

Nesse caso, o sujeito do inconsciente aparece como via privilegiada, seja enquanto sujeito irreduzível à unidade imaginária e ilusória do ego, seja enquanto sujeito que antagoniza a suposta harmonia da estrutura simbólica. Daí concordarmos com Dunker de que a crítica da metafísica em Lacan tem como efeito e ponto de chegada uma ontologia interior à psicanálise¹³:

Há, portanto, uma ontologia política em Psicanálise que envolve, por exemplo, que a forma como acolhemos e tratamos, diagnosticamos, formalizamos ou descrevemos o sofrimento psíquico, tanto como discurso quanto como clínica, possui implicações políticas. Frequentemente a metafísica nada mais é do que política disfarçada de outra coisa: teologia, ciência, moral, linguística, e assim por diante. Por que a Psicanálise estaria isenta dessa contingência? [...] Dito isso, deveríamos perguntar como a Psicanálise pode participar do debate público, expandindo o universo da falta e não se deixando permanecer “tapada” na metafísica privada, própria dos condomínios de psicanalistas. Retomando a Freud: o antifilósofo não é aquele que com seu roupão rasgado vai dormir na cama quente, mas aquele que tenta deixar aberto, e por vezes iluminar, os buracos do mundo (Dunker, 2017, p. 12).

Ora, que a psicanálise possua uma ontologia e que esta seja política é coisa que tanto Zizek (2016) quanto Safatle (2006) se dedicaram a demonstrar; e que nós tentamos asseverar. O corolário fundamental disso é o de que a atitude clínica de ousar operar com a negatividade dialética de um real que faz furo – o que, aliás, se configura como a própria definição lacaniana para a *práxis da psicanálise* como “[...] uma ação realizada pelo homem, qualquer que ela seja, que o põe em condição de tratar o real pelo simbólico” (Lacan, 1964/2008, p. 14) – nos empurra para além das paredes da clínica convencional. Não se trata de fazer apologia a uma psicanálise não-clínica, mas de afirmar que desde a descoberta freudiana do mal-estar na civilização que “iluminar os buracos do mundo” apresenta-se ao psicanalista como uma espécie de compromisso ético-político. Nesse sentido, a aposta fundamental deste ensaio é a de que a psicanálise pode ir muito além do narcisismo das pequenas diferenças tão presente em nossos condomínios psicanalíticos, onde assistimos a uma versão da psicanálise enredada em um “abraço narcísico e metafísico com ela mesma” (Dunker, 2017, p. 4), como um cão que corre atrás da própria cauda.

REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1980). Freud e Lacan. In Althusser, L. [Autor], *Posições II*. Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1964-1965)
- Althusser, L. (1996). Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In Žizek, S. (Org.), *Um mapa da ideologia* (p. 105-142). Rio de Janeiro: Contraponto. (Original publicado em 1970)
- Benveniste, É. (2005). Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In Benveniste, É. [Autor], *Problemas de linguística geral I* (5ª ed.). Campinas: Pontes Editores. (Original publicado em 1956)
- Calazans, R., & Neves, T. I. (2010). Pesquisa em psicanálise: da qualificação desqualificante à subversão. *Ágora*, 13(2), 191-205.
- Deleuze, G. (2006). Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In Deleuze, G. [Autor], *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras. (Original publicado em 1972)
- Dunker, C. I. L. (2006). Aspectos históricos da psicanálise pós-freudiana. In Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Orgs.), *História da psicologia: rumos e percursos* (p. 387-411). Rio de Janeiro: Nau Ed.
- Dunker, C. I. L. (2011). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume.
- Dunker, C. I. L. (2017). A psicanálise como crítica da metafísica em Lacan. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 6(10), 1- 15.
- Eagleton, T. (1996). A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In Žizek, S. (Org.), *Um mapa da ideologia* (p. 179-226). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Fonseca, T. (2018). *Psicose e CAPS: entre a metapsicologia, a clínica e a política*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei.
- Fonseca, T. (2019). *A esquerda deve temer a ruína? Notas sobre a crise da democracia no Brasil*. Recuperado em de 08 maio de 2019 de <<https://lavrapalavra.com/2019/08/29/a-esquerda-deve-temer-a-ruina-notas-sobre-a-cri-se-da-democracia-no-brasil/>>.

- Fonseca, T. (2020). *Uma esquerda que não respira ar puro*. Recuperado em 18 mai. 2019 de <<https://lavrapalavra.com/2020/03/20/uma-esquerda-que-nao-respira-ar-puro/>>.
- Freud, A. (2006). *O ego e os mecanismos de defesa*. Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1936)
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (2010). Uma dificuldade da psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917)
- Freud, S. (2010). A dissecação da personalidade psíquica. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1933)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (2011). Resumo da psicanálise. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1924)
- Freud, S. (2011). *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras. (Original publicado em 1930)
- Hartmann, H. (1969). El psicoanálisis y el concepto de salud. In Hartmann, H. [Autor], *Ensayos sobre la psicología del yo*. México: Fondo de Cultura Económica. (Original publicado em 1939)
- Hartmann, H. (1987). *La psicología del yo y el problema de la adaptación*. Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1958)
- Hartmann, H., Kris, E., & Loewenstein, R. M. (1951). Comentarios sobre la formación de la estructura psíquica. *Revista de Psicoanálisis*, 8(2), 222-248.
- Kant, I. (2016). *Crítica da razão prática* (4ª ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1788)
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original de 1949)

- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1957)
- Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1958)
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original de 1960)
- Lacan, J. (1998). Kant com Sade. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original de 1963)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1959-1960)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1964)
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1953-1954)
- Marx, K. (2019). *O Capital – Livro I* (2ª ed.). São Paulo: Boitempo. (Original publicado em 1867).
- Marx, K., & Engels, F. (2011). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1848)
- Miller, J.-A. (1996). Ação da estrutura. In Miller, J.-A. [Autor], *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Original publicado em 1968)
- Quinet, A. (2009). *As 4 + 1 condições da análise* (12ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Sade, M. (2008). *A filosofia na alcova*. São Paulo: Iluminuras. (Original publicado em 1795)
- Safatle, V. (2006). *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora UNESP.
- Safatle, V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.
- Safatle, V. (2012). *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas.

- Safatle, V. (2017). Lacan, revolução e liquidação da transferência: a destituição subjetiva como protocolo de emancipação política. *Estudos Avançados*, 31(91), 211-227.
- Safatle, V. (2018). Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In Safatle, V., da Silva Junior, N., & Dunker, C. (Orgs.), *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico* (p. 7-31). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Sloterdijk, P. (2012). *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Editora Estação da Liberdade. (Original publicado em 1983)
- Zizek, S. (1992). *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Zizek, S. (2010). *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Zizek, S. (2016). *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo.
- Zizek, S. (2017). Revisando a crítica social “lacaniana”: a Lei e seu duplo obsceno. In Butler, R., & Stephens, S. (Orgs.), *Interrogando o real* (p. 277-297). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

NOTAS

¹ Esse raciocínio é bastante desenvolvido por Lacan em pelo menos dois escritos clássicos – “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953/1998) e “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1957/1998) – que dão inteligibilidade a sua tese de que o inconsciente freudiano é estruturado como uma linguagem. Para uma leitura linguística da modalidade de linguagem que está em jogo na psicanálise e na teorização de Freud, principalmente no que distingue o “simbolismo do inconsciente” e o “simbolismo da linguagem”, a “lógica onírica” e a “lógica de uma língua real”, remetemos o leitor a Émile Benveniste (1956/2005).

² É importante ressaltar que sempre que utilizarmos de maneira genérica a expressão “psicanalistas norte-americanos” estamos nos referindo à psicologia do ego. Consideramos importante ressaltar, pois, como demonstra Dunker (2006) de maneira detalhada, há no ambiente estadunidense um leque de tendências que perpassam a psicanálise como: os culturalistas (Karen Horney, Margaret Mead, Abram Kardiner), os psicanalistas da Costa Leste (Otto Fenichel, Erik Erikson, René Spitz), de Chicago (Bruno Bettelheim, Franz

Alexander), além da chamada psicologia do *self* (Heinz Kohut, Otto Kernberg, Margaret Mahler).

- ³ Que, a título de curiosidade, foi analista de Lacan e um dos responsáveis pela implantação do freudismo na França.
- ⁴ Atualmente assistimos à generalização de uma situação semelhante à encontrada por Lacan no interior da psicanálise, em que há uma profusão de “práticas clínicas” marcadas seja pelo ímpeto de normalização via intervenção química, tal como ocorre com uma psiquiatria contemporânea de viés farmacológico, seja por intervenções psicoterápicas voltadas para uma espécie de reestruturação subjetiva na busca de um estado psicológico mais adaptativo, como é o caso das diversas terapias de base cognitivo-comportamental; ou mesmo, no pior dos casos, por práticas dispersas cuja base teórico-epistemológica é visivelmente frágil, voltadas quase que exclusivamente para o enquadramento do sujeito em ideais sociais frequentemente mobilizados de acordo com os ditames do capital, no caso dos chamados *coachings* (que, convenhamos, não merece *status* de clínica, ainda que se infiltre como uma prática desse tipo). Diante de tal cenário, não seria exagero dizer que, no que se refere à clínica de um modo mais amplo, vivemos um momento carente de uma *crítica da racionalidade clínica* tal como a realizada por Lacan no interior da psicanálise. Um exemplo disso pode ser encontrado em Fonseca (2018), em que esse modelo de crítica – que, como dissemos, é prenhe de implicações clínicas e políticas – é aplicado a uma realidade institucional específica, a dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- ⁵ É interessante perceber que a categoria de “indivíduo” para Althusser possui o caráter de um vazio pressuposto que é preenchido justamente no processo de interpelação. Nesse sentido, a própria subjetivação e constituição de uma identidade seria, para o filósofo, fundamentalmente ideológica. Em termos lacanianos, podemos pensar na categoria de indivíduo através do conceito de significante que, ao se enlaçar a um significado, passa a representar o sujeito frente a outro significante. Como veremos, é justamente a homologia entre esses dois processos que será explorada por Žižek (1992).
- ⁶ Aqui falamos em “poder” na acepção dada por Lacan (1958/1998) ao trabalhar os princípios do poder engendrados em um processo transferencial que, se mal manejado, pode ter efeitos nocivos ao sujeito. Como demonstra Dunker em sua arqueologia e genealogia da psicanálise, a prática psicanalítica inspira uma recusa ao exercício de poder pelo analista ou, em outros termos, inspira “[...] uma forma negativa de poder; um poder nem prescritivo nem restritivo, mas apenas referido à retirada daquilo que obstrui a soberania do sujeito” (Dunker, 2011, p. 68). Tal forma negativa de poder está intimamente ligada

- à recusa, pelo analista, do saber a ele suposto na transferência, recusa que se expressa no que anteriormente trabalhamos em termos de “cobrar para não dar conselhos”. Como tentaremos demonstrar, a estrutura desse poder negativo tem o potencial de produzir uma efetiva crítica social.
- ⁷ O que não deixa de ser a posição de Lacan, que desvela o cinismo do analista ao se colocar na posição idealizada de um “Outro cujos conselhos devem ser seguidos”, mostrando o quanto tal postura cínica se sustenta numa fantasia do analisante que, como tal, deve ser atravessada no processo analítico.
- ⁸ A concepção paradoxal de uma ideologia que se sustenta na própria possibilidade de sua subversão está ligada à já comentada leitura dialética feita por Zizek desse conceito a partir do lacaniano de fantasia que, na mesma medida em que é suporte de nossa realidade simbólica, é ponto de escape desta. A crítica decorre, nesse sentido, da típica estratégia hegeliana de aposta na contradição.
- ⁹ Sobre o cenário atual no qual, na contramão do apelo de Safatle (2012), a esquerda teme dizer seu nome enquanto a direita vem ocupando justamente a função de não temer, tomamos a liberdade de remeter a Fonseca (2019; 2020).
- ¹⁰ “Qual partido de oposição não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? Qual partido de oposição, por sua vez, não lançou contra os elementos mais avançados da oposição e contra os seus adversários reacionários a pecha infamante de comunismo?” (Marx, & Engels, 1848/2011, p. 38).
- ¹¹ Termo usado por Lacan (1959-1960/2008, p. 368) para designar uma ética tradicional fundada “[...] inteiramente numa ordem certamente arrumada, ideal”, isto é, uma “[...] moral do mestre, feita para as virtudes do mestre, e vinculada a uma ordem dos poderes”. E ainda uma “[...] posição de conforto individual vinculada a essa função, certamente fundada e legítima, que podemos chamar de serviço dos bens [...] bens privados, bens da família, bens da casa, outros bens que igualmente nos solicitam, bens do ofício, da profissão, da Cidade” (Lacan, 1959-1960/2008, p. 355).
- ¹² Como explica Georges Canguilhem (1963, citado por Miller, 1968/1996, p. 10): “[...] trabalhar um conceito é fazer variar sua extensão e sua compreensão, é generalizá-lo pela incorporação de traços de exceção, exportá-lo para fora de sua região de origem, tomá-lo como um modelo ou, inversamente, buscar-lhe um modelo; em suma, conferir-lhe progressivamente, por meio de transformações regulares, a função de uma forma”.
- ¹³ Lembrando que em Lacan o ser é *ser do sujeito*, “[...] esse indeterminado de puro ser que não tem qualquer acesso à determinação, essa posição primária do inconsciente que se articula como constituído pela indeterminação do sujeito” (Lacan, 1964/2008, p. 128). Como bem observa Zizek (2016), o sujeito lacaniano é ontologizado, uma espécie de negatividade primordial que

constitui a própria ordem do ser. Por isso Safatle (2006) afirma que Lacan funda uma *ontologia da primeira pessoa* através de uma improvável articulação filosófica entre o *Dasein* heideggeriano e o sujeito hegeliano.

Recebido em 23 de maio de 2019
Aceito para publicação em 30 de maio de 2020

O (F)ATO CLÍNICO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A PESQUISA CLÍNICA EM PSICANÁLISE

*Rodrigo Traple Wieczorek**
*Carlos Henrique Kessler***
*Christian Ingo Lenz Dunker****

RESUMO

Este artigo tem origem no amplo campo da relação da psicanálise com a universidade. A partir do reconhecimento de que essa relação é marcada por impasses, mas também por potencialidades, restringimos o foco da nossa pesquisa às possibilidades de pesquisa clínica em psicanálise. Após trabalhar com textos de Freud e Lacan, fizemos um levantamento de algumas metodologias utilizadas para o registro clínico em psicanálise. Assim chegamos ao nosso enfoque na investigação, o fato clínico. Decidimos delimitá-la por sua potencialidade teórica e de formação na psicanálise. Chama a atenção a relativa escassez de publicações a esse respeito. Finalmente destacamos o modo de fazer operar a clínica com a teoria. Sublinhamos os conceitos de ato psicanalítico, ato teórico e ficção, como operadores a partir do real que é a clínica, como suportes privilegiados para forjar os conceitos. A partir da clínica, podemos

* Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

** Professor Associado do PPG em Psicanálise, Clínica e Cultura e do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo, Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Analista Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

*** Professor Livre Docente do PPG e do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Pós-Doutor pela Manchester Metropolitan University, Doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo, Analista Membro de Escola (A.M.E.) do Fórum do Campo Lacaniano.

escrever fazendo contorno no real, construir um caso e propor um fato clínico. Consideramos que são essas ferramentas teóricas que permitem que operemos no campo abstrato, trabalhando hipóteses para tocar o que é de certa forma inacessível na clínica e assim podermos colher os efeitos da psicanálise, viabilizando por essa via a pesquisa no campo.

Palavras-chave: psicanálise; clínica; metodologia; pesquisa clínica.

THE CLINICAL (F)ACT AS A METHODOLOGICAL TOOL FOR CLINICAL RESEARCH IN PSYCHOANALYSIS

ABSTRACT

This article originates in the broad field of the relationship of psychoanalysis with the university. From the recognition that this relationship is marked by impasses, but also by potentialities, we narrow the focus of our research to the possibilities of clinical research in psychoanalysis. After working with texts by Freud and Lacan, we surveyed some methodologies used for the clinical record in psychoanalysis. Thus we come to our focus on research, the clinical fact. We decided to delimit it by its theoretical potential and formation in psychoanalysis. The relative scarcity of publications in this regard draws attention. Finally we highlight how to operate the clinic with theory. We underline how the concepts of psychoanalytic act, theoretical act and fiction, as operators from the real derived from the clinic, as privileged supports to forge the concepts. From the clinic, we can write around the real, build a case and propose a clinical fact. We consider that it is these theoretical tools that allow us to operate in the abstract field, working hypotheses to touch what is somewhat inaccessible in the clinic and thus we can reap the effects of psychoanalysis, thereby enabling research in the field.

Keywords: psychoanalysis; clinic; methodology; clinical research.

LE (F)AIT CLINIQUE COMME OUTIL MÉTHODOLOGIQUE DE RECHERCHE CLINIQUE EN PSYCHANALYSE

RÉSUMÉ

Cet article trouve son origine dans le vaste champ de la relation de la psychanalyse avec l'université. Partant du constat que cette relation est marquée par des impasses, mais aussi par des potentialités, nous restreignons le champ de nos recherches aux possibilités de la recherche clinique en psychanalyse. Après avoir travaillé avec des textes de Freud et Lacan, nous avons étudié quelques méthodologies utilisées pour le dossier clinique en psychanalyse. Nous arrivons

ainsi à notre approche à la recherche sur le fait clinique. Nous avons décidé de le délimiter par son potentiel théorique et de la formation en psychanalyse. La rareté relative des publications à cet égard attire l'attention. Enfin, nous soulignons comment faire fonctionner la clinique avec la théorie. Nous soulignons les concepts d'acte psychanalytique et d'acte théorique et la fiction, en tant qu'opérateurs du réel propre de la clinique, comme supports privilégiés pour forger les concepts. Depuis la clinique, nous pouvons écrire autour du réel, construire un cas et proposer un fait clinique. Nous considérons que ce sont ces outils théoriques qui nous permettent d'opérer dans le domaine abstrait, travaillant des hypothèses pour toucher ce qui est en quelque sorte inaccessible en clinique et ainsi nous pouvons récolter les effets de la psychanalyse, permettant ainsi la recherche dans le domaine.

Mots-clés: psychanalyse; clinique; méthodologie; recherche clinique.

Neste trabalho pretendemos apresentar o caminho da pesquisa que desenvolvemos, que se dirigiu, como menciona o título, ao campo da pesquisa clínica em psicanálise. Nossa investigação partiu da reflexão sobre as amplas e desafiadoras relações entre psicanálise e universidade. Dois pontos se destacaram de todo o percurso de uma revisão bibliográfica preliminar. Primeiro, a querela do lugar da psicanálise na universidade e sua difícil definição. Essa definição vai desde a sua delimitação como área do conhecimento, seu lugar na ciência até o lugar que ocupa nos programas de pós-graduação no Brasil. Segundo, a dificuldade de definição da metodologia de pesquisa em psicanálise, pois levamos em consideração que não se resume a somente uma. Um exemplo disso são as diferentes metodologias de pesquisa clínica em psicanálise que encontramos e apresentaremos a seguir. E, ainda, a falta de exposição da metodologia nas pesquisas em psicanálise (Fonteles, 2015) e a ênfase dada aos ensinamentos teóricos nas instituições de psicanálise (Dumézil, 2010). Os dois pontos que decantaram desse trabalho prévio esboçaram o caminho da pesquisa de forma retroativa: inicialmente nossa pergunta era sobre a possibilidade de ensino ou até uma transmissão da psicanálise na universidade. Desse ponto, passamos a questionar se não seria justamente através das pesquisas realizadas que se daria essa possibilidade.

Empreendemos, dessa forma, uma investigação sobre as metodologias de pesquisa clínica em psicanálise. Para isso, primeiro buscamos entender

como Freud e Lacan lidaram com a questão da publicação dos casos clínicos. A partir daí, identificamos algumas metodologias orientadas pelos textos freudianos e lacanianos, como a construção do caso clínico em Fédida (1992) e em Viganò (2010), a escrita do caso em Rickes (2003a, 2003b, 2005), o traço do caso em Dumézil (2010) e por fim o fato clínico (Hoppe, 2000; Thibierge, Hoffmann, & Douville, 2004; Czermak, 2004, 2007a, 2007b; LoBianco e Sá, 2006; Assoun, 2007; Santurenne, 2008; Poli, 2008; Kessler, 2009; Bernardino, 2010), ferramenta metodológica escolhida para delimitar a pesquisa e avançar na discussão.

Nosso objetivo nessa investigação foi aprofundar a discussão sobre os impasses e as dificuldades da pesquisa clínica, da aproximação do material clínico com a direção do tratamento e na sequência a viabilidade de demonstração dos efeitos da psicanálise na clínica. Buscamos também avançar no debate sobre o fato clínico como metodologia de pesquisa apresentada no campo acadêmico na década de 2000, mas que atualmente aparece raramente nas publicações acadêmicas no campo da psicanálise. Em nosso percurso acessamos as publicações fundadoras e atuais dessa metodologia, buscando realizar uma costura com os conceitos de ato analítico trabalhado no seminário de Lacan (1967-1968/2001) e de ato teórico de Lacôte (1998).

ESCRITA DA CLÍNICA EM FREUD E LACAN

A problematização desse tema já estava presente nos textos fundamentais da psicanálise. Freud (1912/2017) marca uma diferença na escrita de um caso de análise e de psiquiatria, indicando que a tomada de notas em busca de uma precisão não é de grande proveito para o analista e nem para os leitores, pois nunca noticiaria o que se passa em uma análise. Sua prática e sua recomendação é a de redigir o caso ou anotações sobre o caso a partir da memória. A relação entre verdade, ficção e interpretação entra em jogo, a fronteira entre a ciência psiquiátrica e a literatura já havia sido ultrapassada, e Freud se inscreve nessa tradição, em que já se encontravam Pinel e Esquirol por exemplo. Mesmo tomando essa tradição, segundo Porge (2009) e Teixeira (2005), Freud entrecruza os campos do romance e da ciência com um estilo próprio. Um exemplo

paradigmático é o caso Schreber ser incluído entre os cinco grandes relatos clínicos publicados, diferente dos outros estudos que Freud realizou através de obras literárias¹ com valor para o raciocínio clínico.

Destacamos o endereçamento que Freud faz ao leitor antes de apresentar os casos, ou nas considerações finais após o relato destes. Nesse endereçamento, adverte o leitor de possíveis críticas que este venha a ter sobre o material apresentado, manifesta as limitações do escrito e os argumentos que justificam sua publicação. Parte desse modo de escrita está exposto nos diversos casos publicados. Na publicação do caso Dora (1905/2016) e no caso Homem dos Ratos (1909/2013), Freud comenta sobre o embaraço em compartilhar o produto das investigações clínicas e suas limitações sem que os seus pares possam verificá-las. Também entende que algumas críticas dos céticos são decorrentes da não inclusão desses leitores no discurso da psicanálise. Encontra uma saída para esse impasse, por exemplo quando apresenta o caso Pequeno Hans (1909/2015) e remete o leitor aos “Três ensaios de uma teoria da sexualidade”, argumentando que o leitor instruído na psicanálise tirará maior proveito do estudo do caso. Esse argumento pode justificar uma tendência de escrever e apresentar casos para o público já participante do discurso psicanalítico, o que se encontra também de maneira explícita no texto “Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico”:

Aliás, fizemos a experiência de que o leitor, se ele quiser acreditar no analista, também lhe dará crédito pelo pouco trabalho que dedicou a seu material; mas se ele não quiser levar a sério nem a análise nem o analista, ele ignorará os registros acurados do tratamento. Não parece ser esse o caminho para resolver a falta de evidências encontrada nas apresentações psicanalíticas (Freud, 1912/2017, p. 97).

Finalmente, no relato do Homem dos Lobos, Freud parece condensar esses argumentos e expor o que esperava de um caso clínico:

Não posso escrever a história de meu paciente em termos puramente históricos nem puramente pragmáticos. Não posso oferecer uma história do tratamento nem da doença; vejo-me obrigado a combinar os dois modos de apresentação. Sabe-se que ainda não se achou um meio de transmitir no relato da análise, de alguma forma que seja, a convicção que dela resulta. Protocolos exaustivos do que acontece nas sessões de

análise não serviriam para nada, certamente; e a técnica do tratamento já exclui sua confecção. Logo, análises como esta não são publicadas para despertar convicção nos que até agora exibiram descaso ou descrença. Esperamos apenas transmitir algo de novo aos pesquisadores que já adquiriram convicções por experiência própria com os doentes (Freud, 1918/2010, p. 20-21).

Apesar dessa dedicação no convencimento do leitor, é fundamental notar que os casos publicados por Freud, mesmo não tendo sido considerados eficazes, no sentido clínico, foram de grande valor para avançar na fundamentação da psicanálise. Na conferência introdutória intitulada “Terapia analítica”, Freud (1917/2010) comenta a crítica sobre a publicação de casos de análise que não foram “bem-sucedidos”. Entende que, mesmo que se encoraje a escrita com objetivo de compilação estatística dos casos ditos “bem-sucedidos”, é impraticável equivaler mais de um caso.

Lembrei que uma estatística não tem valor quando os itens nela reunidos não são suficientemente homogêneos, e os casos de neurose tratados não eram, de fato equivalentes em variados aspectos. Além disso, o período que podia ser abarcado era demasiado breve para se avaliar a durabilidade da cura, e muitos casos não podiam ser relatados (Freud, 1917/2010, p. 611).

Demonstra assim não ser por desconhecimento que a psicanálise não seguiria os ditames das pesquisas ditas objetivas.

Freud (1933/2010b) retoma esse tema em suas novas conferências introdutórias, lembrando ao leitor que uma das críticas feitas à psicanálise baseava-se na falta de apresentação estatística dos êxitos terapêuticos. Dessa vez indicando a leitura do relatório referente aos dez anos de atividade do Instituto Psicanalítico de Berlim (Colonomos et. al, 1985). Todavia, segue com sua posição pouco otimista em relação aos dados estatísticos. Assim comenta o relatório: “Os sucessos terapêuticos não dão motivo nem para gabar-se, nem para envergonhar-se. Mas as estatísticas não são instrutivas, o material trabalhado é tão heterogêneo que apenas números muito grandes diriam algo. É melhor indagar as próprias experiências individuais” (Freud, 1933/2010b, p. 315). Freud acrescenta que parte dos insucessos se devia às limitações da psicanálise com o tratamento de estados narcísicos e psicóticos. Então, se excluíssemos de antemão tais casos, a psicanálise poderia apresentar estatísticas mais satisfatórias sobre

sua eficácia terapêutica. Mas essa solução seria uma prática insustentável. Freud (1933/2010) conclui que, para além das dificuldades em definir um diagnóstico, não é possível ter com segurança esses critérios através das queixas iniciais quando o paciente solicita uma análise.

Segundo Porge (2009), a antecipação do ceticismo dos leitores faria parte da estratégia de convencimento de Freud. Essa condução do leitor seria encontrada também na condução dos pacientes, céticos quanto ao conteúdo recalcado em suas falas. “Ele associa e faz com que seus pacientes já participem, durante a análise, da edificação da nova ciência. A utilização dos relatos de caso com fins demonstrativos torna-a muito mais compreensível” (Porge, 2009, p. 51). Assim também Dunker (2011) mostra que, ao embarcarmos no argumento do leitor advertido, deixamos de lado todas as propriedades (táticas formais, temática, estratégia de composição, gênero) da escrita de um caso clínico. Entende que Freud passa a ideia de que o caso clínico faz parte de um sistema de transmissão em que se mantém e organiza a boa vontade dos participantes do sistema. Não é por acaso que Freud recomenda a leitura da “Interpretação dos sonhos” como chave de compreensão do caso Dora e os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” para a inclusão do leitor no discurso psicanalítico sobre a sexualidade infantil, para a leitura do caso Pequeno Hans.

Freud a princípio apresenta uma disjunção entre o relato do caso e as considerações teóricas que servem para a interpretação. Mas Porge (2009) alerta que essa intenção de Freud não consegue separar esses componentes, eles estão implicados. A seleção do que será relatado e o que é julgado pelo autor como irrelevante para ser exposto – pelo menos em um primeiro momento – está relacionado com a teoria em um pano de fundo. No entendimento de Porge (2009), Freud realiza o trabalho de escrever um caso de sua clínica pelo seu desejo de transmitir um saber inédito. Com a intenção de convencer os destinatários de seu escrito, “recorre a uma retórica, a uma arte da persuasão e, portanto, a procedimentos literários” (Porge, 2009, p. 50).

Freud inclui-se no relato de seus casos clínicos. Para Assoun (1996), o modelo científico que Freud inaugura exerce uma relação de tensão entre o real da clínica e a teoria metapsicológica. Assim, o relato literal do caso, do que foi produzido, não basta por si só e seu acúmulo não garante à

teoria sua veracidade ou uma generalização. O exemplo coloca em tensão a teoria que, por sua vez, já de certa forma ficcionaliza o material clínico em sua teia discursiva. Logo, vemos que os casos que Freud publicou têm não só a função de demonstrar efeitos do processo analítico como também de fazer avançar a elaboração metapsicológica. Freud está como participante dos acontecimentos que estão sendo relatados, mostrando ao leitor suas estratégias de condução do caso e os efeitos que não são antecipáveis. Mas também está incluído como o narrador que avança, interrompe e retorna no tempo, já advertido da relevância dos acontecimentos que são desejáveis de serem passados para o leitor. Essa observação da inclusão do narrador e da seleção de apresentação de dados relevantes converge com a argumentação de Dunker (2011) sobre o paradigma do romance policial em Freud, no qual se encontram os recursos do narrador onisciente e do *flashback*. Essa é a saída de Freud diante do impossível de se pôr o caso na íntegra em uma escrita. “A lição que se pode tirar de Freud é que um bom romance faz mais pela transmissão da clínica que muitas vinhetas pretensamente realistas” (Porge, 2009, p. 35). A tentativa de uma reprodução total da análise sem o trabalho de construção que inclui o narrador na escrita levaria a uma exaustão e poucos efeitos no leitor.

Podemos observar que, mesmo que extensos, os casos clínicos de Freud não ofereciam excesso de informações e detalhes sobre a vida dos pacientes. Laurent (2003) entende que esse movimento é o que aponta para as mudanças que ocorreriam na escrita do caso: “A unidade do relato de caso não era mais o destino de um sujeito, mas o fato memorável, transmissível, extraído de uma sessão. A forma curta iria prevalecer” (Laurent, 2003, p. 71). Destaca-se a seleção de cenas e detalhes e seu cerceamento pelas hipóteses de Freud, pelas menos improváveis e pelas mais admissíveis. Dunker et al. (2002) realça a força do fragmento na interpretação do caso clínico por Freud, aspecto presente no caso Dora no qual são selecionados determinados elementos na construção do caso. Na interpretação de Assoun (1996), Freud escreve e torna transmissíveis os seus casos clínicos de maneira que é possível refazer a sua construção do caso sob um outro vértice e assim produzir uma nova leitura do caso e da metapsicologia. “Freud oferece, em outras palavras, um modo de transmissão que permite igualmente colocá-lo às vezes em contradição com seu próprio sistema interpretativo”

(Assoun, 1996, p. 52). Observamos essa possibilidade especialmente na releitura dos casos freudianos que Lacan realizou.

Já Lacan não se detém na publicação de casos, mas ao reler os casos freudianos e de outros psicanalistas estabelece novas proposições para conceitos da psicanálise e estruturas de sua psicopatologia. A escolha de Lacan por falar de casos já publicados ou de obras da literatura tornava possível que todos tivessem acesso ao mesmo material que ele para realizar a construção do caso. Entretanto, Dunker (2011, p. 574) entende que a ausência da escrita dos seus casos de análise seria motivada pelo “fato de que ele tenha colocado, mais que qualquer outro, o problema de como, e em que termos, seria possível transmitir a experiência da análise em uma forma *própria da análise*”.

Dunker (2011) diferencia a escrita de Freud, uma escrita funcional do caso, da escrita de Lacan, uma escrita estrutural do caso. Assim Lacan, com a abordagem estrutural, propõe que o caso seja abordado por uma redução aos seus elementos lógicos e suas relações. Com essa proposta diminui-se a referência à identidade do paciente e o propósito de expor o caráter pragmático da abordagem terapêutica. O conto e o mito são as balizas de estratégia literária para a apresentação de um caso nessa perspectiva. Lacan (1953/1998) adverte que o acúmulo de fatos não traz uma solução, mas um fato bem relatado com todas as suas correlações. Laurent (2003) analisa que o privilégio da formalização do sintoma e da história que o sujeito é convocado a contar em detrimento das descrições exaustivas do caso é o movimento de Lacan quando considera o inconsciente como lógico. Priorizava-se a singularidade em relação à estrutura clínica. Localizamos essas formalizações nas estruturas clínicas, no grafo do desejo na teoria matemática dos nós, bem como no conceito de *sinthoma*.

Assim, a releitura de Lacan dos casos freudianos é realizada pelo método estrutural, no qual não se trata mais de extensivamente detalhar os caminhos da experiência de análise. O caso é colocado sobre uma série de inversões dialéticas:

Trata-se de uma escansão das estruturas em que, para o sujeito, a verdade se transmuta, e que não tocam apenas em sua compreensão das coisas, mas em sua própria posição como sujeito da qual seus “objetos” são função. Isto é, o conceito da exposição é idêntico ao progresso do sujeito, isto é, à realidade da análise (Lacan, 1951/1998, p.217).

Toma-se a leitura da estrutura como uma referência para a teoria. “Ou seja, as estruturas formalizadas em um caso são, por definição, coletivas e neste sentido anônimas” (Dunker, 2011, p. 571). Para isso estabelecem-se reduções aos elementos estruturais do caso, chegando-se a relações lógicas mínimas. Dessa forma, explicita Dunker (2011), a eficácia terapêutica perde o lugar de destaque que havia em Freud, em detrimento da apresentação dos elementos que se repetem dentro da lógica interna da teoria.

No texto “Intervenção sobre a transferência” Lacan afirma: “Quanto à experiência psicanalítica, devemos compreender que ela se desenrola inteiramente nessa relação de sujeito a sujeito, expressando com isso preservar uma dimensão irreduzível a qualquer psicologia considerada como uma objetivação de certas propriedades do indivíduo” (Lacan, 1951/1998, p. 215). A própria dimensão da transferência impede a categorização dos casos e generalização das intervenções sobre determinados sintomas. Essa noção reforça que a experiência psicanalítica se dá na relação de sujeito a sujeito, diferenciando-se de uma psicologia que produz a objetivação das características do indivíduo. “Em síntese, a psicanálise é uma experiência dialética, e essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência” (Lacan, 1951/1998, p. 215).

Assim, temos que Freud trabalhou de forma extensa seus casos, aderindo a uma tradição de incluir a ficção literária e seus recursos para sua escrita, não deixando de fazer questionamentos sobre a função dessa escrita e seus limites. Publica os seus cinco grandes casos até 1918. Após, publica em 1920 “A psicogênese de um caso de homossexualidade numa mulher” e “Uma neurose demoníaca do século XVII” em 1923, no qual trabalha um caso clínico relatado por fatos históricos (Freud, 1920/2011, Freud, 1923/2011). Já Lacan revisita os casos de Freud, recomenda sempre esse retorno e deles extrai fragmentos para atualizá-los com as questões a que se dedicava na época.

CLÍNICA E PESQUISA: FERRAMENTA DE TRANSMISSÃO?

Como demonstrar os efeitos da psicanálise? Ou ainda, como demonstrar os efeitos de uma análise, desse encontro singular entre psicanalista e analisante? Essas dificuldades, no nosso entendimento,

vão desde a demonstração da psicanálise como disciplina acadêmica que produz pesquisas até a comunicação e discussão de casos clínicos entre os pares nas instituições.

O caso clínico em psicanálise é uma ferramenta argumentativa de sua eficácia clínica. Como vimos em Freud (1912/2017), os efeitos da psicanálise só seriam demonstráveis aos que compartilham desse discurso, impondo uma primeira dificuldade. A implicação do leitor é necessária para Porge (2009) no que diz respeito à transmissão dos efeitos de uma análise através da escrita. Mas Dunker (2011) nos alerta que devemos ter cautela com o argumento da implicação do leitor, pois ao tomar esse argumento a psicanálise adere ao risco de se excluir de qualquer debate no campo das ciências. O autor expõe diferenças entre a descrição de um caso e a narrativa dele. No que diz respeito à descrição do caso, encontramos uma lógica de apresentação de sinais e sintomas ou simplesmente do que se passou na história clínica do paciente. Já a narrativa implica que o clínico assuma um lugar de enunciação naquele processo terapêutico. Ela se baseia na demonstração de uma eficácia terapêutica, serve como um caso de exemplo de sucesso, ou vários casos que dão esse exemplo e podem a partir daí fundamentar uma prática nova no campo médico. Logo, esses casos clínicos têm um valor de generalização, pois orientam as intervenções nos casos de mesmo “tipo”. Assim, seria preciso compreender qual é a finalidade da escrita de um caso e a que ela se presta.

Um outro desafio que se coloca para a psicanálise (Dunker, 2011) é relativo ao compartilhamento pelas diferentes escolas de diversos conceitos sobre a metapsicologia e a condução da clínica. Logo, há dificuldade de generalização da psicanálise como um único processo terapêutico. Mesmo que certos conceitos básicos se mantenham, não poderíamos equivaler todos os processos. Ainda, outra questão a que devemos atenção concerne à impossibilidade de que uma prática clínica seja reconhecida como analítica *a priori*, só é possível reconhecer a partir dos efeitos que são possíveis de recolher (Figueiredo, Nobre, & Vieira, 2001). Nesse campo de debate, Laurent (2003) entende que o principal método de compartilhamento do que é a clínica psicanalítica que se pratica nas instituições é o caso clínico, mas que diante da ciência e do método estatístico, o caso, que é sempre único, perde valor. O autor

argumenta que a psicanálise não é uma ciência exata, pois se fosse não seria possível ou necessário retirar aprendizado dos escritos freudianos. Observemos que até os dias atuais se produzem pesquisas sobre os casos publicados por Freud. Eles inauguram fundamentos para a clínica, mas não encerram as questões sobre a teoria, o método e a técnica.

Após trabalhar esses textos que expõem a constante dificuldade de demonstração dos efeitos da psicanálise na clínica, encontramos um recurso relevante para a pesquisa clínica na pergunta de Czermak (2007a) sobre o que seria o “fato clínico” em psicanálise. É o que iremos trabalhar no item que segue.

O FATO CLÍNICO E SUAS POTÊNCIAS METODOLÓGICAS

Iniciemos por trazer a metodologia que foi ponto de partida para o desenvolvimento do fato clínico como ferramenta de pesquisa em psicanálise. Czermak (2007b) apresenta a metodologia que se estabeleceu entre ele e os participantes de seu grupo de trabalho no Hospital Saint-Anne: uma vez a cada quinze dias, um participante do seu grupo de trabalho apresenta um caso no qual haviam surgido dificuldades na direção do tratamento. Czermak é assim convidado a participar, para o psicanalista que conduzia o caso poder colocar-se em uma outra posição em relação ao referido paciente. Efetua-se uma entrevista, em um modelo baseado na apresentação de pacientes. Na sequência, transcreve-se esse encontro para relatar a um grupo de psicanalistas que não conhecem o caso para que assim possam retirar dele o que seria da ordem da clínica. Santurenne (2008) afirma que o propósito do trabalho de escrita e apresentação é que cada um desses clínicos possa se reposicionar em relação aos ditos do paciente e assim fazer emergir o fato clínico. A partir dos restos dessa fala do paciente: “sua surpresa, sua retomada em um trabalho de lógica, no reaparecimento, na iteração do que é descoberto apenas quando uma vez já encontrado” (Santurenne, 2008, p. 14; tradução nossa). Czermak (2007b) reconhece a perda que está envolvida nesse trabalho, pois o grupo não está familiarizado com o caso e com o seu estilo. Ele entende que os efeitos recolhidos ali se dão em decorrência do material vivo da clínica decantar nas interpelações e reações que permeiam a discussão.

Não é necessariamente algo que se deixa ver, é algo que pode estar em ausência, algo que precisa ser seguido em sua própria falha! Como emerge apenas na interpelação ou na resposta, a própria modalidade em que o paciente se acomoda é muito importante. Há coisas que surgem e que são eloquentes e falam (Czermak, 2007b, p. 2; tradução nossa).

Partindo dessa abordagem, podemos pensar que não se trata de efetivamente tomar a transcrição ou elaboração do material clínico como fator de maior relevância. O encontro com o Outro, supervisor, e na sequência os colegas, leva a um reposicionamento e à possibilidade de emergir o que estava ausente, faltante no material clínico. Vemos que o fato clínico depende de um ato, de uma aposta do clínico que se depara com o material vivo da fala de um paciente. O dispositivo estabelecido por Czermak (2008) tem a possibilidade de dar suporte para que o clínico se responsabilize por seu ato clínico e teórico.

Destacamos a noção de ato em psicanálise tal qual fundamentada por Lacan (1967-1968/2001). Lacan abre esse seminário trazendo sua definição de ato e o situa em um campo semântico diferente do agir. Especialmente acompanhando Freud (1913/2017) em sua leitura do início e do fim da análise comparado ao jogo de xadrez, Lacan (1967-1968/2001) também destaca esses dois momentos na sua relação com o ato analítico. O ato de início, de entrada de uma análise, no qual o analisante se situa ante a miragem do sujeito-suposto-saber, e o fim quando da queda dessa posição. Arriscamos aqui em conjunto com a leitura desse seminário de Lacan que o ato em psicanálise pode ser situado em diversos momentos de uma análise, só sendo possível colher, depois, um resto, bem como os seus efeitos. Assim como um ato falho, que é cometido e do qual não podemos mais voltar atrás para retirá-lo – pois há a partir daí uma marca entre um antes e um depois.

A partir dessa proposição inicial o fato clínico surge também nos trabalhos de Czermak (2007a) e Assoun (2007) como uma proposta de retomar o pensamento clínico em sua metodologia e sua relação com o campo empírico da clínica, mas evitando uma submissão a um empirismo. Surge para responder à tendência de estudos baseados em evidências, cada vez mais ditados pelas neurociências, que a saúde mental vem aplicando em protocolos de diagnóstico e tratamento. Como resultado dessa

tendência vemos a produção da última edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), realizado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). Esse modelo, de uso global, defende uma suposta neutralidade teórica e, desde a sua terceira publicação, retirou a psicanálise de suas referências diagnósticas. Por consequência, eliminou a causalidade psíquica de sua abordagem diagnóstica, adotando destacadamente as referências das terapias cognitivo-comportamentais e farmacológicas baseadas exclusivamente na causalidade orgânica (Aguerre et al., 2011).

Thibierge, Hoffmann e Douville (2004) situam essa conjuntura de prevalência da utilização do DSM e do Código Internacional de Doenças (CID), em suas sucessivas versões, como manuais clínicos que aspiram ser atóricos e universais excluindo o sujeito em sua composição. Ainda que considerem que não podemos ignorar contribuições tais como as da neurobiologia e a análise das funções cerebrais, argumentam que a clínica sofre quando se tende a fazer um reducionismo do psiquismo ao cérebro. Ao lembrar que não existe clínica sem a presença do clínico, os autores nos remetem à responsabilidade que está implicada nessa prática. Por isso, Santurenne (2008, p. 16; tradução nossa) ressalta a importância de que dar lugar ao fato clínico é uma resistência ao movimento que pretende a readaptação do sujeito ao corpo social: “onde a articulação não é nem mais colocada em questão”. Essa relação entre o singular e o universal é um paradoxo que está presente na clínica e na tarefa de publicação dos casos. Inclui-se nisso que o clínico deveria estar implicado em um processo que engaja o sujeito em um pertencimento, mas ao fazer isso deveria abster-se de incluir a sua singularidade.

Seguindo essa linha argumentativa, Czermak (2006) enfatiza que seríamos convidados a abandonar a nossa linha discursiva, da psicanálise, com suas ferramentas específicas, ou seja, seu escopo de conceitos, para aderir ao discurso comum, universal. Vemos que aqui há um avanço desde a proposta inicial do dispositivo institucional (Czermak, 2007b). É um passo a mais que ele dá para fora do âmbito institucional, entrando no debate sobre a posição da psicanálise diante das tendências acima indicadas. Ele propõe a noção de fato clínico enquanto resgate da linha argumentativa e dos conceitos fundamentais da psicanálise para trabalhar

com o que é derivado da clínica. Para Czermak (2007b), se retomamos o movimento de Pinel e Esquirol na psiquiatria encontramos a separação, na época, dos chamados delinquentes e dos doentes mentais. Assim iniciou-se a preocupação em saber o que se passava com aquelas pessoas. O passo seguinte foi a percepção das particularidades e das repetições desses fatos estranhos. Em sequência surgem as descrições e classificações sem objetivo terapêutico, mas sim com objetivo de conhecer e registrar. “Nós colocamos um sinal, isso se repete, tudo isso produz uma tabela, o que coloca um problema” (Czermak, 2007b, p. 5; tradução nossa). O autor provoca que podemos estabelecer regularidades desses signos sem saber do que eles são signos. “Um sinal de algo para alguém é um enigma se você não sabe de que é o sinal” (Czermak, 2007b, p. 5; tradução nossa).

Ainda, Assoun (2007) observa esse modo de atuar oriundo da psiquiatria como um procedimento de inventariar os fatos, o qual, mesmo que bem realizado, tampona o sentido. Na psicanálise os fatos surgem e exercem um estatuto na metapsicologia, na psicopatologia, mas são inacabados. Da mesma forma a metapsicologia também pode ser considerada uma referência inacabada. O autor questiona o que seria um fato na clínica, sendo que a clínica se inscreve como algo da ordem de uma experiência positiva, empírica. Uma outra direção lançada pelo autor são os momentos na obra de Freud em que se impõe a factualidade e como consequência ele se propõe a reformular a metapsicologia, na qual se apresenta a dialética da teoria e do fato na clínica. Seguem três exemplos: primeiro, a mudança da teoria do trauma, da cena originária não como um episódio que realmente aconteceu, mas uma produção da fantasia, manifestada na carta 69 a Fliess (Masson, 1985). Logo, a fantasia entra como um conceito fundamental no arcabouço teórico da psicanálise. Segundo, o texto “Introdução ao narcisismo” (Freud, 1914b/2010) muda a concepção freudiana da homossexualidade, do amor, das psicoses e do sonho. Por último, ressaltamos a introdução da pulsão de morte. O conceito de pulsão não era uma novidade da teoria freudiana, mas a clínica dos traumas de guerra e as repetições que se impõem, fazem Freud mais uma vez reorganizar a teoria e articular uma virada na teoria das pulsões. No texto “Além do princípio do prazer” se inicia um novo paradigma. Através da transferência a noção de repetição

não passa a ser entendida somente a partir do princípio do prazer (Freud, 1920/2010). Assim, a repetição não seria só um meio de obter satisfação pulsional e a análise um meio de reorganização desse destino. Desse ponto em diante, a psicanálise se depara com a clínica que vê a repetição regida por um princípio de desligamento, ou melhor, de uma satisfação totalmente contraditória, já que o sujeito não obtém prazer com essa satisfação (Freud, 1920/2010). Lo Bianco e Sá (2006, p. 70) também destacam e interpretam o que foi o movimento de Freud no seu encontro com o fato, com o real da clínica: “o fato não se apresenta de forma naturalizada. É preciso colhê-lo em um dispositivo discursivo, para que ele ganhe sua realidade clínica”. Com isso, justifica-se o constante trabalho dialético entre clínica e teoria nessa interdependência.

Assim que, buscando não só em Freud, que escreveu os seus casos clínicos, mas em Lacan, podemos encontrar uma metodologia sobre o fato clínico? Na medida em que Lacan relê as estruturas freudianas com o seu novo arcabouço teórico e propõe conceitos-chave para a psicanálise, ele não está operando através do fato clínico? Assoun (2007), frente a esses exemplos de transformações da teoria a partir da clínica freudiana, indaga-se sobre a origem dos fatos. Estariam eles desde sempre na clínica, antes de ganharem uma interpretação, uma conceptualização, ou esses fatos ganham existência no momento em que são reconhecidos na clínica e integrados ao discurso psicanalítico? O autor destaca a posição de Freud sobre a questão: “O fato precede sempre sua própria significação a qual o tempo de se desenvolver permite perceber [...]o tínhamos sempre sabido, que ela trabalhava a experiência clínica” (Assoun, 2007, p. 15; tradução nossa). Logo, apresenta que não se trata somente de uma compreensão, mas o que define a questão é “o fato de dizê-lo” (Assoun, 2007, p.15; em francês, *fait-de-le-dire*).

Esse pensamento se desenvolve na esteira da articulação que Lacan faz entre o real e a linguagem no conceito de fato, nesse ponto situaríamos o ato teórico, tal qual nos demonstra Lacôte (1998). Segundo esta, o ato teórico pode ser demonstrado pelo ato de Freud. O conceito de inconsciente, por exemplo, já existia. Porém, a partir da invenção de uma nova relação com o outro através da fala, Freud realiza um passo novo e diferencia o seu conceito de inconsciente, abrindo um novo campo na ciência, fundando o campo da psicanálise. A partir desse ponto Freud

não depende mais das definições anteriores do inconsciente, está só. É o inconsciente freudiano que está relacionado com a prática freudiana (Lacôte, 1998). Esse é o ato de Freud ao escutar o sujeito que fala de outra posição. São movimentos, avanços que não estão garantidos, mas por outro lado inauguram um campo teórico e prático. O ato teórico e o ato analítico dependem de uma posição ética, na qual o sujeito se arrisca nesse momento a ser suporte desse ato e cujos efeitos serão encontrados em um “só depois” (Lo Bianco, & Costa-Moura, 2013).

Assoun (2007) entende que encontramos fundamentos dessa ideia lacaniana na teoria dos discursos e no conceito de *parlêtre*, pelo qual o ser não é, senão, na linguagem. No mesmo artigo retoma Lacan no seminário *De um Outro ao outro* para trabalhar a noção de fato: “não existe fato que não seja enunciado” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 117). Nesse mesmo seminário, um pouco antes, encontramos esta formulação: “Tudo o que está no mundo só se torna fato, propriamente, quando com ele se articula o significante. Nunca, jamais surge sujeito algum até que o fato seja dito. Temos que trabalhar entre essas duas fronteiras” (Lacan, 1968-1969/2008, p. 65). Thibierge, Hoffman e Douville (2004) retomam a noção de fato desse seminário na qual Lacan propõe não existir fato sem enunciação e acrescentam que por sua dimensão significante a enunciação já está marcada pelo equívoco.

Finalmente Assoun (2007) entende que a epistemologia clínica que Freud engendra se encontra na própria dialética que a precede. A resposta não se encontra no plano da teorização e também não passa pela observação. Quando falamos do fato clínico, consideramos que concerne à dimensão da fenda, da rachadura que compõe o sujeito estruturalmente dividido. O autor retoma em seu artigo o exemplo freudiano do cristal que é atirado ao chão e se quebra, rachando-se em diversas direções e dividindo-se em diversos pedaços, em uma delimitação invisível, mas que já estava determinada anteriormente pela vulnerabilidade na estrutura do cristal. A quebra do cristal já era esperada em um plano teórico, a observação da transformação do cristal em pedaços separados também é possível, mas prever como se apresentaria no momento de quebra é impossível. É sempre uma surpresa o resultado de tal operação, e esse é o elemento fundamental do trabalho clínico, os fatos são analisados depois.

Contudo, é necessário enfatizar que essa não é uma surpresa qualquer, pois é sempre uma surpresa que está dentro de uma discursividade, nesse caso, a da psicanálise. Nada impediria realizar outras leituras, mas nesse caso a surpresa está articulada à clínica psicanalítica e à metapsicologia.

Entendemos que a descrição detalhada de Assoun (2007) traduz o que Thibierge, Hoffman e Douville (2004, p. 7; tradução nossa) resumem: “Não existem fatos clínicos sem os clínicos”. O fato na clínica não aparece espontaneamente, não está pronto para ser colhido, depende da trama discursiva em que se insere, é tributário dela. Assim acompanhamos os autores quando atentam para a responsabilidade do clínico, pois, se não existem fatos clínicos sem os clínicos, estes também são tributários dos discursos e das teorias com os quais se enlaçam de maneira singular.

Tomaremos o exemplo exposto por Czermak (2007a) quando aborda uma caracterização comum da mania na psiquiatria, que é de dizer que um sintoma da mania é a taquilalia, tagarelice. Ele propõe outra leitura, afirmando que na mania o sujeito é aspirado pelos barulhos mais aleatórios do mundo, como se fosse o objeto *a*. A questão que fica é como demonstrar isso. Czermak (2007a, p. 5; tradução nossa) diz que podemos fazê-lo com uma “aparelhagem sofisticada” – é assim que o autor descreve o conjunto de conceitos – Outro e o objeto. Essa aparelhagem também toca outros conceitos, como a noção de sujeito, o objeto *a*, os três registros (Real, Simbólico e Imaginário), o nó borromeano, para citar alguns. Assim, após essas considerações, com essa operação e com a aparelhagem dos conceitos podemos mudar um fato clínico: de tagarela, de taquilálico, vemos o sujeito se oferecendo como objeto a ser convocado pelo mundo (Outro) ao gozo.

Com isso revisamos toda a clínica da melancolia e mudamos o fato clínico: levamos em consideração o que Kraepelin, Falret, Lasègue ou outros nos narraram. Mas demos um passo e saímos dessa clínica, esse não é mais o mesmo fato clínico. Não tem nada a ver com isso, limpamos o terreno da inflação, da invasão de todas as pessoas qualificadas como maníaco-depressivas através evidentemente de todas as codificações evocadas (CID-10, etc.) (Czermak, 2007a, p. 5).

Propõe, assim, que pensemos o fato clínico como um operador, pois se trata de o psicanalista realizar uma operação. Não basta que o psicanalista escute, isso não é suficiente para que se extraia algo de uma análise. Os

efeitos de que falamos aqui e tentamos demonstrar se produzem somente com uma operação ou um ato do psicanalista (Czermak, 2008).

Depreendemos desses trabalhos, especialmente de Czermak (2007a) e Assoun (2007), uma potência para o fato clínico como metodologia de pesquisa. Em certa medida seus textos destacam essa característica do fato clínico para além da sua redução a um dispositivo institucional tal qual apresentada inicialmente em Czermak (2007b), Czermak (2008) e Santurenne (2008), uma vez que, aqui, não está mais em destaque o relato do psicanalista para o supervisor e para os colegas. Está proposto um princípio para o que seria o fato em psicanálise e isso se produz, como assinala Lacan (1968-1969/2008) e destaca Assoun (2007), por o fato só ganhar essa dimensão pelo “fato de dizê-lo”. Em síntese:

[...] as mudanças na teoria alteram o registro dos fatos. O fato precede à sua própria significação que, ao tempo de ser desenvolvida, permite a percepção de que ele sempre esteve trabalhando na experiência clínica. Ou seja, o corte decisivo não é compreendê-lo, é formulá-lo (Kessler, 2009, p. 72).

Em conjunto com a proposta do ato teórico de Lacôte (1998) o fato clínico se torna uma ferramenta metodológica para que o psicanalista opere na clínica para além de uma perspectiva baseada na ciência positiva e no campo discursivo que leva o DSM a ser a referência. O ato de dizer e, especialmente, de escrever institui o fato no discurso da psicanálise, um passo novo no discurso que se herdou dos textos fundadores (Lo Bianco, 2006; Lo Bianco, & Costa-Moura, 2013).

Entendemos que precisamos ter um cuidado quando adaptamos conceitos propostos em outras línguas para a nossa. Assim o conceito de fato clínico, que traduzido do francês *fait clinique* pode abrir sua significação ao recorrermos às suas definições na língua original. A palavra *fait* em francês pode significar fato, ação, evento ou realidade (Villers, 2009). A definição de ação toca um exemplo interessante: “Le fait de parler, le fait d’écouter”, traduzindo: “O ato de falar, o ato de escutar”. Outros trabalhos brasileiros (Hoppe, 2000; LoBianco, & Sá, 2006; Poli, 2008; Kessler, 2009; Bernardino, 2010) têm utilizado fato clínico para a tradução de *fait clinique*. Entretanto, optamos por arriscar, considerando

que *fait clinique* pode ser lido também como ato clínico, evento clínico, realidade clínica. Dada a dificuldade de retomar essa amplitude semântica do conceito, apostamos em propor a escrita “(f)ato clínico” em nosso trabalho. Justificamos que, além da questão de tradução, entendemos a afinidade que o fato clínico tem com o ato teórico proposto por Lacôte (1998) e retomado por Lo Bianco e Sá (2006), Lo Bianco (2006), Kessler (2009) e Lo Bianco e Costa-Moura (2013). Nesse momento entendemos que o “fait clinique” pode ser abordado por essa abertura de sentido e tem potência para auxiliar-nos com a pergunta: “O que é um fato clínico?”, ponto de partida desta proposta. Assim, encontramos alguns litorais entre o ato psicanalítico, o fato clínico e o ato teórico. Ato que designa uma dimensão de ação que não está fora da linguagem: “A partir daí, teríamos na psicanálise, mais que fatos clínicos, atos – clínico-teóricos – dos quais não é eximida a responsabilidade de quem os propõe” (Kessler, 2009, p. 73). Justificamos essa proposta pela dimensão do ato em psicanálise (Lacan, 1967-1968/2001), que estabelece uma marca entre um antes e um depois, produzindo efeitos não antecipáveis. No instante mesmo em que ocorre, se formula, se instaura um novo na clínica e na teoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas motivações iniciais para empreender esta pesquisa partimos do apontamento de Fonteles (2015) sobre a falta de apresentação de metodologia nas pesquisas em psicanálise, além do argumento de Dumézil (2010) sobre a predominância de ensinamentos teóricos no meio psicanalítico. Essa discussão deve ser retomada, pois entendemos que potencialmente existem consequências para a psicanálise na universidade e as posteriores implicações que ela pode sofrer com um cerceamento de seu exercício no âmbito público.

Podemos concluir de maneira geral que a indicação do formato de escrita considera as perdas incontornáveis da passagem do encontro com o analisante até a publicação. Todos os autores que trabalhamos entendem que diante do material clínico é necessário um trabalho de elaboração. Constatamos que essa perda incontornável é precisamente o que possibilita o trabalho de escrita e a criação de espaços e dispositivos

que possibilitem a escrita em um segundo momento e esclarecer pontos cegos na transferência com o analisando. Isso nos leva a um elemento fundamental do processo de escrita de caso, o espaço que pode intermediar o psicanalista com a análise que conduziu. Em Freud encontramos o recurso do interlocutor imaginário cético. Em Lacan temos seus seminários, nos quais realiza a releitura dos casos freudianos por uma leitura estrutural. Em Czermak (2007b) as entrevistas, apresentações de pacientes, juntamente com a discussão entre os pares, e os conceitos desempenham esse papel. No momento em que avançam no debate e estendem ao campo acadêmico, entendemos a dialética entre a clínica e a metapsicologia como paradigma de um saber inacabado, como pano de fundo, conforme apresentado por Czermak (2007a) e Assoun (2007).

O (f)ato clínico privilegia isolar e apresentar elementos que dizem mais respeito à estrutura que a identidade. Está em causa o que é possível extrair da repetição do sintoma, da identificação do paciente, enfim, de sua estrutura clínica, pondo esses elementos à prova das referências conceituais da psicanálise. Além disso, convoca a encontrar as ferramentas teóricas que possam dar conta de uma leitura dos atos na condução da análise, de tal forma que, em um momento posterior, possam realizar uma leitura dos atos ocorridos. O (f)ato clínico convoca o psicanalista a apostar e responsabilizar-se por um ato teórico que o ateste.

Cada metodologia é tributária dos fundamentos teóricos nos quais se baseia. Correspondendo ao momento de construção e consolidação da psicanálise como teoria, Freud dedicou-se a registros mais extensos dos casos, mas sempre destacou e isolou determinados elementos que operavam como chave de leitura. Ou seja, a valorização de determinados traços do paciente para serem lidos pela teoria e assim colocar a mesma à prova, o que por si só já era uma mudança na escrita de casos clínicos. Não deixa de ter sido um caminho introdutório ao que foi posteriormente desenvolvido por Lacan quando propõe a redução da leitura dos casos freudianos a elementos mínimos que estabelecem relações lógicas. O resultado são as mudanças conceituais na psicanálise. Um importante exemplo disso, como indicamos anteriormente, é a reformulação da teoria das pulsões em “Além do princípio do prazer”. Isso se deve muito à posição freudiana de não recuar diante do inusitado que a clínica

lhe apresentava. Esse é um ponto de referência metodológico do seu legado, encarar a clínica como clínica viva. Não se trata de refazer toda a psicanálise e seus fundamentos, mas de colocar as questões para os textos (Lo Bianco, 2003), propondo assim os (f)atos clínicos. Entendemos que no momento posterior ao ato é que se pode vir a dizer algo sobre o que se teria passado na transferência. O momento de elaboração do material, seja na escrita, publicação ou na discussão com os pares, tem a potência de revelar um pouco do que se passou em transferência na clínica para que isso possa ser acessível ao público.

Ademais, destacamos a dimensão fundamental da ficção na escrita para dar conta do real da clínica, pois é a partir da estrutura de ficção que podemos fazer contorno no real, operar com as hipóteses metapsicológicas e extrair algo relativo a uma verdade do caso. Não se trata de um fato histórico, mas de propor um (f)ato clínico. De certa forma já somos advertidos disso no texto “A análise finita e a infinita”, em que Freud nos aponta um caminho para dar conta da clínica: “Sem especulação metapsicológica e teorização – quase diria: sem fantasiar – não avançamos nenhum passo sequer” (Freud, 1937/2017, p. 326). Percebemos esse modo de operar na observação precisa de Assoun (2007) sobre a necessidade freudiana de fantasiar, pôr o material clínico sob uma ficção rigorosa, sem ter exclusivamente a metapsicologia no horizonte para nossa condução e inscrição dos fatos. Dessa forma, reforçamos a ideia da necessidade de retorno aos textos fundadores da psicanálise, encarar a metapsicologia como um recurso que sustenta a clínica, mas que só o faz se nos orientamos nela como uma referência aberta (Lo Bianco, 2003). É nesse movimento que podemos colocar seu arcabouço teórico à prova e nos reconhecemos como tributários desse discurso no qual nos inserimos. Dunker et al. (2002) mostram a implicação do pesquisador na construção do método como fator fundamental a ser considerado. Freud não cria a histeria como categoria clínica, no entanto, ao inaugurar um novo discurso, encaminha os problemas relativos a essa categoria de maneira inédita. Criar uma nova categoria ou definição específica para uma psicopatologia não era novidade, evidentemente, mas é preciso atentar para o discurso que inova, dado que a relação da psicanálise com a histeria não é de criação, mas imprime uma reorganização a partir do seu discurso.

Assim que encontramos no ato teórico, tal como proposto por Lacôte (1998), uma possibilidade de amarração para a articulação do (f)ato clínico e isso se dá pela referência ao ato que essa proposta tem. É a articulação do ato psicanalítico na clínica com o posterior ato teórico no texto. Na nossa compreensão, aí estaria uma possibilidade, dentre outras, de produção no campo da psicanálise através de ferramentas metodológicas derivadas do próprio campo psicanalítico para assim indicar os efeitos na clínica. Estamos cientes da complexidade do tema da pesquisa clínica em psicanálise. Embora seja notável o esforço no trabalho de Czermak (2007a) e Assoun (2007), entre outros, sobre o fato clínico, encontramos poucos avanços na literatura, a partir de então, sobre o tema. Um próximo passo a ser dado seria a intensificação da pesquisa acadêmica com material clínico. Isso no sentido de consolidar essas metodologias no panorama da pesquisa clínica.

Finalmente, reafirmamos ser a partir da clínica que podemos propor seus (f)atos clínicos. São essas ferramentas teóricas que permitem que operemos no campo abstrato, trabalhando hipóteses para tangenciar, tocar, cercar o real, aquilo que é de certa forma inacessível na clínica, e assim podermos produzir e colher os efeitos do trabalho. Reafirmamos assim nossa aposta em metodologias que são forjadas a partir dos marcos internos da psicanálise e de seus textos fundadores.

REFERÊNCIAS

- Aguerre, J.-C., Dana, G., David, M., Garcia-Fons, T. Garrabe, J. Golse, B., Gougouls, N., Jean, T. Kammerer, F., Landman, P., Leger, C., Leguil, F., Mises, R., Patris, M., Pommier, G., Solal, J.-F., Tourres-Landman, D., & Vanier, A. (2011). STOP DSM: Le manifeste pour finir avec le carcan du DSM. Éditions Érès. Recuperado em 25 nov. 2017 de <<https://stop-dsm.com/fr/le-manifeste-pour-en-finir-avec-le-carcan-du-dsm/>>.
- Assoun, P. L. (1996). *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Assoun, P. L. (2007). Le fait inaccompli: le savoir clinique à l'épreuve du sujet. *Qu'appelle-t-on un fait clinique – Journal Français de Psychiatrie*, 30(3), 13-5.
- Bernardino, L. (2010). O traço do caso na clínica psicanalítica com crianças e adolescentes. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 38 Jan./Jun.
- Colonomos, F. et al. (1985). *On forme des psychanalystes: rapport original sur les dix ans de l'Institut psychanalytique de Berlin 1920-1930*. Paris: L'Espace Analytique, Denöel.
- Czermak, M. (2004). Vendredi Sainte-Anne, le 6 février 2004. *Revue Psychologie Clinique: Qu'est-ce qu'un fait clinique?*. Paris, L'Harmattan, 17, 11-27.
- Czermak, M. (2006). Apanhar um fato clínico, *Seminário de Marcel Czermak*. Paris, Saint-Anne/ALI, janeiro. Recuperado em 15 ago. 2017 de <<http://www.temprofreudiano.org.br/artigos/detalhe.asp?cod=51>>.
- Czermak, M. (2007a). Qu'est-ce qu'un fait clinique?. *Qu'appelle-t-on un fait clinique, Journal français de psychiatrie*, 30(3), 4-6.
- Czermak, M. (2007b). Qu'est-ce qu'un fait clinique? Séminaire de Marcel Czermak, Vendredi de Sainte-Anne, 5 octobre 2007. Recuperado em 07 jul. 2017 de < <https://www.freud-lacan.com/getpagedocument/6847>>.
- Czermak, M. (2008). Introduction de samedi après-midi. In Czermak, M., & Veken, C. *Jardins de l'asile: questions de clinique usitée et inusitée: Journées d'étude 14-15 Janvier 2006* (p. 92-94). Paris: Association Lacanienne Internationale.

- Dumézil, C. (2010) Introduction. In Dumézil, C., & Brémond, B. (Orgs.), *L'invention du psychanalyste* (p. 9-11). Paris: ÉRÈS.
- Dunker, C. I. L., Assadi, T. C., Bichara, M. A. M., Gordon, J., & Aragão Ramirez, H. H. (2002). Romance policial e a pesquisa em psicanálise. *Interações*, 7(13), 113-126.
- Dunker, C. I. L. (2011). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume.
- Fédida, P. (1992) A construção do caso. In Fédida, P. [Autor], *Nome, figura e memória: a linguagem na situação psicanalítica*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, A. C., Nobre, L., & Vieira, M. A. (2001). Pesquisa clínica em psicanálise: a elaboração de um método. In Figueiredo, A. C. (Org.), *Psicanálise: pesquisa e clínica* (p. 11-23). Rio de Janeiro: Ed. IPUB/CUCA.
- Fonteles, C. S. L. (2015). *Psicanálise e universidade: uma análise da produção acadêmica no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*, v. 12. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914)
- Freud, S. (2010). Conferência VII. Conteúdo onírico manifesto e pensamentos oníricos latentes. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: conferências introdutórias à psicanálise*, v. 13. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1916)
- Freud, S. (2010). A terapia psicanalítica. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: conferências introdutórias à psicanálise*, v. 13. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917)
- Freud, S. (2010). História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”). In Freud, S. [Autor], *Obras completas: história de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”): além do princípio do prazer e outros textos*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1918)
- Freud, S. (2010). Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades?. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: história de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”): além do princípio do prazer e outros textos*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1919)

- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: história de uma neurose infantil: ("O homem dos lobos"): além do princípio do prazer e outros textos*, v. 14. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (2010). Esclarecimentos, explicações, orientações. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1933)
- Freud, S. (2011) Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: psicologia das massas e análise do eu e outros textos*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1920)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (2011). Uma neurose do século XVII envolvendo o demônio. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: psicologia das massas e análise do eu e outros textos*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923)
- Freud, S. (2013). Observações sobre um caso de neurose obsessiva ("O homem dos ratos"). In Freud, S. [Autor], *Obras completas: observações sobre um caso de neurose obsessiva ["O homem dos ratos], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos*, v. 9. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1909)
- Freud, S. (2015). O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen. In Freud, S. [Autor], *Obras completas: o delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos*, v. 8. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1907)
- Freud, S. (2015). Análise de uma fobia de um garoto de cinco anos ("O pequeno Hans"). In Freud, S. *Obras completas: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos*, v. 6. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1909)

- Freud, S. (2016). Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”). In Freud, S. [Autor], *Obras completas: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria [“O caso Dora”] e outros textos*, v. 6. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1905)
- Freud, S. (2016). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”). In Freud, S. [Autor], *Obras completas: observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia [“O caso Schreber”], artigos sobre técnica e outros textos*, v. 10. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1911)
- Freud, S. (2017). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In Freud, S. [Autor], *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original publicado em 1912)
- Freud, S. (2017). Sobre o início do tratamento. In Freud, S. [Autor], *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original publicado em 1913)
- Freud, S. (2017). A análise finita e a infinita. In Freud, S. [Autor], *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Original publicado em 1937)
- Hoffmann, C., Thibierge, S., & Douville, O. (2004). Présentation. *Revue Psychologie Clinique: Qu'est-ce qu'un fait clinique?* 17(1), 7-9. Paris, L'Harmattan.
- Hoppe, M. W. (2000). Do modelo narrativo à escritura do fato clínico: o drama do paciente e o caso do analista. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 140(1), 56-62.
- Jensen, W. (1987). *Gradiva: uma fantasia pompeiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1902)
- Kessler, C. H. (2009). *A supervisão na clínica-escola: o ato no limite do discurso*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Lacan, J. (2001). *O ato psicanalítico*. Porto Alegre: Escola de estudos psicanalíticos. Publicação não comercial. (Seminário original de 1967-1968)
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1953)

- Lacan, J. (1998). Intervenção sobre a transferência. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1951)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar. (Seminário original de 1968-1969)
- Lacôte, C. (1998). *L'inconscient*. Paris: Dominos/Flammarion.
- Laurent, E. (2003). O relato de caso, crise e solução. *Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental*, 9, 69-76.
- Lo Bianco, A. C. (2003). Sobre as bases dos procedimentos investigativos em psicanálise. *Psico-USF*, 8(2), 115-23.
- Lo Bianco, A. C. (2006). O ato no texto analítico: significação e autorização. *Estilos da Clínica*, 9(21), 48-55.
- Lo Bianco, A. C., & Sá, R. (2006). A objetividade do experimento: a elisão do sujeito e de seu ato. In Bastos, A. (Org.), *Psicanalisar hoje* (p. 67-78). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lo Bianco, A. C., & Costa-Moura, F. (2013). Ato teórico, ato ético. *Tempo psicanalítico*, 45(1), 249-266.
- Masson, J. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.
- Porge, E. (2009). *Transmitir a clínica psicanalítica: Freud, Lacan, hoje*. Campinas: Editora Unicamp.
- Rickes, S. (2003a). Escrita da clínica e transmissão da psicanálise. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 25, 119-133.
- Rickes, S. (2003b). Autoria e responsabilidade. *Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 119, 7-12.
- Rickes, S. (2005). Analistas... escribas. *Correio da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 133, 37-43.
- Santurrene, F. (2008). Façons de faire. In Czermak, M., & Veken, C. (Orgs.), *Jardins de l'asile: questions de clinique usitée et inusitée: Journées d'étude 14-15 Janvier 2006*, 1, 13-18. Paris: Association Lacanienne Internationale.
- Teixeira, L. C. (2005). O lugar da literatura na constituição da clínica psicanalítica em Freud. *Psychê*, 9(16), 115-132.
- Viganò, C. (2010). A construção do caso clínico. *Opção Lacaniana online*, 1(1). Recuperado em 19 out. 2017 de <http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_1/A_construcao_do_caso_clinico.pdf>.

Villers, M.-E. (2009). *Multidictionnaire de la Langue Française*. 5e edition. Québec: Québec Amérique.

NOTA

¹ Seguem alguns exemplos: O delírio e os sonhos na *Gradiva* de W. Jensen; Dostoiévski e o parricídio; Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci; O escritor e a fantasia.

Recebido em 10 de dezembro de 2019
Aceito para publicação em 06 de setembro de 2020

PATOLOGIAS SOCIAIS E A GESTÃO IDEOLÓGICA DO MAL-ESTAR

*Vinicius José de Lima Souza**
*Pedro Sobrino Laureano***

RESUMO

Na atualidade, uma questão nos parece fundamental para a psicanálise: como nossa época responde ao mal-estar? A tese freudiana da irredutibilidade do mal-estar afastou a psicanálise da ilusão progressista de que os avanços do conhecimento científico ou as novas modalidades de laço social nos garantiriam a ausência de sofrimento. Mas o mesmo não podemos afirmar em relação a outros discursos que circulam no seio da sociedade capitalista contemporânea. Acreditamos que um caminho interessante para apontar uma das principais modalidades de resposta ao mal-estar em nossa época é demonstrar como os diagnósticos psiquiátricos produzem subjetividades alinhadas com os discursos sociais. Para tanto, o objetivo do presente ensaio teórico foi apontar como o estabelecimento de patologias sociais é sustentado por uma fantasia ideológica que busca recobrir a irredutibilidade do mal-estar. Dessa forma, acreditamos ter demonstrado como a produção de patologias sociais através de diagnósticos psicopatológicos é uma gestão ideológica que tenta neutralizar as possibilidades de se posicionar criticamente em relação à racionalidade dominante em um determinado contexto, e acima de tudo, um processo de naturalização de discursos que tenta anular o potencial transformativo presente no mal-estar.

Palavras-chave: mal-estar; patologias sociais; categorias diagnósticas; gestão ideológica.

* Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

** Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

SOCIAL PATHOLOGIES AND THE IDEOLOGICAL MANAGEMENT OF MALAISE

ABSTRACT

Nowadays, a question seems to be fundamental for psychoanalysis: how does our time respond to malaise? The Freudian thesis of the irreducibility of malaise removed psychoanalysis from the progressive illusion that advances in scientific knowledge or new forms of social bond would guarantee us the absence of suffering. But the same cannot be said for other discourses that circulate within contemporary capitalist society. We believe that an interesting way to point out one of the main ways of responding to malaise in our time is to demonstrate how psychiatric diagnoses produce subjectivities aligned with social discourses. To this end, the objective of this theoretical essay was to point out how the establishment of social pathologies is supported by an ideological fantasy that seeks to cover the irreducibility of malaise. Thus, we believe we have demonstrated how the production of social pathology through psychopathological diagnoses is an ideological management that tries to neutralize the possibilities of critically positioning itself in relation to the dominant rationality in a given context, and above all, a process of naturalizing discourses that tries to nullify the transformative potential present in the malaise.

Keywords: malaise; social pathologies; diagnostic categories; management ideological.

PATOLOGÍAS SOCIALES Y MANEJO IDEOLÓGICO DEL MALESTAR

RESUMEN

Hoy en día, una pregunta parece fundamental para el psicoanálisis: ¿cómo responde nuestro tiempo al malestar? La tesis freudiana de la irreductibilidad del malestar sacó al psicoanálisis de la ilusión progresiva de que los avances en el conocimiento científico o las nuevas formas de vínculo social nos garantizarían la ausencia del sufrimiento. Pero no se puede decir lo mismo de otros discursos que circulan dentro de la sociedad capitalista contemporánea. Creemos que una forma interesante de señalar una de las principales formas de responder al malestar en nuestro tiempo es demostrar cómo los diagnósticos psiquiátricos producen subjetividades alineadas con los discursos sociales. Para ello, el objetivo de este ensayo teórico fue señalar cómo el establecimiento de patologías sociales se sustenta en una fantasía ideológica que busca cubrir la irreductibilidad del malestar. Así, creemos haber demostrado cómo la

producción de patología social a través de diagnósticos psicopatológicos es una gestión ideológica que intenta neutralizar las posibilidades de posicionarse críticamente en relación a la racionalidad dominante en un contexto dado, y sobre todo, un proceso de naturalización de los discursos. que intenta anular el potencial transformador presente en el malestar.

Palabras clave: malestar; patologías sociales; categorías de diagnóstico; gestión ideológica.

INTRODUÇÃO

Frente ao contexto social e político da atualidade, uma questão nos parece fundamental para a psicanálise: como nossa época responde ao mal-estar? Ou quais seriam os tratamentos dispensados ao mal-estar pelos discursos sociais dominantes? A tese da irredutibilidade do mal-estar, presente em *O mal-estar na civilização* (1930/2011), afastou, de uma vez por todas, a psicanálise da ilusão progressista de que os avanços do conhecimento científico ou as novas modalidades de laço social nos garantiriam a ausência de sofrimento. Mas o mesmo não podemos afirmar em relação a outros discursos que circulam no seio da sociedade capitalista contemporânea. Embora os processos de socialização atuais sejam diferentes daqueles da época de Sigmund Freud, a tentativa de eliminar o mal-estar ainda se faz presente.

Acreditamos que um caminho interessante para apontar uma das principais modalidades de resposta ao mal-estar em nossa época é demonstrar como os diagnósticos psiquiátricos produzem subjetividades. Se o diagnóstico psicopatológico já foi bastante temido em função dos processos de exclusão que produzia, “agora ele parece ter se tornado um poderoso e disseminado meio de determinação e reconhecimento, quando não de destituição da responsabilidade de um sujeito” (Dunker, 2015, p. 33). É inegável que as categorias diagnósticas da psiquiatria desempenham uma função determinante na socialização de sujeitos na atualidade, pois elas estabelecem, entre outras coisas, modalidades de participação social. Para muitos sujeitos, a “etiqueta” do diagnóstico psiquiátrico é a única forma de ter o sofrimento reconhecido e tratado em instituições sociais. Mas não só isso. É também uma identificação central a partir da qual muitos estabelecem vínculos sociais.

Pensando nisso, Vladimir Safatle (2018, p. 09) vai defender que as sociedades são produtoras e gestoras de patologias sociais, pois “não se socializa apenas levando sujeitos a internalizarem disposições normativas positivas, mas principalmente ao lhes oferecer uma *gramática social do sofrimento*, ou seja, quadros patológicos oferecidos pelo saber médico de uma época”. Ao estabelecerem os termos para o reconhecimento de narrativas de sofrimento, as categorias diagnósticas produzem subjetividades, modos de laço social.

O que nos interessa destacar é como a tradução do sofrimento em patologias, através do discurso psiquiátrico, produz subjetividades em conformidade com os ideais culturais da atualidade. O estabelecimento de patologias sociais por meio de categorias diagnósticas, como aquelas apresentadas no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), é sustentado por uma fantasia ideológica que busca recobrir a irredutibilidade do mal-estar. É o que buscaremos demonstrar no presente ensaio teórico.

DESENVOLVIMENTO

O mal-estar na cultura

A suspeita de Freud quanto ao desacordo entre o sujeito e as exigências de conformação da civilização aparece em muitos momentos de sua obra por ocasião de suas pesquisas clínicas e do exame da cultura de sua época realizado por ele. Mas há um momento em que essa suspeita se coloca mais evidente e começa a ganhar contornos de uma constatação. É a partir da primeira década do século XX, no período que compreende a Primeira Guerra Mundial, que Freud começa a elaborar em suas produções a ideia de que o progresso da civilização não implica necessariamente na produção de um bem-estar ou de uma solução harmoniosa entre o sujeito e a organização social. Em “Considerações atuais sobre a guerra e a morte” (1915/2010, p. 215), Freud mostra-se dividido entre sua esperança no progresso da civilização e a desilusão causada pela guerra ao afirmar que:

A guerra na qual não queríamos acreditar irrompeu, e trouxe a... desilusão. Não é apenas mais sangrenta e devastadora do que guerras

anteriores, devido ao poderoso aperfeiçoamento das armas de ataque e de defesa, mas pelo menos tão cruel, amargurada e impiedosa quanto qualquer uma que a precedeu.

A desilusão anunciada por Freud é quanto ao insucesso das instituições sociais, e principalmente dos Estados, em evitar um confronto armado de tamanhas proporções. A guerra feria violentamente as normas morais que fundamentavam as próprias nações civilizadas e frustrava a expectativa de Freud e seus contemporâneos, que acreditavam que, embora uma guerra pudesse ocorrer, esta não perturbaria as relações éticas entre os povos e não destruiria as instituições sociais erguidas em tempos de paz nas nações civilizadas: “esperávamos que soubessem resolver por outras vias as desinteligências e os conflitos de interesses” (Freud, 1915/2010, p. 212).

Para Herzog e Farah (2005, p. 54), “frente ao impacto da guerra, nasce a dúvida se o aperfeiçoamento poderia garantir o desenvolvimento civilizatório”. Que a violência do conflito armado irrompesse justamente de instituições que representavam o projeto civilizatório e suas exigências de renúncia pulsional parecia, no mínimo, contraditório para Freud. Mas, embora a guerra tenha levantado nele uma suspeita quanto ao desenvolvimento civilizatório, a expectativa no aperfeiçoamento da civilização ainda aparece em seu texto quando menciona a possibilidade de transformação dos “maus instintos” através da educação (Freud, 1915/2010). Nessa altura, Freud parece, mais do que nunca, dividido entre as promessas de harmonia do projeto civilizatório e a irredutibilidade do registro das pulsões.

Ainda em 1915, uma ruptura com o tom progressista que ainda resistia nos textos freudianos começa a se operar. Se em “A desilusão causada pela guerra” (1915a/2010), Freud se mostra dividido entre a desilusão provocada pela guerra e a esperança de que através da educação ou das exigências culturais o progresso civilizatório possa ainda ocorrer, em “Nossa atitude perante a morte” (1915b/2010) ele questiona se não deveríamos aceitar a inevitabilidade da guerra e nos adaptar a ela. Mas não só isso. Freud (1915/2010, p. 246) também questiona se “não seria melhor dar à morte o lugar que lhe cabe, na realidade e em nossos pensamentos, e pôr um pouco mais à mostra nossa atitude inconsciente ante a morte, que até agora reprimimos cuidadosamente?”. São questões que apontam para o

abandono de uma expectativa progressista e a assunção de uma perspectiva trágica nos escritos freudianos (Birman, 2001).

Será em *O mal-estar na civilização* (1930/2011) que Freud defenderá a tese de que o conflito entre o registro da pulsão e o registro da cultura é insolúvel. O texto gira em torno da impossibilidade de a civilização produzir formas de vida que garantam a felicidade ou a ausência de sofrimento entre os sujeitos. De forma clara, Freud enfatiza que os avanços e as transformações sucedidas na civilização não implicaram no fim do sofrimento para os sujeitos, mas sim na produção de novos impasses. “Parece fora de dúvida que não nos sentimos bem em nossa atual civilização, mas é difícil julgar se, e em que medida, os homens de épocas anteriores sentiram-se mais felizes, e que papel desempenharam nisto suas condições culturais (Freud, 1930/2011, p. 33).

Freud parece constatar que os avanços em vários seguimentos da civilização não livraram os sujeitos do sofrimento – o adoecimento neurótico é uma das provas disso. Mas sua constatação é também ilustrada de maneira simples em exemplos que o mesmo fornece em seu texto e que tratam de progressos em várias áreas da organização social, em seu tempo, como a construção de ferrovias que possibilitam a realização de viagens mais longas, mas que, ao mesmo tempo, permite o afastamento do filho da cidade natal (Freud, 1930/2011).

O que as reflexões freudianas vão delineando é que, se a civilização repousa sobre as finalidades cruciais de proteger o homem contra a natureza e regulamentar os vínculos entre os homens, o alcance desses fins não se faz sem um preço a pagar. E esse preço é a parcela de felicidade de que o sujeito precisa abrir mão nos processos de socialização, pois é fundamentalmente sobre a renúncia pulsional que o projeto civilizatório é erigido. Temos, então, que, ainda que mudem as condições sociais, políticas e econômicas, o mal-estar persiste.

É interessante também observar como a tese da irredutibilidade do mal-estar, ou da permanente condição de desamparo do sujeito, aponta para a importância de pensar as formas de socialização dominantes em cada contexto social e político em função do mal-estar. Como cada época busca responder ao mal-estar através dos processos de subjetivação? Quais tratamentos os discursos sociais buscam oferecer ao mal-estar?

Se há algo que o percurso de Freud na clínica das neuroses nos mostra é que não há clínica da cultura sem clínica do sujeito. Já no início de seus estudos, quando os sintomas histéricos o inquietavam, Freud vai recorrer a um exame da cultura a partir do conflito pulsional que marcava a histeria. “Moral sexual ‘cultural’ e o nervosismo moderno” (1908/2015) é inegavelmente um trabalho, já nos primeiros anos do século XX, que expõe nitidamente uma articulação entre o sofrimento neurótico e o exame da cultura. Nos casos de histeria, Freud identifica a presença de um conflito pulsional, que se exprime na repulsa das pacientes às representações sexuais reprimidas, e que será conceitualizado por ele através da oposição entre pulsões sexuais e pulsões de autoconservação (Freud, 1910/1996).

O mesmo esforço de pensar a cultura a partir dos impasses ou respostas dos sujeitos aos processos de socialização pode ser visto em textos como “Psicologia de grupo e análise do ego” (1921/1996) e “Totem e tabu” (1913/1996), quando Freud trata de problemáticas muito presentes em casos de neurose obsessiva, principalmente a ambivalência afetiva vivenciada pelo obsessivo na relação com o pai ou aquele que sustenta a lei. Ao situar os investimentos libidinais no centro de sua análise, Freud mostra como a clínica é indissociável de uma crítica do social.

A tese do mal-estar enquanto inadequação radical do sujeito ao processo civilizatório nos leva a defender que uma crítica dos processos de subjetivação a partir da psicanálise não passa pela expectativa de que uma mudança na configuração do laço social elimine o mal-estar. Ou seja, não se trata, como pretendia Durkheim (2007) com sua noção de patologia social, de localizar os males que colocam em risco o organismo social para poder combatê-los. O mesmo pretendemos apontar nas categorias diagnósticas do discurso médico-científico que produzem subjetividades na atualidade. Realizar uma crítica do social a partir da tese do mal-estar é não ter garantias de que as mudanças na configuração social irão pôr fim ao mal-estar. Muito pelo contrário, trata-se de apostar no próprio mal-estar para que transformações se realizem.

O que pretendemos demonstrar é que toda tentativa de determinar os desvios da normalidade social como resposta ao mal-estar partilha de uma fantasia ideológica fundamental: a fantasia de um corpo originalmente homeostático. O que isso implica em termos de consequências éticas e

políticas para a clínica psicanalítica é que o mal-estar deve ser pensado a partir das formas de subjetivação produzidas na cultura, em cada contexto histórico, nos cabendo considerar como as respostas sintomáticas dos sujeitos apontam para impasses produzidos a partir dos discursos dominantes em nosso tempo. Pois, como bem salientou Lacan (1953/1998, p. 322): “Que antes renuncie a isso [à prática psicanalítica] quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”.

Patologias sociais e a gestão ideológica do mal-estar

Pretendemos agora demonstrar como o mal-estar pode aparecer de forma excessivamente determinada através de categorias diagnósticas, produzidas pelo saber médico, que estabelecem quais narrativas de sofrimento serão consideradas legítimas e receberão um tratamento específico. Chamaremos a essa determinação excessiva de gestão ideológica do mal-estar nos valendo da noção de ideologia enquanto “uma ‘ilusão’ que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo real impossível” (Zizek, 1996, p. 323), ou seja, uma ilusão que mascara o mal-estar insolúvel *no* sujeito entre o registro pulsional e o projeto civilizatório.

É interessante pensarmos como ocorre esse deslocamento da noção de ideologia, se buscamos pensá-la dentro da perspectiva psicanalítica. De fato, Zizek é um dos autores, na contemporaneidade, que tem realizado uma leitura do social através do conceito de “fantasia ideológica”, buscando expressar a junção entre certas categorias do marxismo e da psicanálise. Da psicanálise Zizek retira a ideia da fantasia fundamental do sujeito como elemento estruturador de suas relações primordiais com a realidade. A fantasia, para a psicanálise, não mascara, portanto, a realidade positiva, não se trata de um véu que nos cega para o real, mas sim de uma tela apta a ocultar justamente as fissuras da realidade. Ou, como já se encontrava articulado na obra de Freud, a fantasia fundamental é uma forma através da qual o sujeito mascara seu desamparo, seu mal-estar intrínseco. Tal mascaramento toma a forma na articulação entre fantasia e identificação, já que, ao identificar-se com tipos ideais, o sujeito procura escamotear os indícios de seu mal-estar.

Dessa forma, ao propor o conceito de “fantasia ideológica”, Zizek o desloca do sentido tradicional do marxismo, na medida em que o que se encontra oculto pelo fantasma não seria, na verdade, a realidade produtiva (como na interpretação tradicional do marxismo), mas sim os impasses imanentes a essa mesma realidade; ou, se quisermos colocar através das categorias freudianas, seu mal-estar.

A partir do conceito de “fantasia ideológica”, defendemos a tese de que as patologias sociais são produtos de uma gestão ideológica do mal-estar que objetiva a conformação do sujeito aos ideais culturais de nosso tempo através do estabelecimento do patológico enquanto um desvio desses mesmos ideais. Trata-se de pensar, através da noção de patologia social, como o mal-estar é alvo de uma gestão que busca determinar suas formas de expressão por meio da eleição de narrativas de sofrimento específicas.

A noção de patologia social já está presente no horizonte da crítica social desde o século XIX. Nesse contexto, a noção surge com o intuito de descrever desvios da normalidade social a partir da perspectiva de que a sociedade é um organismo que, assim como o corpo de um indivíduo, necessita combater patologias que ameaçam o seu funcionamento. Trata-se de um paralelismo entre o desenvolvimento dos indivíduos e o desenvolvimento das sociedades através de analogias entre a biologia e a sociologia. É com Émile Durkheim (2007, p. 669) que vemos a noção de patologia social surgir dentro dessa perspectiva: “para as sociedades como para os indivíduos, a saúde é boa e desejável, a doença, ao contrário, é a coisa má que deve ser evitada”.

O surgimento da noção de patologia social é indissociável do desenvolvimento da medicina social, no século XIX, e a profusão de modalidades de administração da vida e gestão dos corpos. A medicina social produziu saberes que fundamentaram uma biopolítica das populações, que se manifestou através de técnicas de controle social e políticas higienistas (Foucault, 2012). Dentro dessa perspectiva, identificar patologias sociais representa a tentativa de estabelecer os males que colocam em risco o organismo social para poder combatê-los.

Segundo Dunker (2015), nem toda forma de sofrimento é imediatamente traduzível em patologia. Mas como se processaria essa tradução? Dentro da perspectiva das categorias diagnósticas de

manuais como o DSM-5, ou seja, a partir do que estamos chamando de patologias sociais com Safatle (2018, p. 09), “um sofrimento patológico é um sofrimento socialmente compreendido como excessivo e, por isso, objeto de tratamento por modalidades de intervenção médica que visam permitir a adequação da vida a valores socialmente estabelecidos com forte carga disciplinar”. Nessa noção apresentada por Safatle, devemos enfatizar dois pontos: (1) que o sofrimento patológico seja um sofrimento socialmente compreendido como excessivo, temos, nessa perspectiva, que o patológico é estabelecido como desvio de uma normalidade esperada; e (2) que a intervenção médica – e por que não dizer psicológica também? – visa à adequação da vida a valores socialmente estabelecidos, temos aqui uma modalidade de intervenção que busca a restauração da suposta normalidade perdida. Ou seja, parte-se do pressuposto de que a saúde corresponde à medida exata de adequação do sujeito aos ideais culturais. Isso porque devemos entender por normalidade as disposições de conduta exigidas dos sujeitos nos processos de socialização, que, por sua vez, são marcados pelas racionalidades dominantes no cenário social e político.

Segundo Georges Canguilhem (2009), o patológico, quando entendido como uma experiência quantitativa de déficit ou excesso em relação à normalidade, resulta da pressuposição de uma continuidade qualitativa entre a experiência da normalidade e a experiência da doença. Continuidade esta que, segundo ele, não existe, “pois a vida no estado patológico não é a ausência de normas, mas a presença de outras normas” (Canguilhem, 2012, p. 182). O que essa presunção de continuidade e a diferença quantitativa entre os estados sustentam é a ilusão de que o quadro normativo com o qual o patológico rompeu é sem fissuras. Ou seja, trata-se de uma fantasia ideológica por excelência.

Voltemos então a Freud e Zizek para perceber como essa perspectiva acerca do patológico é fruto de uma gestão ideológica do mal-estar. Vimos com Freud (1930/2011) como o mal-estar é a expressão de um desacordo permanente entre o sujeito e os ideais da cultura. Em cada contexto sócio-histórico busca-se estabelecer soluções de compromisso em resposta ao mal-estar através da legitimação das formas de laço social consideradas normais. Com Zizek (1996), podemos afirmar que toda forma de laço social produz sintomas, pois, segundo ele, o sintoma é a

classe particular não incluída no universal do qual ela faz parte, ou seja, o sintoma é o ponto de emergência da verdade sobre uma dada situação: a verdade do mal-estar insolúvel que precisou ser recalcado para que o quadro normativo de uma situação pudesse se constituir.

Dentro da noção de sofrimento patológico das categorias diagnósticas do discurso psiquiátrico, o mal-estar é desconsiderado na medida em que o saber médico vai estabelecer categorias diagnósticas que determinam o sofrimento humano como desvio ou perturbação da normalidade instituída pelos discursos ideológicos de uma determinada situação. Temos, então, duas perspectivas radicalmente distintas acerca do sofrimento: a tese do mal-estar na civilização nos leva a considerar as formas de sofrimento como manifestações de um mal-estar constitutivo e que retorna através dos impasses produzidos pelas tentativas de conformar o sujeito aos discursos; e já nas categorias diagnósticas que constituem patologias sociais, as modalidades de sofrimento aparecem como déficits de conformação dos sujeitos aos ideais culturais, estabelecendo o patológico como desvio de uma normalidade determinada socialmente.

Pensando em nosso contexto atual, o DSM é um exemplo de como o mal-estar pode ser gerido através de categorias diagnósticas. Nas últimas edições do DSM, há um “rompimento do nexos com os discursos psicanalíticos e social, que faziam a patologia mental depender dos modos de subjetivação e socialização em curso, em um dado regime de racionalidade” (Dunker, & Kyrillos, 2011, p. 618). O que não implica que esses modos de subjetivação não estejam presentes implicitamente na produção das categorias diagnósticas do manual, já que a construção histórica do mesmo aponta para uma dependência do campo da psicopatologia em relação ao campo filosófico quando a psicopatologia se coloca a pergunta acerca da universalidade das formas do patológico e da evolução de quadros patológicos (Dunker, & Kyrillos, 2011).

Busquemos então desenvolver como o quadro normativo de nossa época pode ser fortalecido através da produção das categorias diagnósticas do DSM. Segundo Dunker (2015), o sofrimento é uma experiência compartilhada, no sentido de que ele depende do reconhecimento ou do não reconhecimento que lhe é dado. É o que faz do sofrimento uma categoria política. Mas quem tem a primazia no estabelecimento desses

atos de reconhecimento? Como nos apontou Safatle (2018), é o saber médico de uma época, produzindo categorias diagnósticas performáticas, no sentido de que estabelece os modos pelos quais o sujeito deve narrar seu sofrimento para que este seja reconhecido e possa ser tratado.

O que as últimas edições do DSM produziram foi uma verdadeira individualização da patologia mental ao buscar no funcionamento cerebral a causa determinante do sofrimento psíquico. Dessa forma, ao localizar no indivíduo a causa do sofrimento psíquico, oculta-se o contexto social em que esse sofrimento é considerado uma patologia. Quem nos ajuda a entender como discursos ideológicos produzem categorias diagnósticas supostamente científicas e ateóricas é o filósofo da ciência Ian Hacking (2006, p. 308), ao tratar do efeito *looping* em classificações de seres humanos. “As pessoas e sua classificação estão numa situação de plena interação e evolução bilateral”.

Hacking (2006) parte da consideração de que a concepção realista da ciência é dominante em nosso mundo e, conforme ela, o conhecimento das coisas se produz através de separação e classificação minuciosa, num esforço de produzir um retrato fidedigno do mundo. Dessa forma, vivemos em um mundo repleto de classificações nos mais diversos campos do conhecimento. Contudo, há diferenças entre o ato de classificar fenômenos, animais ou coisas e o ato de classificar pessoas. Diferentemente dos primeiros, as pessoas podem reagir às classificações que lhes são impostas e produzir comportamentos. O efeito *looping* ocorre quando uma classificação produz um *tipo* interativo (Hacking, 2006), ou seja, quando uma categoria diagnóstica determina o comportamento de um sujeito e o comportamento do sujeito termina por produzir um estereótipo da classificação. A interação entre o classificado e a classificação pode ocorrer tanto através de *feedback* positivo (quando o sujeito se identifica com a caracterização que lhe é feita) e através de *feedback* negativo (quando o sujeito rejeita a caracterização).

A classificação interativa costuma ocorrer com frequência nas ciências médicas quando comportamentos indesejados socialmente são associados a causas biológicas duvidosas. Ou seja, um conjunto de sintomas comportamentais ou sintomas isolados sofrem uma biologização que implica em uma resposta por parte do sujeito

classificado. Podemos afirmar que essa resposta é, em boa medida, de *feedback* positivo ou de identificação do sujeito com o conjunto de sintomas comportamentais que lhe são atribuídos. Como vimos com Dunker (2015), o sofrimento é uma experiência compartilhada uma vez que se estrutura como narrativa que solicita reconhecimento social. Como aponta Safatle (2018), o saber médico possui a primazia nesses atos de reconhecimento e é a partir das categorias diagnósticas por ele produzidas que os sujeitos interagem na busca por terem suas narrativas reconhecidas e para que um tratamento possa a elas ser dispensado. É nisso que reside o caráter claramente performático das classificações produzidas por manuais como o DSM: elas determinam como o sofrimento deve ser experienciado. E mais: como em larga medida os transtornos são produzidos a partir da consideração implícita de comportamentos ou condutas consideradas indesejáveis no contexto social e político, o DSM pode ser considerado um instrumento de manutenção dos discursos ideológicos vigentes na situação atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter mostrado, ainda que brevemente, como o mal-estar na civilização pode ser gerido através da produção de patologias sociais. Quando o mal-estar se manifesta em narrativas de sofrimento, ele só é considerado legítimo se essas narrativas entrarem em conformidade com os critérios diagnósticos dos manuais biomédicos. E é na imposição dessas categorias diagnósticas, nas quais o sofrimento é traduzido em patologia através da biologização de comportamentos considerados anormais, que a inadequação entre o sujeito e as formas de subjetivação produzidas na cultura pode ser gerida. Ao individualizar o sofrimento através da explicação neurofisiológica, naturalizam-se os discursos a partir dos quais determinadas condutas puderam ser classificadas como patológicas.

Dessa forma, acreditamos que a produção de patologia sociais é um processo ideológico que tenta neutralizar as possibilidades de se posicionar criticamente em relação à racionalidade dominante em um determinado contexto, assim como tenta anular o potencial transformativo presente no mal-estar.

Lembremos como, para Freud, o sintoma sempre constitui-se como uma “tentativa de cura”, isto é, como uma resposta possível que o sujeito confere a seu mal-estar; é justamente quando existe a falha do recalque em condicionar o sintoma e o subsequente advento da angústia, que, através da desestruturação subjetiva inerente a essa falha, o sujeito confrontaria seu mal-estar. O sintoma, como tentativa de cura, jamais deixará de ser um parceiro do sujeito, e se é verdade que a psicanálise se propõe como um processo terapêutico, ela não possui uma visão moral sobre o patológico. Trata-se apenas de propor para o sujeito a possibilidade de outras “soluções de compromisso” que não passem pelo custo psíquico inerente à lógica do sintoma. Forma de tratamento, portanto, que não busca eliminar o mal-estar, mas manejá-lo, direcioná-lo.

REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2001). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Canguilhem, G. (2012). *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Dunker, C. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo.
- Dunker, C. (2018). Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda. In Safatle, V., Silva Junior, N., & Dunker, C. (Orgs.), *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico* (p. 317-351). Belo Horizonte: Autêntica.
- Dunker, C. I. L., & Kyrillos Neto, F. (2011). A crítica psicanalítica do DSM-IV-breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. *Rev. latinoam. psicopatol. Fundam.*, 14(4), 611-626.
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2012). O nascimento da medicina social. In Foucault, M. [Autor], *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.
- Freud, S. (1910/1996). A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910)
- Freud, S. (1996). Totem e tabu. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913)
- Freud, S. (1996). Psicologia de grupo e análise do eu. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921)
- Freud, S. (2010). A desilusão causada pela guerra. In Freud, S. [Autor] *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915a)
- Freud, S. (2010). Nossa atitude perante a morte. In Freud, S. [Autor] *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915b)

- Freud, S. (2010). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XII. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (2011). *O mal-estar na civilização*. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XX1. Rio de Janeiro: Penguin /Companhia das Letras. (Original publicado em 1930)
- Freud, S. (2015). Moral sexual cultural e o nervosismo moderno. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. VIII. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1908)
- Hacking, I. (2006). O autismo: o nome, o conhecimento, as instituições, os autistas – e suas interações. In Russo, M., & Caponi, S. (Orgs.), *Estudos de filosofia e história das ciências biomédicas* (p. 305-320). São Paulo: Discurso Editorial.
- Herzog, R., & Farah, B. (2005). A psicanálise e o futuro da civilização moderna. *Psychê*, 9(16), 49-64.
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1953)
- Safatle, S. (2018). Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In Safatle, V., Silva Junior, N., & Dunker, C. (Orgs.), *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico* (p. 7-31). Belo Horizonte: Autêntica.
- Vahle, M. A., & Cunha, E. L. (2011). Matrizes clínicas e ética em Freud. *Psicologia Clínica*, 23(1), 203-220.
- Zizek, S. (1996). O espectro da ideologia. In Zizek, S. (Org.), *Um mapa da ideologia* (p. 315-362). Rio de Janeiro: Contraponto.

Recebido em 15 de abril de 2019

Aceito para publicação em 10 de junho de 2020



DOSSIÊ:

**PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO
EM TEMPOS DE INCERTEZA**

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE INDISFARÇADA BRUTALIDADE

*Cristiana Carneiro**

*Daniela Viola***

*Margareth Diniz****

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da escuta psicanalítica dos ruídos do tempo, num momento em que os acontecimentos da pandemia ainda estão em curso, logo, em que ainda estamos numa posição de obscuridade em relação à subjetividade da época. Nesse sentido, propõe pensar a “brutalidade” – significante extraído por Freud e Mbembe das pandemias de suas épocas –, que perpassa o discurso atual, numa espécie de língua pandêmica. A partir disso, introduz a relevância do presente dossiê, como contribuição provisória de uma rede internacional de psicanalistas aos desafios atuais da interface Psicanálise e Educação.

Palavras-chave: Psicanálise; Educação; Pandemia.

PSYCHOANALYSIS AND EDUCATION IN TIMES OF UNDISGUISED BRUTALITY

ABSTRACT

This work proposes a reflection on the importance of psychoanalytic listening to the noise of the time, at a time when the events of the pandemic are

* Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Brasil. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas - NIPIAC; Coordenadora do GT da ANPEPP - Psicanálise e Educação. Membro da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. Membro da Rede INFEIES e RUEPSY.

** Psicanalista. Doutora em Psicologia pela UFMG, com período de estágio doutoral na Université Paris 8. Pós-doutorado na PUC Minas. Membro do LEPSI Minas e da RUEPSY.

*** Psicanalista. Professora no Programa de Pós-graduação em Educação e em Direito da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP - Brasil. Membro do LEPSI Minas e da RUEPSY.

still ongoing, therefore, in which we are still in a position of obscurity in relation to the subjectivity of the time. In this sense, this work proposes to think about “brutality” – signifier extracted by Freud and Mbembe from the pandemics of their times –, that runs through the current discourse, in a kind of pandemic language. From these considerations, the paper introduces the importance of this dossier, as an interim contribution of an international network of psychoanalysts to the current challenges of Psychoanalysis and Education interface.

Keywords: Psychoanalysis; Education; Pandemic.

PSICOANÁLISIS Y EDUCACIÓN EN TIEMPOS DE BRUTALIDAD SIN DISFRAZ

RESUMEN

Este trabajo propone una reflexión sobre la importancia de la escucha psicoanalítica de los ruidos del tiempo, en un momento en que los eventos de la pandemia aún continúan, por tanto, en un momento en que todavía estamos en una posición de oscuridad en relación con la subjetividad del tiempo. En este sentido, propone pensar en la “brutalidad” – significante extraído por Freud y Mbembe de las pandemias de sus tiempos – que recorre el discurso actual, en una especie de lenguaje pandémico. A partir de estas consideraciones, introduce la relevancia del presente dossier, como contribución provisional de una red internacional de psicoanalistas a los desafíos actuales de la interfaz entre Psicoanálisis y Educación.

Palabras clave: Psicoanálisis; Educación; Pandemia.

INTRODUÇÃO: TEMPOS BRUTAIS

Há pouco mais de 100 anos, em 26 de janeiro de 1920, numa carta muito conhecida, Freud escreve para sua mãe: “Tenho uma notícia triste para a senhora hoje. Ontem de manhã nossa querida Sofia morreu de gripe e pneumonia galopantes.” (Freud, 1920-1939/1982, p. 382) O trágico acontecimento pessoal se deu em meio a uma tragédia global, a pandemia de influenza, mais conhecida como gripe espanhola, que se alastrou pelo mundo entre 1918 e 1920, matando um número insondável de pessoas¹. Na carta à mãe, o comedido relato dos fatos termina com palavras de reconforto: “Espero que receba a notícia com calma; a tragédia, afinal, tem que ser aceita. Mas chorar essa menina esplêndida, cheia de vida, que era tão feliz com seu marido e seus filhos,

naturalmente é permitido.” (idem) No dia seguinte, num tom menos contido, escreve ao amigo Pfister: “A indisfarçada brutalidade do nosso tempo está pesando demais sobre nós. Amanhã ela deverá ser cremada, nossa pobre menina de domingo!” [...] “A perda de uma filha parece um ferimento sério e narcisístico; o que se conhece como luto provavelmente só virá depois.” (Freud, 1920-1939/1982, p. 383).

Um século depois, a correspondência de Freud chega também aos destinatários de uma outra pandemia. Sabemos, pelas diversas biografias do psicanalista, o quanto essa perda o impactou. Para além dos aspectos biográficos, as sombras da “indisfarçada brutalidade” do tempo certamente recaíram sobre suas produções teóricas daquele período em diante, trazendo importantes efeitos para a Psicanálise e demonstrando a impossibilidade de um(a) psicanalista se separar, ou mesmo se esquivar, da subjetividade de sua época – efeito do real sem sentido que acomete os seres falantes num contexto sócio-histórico, precipitando-se no discurso de um tempo, sempre marcado por certas formas coletivas de sofrimento.

Não é simples, nem fácil, estar “à altura” de seu tempo, como sugere Agamben no ensaio “O que é o contemporâneo?” (2009). Esse filósofo é perspicaz ao localizar nas “trevas” do presente um ponto de miragem do real de uma época, paradoxalmente, anacrônico, descentrado, deslocado ou mesmo fora de lugar. “Pode dizer-se contemporâneo a apenas quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue entrever nessas a parte da sombra, a sua íntima obscuridade.” (Agamben, 2009, p. 63). Para ele, é preciso neutralizar as luzes que a época irradia “para descobrir suas trevas, seu escuro especial, que não é, no entanto, separável daquelas luzes.” (p. 63). E esse escuro concerne diretamente ao sujeito que, ao não se deixar cegar pelo esplendor do novo e do atual, “recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém do seu tempo.” (p. 64). O sujeito contemporâneo é aquele que se percebe numa fratura do tempo, cavidade aonde dificilmente a luz chega, logo, tem grandes dificuldades em nomear o real que incide em seu claro instante.

É notável o fato de que Lacan também se vale do significante “trevas”, muito antes de Agamben, ao abordar o real de uma época em sua solene proposição ética sobre “a obra do psicanalista”, ou seja, sua práxis, à qual se chega por meio de uma “longa ascese subjetiva”:

Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico. Que ele conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas. Quanto às trevas do mundus ao redor do qual se enrosca a imensa torre, que ele deixe à visão mística a tarefa de ver elevar-se ali, sobre um bosque eterno, a serpente putrefaciente da vida. (Lacan, 1953/1998, p. 322).

Vale lembrar esse parágrafo tão citado dos *Escritos* em tempos pandêmicos. Sempre repetida à exaustão, talvez essa proposição nunca tenha se colocado diante da atual geração de psicanalistas com a radicalidade de agora. Lacan vai ao centro do que se trata ao relacionar a subjetividade de uma época não somente à discórdia das línguas, isto é, ao tecido discursivo que compõe o laço social contemporâneo, mas também às “trevas do mundus ao redor” de Babel, ao real brutal que perturba a vida.

E é justamente um elemento perturbador da vida que entra em cena no alvorecer de 2020. Do espaço inconcebível ao redor do discurso, surge o mais elementar dos acontecimentos: um vírus, que detona toda uma cadeia de desdobramentos sem precedentes em um século – aquele que nos separa da outra pandemia, que Freud testemunhou. O espalhamento do vírus não propaga apenas sua potência letal, transposta em números impensáveis. À parte dos campos do saber que vêm lidando com os aspectos biológicos, médicos e estatísticos do vírus, cabe aos psicanalistas lidar com um espalhamento de outra ordem, mais perceptível ao instrumento de que dispõem, a escuta. No olho do furacão em que ainda estamos – um olho cego, onde não há claridade o suficiente para que os semblantes operem com sua habitual consistência –, resta o ouvido. E o que escutamos é uma perturbação inédita no discurso, com efeitos imprevisíveis para o laço social, já percebidos, de maneira retumbante, na clínica e em suas interfaces, como a Educação.

É na clínica, na escuta de sujeitos – em sua maioria, do outro lado de uma tela ou de uma linha telefônica – que temos escutado os ruídos de uma língua nova, efeito colateral da Covid - 19, a infectar os corpos

falantes. Confinados ou não em suas casas, os sujeitos estão expostos a um bombardeio de signos estranhos à Babel de Lacan, uma espécie de idioma genérico, desenraizado, asséptico. Seus signos, extraídos de um léxico esterilizado, espalham-se como o vírus aos quatro cantos do mundo, transcendendo todas as barreiras linguísticas e chegando aos corpos dos sujeitos, por vezes implacavelmente. Sars-CoV-2; OMS; CDC; PCR-RT; N95, PFF2; etc. Essas e muitas outras siglas se tornaram estranhamente frequentes na fala, rompendo barreiras de idioma, tornando-se uma língua comum, a língua da pandemia. Expressões e palavras como “máscara”, “quarentena”, “negacionismo”, “álcool em gel”, “linha de frente”, “distanciamento social”, “nova cepa”, “insumo”, “segunda onda”, “resposta imunológica”, “boletim epidemiológico”, “Butantã”, “Fiocruz”, “Imperial College London”, ou mesmo “Pfizer”, entre tantas outras, fazem parte das conversas mais triviais. A língua da pandemia concerne a todos, não apenas aos profissionais da saúde. Acompanha-se na mídia uma profusão de números diários, as últimas produções científicas, as deliberações políticas, todos os acontecimentos provocados pelo vírus. A perspectiva geográfica varia desde os lugares, privilegiados no globo, em que a vida humana foi priorizada e as ações políticas se voltaram com seriedade para o enfrentamento da crise, até as periferias do planeta, em que à pandemia juntou-se uma política da morte – como o é a atual política de estado do governo brasileiro. Em comum na diversidade de vidas dos atuais habitantes do planeta Terra, uma língua asséptica, codificada, que pauta o empobrecimento das experiências humanas. O confinamento, em seus variados níveis, vai além das paredes dos lares e invade o espaço público, trazendo uma perturbação ao laço social da qual as transformações discursivas são sinais. É sinal, inclusive, a cacofonia dos grupos de negacionistas que se recusam a aderir às medidas restritivas, não em nome de uma “aproximação social” ou da “queda das máscaras”, mas sim, como sabemos, da segregação e do obscurantismo.

Propomos abordar essas perturbações que têm afetado os corpos falantes, como testemunhamos na clínica psicanalítica e nos espaços que restaram à Educação, a partir do significante “brutalidade”, escrito por Freud ao nomear a pandemia de sua época. São tempos brutais, em que as sutilezas de antes foram perdidas e o real está escancaradamente

à espreita. Se até outro dia falávamos do desvelamento da inexistência do Outro, hoje, talvez, esse “abrir das cortinas” já não se aplique mais. Talvez por isso, ainda com Agamben, nossas elaborações teóricas sobre o contemporâneo e o laço social pré-covid possam parecer anacrônicas, um tanto defasadas ou, até mesmo, precipitadas. É claro que já se antevia a precariedade do tão almejado véu da “leveza”, semblante desgastado de tanto uso na última década, a ponto de Lipovetsky (2016), sociólogo especialmente atento às hipertrofias do discurso, ter lhe dedicado todo um ensaio. Mas sua queda brutal foi prevista por poucos.

Na tentativa de descrição destes tempos pandêmicos, num mundo cada vez mais assombrado pelas incertezas e pela possibilidade de seu fim, Mbembe (2020) também se refere à brutalidade da época. Assim como Freud, que aponta a “indisfarçada brutalidade” de seu tempo precisamente quando está às voltas com o conceito fundamental de pulsão de morte (Freud, 1920/2020), é o filósofo da Necropolítica quem nos ensina sobre o “brutalismo” de hoje.

Para além das suas origens no movimento arquitetônico de meados do século XX, definíamos brutalismo como o processo contemporâneo “pelo qual o poder agora se constitui, se expressa, se reconfigura, age e se reproduz como força geomórfica”. Isto se dá através de processos de “fraturação e fissuração”, de “enxugamento das veias”, de “perfuração” e “esvaziamento das substâncias orgânicas”. Em suma, pelo que chamamos de “depleção”. (Mbembe, 2020a, s.p., com citações de outro trabalho seu, também de 2020b)

E acrescenta: “Nós chamávamos a atenção, justificadamente, para a dimensão molecular, química e até radioativa desses processos”. (idem) É a vida – e não somente a humana – que está em jogo nesse movimento. Para Mbembe (2016), a Necropolítica – talvez a mais precisa definição da política de gestão da morte destes tempos – diz respeito às formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte. Trata-se da expressão máxima da soberania, que reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. E é com a força de seu brutalismo que o necropoder atinge os corpos. A brutalidade das relações de poder que perpassa a gestão planetária da pandemia é a mais escancarada manifestação da Necropolítica.

É também escancarada a brutalidade do outro tempo pandêmico, cuja queda dos disfarces é apontada por Freud. Naquele contexto, os processos brutais se alastravam não apenas pela disseminação de um vírus, mas também pela propagação e pelo fortalecimento do discurso nazi-fascista, extremamente ruidoso – cujos arremedos contemporâneos são indissociáveis dos efeitos devastadores da atual pandemia. Uma das características da pulsão de morte é o silêncio de seu trabalho constante de desagregação psíquica (Freud, 1920/2020). No entanto, paradoxalmente, a brutalidade refere-se ao barulho surdo da pulsão de morte, à expressão manifesta de seu triunfo. Também hoje, na impossibilidade de nos orientarmos pelas luzes do presente, resta aos ouvidos essa antinomia, um barulho silencioso, e, muitas vezes, letal. A brutalidade é o ruído da pulsão de morte em seu triunfo, com consequências mortificantes para os corpos humanos. Estes, empobrecidos de seu acolchoamento linguístico – severamente afetado pelo distanciamento social, pela escassez dos encontros, pela perda do toque do outro, e também, decerto, pela difusão discursiva do ódio e da segregação – sucumbem a uma depleção de desejo, correlata ao desligamento psíquico que é um rastro do trabalho da pulsão de morte.

Relacionamos, por hipótese, essas formas de desligamento e de esvaziamento a uma espécie de “neutralização da linguagem”, tal como Lacan (1953/1998) aponta ao fazer uma distinção entre a fala e a informação. “Por uma antinomia inversa, observa-se que, quanto mais o ofício da linguagem se neutraliza, aproximando-se da informação, mais lhe são imputadas redundâncias” (p. 300). De acordo com ele, “a função da linguagem não é informar, mas evocar. O que busco na fala é a resposta do outro. O que me constitui como sujeito é minha pergunta.” (idem). Supomos que a atual neutralização da linguagem proporcionada pela pandemia – com seu idioma redundante, codificado e avesso a dialetizações – provoca uma precarização em curso no nível da fala, ocasionando graves efeitos de sofrimento psíquico e adoecimentos diversos.

Essa perturbação discursiva, indissociável das perdas libidinais decorrentes de tudo que envolve um imperativo de distanciamento entre os corpos, atinge em cheio a vida das crianças, adolescentes e jovens, distantes uns dos outros num novo formato de escola e de universidade. Atinge

também os educadores e gestores escolares, assim como as famílias, que têm, todos eles, que se virar às pressas e improvisar em tempo real uma fórmula de seguir em frente com um trabalho que se torna, para muitos, cada vez mais extenuante e brutal. Diante desse estado de coisas, que se converte em urgência subjetiva generalizada – a outra face da pandemia –, as redes, comunidades e coletivos de psicanalistas não recuam e se põem a trabalho, ainda que tenham que tatear, às cegas, no olho do furacão.

AINDA, TEMPOS PSICANALÍTICOS

A ideia deste dossiê, organizado pelas autoras do presente trabalho, surge, portanto, em tempos de pandemia e de anomia política, e nos convoca a pensar sobre os efeitos de uma crise civilizatória sem precedentes, gerada por tais tempos. Em razão disso, urge que repensemos nossas atividades clínicas, científicas e pedagógicas nestes momentos incertos. Reafirmamos a necessidade da presença do psicanalista por meio de espaços de fala e de escuta, de conversações, de pesquisa-intervenção, de teorização do singular, entre outros modos de trabalho, para buscar sistematizar saberes e práticas no que concerne aos sintomas educativos da infância, da adolescência e da docência, bem como aos efeitos de mal-estar surgidos da relação entre o sujeito, a política e a cultura. Frente à brutalidade da época, que debilita o desejo e esgota os corpos, apostamos, ainda, na potência de afabilidade das palavras, um quantum mínimo de delicadeza necessário a qualquer abertura alteritária e dialéticação.

Nesse sentido, compartilhar parte do trabalho dos membros da rede RUEPSY (*Réseau Universitaire International d'Études d'Éducation et de Psychanalyse*) com a Revista Tempo Psicanalítico, da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, referência nacional no âmbito da psicanálise, é congregar esforços na sustentação e diálogo da psicanálise entre os pares e os outros campos do saber.

A invenção da psicanálise não cessa de produzir efeitos na vida em sociedade, mesmo tendo sido considerada por Freud (1937/2017), relendo Kant, como ofício impossível, junto à política e à educação. Entre outros motivos, analisar, governar e educar são considerados ofícios que lidam com a palavra e, portanto, tomados pela impossibilidade

de se controlar os efeitos da intervenção. Ao reconhecer esse caráter de impossibilidade e atuar como psicanalistas no campo da Educação e da Formação, e diante do nosso ato mesmo de transmissão, somos sujeitos implicados na construção do destino que nos constitui e nos faz estabelecer em rede interuniversitária e internacional.

Assim como se deram as proficuas intervenções no âmbito do evento da RUEPSY², que reuniu seus integrantes para seu relançamento, formalizamos por meio deste Dossiê uma efetiva e substancial “problematização do real” com base nas iniciativas e intercâmbios acadêmicos de seus reconhecidos pesquisadores, clínicos e docentes. Os tempos incertos e brutais reivindicam nosso protagonismo e, com o Dossiê, teremos a chance de construir aportes para se pensar a subjetividade de nosso presente, como nos convida Lacan (1953/1998), e de contribuir para “renovar o mundo comum”, como nos convoca Arendt (2007, p. 246).

Desta forma, apresentamos aos leitores/as os artigos que compõem esse dossiê. O primeiro deles, nomeado como “Um lugar ético para o adulto na relação com crianças e adolescentes: Bernfeld e o para-além da patologização”, de autoria de Cristiana Carneiro (Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle e Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mariana Scrinzi (Universidad Autónoma de Entre Ríos – Argentina) e Perla Zelmanovich (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO – Sede Argentina), discute a articulação entre Educação e Psicanálise a partir de Siegfried Bernfeld, fundador da Colônia Infantil de Baumgarten, uma experiência educacional de ponta na qual deu as boas-vindas aos órfãos de guerra, instituindo um espaço para além da brutalidade já vivida por eles. As autoras resgatam seu trabalho no sentido de refletir sobre o mal-estar do psicanalista e educador diante da criança ou adolescente que não corresponde ao que se espera. Advertindo-nos de que o mal-estar do adulto diante da criança e adolescente fora do esperado pode instaurar defesas autoritárias e patologizantes, Bernfeld advoga um outro lugar, ético e expectante, na relação adulto-criança. Resgatar as concepções desse pioneiro objetiva incrementar a reflexão sobre o crescente movimento de patologização no cenário contemporâneo, como destacam as autoras: O “não querer saber”, marca de todo adulto, poderia, assim, abrir algumas lacunas no querer saber sobre o mal-estar e a inquietação que a criança

e o adolescente não modelares nos causam. Tanto o psicanalista quanto o educador não têm certeza, nem podem prever os resultados de suas intervenções, mas somente quando o educador reconhece e aceita seus próprios limites será possível criar uma nova pedagogia, uma pedagogia dos limites contra a onipotência dos pedagogos, advertem as autoras.

O segundo artigo, “Aspectos económicos del psiquismo en pandemia. Displacer de percepción en una realidad inesperada”, de autoria de Ana Bloj (Centro de Estudios Históricos del Psicoanálisis en Argentina – CEHPA), retoma textos de Freud publicados durante a Primeira Guerra Mundial e no seu pós-guerra (1915-1925) com o objetivo de abordar algumas contribuições conceituais produzidas pelo autor em meio ao referido evento. Tem o objetivo de estabelecer diálogos e tensões entre essas produções e o que tem observado, ouvido e analisado da prática clínica na modalidade virtual e no trabalho institucional transmitido em supervisões de situações clínicas por colegas que realizam suas práticas na cidade de Rosário, Argentina. Destaca especialmente as possibilidades de intervenção com meninos e meninas nesse contexto, levando em consideração o modelo econômico proposto por Freud em 1920, em seu livro “Além do princípio do prazer”, exatamente um século atrás. A análise centra-se na construção de algumas hipóteses que permitem à autora pensar na conjugação desses desenvolvimentos para analisar do ponto de vista econômico os movimentos pulsionais e as barreiras psíquicas que podem ocorrer no quadro da pandemia de Covid-19. A partir da leitura da pandemia como um dano coletivo que atinge todos e cada um dos sujeitos, a autora nos convida a percorrer produções freudianas caras à reflexão destes novos tempos.

O terceiro artigo, “O ato infracional como ato anti-hamletiano de adolescentes sob condição de indignação e revolta”, de Cássio Eduardo Soares Miranda (Universidade Federal do Piauí – UFPI) e Marcelo Ricardo Pereira (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), parte da noção de indignação e revolta, com base nas análises freudo-lacanianas de Hamlet, de Shakespeare, visando discutir a relação entre desinserção social e ato infracional de adolescentes em conflito com a lei. Para isso, remonta ao conceito de adolescência e de desorientação simbólica para analisar como esses sujeitos, à diferença do personagem shakespeariano,

são impelidos a agir mediante a revolta, mesmo que seu ato possa levá-los ao pior. Por meio do caso José, concluem a discussão mostrando uma saída possível para esses adolescentes que não se reduza nem à paralisia neurótica nem ao ato não dialetizável.

Cristina M. Ronchese (Facultad de Psicología - Universidad Nacional de Rosario – Argentina) produz o quarto artigo, intitulado “El porvenir de una desilusión. Desafíos psíquicos en tiempos de pandemia”, discutindo algumas particularidades da situação da pandemia e consequente confinamento, a partir de diversas dimensões, destacando sua complexidade. Na perspectiva psicanalítica destaca aspectos do impacto psíquico que ambos geram nos sujeitos e apresenta algumas posições acerca do posicionamento do analista e sua prática clínica nesse contexto.

“Tiempos de incertidumbre: ¿Nuevas soledades?” é o nome do quinto artigo. Produzido por Susana Brignoni (Universidad Autónoma de Barcelona – Espanha), mostra a prática de uma equipe de psicanalistas em Barcelona que trabalha num dispositivo de Saúde Mental, a Fundação Nou Barris para a Saúde Mental. O dispositivo apoia a articulação entre a Psicanálise e a Educação social para tratar os vários problemas que surgem em crianças e adolescentes sob tutela devido a um diagnóstico de desamparo. Explora aquilo a que chama “dom da fala”, privilegiando a prática da conversa, e visa dar conta do atual momento de incerteza introduzido pela pandemia e da forma como os psicanalistas leem essa incerteza. Explora, ainda, a diferença entre isolamento e solidão, que são duas figuras-chave no momento do confinamento.

O sexto artigo do dossiê, intitulado “Educação não é sinônimo de aprendizagem: uma interlocução entre Educação, Psicanálise e Filosofia”, de autoria de Kelly Cristina Brandão da Silva (Departamento de Desenvolvimento Humano e Reabilitação – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp), discute, a partir da interface Psicanálise e Educação, em interlocução com alguns pressupostos filosóficos, sobretudo no que concerne às teorizações de Hannah Arendt e Gert Biesta, algumas hipóteses acerca da atual primazia da aprendizagem e do suposto protagonismo do aluno, com o consequente apagamento do lugar do professor e do ensino. Com o reducionismo do direito constitucional à educação em direito à aprendizagem, sob a influência de organizações internacionais,

como a OCDE, marcadas por uma lógica neoliberal, algumas políticas públicas obedecem à lógica de eficiência do mundo empresarial. Com metas mensuráveis, focadas em resultados, a complexidade do fenômeno educativo se reduz à performance e ao desempenho. Nessa perspectiva, quaisquer percalços na empreitada educativa são entendidos como um problema de gestão. Entretanto, como uma tarefa eminentemente humana, a Educação convive, paradoxalmente, com a impossibilidade de sua realização, visto que nunca alcança a totalidade da sua intenção, sempre não-toda. A tensão estrutural relativa ao enigmático (des)encontro entre o novo e o instituído obriga a Educação a lidar continuamente com o mal-estar. A autora defende em seu artigo que a educação seja vista como um bem comum que se efetiva em um campo eminentemente relacional e, portanto, tenso, imprevisível, artesanal, avesso a determinações generalistas e, seguindo a tradição freudiana, impossível.

No último artigo do presente dossiê, as autoras Rose Gurski, Stéphanie Strzykalski e Cláudia Maria Perrone, todas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresentam uma discussão importante sobre a adolescência contemporânea. Objetivando aprofundar e visibilizar aspectos clínicos e educacionais que envolvem a adolescência hoje, apontam questões de ordem ético-política, social e individual. Retomando o episódio do Massacre de Suzano, buscam problematizar o aumento preocupante do mal-estar juvenil de nosso tempo, revelado por crescentes índices de depressão e suicídio de jovens brasileiros.

Por fim, convidamos o leitor e a leitora a percorrer esses trabalhos, acreditando no potencial da psicanálise como discurso de resistência ante à propagação de discursos de ódio e de apagamento do subjetivo.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2007). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, SP: Perspectiva. 2007.
- Agamben, G. (2009). *O que é o Contemporâneo? e outros ensaios*. (V. N. Honesko, trad.) Chapecó, SC: Argos. 2009.
- Freud, S. (1873-1939/1982). *Correspondência de amor e outras cartas* (Edição preparada por Ernst L. Freud) (A. Santos, trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1982.
- Freud, S. (1920/2020). Além do princípio do prazer. S. Freud. *Além do princípio de prazer [Jenseits des Lustprinzips]* – Edição crítica Bilingue (Obras incompletas de Sigmund Freud). (M. Moraes, trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2020.
- Freud, S. (1937/2017). A análise finita e a infinita. S. Freud. *Fundamentos da clínica psicanalítica* (Obras incompletas de Sigmund Freud). (C. Dornbusch, trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.
- Lacan, J. (1953/1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 238-324. 1998.
- Lipovetsky, G. (2016). *Da leveza: rumo a uma civilização sem peso*. (I. Lopes, trad.) Barueri, SP: Manole. 2016.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*. Revista do PPGAV-EBA- UFRJ. n. 32. dez. 2016.
- Mbembe, A. (2020a). O direito universal à respiração. (A. Braga, trad.). Publicação digital da n-1edições. <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>
- Mbembe, A. (2020b). *Brutalisme*. Paris: *La Decouverte*.
- Taubenberger, J, Morens, D. (2006). Influenza: the mother of all pandemics. *Emerging Infectious Diseases*. 12 (1): 15–22. doi:10.3201/eid1201.050979

NOTAS

- ¹ Estima-se que morreram entre 17 e 100 milhões de pessoas em decorrência da pandemia de gripe espanhola. (Taubenberger, Morens, 2006).
- ² O encontro aconteceu na ocasião do 13º Colóquio Internacional do LEPSI, na cidade de Ouro Preto, em novembro de 2019.

UM LUGAR ÉTICO PARA O ADULTO NA RELAÇÃO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: BERNFELD E O PARA ALÉM DA PATOLOGIZAÇÃO

*Cristiana Carneiro**

*Mariana Scrinzi***

*Perla Zelmanovich****

RESUMO

Siegfried Bernfeld foi um psicanalista, discípulo de Freud, e um pioneiro na articulação entre educação e psicanálise. Além disso, fundou a Colônia Infantil de Baumgarten, uma experiência educacional de ponta na qual deu as boas-vindas aos órfãos de guerra. Neste artigo resgatamos seu trabalho no sentido de refletir sobre o mal-estar do psicanalista e educador diante da criança ou adolescente que não corresponde ao que se espera. Advertindo-nos que o mal-estar do adulto diante da criança e adolescente fora do esperado pode instaurar defesas autoritárias e patologizantes, Bernfeld advoga um outro lugar, ético e expectante, na relação adulto-criança. Resgatar as concepções desse pioneiro objetiva incrementar a reflexão sobre o crescente movimento de patologização no cenário contemporâneo. Na atualidade, à medida que o diagnóstico passa a ser prioritariamente

* Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência contemporâneas – NIPIAC; Coordenadora do GT da ANPEPP – Psicanálise e Educação. Membro Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. Membro Rede INFEIES e RUEPSY.

** Universidad Autónoma de Entre Ríos – Argentina. Práctica profesional supervisada en Infancia y Familia. Facultad de Humanidades, Artes y Ciencias Sociales. Membro Rede INFEIES e RUEPSY.

*** Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO – Sede Argentina. Programa de Psicoanálisis y Prácticas Socio-Educativas. Área Educación. Integrante de Red INFEIES (Red Internacional Inter-universitaria de Estudios en Infancia e Instituciones). Trabaja en la Formación y supervisión de Equipos de Orientación Escolar. Codirectora de la revista INFEIES RM (Revista multimedial). Membro Rede INFEIES e RUEPSY.

concebido pelo neurobiológico e pelo comportamental, a escola também passa a ocupar a função de identificar a soma dos comportamentos desviantes, encaminhando rapidamente a criança ou adolescente para serviços de saúde mental. Em outro sentido, menos imediato, tolerar algo sobre não saber em relação à criança exigiria que o adulto assumisse parcialmente sua própria estranheza constitutiva. O “não querer saber”, marca de todo adulto, poderia, assim, abrir algumas lacunas no querer saber sobre o mal-estar e a inquietação que a criança e o adolescente não modelares nos causam. Tanto o psicanalista quanto o educador não têm certeza, nem podem prever os resultados de suas intervenções. Bernfeld nos ensina que somente quando o educador reconhece e aceita seus próprios limites será possível criar uma nova pedagogia, uma pedagogia dos limites contra a onipotência dos pedagogos.

Palavras-chave: educação; psicanálise; patologização; crianças; adolescentes.

AN ETHICAL PLACE FOR ADULTS IN THEIR RELATIONSHIP WITH CHILDREN AND ADOLESCENTS: BERNFELD AND BEYOND PATHOLOGIZATION

ABSTRACT

Siegfried Bernfeld was a psychoanalyst, a disciple of Freud and a pioneer in the articulation between education and psychoanalysis. In addition, he founded Baumgarten Children's Colony, a cutting-edge educational experience in which he welcomed war orphans. In this dossier we recall his work to reflect on the uneasiness of the psychoanalyst and educator towards the child or adolescent that does not correspond to what is expected. Warning us that the malaise of the adult in front of the child and adolescent outside of what is expected can establish authoritarian and pathological defenses, Bernstein advocates another place, ethical and expectant in the adult-child relationship. Rescuing the conceptions of this pioneer aims to increase reflection on the growing movement of pathologization in the contemporary scenario. Nowadays, as the diagnosis becomes primarily conceived by the neurobiological and behavioral, the school also starts to occupy the function of identifying the sum of deviant behaviors, quickly referring the child or adolescent to mental health. In another, less immediate sense, tolerating something about not knowing about the child would require the adult to partially assume his or her own constitutive strangeness. The “not knowing”, a mark of every adult, could thus open some gaps in wanting to know about

the uneasiness and restlessness that the child and adolescent do not model on us. Both the psychoanalyst and the educator are not sure, nor can they predict the results of their interventions. Bernfeld teaches us that only when the educator recognizes and accepts his own limits will it be possible to create a new pedagogy, a pedagogy of limits against the omnipotence of pedagogues.

Keywords: education; psychoanalysis; pathologization; children; teenager.

UN LUGAR ÉTICO PARA LOS ADULTOS EN SU RELACIÓN CON NIÑOS Y ADOLESCENTES: BERNFELD Y MÁS ALLÁ DE LA PATOLOGIZACIÓN

RESUMEN

Siegfried Bernfeld fue un psicoanalista, discípulo de Freud, y un pionero en la articulación entre educación y psicoanálisis. Además, fundó la Colonia Infantil de Baumgarten, una experiencia educativa de vanguardia en la cual amparó a los huérfanos de la guerra. En este artículo rescatamos su trabajo para reflexionar sobre el malestar del psicoanalista y educador delante del sujeto que transita la infancia o la adolescencia y que no guarda correspondencia con lo esperado. Advirtiéndonos que el malestar del adulto delante del sujeto que transita la infancia o la adolescencia por fuera de lo esperado puede instaurar defensas autoritarias y patologizantes, Bernfeld aboga un otro lugar, ético y espectante en relación al adulto. El objetivo es rescatar las concepciones de este pionero para incrementar la reflexión sobre el creciente movimiento de patologización en el escenario contemporáneo. En la actualidad, en la medida que el diagnóstico pasa a ser prioritario, desde una concepción neurobiológica y comportamental, la escuela también pasa a ocupar la función de identificar la suma de comportamientos desviados, derivando rápidamente a la niña, niño o adolescente para ser medicalizado/ patologizado. En otro sentido, menos inmediato, tolerar algo del no saber en relación a ese sujeto que transita la infancia o la adolescencia exigirá que el adulto asuma parcialmente su propia extrañeza constitutiva. El “no querer saber”, la marca de todo adulto, podría abrir así algunas lagunas de querer saber sobre la inquietud y malestar que suscita nuestra extrañeza actualizada por la niña, niño o adolescente que no condice con el modelo. Tanto el psicoanalista como el educador no están seguros, ni pueden predecir los resultados de sus intervenciones. Bernfeld nos enseña que solo cuando el educador reconozca y acepte sus propios límites será posible crear una nueva pedagogía, pedagogía de los límites contra la omnipotencia de los pedagogos.

Palabras clave: educación; psicoanálisis; patologización; ética; infancia; adolescentes.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi produzido a partir da parceria entre a Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, o NIPIAC (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas) e duas redes de pesquisa que convergem para pensar o diálogo entre psicanálise e educação. A rede INFEIES (Estudios e investigaciones Psicoanalíticas e interdisciplinares en infancia e instituciones) e rede RUEPSY (Rede Interuniversitária de Estudos de Psicanálise na Educação). Essas redes pretendem convergir para a colaboração internacional da articulação psicanálise e educação e congregam pesquisadores do Brasil, França, Espanha, Argentina, Luxemburgo, Uruguai e Colômbia. No presente trabalho, mais especificamente, uma psicanalista brasileira e duas argentinas convergem suas pesquisas no intuito de refletir sobre o lugar do adulto ante a criança e/ou o adolescente que não correspondem ao idealmente esperado, seja este adulto um educador ou um psicanalista. Em que pese as profundas diferenças entre os dois ofícios, Freud (1937/1980) os aproxima quando os chama de profissões impossíveis, juntamente com o governo. Essa impossibilidade estaria ligada ao todo saber do adulto sobre a criança, do governante sobre o governado e do psicanalista sobre o analisando, inviabilizando o controle ideal dos efeitos das suas práticas. Não há garantias, nem controle preditivo, algo que questiona profundamente o “fazer do outro a imagem ideal que se tem na cabeça” (Bernfeld, 1973, p. 90: Tradução nossa). O sujeito é sempre discordância de um estabelecido, sempre mais, menos, não tanto, não ainda... Entre o ideal e o real a distância se instaura e as relações humanas passam a ser fonte privilegiada de mal-estar (Freud, 1930/1980).

Seguindo esse rastro da psicanálise, temos que o mal-estar entre os ideais culturais e os agulhões egoístas do universo particular é algo esperado. Portanto, partimos do mal-estar para tentar fazer com ele, a partir dele. Mas, se a psicanálise nos adverte da impossibilidade de uma existência sem conflito, como se guiar num contemporâneo que patologiza o mal-estar e o compreende como algo passível de ser sumariamente evitado ou descartado? É, então, nesse cenário atual onde crescem as patologias e desvanece o subjetivo que escolhemos retomar os

escritos de um pioneiro da psicanálise: Siegfried Bernfeld. Teórico que pensou a articulação entre psicanálise e educação e nos incita a refletir sobre uma postura ética do adulto em relação à criança e ao adolescente para fazer frente a lógicas autoritárias e patologizantes.

SOBRE BERNFELD

Scrinzi (2019), apoiada na obra da pedagoga Violeta Núñez (2005), faz uma pergunta muito importante para os psicanalistas e educadores: poderíamos dizer que a obra de Bernfeld é um patrimônio silenciado da humanidade? Acreditando na pertinência desse questionamento faremos uma brevíssima apresentação desse autor pouco lido no Brasil, ainda que pioneiro da psicanálise. Membro da primeira geração de psicanalistas, foi caracterizado por Roudinesco e Plon (1998) como grande conhecedor das origens do movimento freudiano. Fez parte do grupo das quartas-feiras juntamente com Alfred Adler, Wilhelm Stekel, Sandor Ferenczi, Otto Rank, Paul Federn, Hermann Nunberg, Hanns Sachs, Theodor Reik, Max Eitingon, Karl Abraham, Ernest Jones e Carl Gustav Jung.

Siegfried Bernfeld nasceu no dia 7 de maio de 1892, em Lemberg, numa família judia de comerciantes instalada nos arredores de Viena. Como primeira formação estudou botânica e zoologia para depois se orientar para psicologia e pedagogia (Roudinesco, & Plon, 1998). A partir de 1914, fez parte de movimentos juvenis tendo sido um militante sionista e socialista. Desde 1914, ao entrar em contato com a obra de Maria Montessori, voltou seu interesse para a psicanálise, fazendo parte da corrente intelectual denominada freudomarxismo que marcou a história do pensamento freudiano entre 1920 e 1975 (Roudinesco, & Plon, 1998). No ponto de vista doutrinário, o movimento articulou freudismo e marxismo e, no ponto de vista político, comunismo e psicanálise. A importância de Bernfeld para o campo da psicanálise se condensa nas palavras do próprio Freud que o situa, juntamente com Pfister e Hug-Hellmuth, como pioneiros da articulação psicanálise e educação (Freud, 1925/1992).

Em 1919, Bernfeld cria a Comunidade Infantil de Baumgarten que tinha como finalidade amparar os filhos de judeus órfãos pela guerra, dando-lhes educação para emigrarem à Palestina. Bernfeld apostava em

condições institucionais que não fossem nem do orfanato e nem da escola, mas que justamente propusessem “um espaço, meios necessários e forças suficientes para formar uma comunidade de muitos órfãos como um organismo vivente” (Bernfeld, 1919/2005, p. 48; tradução nossa). A razão dessa empreitada era fazer laço, por isso a metáfora do organismo com suas relações vitais: externas e internas. O uso da expressão vital no contexto mortífero e mortificante da guerra e da orfandade vale a pena destacar. Nesse ponto, a experiência institucional que propôs era subversiva, pois ia num sentido contrário das coordenadas políticas internacionais da época.

Em 1922, ele se instala em Viena e se consagra como um membro importante da Associação Psicanalítica Vienense. Preocupado com a infância e a adolescência desamparadas, Bernfeld luta pela educação sexual, emancipação das mulheres, articulação da doutrina freudiana e questões sociais. Faz parte de um grupo de psicanalistas formado por Wilhelm (Willi) Hoffer (1897-1967), Anna Freud (1895-1982) e August Aichhorn (1878-1949).

Em 1925 (1975), publicou uma obra que questionava os métodos educativos alemães apontando para o risco de favorecerem a instauração de regimes ditatoriais: *Sísifo e os limites da educação*. Peter Paret, enteadado de Bernfeld, define o livro como “uma trombeta de advertência para os professores autoritários e também para a geração de educadores que proclama o evangelho do amor” (Paret, 1925/1975, p. 9-10; tradução nossa).

Nesse mesmo ano, Anna Freud cria o Kinderseminar (Seminário de Crianças) a fim de formar terapeutas capazes de aplicar a psicanálise na educação infantil.

Em 1937, Bernfeld e uma parte da família passam a morar em São Francisco, outra parte foi exterminada em Auschwitz. Em 1941, funda nos Estados Unidos a Sociedade de Psicanálise de São Francisco. Junto a Fenichel, militou a favor da análise leiga na American Psychoanalytic Association (APsaA), lamentando o caráter “mecanicista” da psicanálise à americana (Roudinesco, & Plon, 1998). Um pouco antes de sua morte, em 1953, criticou as normas de análise didática da International Psychoanalytical Association (IPA), reafirmando a postura crítica e antiautoritária dela. Como afirma Moyano Mangas (2007), no livro *A psicanálise e a educação antiautoritária*, Bernfeld propõe uma prática

pioneira e libertária. Nesse sentido, a partir de Roudinesco e Plon (1998), pode-se dizer que Bernfeld conservou durante toda sua vida um espírito vienense contestador e profundamente marcado pela teoria das pulsões diferentemente de outros imigrantes que adotaram facilmente o pragmatismo do freudismo norteamericano.

A PATOLOGIZAÇÃO COMO POSSÍVEL RESPOSTA DO ADULTO ANTE O MAL-ESTAR

Núñez (2005) aponta a importância de recuperarmos a obra de Bernfeld justamente porque, mesmo antigos, os textos trazem invenções e interrogações pertinentes à práxis educativa. Pensamento crítico que nos permite reescrever as práticas “muitas vezes fragmentadas, banalizadas e estandarizadas pelo discurso hegemônico do *blabláblá* neopositivista (nos seus diversos matizes e formulações cognitivistas)” (Nuñez, 2005, p. 11). No presente artigo, entretanto, não iremos nos centrar nas práticas educativas ou clínicas, mas na reflexão da relação adulto-criança também atravessada, no contemporâneo, por um discurso neopositivista dos diagnósticos baseados em evidências. Mais especificamente, nos referimos à posição do adulto educador e clínico quando diante da criança que não corresponde ao esperado. Esse adulto é atravessado pelos discursos de seu tempo que, longe de serem neutros, engendram ideais, formas de ver, práticas. Indo nessa direção, podemos dizer que em nossos tempos assistimos a uma grande mudança em relação às compreensões diagnósticas.

No contemporâneo encontramos modelos diagnósticos pautados na observação direta, definindo o objeto como um fato publicamente observável, o que minimizaria a centralidade do fator etiológico. O transtorno, nome que aparece ao longo dos manuais diagnósticos, é considerado um déficit de uma substância neuronal e a medicação entra em cena de modo compensatório (Dunker, 2014, p. 93). Outra diferença contemporânea em relação aos diagnósticos é a mudança na ferramenta de escuta, justamente do conteúdo discursivo, pois nessa nova lógica a escuta é pautada numa orientação apenas do reconhecimento dos sintomas. De acordo com Dunker (2014, p. 92), ao excluir as relações entre os sintomas e o funcionamento psíquico dos sujeitos, o enfoque é voltado apenas para

o relato descritivo do sintoma. Numa lógica atravessada pelo mercado, a vida pessoal passa a ser compreendida em setores isolados, tal uma loja de departamentos, cuja administração do mal-estar os transforma em sintomas. O principal dessa nova visão é que a categoria sofrimento, fundamental na acepção psicanalítica, desaparece. Na compreensão mais neurobiológica atual, o sofrimento parece correspondente à dor, logo, uma mera secreção orgânica dos neurônios (Dunker, 2014, p. 94).

Na medida em que o diagnóstico passa a ser concebido predominantemente pelo neurobiológico e comportamental, a escola também passa a ocupar a função de identificar a soma de comportamentos desviantes e características biológicas, encaminhando a criança/adolescente para a saúde mental (Carneiro, & Coutinho, 2015, p. 186). A expansão do discurso diagnóstico ao domínio escolar pode estar articulada ao incremento significativo de encaminhamentos da escola à saúde mental, o que vem crescendo ainda mais nesta segunda década do século XXI no Brasil (Boarini, & Borges, 1998; Collares, 2013; Carneiro, & Coutinho, 2015).

As mudanças sobre a pensabilidade diagnóstica contemporânea parecem, então, ir muito além do campo saúde, deixando traços também no cenário educativo. Se, por um lado, como já apontava Mannoni (1999), a escola abre, muitas vezes, uma segunda chance para a criança, ofertando um espaço outro, diferente da família, onde ela pode encontrar um novo lugar, por outro lado a oferta de nomeações patologizantes no seio da escola não é neutra. Muitas vezes os nomes dos transtornos circulam na escola com certa facilidade, quase como sinônimos de certas características. Nessa espécie de pseudodiagnóstico escolar, informal, não há delongas temporais, rapidamente características são resumidas em transtornos. Sem a noção de sofrimento, a narrativa do próprio sujeito quanto ao sofrer é descartada e a experiência de reconhecimento vista como um elemento transformador do sintoma é praticamente excluída.

Se, por um lado, reconhecemos que há toda uma expansão da nova cultura diagnóstica e um discurso que associa o comportamento fora da norma à patologia, podemos nos perguntar por que os adultos que educam e tratam as crianças estão prontamente aderindo e endossando esse discurso. Nossa hipótese é que, ante o mal-estar causado pela criança fora da norma, o adulto pode patologizar seu comportamento, por um lado

o associando a um nome de doença/transtorno, por outro o localizando num funcionamento/disfuncionamento da própria criança. Ao fazer isso, o adulto endereça o mal-estar a outra área, médica, minimizando a angústia do não saber-fazer diante do que incomoda. Para Zelmanovich (2014), o sintoma social atual relativo ao “todo saber” sobre a criança/adolescente deixa desprovida de sua eficácia moderna a equação Família-Escola. A partir disso, a autora aponta para a necessidade de um trabalho com a família e com a escola visando reintroduzir o sujeito na cadeia significante e na ordem de um saber. Para poder funcionar como “outro lugar”, a escola e a família, ambas, precisam aceitar a existência da alteridade e, inevitavelmente, do “não-saber” para que algo da experiência singular na relação com a criança possa ter lugar. Seguindo nessa direção de pensamento, podemos dizer que a patologização do mal-estar por parte do adulto que educa e/ou trata a criança, pode ser uma espécie de saída defensiva diante de um não saber que incomoda. Se, por um lado, há todo um discurso do sucesso e da eficácia possíveis e sem delongas temporais que vai num sentido contrário ao que se apresenta na prática, há ainda a relação do próprio adulto com sua infância evocada e atualizada na relação com a criança.

A psicanálise inaugura uma nova infância, que seria aquela para além do vivido de uma criança, já que nessa teoria entende-se o infantil como cerne também do adulto. Assim, não se trata da suposta infância cabalmente ultrapassada pelo adulto, mas de uma infância que resta, permanecendo no adulto através do desejo infantil (Carneiro, 2015). Como nos diz Lajonquiére (2010, p. 207), “Esse outro que não (se) foi é objeto de *recalque* e de *retorno* e, assim, torna-se nosso estranho familiar. É o infantil que nos habita, depois da infância, para todo o sempre”. É a partir desse contexto que Freud pensa a sexualidade como sempre referida ao infantil. A questão é que a sexualidade incomoda, justamente naquilo que reenvia para um infantil indomado, que está em nós e nos suplanta mais do que gostaríamos. Numa releitura do mal-estar a partir da sexualidade infantil, Suchet (2018) situa o caráter desorganizativo e disruptivo do pulsional como principal fonte de repúdio ante a sexualidade infantil. A violência pulsional (Suchet, 2018, p. 51) seria justamente o ponto de mal-estar privilegiado naquilo que nos remete ao incontrolável. A partir disso poderíamos nos perguntar mais

especificamente se a impossibilidade de domínio e controle definitivo do pulsional em nós não seria de certa forma relançada quando diante de uma criança que desafia o ideário de “criança perfeita”?

Tolerar algo do não saber em relação à criança requisitaria do adulto certa assunção da sua própria estranheza constituinte e do corpo pulsional como nunca passível de domesticação absoluta. O “não querer saber”, marca de todo adulto, poderia assim abrir algumas brechas de querer saber sobre a inquietação e mal-estar que nossa estranheza reatualizada pela criança não modelar suscita. Isso sugere que, em algum nível, o excessivo de si mesmo também possa ser visto como legítimo. Portanto, que o adulto possa, de algum modo, acolher em si e no outro a angústia, a raiva, o medo, o sem sentido. O acolhimento diria respeito, então, a uma espécie de reconhecimento da legitimidade daquilo que se articula ao mal-estar.

O ADULTO E A POSIÇÃO EXPECTANTE

Justamente num sentido contrário à pressa diagnóstica do contemporâneo e à rápida patologização do mal-estar pelo adulto, Bernfeld nos diz da importância de um adulto que pode esperar, que observa os pequenos detalhes, que suporta o tempo. Sem dúvida ele escreveu sobre essa temática num pós-guerra ainda não tão marcado pela inflação diagnóstica de nossos tempos, mas que já assistia a uma patologização dos órfãos de guerra que não correspondiam ao esperado. Fazendo uma severa crítica da analogia entre o educador e o jardineiro, bastante usado na época em associação ao termo “jardim de infância”, vai contra a predominância da acepção biológica de desenvolvimento. A biologização dos corpos justamente não os compreende como políticos e pulsionais.

Fazendo uma espécie de comparação entre o “novo educador” e o tradicional, Bernfeld vai dizer que a diferença entre ambos não reside nas medidas particulares de uns e outros, mas na atitude e posição geral do educador (Bernfeld, 1973, p. 122). Essa nova posição, justamente, favoreceria a abertura de novas possibilidades filiativas para os alunos, rompendo com as nomeações já fixadas de órfãos, desajustados, ladrões,

ineducáveis. Seguindo essa visão de Bernfeld, Brignoni (2012) ressalta a importância da não insistência na eliminação do sintoma, justamente porque esse excesso de insistência só levaria o sujeito a se fixar mais ainda no sintoma. A nova posição do educador proposta pelo autor rechaçaria “a chata autossuficiência e segurança de si mesmo, não sobrevalorizando narcisicamente sua própria pessoa e seus próprios atos” (Bernfeld, 1973, p. 122). Para Bernfeld, a relação afetiva com as crianças e jovens deveria vir em primeiro plano, tendo como pano de fundo o respeito fundamental às crianças. Ressalta ainda que apenas as convicções, o estilo e o respeito dos educadores pode viabilizar uma vida cotidiana para além do cenário monstruoso imposto pelo nazismo. O estilo foi considerado o produto do vínculo singular que cada educador estabelece com o objeto do seu ensino, a partir de sua própria história como criança e aluno, e seu desejo. García Molina (2003, p. 122), retomando Bernfeld, reafirma a proposição de que não há como se educar sem desejo. Um desejo antes, durante e depois do ato educativo que poderia ser traduzido por um desejo de ser ensinante, de sustentar o ato e ter uma certa esperança no depois. A ação educativa põe, então, em jogo a questão temporal. A posição expectante é aquela que toma em consideração os detalhes e os pequenos incidentes implicando em uma atitude de espera, observando com curiosidade e interesse o que vem depois. Justamente a mudança de lugar a partir do ato educativo, bem como na clínica, só é possível no tempo e requer que alguém suporte esse tempo.

A dimensão temporal na posição expectante aqui é apresentada por nós como indo em um sentido contrário da rapidez diagnóstica como resultado da medicalização do mal-estar dos adultos em relação à criança e ao adolescente que não correspondem ao esperado. Bernfeld (1973, p. 90; tradução nossa) vai dizer que “o educador é confrontado muito rapidamente à impossibilidade de fazer do outro a imagem ideal que tem na cabeça. Essa descoberta se articula com a impossibilidade dos efeitos controláveis do fazer”. Tanto o psicanalista clínico quanto o educador não têm certeza, nem resultados previsíveis, em relação às suas intervenções. Justamente por isso que o interesse e curiosidade nos detalhes que se sucedem à intervenção são tão importantes, dando subsídios à trajetória a construir.

Em uma nota de rodapé Garcia Molina (2003) cita Bernfeld:

Nunca sei com exatidão como irá se comportar uma criança numa situação pedagógica planejada; ignoro como esta situação a impactará, quanto durará seu efeito, qual será seu resultado definitivo dentro de trinta anos. E o conhecimento da história do indivíduo tampouco modificará consideravelmente a segurança do prognóstico (Bernfeld, 1929, citado por García Molina, 2003, p. 90-91; tradução nossa).

Bernfeld (1975/1925) considera que o educador é um Sísifo, cujos esforços se diluem continuamente devido a limites externos, socioculturais por exemplo, e internos, como os psíquicos. Ele sustenta que, só na medida em que esses limites sejam reconhecidos e aceitos, será possível criar uma nova pedagogia. Pedagogia dos limites que iria, justamente, à contrapelo da onipotência dos pedagogos (Scrinzi, 2019, p. 35). Pensando ética como investigação dos princípios que orientam o agir, esse novo lugar que o adulto poderia ocupar teria, então, o limite como um valor.

O pioneirismo de Bernfeld consistiu justamente em postular que para se tornar educador era preciso estar advertido dos limites da educação, ato político que vai no sentido oposto da onipotência autoritária (Scrinzi, 2019, p. 37). Essa onipotência estaria profundamente entrelaçada com uma pedagogia idealizante, pois o papel do educador estaria articulado a salvar e transformar a humanidade. Ainda que perca o amor do aluno, vai merecer a gratidão da humanidade por seu trabalho em favor da felicidade humana (Filloux, 2001, p. 82).

Temos, então, que tanto o educador quanto o psicanalista estariam às voltas com ofícios em que a previsibilidade é posta em questão e, de maneiras distintas, o adulto corre permanentemente o risco de autoritariamente saber sobre a criança e o adolescente. Indo em outra direção, um lugar ético para os adultos que educam e clinicam seria aquele de suportar o não saber, tolerando certo tempo e atentando aos detalhes das respostas, fragmentos de linguagem que esses sujeitos lhes dirigem. Ainda que Bernfeld (1976) se refira predominantemente ao educador, podemos dizer que ao clínico de crianças e adolescentes também participam da cena interventiva três atores: a criança/

adolescente que se ensina/trata, a criança/adolescente que está no adulto e o eu do adulto. Se, como nos diz Filloux (2001), as diferenças se situam no nível do eu, o campo pulsional e desejante aproxima profundamente esses participantes.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Como nos fala Dunker (2014), no contemporâneo encontramos modelos diagnósticos pautados na observação direta. Definir o objeto como um fato publicamente observável minimiza as questões referentes à etiologia e maximiza o descriçionismo sintomatológico. Esse modelo atual acaba por facilitar uma expansão diagnóstica para além do campo mais estrito da saúde mental, invadindo os consultórios dos especialistas e escolas com uma miríade de novos nomes de transtornos. Se, nessa lógica, o adulto observa direta e prontamente comportamentos compreendidos como “deficitários” nas crianças e adolescentes são associados a sintomas de patologias, estaríamos mais afeitos à lógica da doença do que do mal-estar subjetivo. Numa direção oposta à pressa diagnóstica, Bernfeld (1973) nos sublinha a importância da posição expectante do adulto, que no redemoinho cotidiano instala outro tempo, tempo da espera e observação. Trabalhando com um público mal visto e excluído do pós-guerra, esse pioneiro da psicanálise nos indica como uma posição ética do adulto em relação à criança e ao adolescente pode fazer frente à onipotência autoritária e excludente que nós, adultos, estamos constantemente inclinados a exercer.

REFERÊNCIAS

- Bernfeld, S. (1973). *El psicoanálisis y la educación antiautoritaria*. Barcelona: Barral.
- Bernfeld, S. (1975). *Sísifo o los límites de la educación*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores. (Original publicado em 1925)
- Bernfeld, S. (2005). *La ética del chocolate. Aplicaciones del psicoanálisis en educación social*. España: Gedisa.
- Brignoni, S. (2012). *Pensar las adolescencias*. Barcelona: UOC.
- Carneiro, C., & Coutinho, L. G. (2015). Infância e adolescência: como chegam as queixas escolares à saúde mental? *Educação em Revista*, 56, 181-192. doi: 10.1590/0104-4060.37764.
- Carneiro, C. (2018). O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. In *Psicologia-Universidade de SP-USP*, 29, 314-321.
- Christofari, A. C., Freitas, C.R. , & Baptista, C.R. (2015). Medicalização dos modos de ser e de aprender. *Educação & Realidade*, 40(4), 1079-1102.
- Collares, C. A. L., & Moysés, M. A. (2015). Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo ensino-aprendizagem. In CRP-SP; GIQE (Orgs.), *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos* (p. 221-244). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dunker, C. A. (2014). Neurose como encruzilhada narrativa: psicopatologia psicanalítica e diagnóstica psiquiátrica. In Zorzaneli, R., Bezerra Jr, B., & Freire Costa, J. (Orgs.), *A produção de diagnósticos em psiquiatria contemporânea* (1ª ed.), 1, 69-106. Rio de Janeiro: Garamond.
- Filloux, J. C. (2001). *Campo pedagógico y psicoanálisis*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Freud, S. (1980). O mal-estar na civilização. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930)
- Freud, S. (1980). Análise terminável e interminável. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 23. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937).

- Freud, S. (1992). Presentación autobiográfica. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XX. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1925)
- García Molina, J. (2003). *Dar (la) palabra. Deseo, don y ética en educación social*. Barcelona: Gedisa.
- Lajonquière, L. (2010). *Figuras do infantil: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moyano Mangas, S. (2007). *Retos de la educación social. Aportaciones de la Pedagogía Social a la educación de las infancias y las adolescencias acogidas en Centros Residenciales de Acción Educativa*. Tesis de doctorado. Facultad de Pedagogía, Universidad de Barcelona, Barcelona. Recuperado em 13 out. 2019 de <<http://hdl.handle.net/2445/43070>>.
- Núñez, V. (2005). Prólogo. In Bernfeld, S. [Autor], *La ética del chocolate. Aplicaciones del psicoanálisis en Educación Social*. Barcelona: Gedisa.
- Paret, P. (1975). Introducción. En Bernfeld, S. [Autor], *Sísifo o los límites de la educación*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Diccionario de psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Scrinzi, M. (2019). *Las paradojas de los diagnósticos y tratamientos de las problemáticas del ámbito escolar en la Argentina actual: un análisis desde la perspectiva ética y de la educación antiautoritaria de Siegfried Bernfeld*. Tesis de calificación. Universidad Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Zelmanovich, P. A. (2014). Equação família-escola: entre o reenvio das impotências e a dialética alienação e separação. In Voltolini, R. (Org.), *Retratos do mal-estar contemporâneo na educação* (p. 181-195). São Paulo: Escuta/Fapes.

ASPECTOS ECONÓMICOS DEL PSIQUISMO EN PANDEMIA. DISPLACER DE PERCEPCIÓN EN UNA REALIDAD INESPERADA

*Ana Bloj**

RESUMEN

En este escrito hemos retomado una serie de textos freudianos publicados durante la primera guerra mundial y en su período de post guerra (1915-1925) con la finalidad de abordar algunos aportes conceptuales producidos por el autor en medio de dicho acontecimiento. Es nuestro objetivo establecer diálogos y tensiones entre esas producciones y lo que hemos podido observar, escuchar y analizar en el devenir de este tiempo de pandemia en la práctica clínica bajo modalidad virtual y el trabajo institucional transmitido en supervisiones de situaciones clínicas a cargo de colegas que ejercen sus prácticas en la ciudad de Rosario, Argentina. Hacia el final del trabajo nos centraremos especialmente en las posibilidades de intervención con niños y niñas en este contexto, teniendo en consideración el modelo económico planteado por Freud en 1920. Nos detendremos fundamentalmente en los aspectos económicos del psiquismo desarrollados por Freud en el período mencionado, especialmente en el libro “Más allá del principio del placer” de 1920; exactamente un siglo atrás. El análisis se centra en la construcción de algunas hipótesis que permitan pensar en la conjugación de aquellos desarrollos con el fin de analizar desde el punto de vista económico los movimientos pulsionales y las barreras psíquicas que pueden darse en el marco de la pandemia COVID19. Este análisis considerará ciertos aspectos del displacer que pueden darse en la población en términos generales, a sabiendas de que cada proceso de índole singular se entrama con aspectos culturales propios de cada territorio, nación y ubicación en el escenario global.

* Centro de Estudios Históricos del Psicoanálisis en Argentina – CEHPA; Facultad de Psicología – Universidad Nacional de Rosario – UNR – Argentina.

Se trata de un perjuicio de carácter colectivo que afecta a todos y cada uno de los sujetos que invita a volver a pasar por aquellas producciones freudianas de tan caras a la teoría psicoanalítica.

Palabras clave: displacer de percepción; pandemia; economía libidinal; guerra.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA PSIQUE EM PANDEMIA. DESPRAZER DE PERCEPÇÃO EM UMA REALIDADE INESPERADA

Resumo

Neste escrito, retomamos uma série de textos freudianos publicados durante a Primeira Guerra Mundial e no seu pós-guerra (1915-1925) com o objetivo de abordar algumas contribuições conceituais produzidas pelo autor em meio ao referido evento. É nosso objetivo estabelecer diálogos e tensões entre essas produções e o que temos podido observar, ouvir e analisar no transcorrer desse tempo de pandemia na prática clínica na modalidade virtual e no trabalho institucional transmitido em supervisões de situações clínicas por colegas que realizam suas práticas na cidade de Rosário, Argentina. No final do trabalho, enfocaremos especialmente as possibilidades de intervenção com meninos e meninas nesse contexto, levando em consideração o modelo econômico proposto por Freud em 1920. Vamos nos concentrar principalmente nos aspectos econômicos do psiquismo desenvolvidos por Freud no período mencionado, em seu livro “Além do princípio do prazer”, de 1920 (1992); exatamente um século atrás. A análise centra-se na construção de algumas hipóteses que nos permitem pensar na conjugação desses desenvolvimentos para analisar do ponto de vista econômico os movimentos pulsionais e as barreiras psíquicas que podem ocorrer no quadro da pandemia COVID19. Esta análise levará em consideração alguns aspectos do desprazer que podem ocorrer na população em termos gerais, sabendo que cada processo de natureza singular se confunde com aspectos culturais de cada território, nação e localidade no cenário global. É um dano coletivo que atinge todos e cada um dos sujeitos que nos convida a percorrer aquelas produções freudianas tão caras à teoria psicanalítica.

Palavras chave: desprazer perceptivo; pandemia; economia libidinal; guerra.

ECONOMIC ASPECTS OF THE PSYCHE IN PANDEMIC. DISPLEASURE OF PERCEPTION IN AN UNEXPECTED REALITY

ABSTRACT

In this writing we revisit some Freudian's texts published during the First World War and in the post-war period (1915-1925) with the aim of addressing some conceptual contributions produced by the author in the midst of above-mentioned event.

We have the aim to establish dialogues and tensions between these productions and what we have been able to observe, listen, and analyze in the course of this pandemic in clinical practice, in virtual modality and the institutional work transmitted in supervisions of clinical situations by colleagues who carry out their practices in the city of Rosario, Argentina. Towards the end of the work we will especially focus in the possibilities of intervention with boys and girls in this context, taking into consideration the economic model proposed by Freud in 1920.

We will focus mainly on the economic aspects of the psyche developed by Freud in the mentioned period, especially in his book "Beyond the pleasure principle" of 1920; exactly a century ago.

The analysis focuses on the construction of some hypotheses that allow us to think about the conjugation of those developments in order to analyze from the economic point of view the drive movements and psychic barriers that may occur in the framework of the COVID19 pandemic. This analysis will consider certain displeasures that can occur in the population in general terms, knowing that each process of a singular nature is intertwined with cultural aspects of each territory, nation and location on the global stage. This is a collective damage that affects each and every subject and invites us to go through those Freudian productions so dear to the psychoanalytic theory.

Keywords: perception of displeasure; pandemic; libidinal economy; war.

La conversación con el poeta tuvo lugar en el verano anterior a la guerra. Un año después estalló ésta y robó al mundo sus bellezas [...] quebrantó también el orgullo que sentíamos por los logros de nuestra cultura, nuestro respeto hacia tantos pensadores y artistas... Ensució la majestuosa imparcialidad de nuestra ciencia, puso al descubierto nuestra vida pulsional en su desnudez [...] Nos arrebató mucho de lo que habíamos amado y nos

*mostró la caducidad de muchas cosas que habíamos
juzgado permanentes.*
(Freud, 1915, p. 311)

I.

Para la realización de este escrito hemos escogido recorrer una serie de textos freudianos publicados durante la primera guerra mundial y en su período de post guerra con la finalidad de retomar algunos aportes conceptuales producidos en medio de dicho acontecimiento.

Es nuestro objetivo establecer diálogos y tensiones entre esas producciones y lo que hemos podido observar, escuchar y analizar en el devenir de este tiempo de pandemia en la práctica clínica de consultorio bajo la modalidad virtual ejercida por quien suscribe y el trabajo institucional transmitido a partir de supervisiones de situaciones clínicas a cargo de colegas que ejercen sus prácticas en la ciudad de Rosario, Argentina. Hacia el final del trabajo nos centraremos especialmente en las realizadas con niños, niñas y adolescentes.

Nos detendremos fundamentalmente en los aspectos económicos del psiquismo y metapsicológicos desarrollados por Freud en publicaciones realizadas entre 1915 y 1925, momento en el que se encontraba desarrollando el concepto de pulsión de muerte, presentado en su libro “Más allá del principio del placer” en 1920; exactamente un siglo atrás. La apuesta está centrada en la construcción de algunas hipótesis construidas en plena actualidad, que permitan pensar en la conjugación de aquellos desarrollos con el fin de analizar desde el punto de vista económico los movimientos pulsionales y las barreras psíquicas que pueden darse en el marco de la pandemia COVID19. Este análisis considerará ciertos aspectos del displacer que puede darse en la población en términos generales, a sabiendas de que cada proceso de índole singular se entrama con aspectos culturales propios de cada territorio, nación y ubicación en el escenario global. Se trata de un perjuicio de carácter colectivo que afecta a todos y cada uno de los sujetos que invita a volver a pasar por aquellas producciones freudianas de tan caras a la teoría psicoanalítica.

II.

En 1920 Freud publica “Más allá del principio del placer”. Podemos considerarlo una obra que inaugura una fase final de sus escritos metapsicológicos. Plantea allí las primeras dicotomías entre pulsión de vida y de muerte. Realiza una mención explícita al tema de la destructividad, cuestión que será retomada en la producción restante de su obra.

En este texto, Freud comienza retomando la idea de que los procesos anímicos son regulados por el principio del placer. Se trata de un movimiento económico que se inicia con la puesta en marcha de una tensión displacentera y se continúa con la búsqueda de alivio a través de la disminución o eliminación de la misma. Plantea que el ser humano desde el comienzo de la vida tiende a la descarga de una tensión en busca de placer. De allí que la economía pulsional requiera llegar a lo que denomina principio de constancia. Se expone sobre la idea de que el principio del placer no sería el único que guía el curso de la economía psíquica. Propone hablar de un *más allá* de ese principio, para describir la pulsión de muerte como fuerza que contraría dicho placer.

es incorrecto hablar de un imperio del principio de placer sobre el curso de los procesos anímicos. Si así fuera, la abrumadora mayoría de nuestros procesos anímicos tendría que ir acompañada de placer o llevar a él; y la experiencia más universal refuta energicamente esta conclusión. Por tanto, la situación no puede ser sino esta: en el alma existe una fuerte tendencia al principio de placer, pero ciertas otras fuerzas o constelaciones la contrarían, de suerte que el resultado final no siempre puede corresponder a la tendencia al placer (Freud, 1920/1992, p. 9).

Freud comienza describiendo en su desarrollo 2 fuentes de displacer o tensión que contradicen al principio del placer.

1) Cuando el yo es relevado por el principio de realidad bajo el influjo de sus pulsiones de autoconservación.

El yo no resigna la ganancia de placer al mismo tiempo que pospone la satisfacción. Con ello deberá tolerar el displacer que dicha tensión genera, iniciando el aparato psíquico diversos rodeos para llegar a su satisfacción. Plantea que esta fuente de displacer no es de las más intensas en relación con otras. (Freud, 1920, p. 10)

2) Cuando el yo recorre su desarrollo hacia organizaciones de complejidad superior y ciertas metas o requerimientos resultan inconciliables por formar parte de estadios anteriores.

En éste caso, dichas pulsiones son reprimidas y retenidas en estadios inferiores del aparato psíquico y se les impide la posibilidad de satisfacción. Si éstas consiguen a través de ciertos rodeos llegar a satisfacerse de modo directo o sustitutivo logrando con éxito su satisfacción, el mismo es sentido por el yo como *displacer* (Freud, 1920, p. 10). Va a plantear que estas dos fuentes de *displacer* no contradicen al principio del placer y se encuentran lejos de situarse dentro de la mayoría de las incidencias para el desencadenamiento del primero.

Expresa que el *displacer* que en mayor medida percibimos es el que denomina *displacer* de percepción. Ubica allí la percepción del esfuerzo de pulsiones insatisfechas, o la percepción de algo que proviene del exterior que resulte penoso o peligroso para el sujeto. Analiza que el *displacer* de percepción puede ser conducido luego de manera correcta tanto por el principio del placer o a través de una modificación en el principio de realidad (Freud, 1920)

Cabe aquí interrogarnos respecto a qué lugar darle a la aparición global del COVID19 en relación a estas precisiones freudianas acerca de las fuentes de *displacer* y la acción del principio del placer y de realidad frente a ellas. En principio podemos situarlo como un *displacer* de percepción, en tanto lo que se percibe es una situación franca desencadenada por sentimientos penosos. Sabemos que se trata de una enfermedad acompañada por diversas dolencias más o menos graves, llegando a producir la muerte en una considerable cantidad de casos. Estamos por tanto en una situación que nos pone en severo peligro como sujetos y como especie.

Dejaremos provisoriamente estas intelecciones para retomarlas en el punto 3.

II.

Resulta necesario situar algunas generalidades con carácter provisional, sobre el COVID19 en lo que hace a diversas interpretaciones socio-culturales de esta pandemia; para luego retomar los aspectos

metapsicológicos planteados por Freud en las publicaciones restringidas al período ya situado.

- El coronavirus es una amenaza inasible que no termina de ser definida con claridad, opaca, difusa, que hace que necesitemos contar con una multiplicidad de explicaciones, relatos y argumentos. Entran a desarrollarse a su alrededor teorías conspirativas, apocalípticas, al mismo tiempo que interesantes análisis e hipótesis que se tejen desde diversas teorías y disciplinas.

- Sucede prácticamente en todo el planeta. Nos toca a todos, lo cual es una situación novedosa en términos históricos.

- Es de carácter invisible a simple vista e intangible aunque el peligro está justamente ligado al tacto y al ingreso por los orificios del cuerpo que se encuentran en la cabeza (ojos, nariz, orejas y boca) y en el tacto, en tanto que si tocamos algo que esté en contacto con el virus y luego lo llevamos a la boca nos contaminamos.

- La mayor protección es el aislamiento y la distancia entre nosotros. Es necesario estar adentro, en un escenario de intimidad familiar o convivencial, ámbito que venía tendiendo a diluirse en la postmodernidad reciente. Con esto la escena familiar es plausible de tornarse complicada o incestuosa en algún punto, en tanto las distancias se complican y las agresiones resurgen o se potencian ante la necesidad de producir alguna separación.

- Las categorías tiempo y espacio, estructurantes del psiquismo se transforman: el tiempo se vuelve aún más continuo. El espacio se recorta a un adentro de casa, y el afuera se vuelve un peligro real. Respecto al tiempo, no sabemos a ciencia cierta hasta cuando durará y dudamos por momentos si hay un cuando, un momento en que terminará. Se produce en el presente una dilación, a costa de la contracción del futuro y la abolición del pasado (Volnovich, 2020). Pero al mismo tiempo esta situación que estamos viviendo está siendo permanentemente planteada en términos de un antes y un después de la pandemia. Hay allí una contradicción que podemos capitalizar, para pensar en el después, que por ahora es más bien un “siendo”, un gerundio. Presente continuo, presente perpetuo. Las guerras, los cataclismos y las pandemias, todo suceso con carácter de acontecimiento (y mucho más si se sostiene en el

tiempo) incluye cambios que pueden llegar a ser estructurales, pero esos cambios se fundan sobre la base de lo ya vivido, de la historia y de aquello a lo que será muy importante apelar: la transmisión de la historia, a fin de no caer nuevamente en el engaño capitalista del fin de la historia.

- Esta pandemia, a diferencia de las guerras mundiales u otras tragedias se está dando en entornos virtuales, en esta era tecnológica en la que – a pesar del distanciamiento – el otro puede continúa teniendo un lugar, que tal vez vaya modificando la modalidad del lazo social.

Beatriz Janin (2020) en un artículo reciente, propone diferenciar la situación de pandemia actual de lo que sería una catástrofe (inundación, terremoto u otra) en tanto en ese caso, a diferencia del COVID, lo temido es algo que ya sucedió. Podríamos decir que una catástrofe es aquello que llega repentinamente, se atraviesa en instantes o en horas o unos pocos días, arrasa y luego viene la reconstrucción y el registro de las pérdidas, siempre enormes.

Respecto a la propuesta de identificar a esta pandemia con una guerra, será importante que estemos atentos al riesgo de la utilización esta asociación como una estrategia política que apunte a promover fundamentalmente dos posiciones humanas: el miedo y/o su respuesta defensiva de tipo negacionista de la fragilidad humana. En esta última se presenta la idea de que “a mí no me va a pasar”. Estamos viendo los efectos devastadores que esa actitud ha tenido inicialmente en muchos de los países más poderosos, que se ha ido expandiendo en occidente a medida que el tiempo transcurre y la situación no cambia. Son, como decíamos, dos de las posiciones más extremas, las menos deseadas para afrontar esta situación desde una perspectiva de cuidado. No habría en esta situación enemigo cierto como sí sucede en las guerras. Salvo un virus; una proteína microscópica que nos expone como humanos en nuestra mayor fragilidad frente a la naturaleza y nuestras limitaciones para dominarla. Como bien reza Freud en nuestra cita de inicio, este virus vino a ensuciar “la majestuosa imparcialidad de nuestra ciencia” (Freud, 1916 [1915]/1989, p. 311).

Encontramos por tanto similitudes y diferencias de esta pandemia respecto a las guerras y catástrofes, pero no cabe duda de que se trata de un acontecimiento con carácter de absoluta novedad por sus características.

Este carácter es el que nos impulsa a tensar la teoría psicoanalítica para reflexionar y realizar aportes significativos en este momento de la historia. Si algo es inherente al psicoanálisis es la afirmación de que no hay garantías, no hay seguridades. Es necesario vivir con una cuota de incertidumbre y con una cuota de riesgo. Sabemos que las certezas no nos llevan a buenos puertos en términos de deseo. Pero también es una gran oportunidad para hacer visibles muchos de los grandes problemas del planeta que quedaban difusos en la corrida mundial. El grado de destrucción de la naturaleza, grado límite al que hemos llegado se dio por un sistema de explotación: el capitalismo globalizado, que incluye todos los otros espacios de sometimiento y explotación: patriarcado y el racismo (Volnovich, 2020).

De algún modo, la pandemia sirvió para mostrar de manera flagrante el grado de inermidad en el que estamos, y sobre esto el psicoanálisis tiene mucho que decir.

III.

Luego de ubicar una lectura de esta pandemia que atravesamos, volvamos a los textos freudianos de 1920.

Decíamos que podemos situar la aparición del COVID 19 como aquello que se presenta a la percepción del sujeto generando un displacer de percepción desencadenado por sentimientos penosos, en nuestro caso ocasionado por el peligro de muerte de nuestros seres queridos, pero también de una afectación de la raza humana como tal.

Como decíamos, se trata de una experiencia extraña, novedosa, en tanto el peligro no aparece como producto de una acción inmediata y evidente. El peligro de contagiarnos de COVID 19 solo se registra varios días después del contacto, y en el caso de que su circulación sea comunitaria muy probablemente no sabremos ni dónde ni cómo nos contagiamos. Vale decir que no es un mal visible ni fácilmente localizable. Lo que sabemos es que existe un peligro y que apenas contamos con la posibilidad de sostener algunos cuidados que de ninguna manera garanticen una salvación. Estamos relativamente cerca, relativamente lejos, según los momentos, la cantidad de casos que se presenten en el lugar donde vivimos, y el cuidado que se sostenga desde políticas estatales.

Bleichmar (2010) expresa que en su experiencia, la población afectada no fue solo aquella que había tenido pérdidas directas sino que también se vio muy aquejada la que se sintió partícipe a pesar de no haber estado presente en el sitio de la catástrofe. Incluye en este grupo a aquellos que trabajaban para asistir y acompañar a quienes habían padecido la situación de uno u otro modo. La autora apela en este escrito al texto de 1919 en el que Freud habla de las neurosis de guerra y retoma la observación del psicoanalista vienés acerca de la paradoja de que no se trata de que a mayor cercanía del hecho efectivo traumático el traumatismo vaya a ser mayor. Plantea que se producen neurosis de guerra en los soldados de la retaguardia y no se producen, en ocasiones, neurosis de guerra en los sujetos que están en el frente de combate.

En Latinoamérica muchos sentimos que el virus se avecinaba como una ola que venía a inundarnos desde China, luego Europa, y hasta estas tierras inundaba. Pero, a diferencia de una bomba o un terremoto, se trata de un impacto sin ruido y sin estallido de la tierra. Se trata de un virus silente, y comenzábamos a sentir la llegada del peligro aunque estuviese lejos. Podemos pensar con lo planteado por Freud, de que el impacto en el psiquismo no sería cuestión de cercanía, y por lo tanto, ese conocimiento del surgimiento del virus en China y más tarde el anoticiarnos de la llegada a nuestro territorio es plausible que haya producido impacto en la subjetividad de inmediato. En Argentina, los primeros 15 días de estricto aislamiento social, preventivo y obligatorio (ASPO) generaron todo tipo de sentimientos y reacciones, que pudimos escuchar en nuestra inaugurada práctica clínica on line.

Sabemos, por lo que podemos escuchar en nuestros pacientes, amigos, y los propios sentires, que su aparición produjo y produce displacer sostenido tanto por el conocimiento de su existencia como por todo aquello que nos obliga a resignar: encuentros con afectos, abrazos, “libre” desplazamiento por las calles, cines, bares. La vida que nos resultaba habitual interrumpida o fuertemente modificada. No podemos predecir su impacto y sus efectos en la subjetividad en tanto estamos viviendo aun la situación, pero sabemos que mucho de lo planteado por Freud en relación a las protecciones del yo y su relación con lo traumático entran a jugar.

En términos de *displacer*, tuvimos que posponer la realización de muchos deseos e intereses: para algunos el sexo se volvió virtual, el contacto físico se vio interrumpido, la rutina organizadora de tiempos y espacios se transformó en el imperativo de reorganizar la existencia en un sentido más o menos amplio, según las circunstancias de vida de cada quien. Si le sumamos el *displacer* de percepción, producto de la ola vecinada primeramente y aproximada o tocándonos el cuerpo hasta llegar a la muerte en ciertos casos, difícilmente podemos dejar de aludir a el concepto freudiano de *displacer* para hablar del impacto en la subjetividad a partir de esta pandemia.

Pero detengámonos por un momento en aquello que expresa Freud en su este texto de 1920: analiza que el *displacer* de percepción puede ser conducido luego de manera correcta tanto por el principio del placer o a través de una modificación en el principio de realidad.

Muy interesante retomar este enunciado, ya que nos permite argumentar en contra de aquellas expresiones que asocian el cuidado frente al COVID, el distanciamiento social y otros cuidados como aquello que creará con seguridad patología mental. Estas afirmaciones serán las que muy probablemente contribuyan a producir patologías, en tanto se verán como indicadores de enfermedad mental muchas de las respuestas necesarias y esperables de ser humano frente al *displacer*. Pero no es lo que Freud denuncia. Lo que él dice que el principio del placer o el de realidad de manera correcta pueden trabajar para arreglárselas con el *displacer*.

El problema entonces sería enfocarnos en trabajar con el principio del placer y el de realidad a fin de colaborar con el ajuste que estos principios puedan realizar en el psiquismo aun en estas circunstancias de vida. Sobre todo teniendo en cuenta que esas postergaciones del placer se encuentran condicionadas por una preservación y cuidado de la vida misma, y por lo tanto poseen un carácter netamente protectorio.

El problema mayor radica entonces en trabajar para que esta situación nos resulte lo menos traumática posible, o para que contemos con la mayor cantidad de elementos psíquicos para afrontar y elaborar las diversas situaciones que vamos atravesando a lo largo de este tiempo.

¿Cómo leer esto en términos económicos-metapsicológicos a la luz del texto freudiano?

Freud despliega en su trabajo de 1920 y retomará en 1925 en sus “Notas sobre la ‘pizarra mágica’” el esquema que propone para su segunda tópica, deteniéndose en presentar el modo de funcionamiento del aparato anímico de la percepción en el que intervienen fuentes internas y externas al sujeto para su conformación. Entre ese interior y el exterior ubica al sistema Pre consciente (Pcc) – Consciente (Cc) que recoge las percepciones, “pero no conserva ninguna huella duradera de ellas, de suerte que puede comportarse como una hoja no escrita respecto de cada percepción nueva” (Freud 1925 [1924], p. 244). Este sistema es el que actúa como protección antiestímulo, que actúa resguardando es estrato cortical receptor de estímulos, tanto de lo que llama excitaciones inconscientes como las provenientes del mundo exterior.

En su texto de 1925 realiza una analogía del esquema psíquico con la pizarra mágica y compara el sistema PC-Cc con la hoja de celuloide que funciona como cubierta que protege al psiquismo interno, que ubica en el papel encerado, allí donde queda situada la huella mnémica. Plantea que es el sistema Pc-Cc el que “aparta los influjos dañinos provenientes de afuera”. (Freud, 1925 [1924], p. 225). Deja situado al celuloide en el lugar de la “protección antiestímulo” y al papel como el estrato genuinamente receptor.

Si traemos nuevamente a colación la observación freudiana de que quienes no habían estado en la trinchera podían padecer neurosis traumática tanto como podían no padecerla quienes habían estado en la trinchera podemos deducir que el efecto traumático no sería producto directo del estímulo exterior sino que sería producto de la relación entre el impacto externo y el aflujo de excitación que aquel haya desencadenado en cada sujeto.

La conciencia surge en reemplazo de la huella mnémica, y es el sistema que está en contacto directo con la realidad exterior. Tal cual lo construye Freud en el texto de la pizarra mágica, la capa transparente queda sin huella y se renueva ante cada percepción. Las huellas de ese proceso se producen a raíz de la propagación de la excitación (en este caso externa) hacia los sistemas internos al psiquismo (Freud, 1920).

Ubica a la hoja de celuloide (analogía con la Cc) como una cubierta que protege al papel encerado, en el que queda inscripta la huella mnémica. Atribuye a la conciencia la función de una “protección antiestímulo”.

Para pensar en las diferentes afectaciones por tanto, es necesario reconocer la importancia de dicha protección, que de algún modo se defiende tanto de las excitaciones del interior del psiquismo como del mundo exterior.

Freud supone que las inversiones de investidura psíquica son enviadas a recoger en golpes rápidos y periódicos desde el interior del aparato psíquico hacia el sistema Pc-Cc, al que califica como completamente permeable.

Va a decir que cuando no existe o no es suficientemente importante la protección antiestímulo que ponga a cuidado el estrato cortical, las transferencias de estímulos del interior del psiquismo son plausibles de producir perturbaciones económicas equiparables a las neurosis traumáticas (Freud, 1920). Por otra parte, podemos interpretar que cuando el aflujo de estímulos proviene del exterior de un modo continuo el aparato psíquico tampoco logra protegerse de los mismos, produciendo en el aparato psíquico una gran contrainvestidura “a favor de la cual se empobrecen todos los sistemas psíquicos, de suerte que el resultado es una extensa parálisis o rebajamiento de cualquier operación psíquica” (Freud, 1920 p. 29).

En el texto de la pizarra mágica Freud incluye la dimensión del tiempo, en el que sitúa la génesis de su representación psíquica en las interrupciones de las excitaciones provenientes del Inconsciente (Inc) que se extienden y retiran del mundo exterior rápidamente produciéndose así una discontinuidad de la corriente de inversión (Freud, 1925).

De lo expuesto surge un elemento de fundamental importancia para pensar que en situaciones como las que vivimos será muy importante considerar el hecho de que habría una necesidad de discontinuar el tiempo para que se produzca una economía libidinal que evite o disminuya la producción de una neurosis traumática o una afección traumática.

Pensemos que Freud produce estos desarrollos económicos a la par que elabora el concepto de trauma, de repetición y de pulsión de muerte. Pensemos que estos desarrollos se efectuaron justamente un siglo atrás, en medio de una guerra, de la *primera* guerra mundial. Sin dudas en estos textos encontramos claves de importancia para el análisis de la *primera* pandemia. Pero también será importante seguir tensando estas producciones en un momento en el que el psiquismo y su constitución

van encontrando fuertes modificaciones en lo que hace a estímulos, modos de vida, modalidades de la construcción del lazo social que se ven afectadas y transformadas en medio de una revolución tecnológica que guarda una materialidad que nos interroga hasta el punto de preguntarnos si las coordenadas subjetivantes y de constitución del psiquismo seguirán siendo las mismas que las planteadas por Freud. No lo sabemos aún, ni podemos pretender saberlo, pero sin dudas no podemos hacer otra cosa que traer especialmente estas producciones a la actualidad, reconociendo que fueron producidas un siglo atrás.

IV.

Lo que produce en términos económicos la posibilidad de que acontecimientos tales como guerras, catástrofes o pandemia resulten traumáticos para el psiquismo es la irrupción desmedida y/o continua de aflujos de excitación. ¿Qué significaría plantear la necesidad de trabajar en pos de discontinuar el tiempo de exposición a estímulos externos en diversas prácticas cuando nos remitimos a trabajar con niños y niñas? ¿Cómo pensar estos desarrollos freudianos planteados desde una perspectiva económica a la luz de una práctica clínica y educacional con niños y niñas en las realidades actuales que nos atraviesan?

El desarrollo del sistema Inc – Cc requiere un prolongado proceso de muchos años de duración para su construcción. Sabemos – no nos detendremos en este aspecto en este trabajo – que la capacidad de niños y niñas para hacer frente a los estímulos tanto externos como internos del psiquismo no cuenta con el velo necesario de la capa protectora del sistema consciente desde el inicio de la vida. Sabemos también que las categorías espacio-tiempo se van desarrollando en el tiempo a lo largo de la constitución psíquica.

Al comienzo de la pandemia, como decíamos en el punto III, la percepción del tiempo y el espacio se deformaron fuertemente en una amplia mayoría de nosotros. Nos perdíamos en cuanto al día en el que estábamos, los pacientes se confundían los horarios, el tiempo de trabajo muchas veces se vio modificado respecto al del trabajo presencial. Nos resonaban con extrañeza algunas frases que escuchábamos o nos descubríamos diciendo, por ejemplo: “¿Nos encontramos el lunes a las

15?”, cuando se trataba de un encuentro virtual. Los niños nos hablaban de una fuerte sensación de extrañeza cuando cursaban la escuela por *zoom*. Nacho comentaba en una sesión: “Me siento raro, no entiendo cómo es esto de la escuela por *zoom*. Le voy a preguntar a mi seño si puedo ir al baño y de golpe me doy cuenta que estoy en mi casa, ¡y que voy a mi baño y no al de la escuela!”.

Por otra parte, veníamos trabajando y analizando en el tiempo previo a la pandemia dos aspectos en los que no lográbamos avanzar; ambos relacionados con las actuales tecnologías y la relación con los niños y niñas y su relación con las pantallas.

1) ¿Qué lugar darle a las actuales tecnologías en el aula y en el trabajo en la escuela?

2) ¿Qué hacer con el tiempo inacabable en el que son ofrecidos a niños y niñas los contenidos on line a través de las redes? ¿Cuántas horas puede permanecer un niño/a frente a las pantallas (que por otro lado se multiplican en tamaño, formatos, usos, y diversificación de medios y contenidos)

Si atendemos a lo desarrollado en el material de los textos freudianos, tendremos que reconocer que el esquema propuesto por Freud se ve doblemente alterado en la actualidad, tanto antes como durante la situación pandémica en lo que hace tanto al influjo de estímulos externos:

- Por el permanente e ininterrumpido ingreso de imágenes audiovisuales que se le ofrecen al niño o niña desde el inicio de la vida, mucho antes que pueda elaborar un sistema psíquico Inc – Pc-Cc.

- Por la infodemia que taladra a adultos y niños con permanente información que produce diversas afectaciones y sentimientos como del dolor, miedo y angustia.

- Por la irrupción de vivencias más o menos cercanas de seres queridos afectados por COVID 19, que tienden a dejar a padres y niños en un estado de pasividad, detención o sonambulismo.

Aludiendo a la pizarra mágica Freud dice que: “Si se imagina que mientras una mano escribe sobre la superficie de la pizarra mágica, la otra separa periódicamente su hoja de cubierta de la tablilla de cera, se tendría una imagen sensible del modo en que yo intentaría representarme; la función de nuestro aparato anímico de la percepción” (Freud, 1925, p. 247).

Sabemos, por haber utilizado esa pizarra, que si la escritura es muy superficial, es escasa o nula la huella que deja el papel situado por debajo; es decir, el ubicado por Freud en un sistema más profundo del psiquismo, podría no dejar huella. La gran pregunta es: ¿qué huellas deja el material visto/oído y leído on line cuando el espacio virtual es recorrido al modo del surfista? Alessandro Baricco (2006), en su libro *Los bárbaros. Ensayos para una mutación*, describe el movimiento actual del sujeto que pasar de link en link del internet, pero también de la vida como un modo actual de vivir. El sujeto se trasladaría por la superficie en un desarrollo horizontal que sustituiría una vida que viaje a las profundidades y el análisis comprensivo o racional, tal como sucedía en la modernidad. Apela para dar esta explicación a la figura del surfista, que se conduce por la superficie del agua. Estaríamos en un plano de vivencia muy lejano al concepto de experiencia de Benjamin.

Si lo traumático es lo que no deja de no suceder, si la escritura sobre la pizarra (metáfora del psiquismo) se vuelve más superficial en una vida cada vez más virtualizada que la pandemia enfatiza de modo radical, si lo que se intensifica de los estímulos externos (infodemia, muertes, enfermedad, características del virus) es aquello que horada la barrera antiestímulo, diremos que el psiquismo humano y mucho más el infantil se encuentra en riesgo franco.

No obstante, Freud plantea que en el sujeto, el principio del placer y el de realidad pueden realizar movimientos psíquicos capaces de reconducir el displacer y reforzar los impulsos propios de la pulsión de vida.

Intentando seguir esta vía, según este esquema freudiano, la función del adulto podría estar dirigida a dos puntas. Contribuir a reforzar aquello que se escribe en la superficie de la membrana Cc a fin de que lo percibido deje huella, ingrese al sistema y apuntar a que las percepciones de las pantallas y de lo que circula en el discurso como traumático resulten, cuanto menos, discontinuos. Vale decir que estaríamos colaborando con el despegue de la membrana Cc y las Pc a fin de sostenerse unos intervalos que contribuyan a evitar la ruptura de la barrera antiestímulo, en la que no queda marca ni huella. Se trataría, parafraseando a Freud, de escribir o reforzar la escritura en la pizarra con una mano al mismo tiempo que vamos separando periódicamente la hoja de cubierta de la tablilla de

cera. De repetir el juego, profundizaríamos en lo posible la producción de huellas mnémicas que respondan a dimensiones lúdicas, creativas y placenteras. El reiterado pedido del niño por las noches cuando pide que le cuenten nuevamente en cuento iría en esta dirección, se trata de un volver a pasar por la huella para profundizarla, remarcarla, contar con ellas para que pueda disponerse de ellas cuando el displacer en cualquiera de sus formas venga a producirse.

Esa doble función es la que proponemos sostener en relación a las percepciones de niños y niñas en este momento de pandemia, en el que el acceso a las pantallas y a la información acerca de un acontecimiento traumático puede dañar fuertemente la barrera Cc, que se encuentra en tiempos de producción.

Nuestro trabajo sería el de contribuir en estos tiempos a reforzar las huellas y afianzar tal membrana antiestímulo, que parece hacerse delgada por la cantidad y continuidad de estímulos que el aparato psíquico del sujeto en constitución recibe.

De esta constelación inferimos que un sistema de elevada investidura en sí mismo es capaz de recibir nuevos aportes de energía fluyente y trasmudarlos en investidura quiescente, vale decir, “ligarlos” psíquicamente. Cuanto más alta sea su energía quiescente propia, tanto mayor será también su fuerza ligadora; y a la inversa: cuanto más baja su investidura, tanto menos capacitado estará el sistema para recibir energía afluente, y más violentas serán las consecuencias de una perforación de la protección antiestímulo como la considerada (Freud, 1920, p. 30).

¿Podría ser ésta la función de la escuela y de los adultos cercanos en esta pandemia? ¿Aportar elementos para la producción de un sistema con una elevada investidura capaz de transmutar, ligar psíquicamente los altos montantes de excitaciones continuas provenientes del exterior, capaces de frenar el fuerte influjo de excitaciones continuas (sin pausa) que invaden y horadan el sistema protector consciente? ¿No es hora de repensar los fines de la educación pensando esta dirección como una de las que vayan a integrar su trama?

Sería una forma de proponer vías colectivas de protección al psiquismo, en esta avanzada de estímulos tempranos y cargados de una continuidad que queda asignada a la tarea de adultos cuidadores (padres

y otros cercanos) y deja en la escuela (cuando hay asistencia y fuera del tiempo de pandemia) a cargo de una interrupción provisoria del pantallas pero con escasa carga de elementos para ligar la energía fluyente.

Dado que no se trata de una patología de algunos niños y niñas sino de un movimiento envolvente social y cultural de plena actualidad, es hora de que estas conflictivas no queden circunscriptas al espacio de una clínica de cada caso (no excluyente) ni patologizando problemáticas que resultan ser más bien escasas posibilidades del psiquismo de responder a continuos y permanentes aflujos de excitación.

REFERENCIAS

- Baricco, A. (2006). *Los bárbaros. Ensayo sobre la mutación*. Barcelona: Anagrama.
- Bleichmar, S. (2010). *Psicoanálisis extramuros. Puesta a prueba frente a lo traumático*. Buenos Aires: Editorial Entreideas.
- Einstein, A., & Freud, S. (1992). ¿Por qué la guerra? En Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XX. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1933 [1932])
- Freud, S. (1989). La transitoriedad. En Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1916)
- Freud, S. (1992). Más allá del principio de placer. En Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1920)
- Freud, S. (1989). Nota sobre la «pizarra mágica». En *Obras completas*, vol. xiv. Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado en 1925)
- Janin, B. (2020) Niños, adolescentes y padres en épocas de coronavirus. *Revista actualidad psicológica Año XLV (494)*, 4-6.
- Volnovich, J. C. (2020). Presente continuo. *Revista Topía*, XXX(89), 9-11.

O ATO INFRACIONAL COMO ATO ANTI-HAMLETIANO DE ADOLESCENTES SOB CONDIÇÃO DE INDIGNAÇÃO E REVOLTA

*Cássio Eduardo Soares Miranda**
*Marcelo Ricardo Pereira***

RESUMO

Partindo da noção de indignação e revolta, com base nas análises freudo-lacanianas de *Hamlet*, de Shakespeare, este ensaio discute a relação entre desinserção social e ato infracional de adolescentes em conflito com a lei. Para isso, remonta ao conceito de adolescência e de desorientação simbólica para analisar como esses sujeitos, à diferença do personagem shakespeariano, são impelidos a agir mediante a revolta, mesmo que seu ato possa levá-los ao pior. Por meio do caso José, conclui mostrando alguma saída possível para adolescentes criminais que não se reduza nem à paralisia neurótica nem ao ato não dialtizável.

Palavras-chave: adolescência; indignação; revolta; desinserção social; ato infracional.

INFRATIONAL ACT AS ANTI-HAMLETIAN ACT OF ADOLESCENTS UNDER THE CONDITION OF INDIGNATION AND REVOLT

ABSTRACT

Based on the notion of indignation and revolt, based on the analyzes of Freud and Lacan de Hamlet, by Shakespeare, this essay discusses the relationship between social disinsertion and the infraction of adolescents

* Pós-doutor em Psicologia, Psicanálise e Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Mestrado Profissional Saúde da Família e da Universidade Federal do Piauí (UFPI). cassioedu@ufpi.edu.br.

** Pós-doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Educação Social pela Universitat Oberta de Catalunya (UOC). Professor do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador Pq2 CNPq. mrp@ufmg.br.

in conflict with the law. The Essay goes back to the concept of adolescence and symbolic disorientation to analyze how these subjects are impelled to act through revolt, even if their act may lead them to the worst. Through the José case, the essay shows some possible way out for criminal adolescents that is not reduced to neither neurotic paralysis nor non-dialectable act.

Keywords: adolescence; indignation; revolt; social disintegration; offense.

EL ACTO INFRACIONAL COMO ACTO ANTIHAMLETIANO DE LOS ADOLESCENTES BAJO LA CONDICIÓN DE INDIGNACIÓN Y REVUELTA

RESUMEN

A partir de la noción de indignación y rebelión, basada en los análisis freudolacanianos de Shakespeare, este ensayo discute la relación entre la desinserción social y la infracción de adolescentes en conflicto con la ley. El artículo vuelve al concepto de adolescencia y desorientación simbólica para analizar cómo estos sujetos, a diferencia del personaje de Shakespeare, se ven impulsados a actuar por medio de la revuelta, aunque su acto pueda llevarlos a lo peor. A través del caso de José, concluye mostrando una posible salida para los adolescentes criminales que no se reduce ni a una parálisis neurótica ni a un acto intransigente.

Palabras clave: adolescencia; indignación; revuelta; desintegración social; ofensa.

INTRODUÇÃO

A violência constitui-se como um grave problema social e sanitário, tendo um impacto significativo nas mais variadas partes do mundo. Anualmente, mais de um milhão de pessoas morrem vitimadas pelas variadas formas de violência, além dos inúmeros casos de ferimentos não fatais decorrentes de autoagressões, de agressões interpessoais ou de violência coletiva. Dados estimados da Organização Mundial de Saúde apontam que a violência é uma das principais causas de morte de pessoas entre 15 e 44 anos em todo o mundo (Dahlberg & Krug, 2006). No caso brasileiro, mais da metade dos homicídios ocorridos no país em 2017 foram de pessoas de 15 a 29 anos de idade (Cerqueira, & Bueno, 2019).

Da mesma forma que existe no Brasil um verdadeiro extermínio da juventude brasileira, em que a morte prematura de jovens de 15 a 29 anos por homicídio tem apresentado taxa ascendente de crescimento desde os anos de 1980, parece ser lugar-comum estabelecer associação entre juventude e criminalidade, estando o jovem tanto no papel de vítima

quanto de autor. Todavia, parece chamar mais atenção social o fato de jovens serem praticantes de ato infracional, ainda que estatisticamente essa situação seja significativamente menor que os casos de jovens vítimas da violência (Brasil, 2019).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por sua vez, configura-se como o principal regimento jurídico sobre os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, definindo criança como a pessoa até doze anos incompletos e adolescente como aquela que está entre doze e dezoito anos incompletos. Em caso de envolvimento em práticas delitivas, o ECA propõe diversas medidas socioeducativas e, dentre as previstas na legislação, a internação é a mais grave por implicar na privação de liberdade (Brasil, 1990).

De acordo com levantamento realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o sistema socioeducativo brasileiro conta com 330 unidades de internação e 123 unidades de semiliberdade tendo, no entanto, um descompasso entre o número de vagas existentes e o número de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, bem como uma taxa de reincidência média de 23,6% (Brasil, 2019). Ademais, os atos infracionais são os mais variados, incluindo roubo qualificado, homicídio, homicídio qualificado, tráfico de drogas, dentre outros, os quais podem ser categorizados, segundo sua possível motivação, como crimes de utilidade ou crimes do gozo (Miller, 2015).

Neste ensaio, partiremos da noção de indignação e revolta, com base nas análises freudo-lacanianas de *Hamlet*, de William Shakespeare (1601/2003), para discutir a relação entre desinserção social e ato infracional de adolescentes em conflito com a lei. Remontaremos ao conceito de adolescência e de desorientação simbólica para analisar como esses sujeitos, à diferença do personagem shakespeariano, são impelidos a agir mediante a revolta, mesmo que seu ato possa levá-los ao pior. Discutiremos fragmentos de uma entrevista clínica de orientação psicanalítica conduzida com um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, localizando em sua história elementos que o inscrevem numa posição indigna desencadeada pelo assassinato do pai. Finalizaremos mostrando alguma saída possível para o caso que não se reduza nem à paralisia neurótica nem ao ato não dialetizável.

INDIGNAÇÃO, REVOLTA E DESINSERÇÃO SOCIAL

O tema da violência, com suas múltiplas variações, incluindo aí a revolta que a motiva, é um tema recorrente na literatura mundial. Para Ginzburg (2012), trata-se de um *locus* privilegiado para se entender um determinado período ou tempo, principalmente daqueles em que o mal-estar se encontra socialmente mais visível. Em sua acepção, tanto a violência quanto a revolta podem se constituir como um ponto de convergência privilegiado na compreensão de um dado período social ou moralmente conturbado. Segundo ele:

O testemunho é necessário em contextos políticos e sociais em que a violência histórica foi muito forte, desempenhando papel decisivo na constituição das instituições. Nesses contextos, as diferenças de perspectiva entre os setores em conflito implicam diferenças formais e temáticas nas concepções de escrita e em recursos institucionais de legitimação (Ginzburg, 2012, p. 59).

Desse modo, para muitos casos a revolta pode ser tomada como um significante que o representa, com o delicado risco de se tornar uma estética da dor e da violência, conforme costumeiramente se vê nos programas policiais de cunho sensacionalista. Segundo Machado (2020), os críticos literários franceses evitam a palavra *revolta* e descrevem mais os sentimentos que a provocam. No Romantismo, por exemplo, surge a figura do herói revoltado em Víctor Hugo, que é o caso de Hernâni, ou Musset, com Lorenzaccio. Todavia, segundo ela, o que mais chocou as personalidades de seu tempo foi sem dúvida, Albert Camus, com o livro *L'homme révolté*. Nesse sentido, Machado defende que o tema “revolta” não é muito recorrente mas sim o do homem que se revolta contra alguma forma de opressão. De fato, Camus, ao conjecturar acerca do valor que movimenta o homem revoltado, defende que deve ser alguma coisa que, mesmo confusa ou incerta, diz respeito a algo que é comum a todos, não se tratando de uma excepcionalidade, mas de uma “afirmação implícita em todo ato de revolta se estende a qualquer coisa que ultrapassa o indivíduo, na medida em que essa mesma revolta o arranca à sua suposta solidão e lhe fornece uma razão para agir” (Camus, 1996, p. 18). Desse modo, o filósofo francês estabelece o envolvimento entre

revolta e solidariedade em razão de haver uma integridade a preservar, tendo, portanto, um caráter ativo e impositivo.

Entretanto, aqui, para nós, é outro personagem literário que nos chama a atenção. Trata-se do já tão comentando *Hamlet* (Shakespeare, 1601/2003), que foi amplamente citado por Freud no decorrer de sua obra para elucidar a condição edipiana particularmente clara e mal decidida. A peça inicia-se pouco após a misteriosa morte do Rei Hamlet, homem admirável por suas virtudes paternas e reais, morto picado por uma serpente no pomar real: eis a primeira versão de sua morte. No entanto, tempos depois outra versão começa a circular após o casamento da rainha viúva com o cunhado Claudio, irmão do Rei Hamlet. O fantasma do Rei declara ao príncipe Hamlet que havia sido traído pela mulher e assassinado pelo irmão, revelando uma rede de intrigas, ódio, amor, vingança e luta pelo trono. O que chama a atenção de Freud no belo texto de Shakespeare é a presença da mesma estrutura trágica encontrada em Édipo. Para Freud, no entanto, a tão admirada obra revela impasses da ordem da realidade vivenciada por Shakespeare, o que torna o nome Hamlet um significante de sua representação. No argumento freudiano apresentado em 1925, a hesitação do príncipe Hamlet em vingar o assassinato de seu pai revela seus impasses subjetivos frente ao contraponto presente em seus atos inescrupulosos evidenciados no envio de seus cortesãos à morte, ao assassinar Polônio, e ao enfrentar mortalmente Laertes.

Para Freud, trata-se de uma “obscura lembrança de que ele próprio havia contemplado praticar a mesma ação contra o pai, por paixão pela mãe” (Freud, 1900/1976, p. 79), o que justifica então essa destacável hesitação hamletiana: seu sentimento inconsciente de culpa demonstrado na enunciação que Hamlet faz ao se dirigir a Polônio no Ato II, Cena II: “se tratarmos as pessoas como merecem, nenhuma escapa ao chicote”. Porém Freud avança em suas considerações acerca da problemática da hesitação de Hamlet em vingar seu pai. Para ele, a hesitação se ancora no fato de seu tio haver efetivado uma ação por Hamlet desejada por ocasião do conflito edipiano em sua infância. Desse modo, o ódio sentido pelo tio que agora se tornou padrasto é “substituído por autorrecriações, por escrúpulos de consciência, que o fazem lembrar que ele próprio, literalmente, não é melhor que o pecador que deve punir”. (Freud, 1900/1976, p. 281).

Os impasses vividos por Hamlet são interrogados por Jacques Lacan (1986) sobretudo frente ao que parece ser na dimensão do agir desse personagem como algo paradoxal: Sendo Hamlet alguém tão decidido, que não recua frente a muita coisa, o que acontece que ele não vai ao ato? É em razão dessa inoperância de Hamlet que Lacan irá nomeá-la como a “tragédia do desejo”. Nesses termos, o ensaio de resposta proposto por Lacan é a de que existe uma articulação entre agir e saber:

Lança-se então na armadilha preparada pelo Outro. [...] Até o último momento, até à derradeira hora, até a hora de Hamlet, em que será ferido mortalmente antes de atingir o seu inimigo, a tragédia prossegue a sua cadeia e realiza-se segundo a hora do Outro – quadro essencial para conceber aquilo que está em questão. É nisto que o drama de Hamlet possui a ressonância metafísica da questão do herói moderno. Algo mudou, com efeito, desde os tempos antigos, na relação do herói com o seu destino. Falei-vos do que distingue Hamlet de Édipo, é que Hamlet sabe. Traço que explica, por exemplo, a loucura de Hamlet. Existem na tragédia antiga heróis que são loucos, mas não conheço nenhum – refiro-me às tragédias e não às lendas – que se faça de louco. Ora, Hamlet se faz de louco (Lacan, 1986, p. 82).

É por essa estrutura que Lacan estabelece uma distinção entre o mito do Édipo e a peça de Hamlet. Para Jacques Lacan, o não saber de Édipo é o que fornece as coordenadas de seu crime, pois estavam recalçadas e não sabidas, enquanto que, em Hamlet, um saber estava posto. Tal ponto de diferenciação entre Hamlet e Édipo possibilita-nos pensar no modo com a estrutura neurótica se organiza no contemporâneo. Ou seja: não se trata do não sabido, mas do que fazer com o que se sabe. Se, na proposição lacaniana capturada do texto de Shakespeare, Hamlet não age porque sabe, então, para que lhe serve seu saber? Seu saber, nesse caso, seguindo a orientação lacaniana, serve para aprisioná-lo no desejo do Outro, afastando-o daquilo que o causa. Parece-nos, assim, que o saber de Hamlet fixa-o na crença de que haverá um tempo oportuno para vingar a morte do pai, morto na “flor de seus pecados”, castigando a mãe e o tio, responsáveis pelo assassinato, o que, no entanto, não acontece, colocando a personagem tão somente na condição de indignado.

Ao tratar da temática da indignação, Lacan em seu *Seminário: livro 8*, destaca a ambiguidade do termo grego *agamai*, que pode ser, a depender

do contexto, tanto “admiração” quanto “inveja”, “ciúmes”, “suportar com dificuldade” ou, mais especificamente, “estar indignado”. Nesse sentido, a sublimação tendo como um de seus componentes a admiração, seria “elevantar um objeto à dignidade da Coisa” (Lacan, 1964-1965/1992, p. 140-141), com a diferença que na sublimação o objeto é causa de desejo, enquanto que na indignação ele é tido como obturador de uma falta, estando fora de sua posição de dignidade. Assim, o *agalma* é um objeto supervalorizado que “tem a função de salvar nossa dignidade de sujeito [...]. Ele faz de nós algo distinto do sujeito da fala, esse algo único, de inapreciável, de insubstituível, afinal, que é o verdadeiro ponto onde podemos designar aquilo a que chamei a dignidade do sujeito” (Lacan, 1960-1961/1992, p. 173). Desse modo, pode-se dizer que a singularidade está na base da dignidade, uma vez que, ao estabelecer uma relação distinta com um objeto que protege a dignidade, o sujeito é capaz de restabelecer a própria dignidade. Por outro lado, conforme destaca Moraga (2018, p. 02), “a indignação, como afeto de um corpo individual ou político, surge quando o singular é rechaçado ou desconhecido e, com isso, é tocado algo da juntura íntima do sentimento de vida”.

De modo mais específico, em Hamlet a indignação é uma resposta frente à afronta à dignidade do pai, mas ele fica suspenso entre a “perversidade” do gozo materno e o ideal encarnado pelo pai assassinado. Ao se endereçar ao Outro, a resposta que recebe da mãe é: “Sou o que sou, não tenho jeito, sou uma verdadeira genital [...] luto não é comigo” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 309). Desse modo, nota-se que o *agalma* suscita movimentos da subjetividade devido à simultânea *proximidade* e *distância* que o objeto mantém frente ao sujeito desejante. A proximidade do objeto, por um lado, abarca o imaginário em seu caráter alienante; a distância, por sua vez, assinala alguma coisa impossível de ser completamente simbolizada. Talvez seja por isso que Hamlet permanece apreendido em sua relação de dependência ao Outro e localiza em Laerte, seu duplo, todo seu brilho. É nesses termos que Hamlet torna-se ainda mais indignado ao constatar que Laerte ostenta seu luto pela morte de Ofélia, sua irmã.

Éric Laurent definiu a indignação (2019, s.p.) “como um sentimento experimentado como um valor diante de algo que atingiu outro valor. Há um toque de real, porém sublimado, mais simbólico”. Lacan, por

sua vez, a toma como paixão da alma, uma vez que se trata dos efeitos da linguagem sobre o corpo e afeta frontalmente a relação do sujeito com o objeto. Desse modo, a nosso ver, indignação e revolta encontram-se imbricados, na medida em que uma se coloca na ordem da paixão que toca o corpo, a indignação, enquanto que a outra, a revolta, parece ser uma resposta ao impossível de suportar. Nesses aspectos, ambas se imbricam naquilo que o real promove de ruptura nas coordenadas simbólicas. É nesse ponto que a indignação associada à revolta nos interessa para pensarmos como a revolta posta em ato estabelece uma ruptura anti-hamletiana que inaugura um antes e um depois e marca a quebra de uma fronteira na qual o sujeito se coloca como fora da lei.

Jacques-Alain Miller (2010) destaca que a revolta é um ato que se distingue do saber tendo em vista que ela é sem mediação, diferenciando-se da revolução e da subversão. Em sua perspectiva, tanto a revolução quanto a subversão implicam em um saber, tendo em vista que necessitam de tempo para maturação e aprofundamento. A revolta, por sua vez, é uma resposta ao encontro do sujeito com um impossível de suportar. Miller argumenta:

Essa notação indica que a revolta está separada do conhecimento; é sem mediação. A revolta estritamente falando não pensa e se distingue nisso da subversão, empreendimento de longo prazo que requer um conhecimento profundo da ordem que se trata de destruir, de derrubar. A imagem da subversão é a da famosa toupeira velha, que cava nas sombras, explora a duração e deixa tempo para o tempo, por assim dizer (Miller, 2010, p. 213)¹.

Nesse percurso, talvez não seja possível extrair da revolta, na perspectiva apontada por esse autor, uma crença, uma perspectiva partidária ou até mesmo uma ideologia da esperança, conforme pode ser encontrado em promessas partidárias, identitárias ou religiosas. Assim:

A revolta, como tal, não tem fé, não especula sobre o futuro, irrompe no momento. Está inteiramente no encontro do que chamei de impossível de suportar e na decisão, o ato, que se segue imediatamente, sem paralisações. Então, eu acredito, temos que extrair a revolta dessa estrutura de apostas e dizer que é um deleite. Este transporte extático o agarra – como um símbolo, eu disse – enquanto todo o seu se reunia e condensava na unidade do seu ser isto, em direção e para a morte (Miller, 2010, p. 214)².

De algum modo, Miller (2010) aponta para o bom uso da revolta. Ele inclui nela a tentativa de construção de um saber, ou seja, de algum modo estar avisado da reversão da revolta e de sua relatividade, bem como advertido de que o impossível de suportar pode estar intimamente associado à fantasia do sujeito: “Se o espetáculo do impossível de suportar anima a revolta, é porque coincide com o seu teatro mais íntimo – aquele que Freud chamou de fantasia – e que aí se encontra um gozo” (Miller, 2010, p. 214). Dito de outra maneira, o bom uso da revolta talvez só possa ser possível na medida em que inclua esse resto inapreensível do gozo e o que Miller nomeou de uma possível salvação pelos dejetos.

Ora, a salvação pelo dejetos, na proposição de Miller, refere-se, de certa forma, à elevação do objeto à dignidade da Coisa a partir da premissa lacaniana de que “nem a ciência nem a religião são aptas para salvar a Coisa, nem a nos dá-la” (Lacan, 1959-1960/1997, p. 168). É nesses termos que é possível sustentar que, seguindo a lógica adotada por Miller, a salvação pode ser feita fora dos ideais, fora de um ideal de moralidade orientado pelo olhar do Outro.

Em suas discussões sobre o uso do dejetos para a sua própria salvação, Miller (2010, p. 214) argumenta que o dejetos “é o que é rejeitado e especialmente rejeitado ao cabo de uma operação onde só se retém o ouro, a substância preciosa a que ela leva. O dejetos é o que [...] cai, é o que tomba quando por outro lado algo se eleva”. Nesse sentido, dejetos e ideal caminham emparelhados, na medida em que o apogeu de um pode ser o declínio do outro.

No que tange aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação sem atividade externa, talvez pudéssemos interrogar se aquilo que é tomado como traço identificatório é o objeto *a* enquanto uma espécie de dejetos real em que o sujeito “vai à direção de realizar o dejetos sobre a sua pessoa, negligenciando a si mesmo ao ponto mais extremo” (Miller, 2010, p. 18). Ora, de alguma maneira a psicanálise permite sustentar que a salvação, conforme já fora dito, pode ser vista num para além dos ideais e pode ser buscada nos dejetos que se encarnam nos restos, nas peças soltas ou avulsas. Se essa for uma aposta para a clínica contemporânea, talvez isso implique em consentir novos modos de vida e formas diferenciadas de se experienciar a pulsão, mas, também,

pode servir de orientação para aqueles casos em que a opacidade da interpretação mantém o caráter refratário do sintoma.

Dito de outra maneira, a salvação pelo dejetivo é uma aposta em uma saída possível inventada pelo sujeito que não se assenta nos ideais, mas, antes, naquilo que extrai de seu gozo. De um lado, pode haver salvação pela sublimação, na medida em que nessa operação há uma integração do gozo com o laço social através dos circuitos das trocas. Por outro lado, é possível também a salvação pelos dejetos na medida em que os restos psíquicos, quando bem acolhidos, podem, de alguma forma, fazer laço com o Outro. É a partir desse tipo de aposta que Miller (2008) defende uma pragmática da desinserção, ou seja:

Trata-se de desprender do gozo uma parcela que possa constituir objeto e inicialmente objeto de uma narração, de um cenário – como o cenário da fantasia – de uma *storytelling*, como nos foi ensinado hoje com esta palavra, de uma lenda, daquilo que Lacan chamava um “mito individual” e que pode ter lugar de fantasia (Miller, 2008, p. 5).

Assim, a pragmática da desinserção, longe de uma política dos ideais, atua em um flanco não orientado por uma pedagogia das formas de ser ou que vise à adequação do sujeito às normas e ao que se espera dele. Trata-se, nesse caso, de autorizar o sujeito a construir um saber-fazer com o seu gozo pela liberação da palavra.

A ADOLESCÊNCIA DESINSERIDA

A adolescência é um fato da modernidade (Ariès, 1981; Hall, 1904), e o modo como os aparatos sociais, midiáticos e culturais tratam essa etapa da vida parece dar-lhe um lugar de destaque. De fato, o empuxo à “juventude” tornou-se uma das molas propulsoras da contemporaneidade e a adolescência, de maneira idealizada, tem servido de norte, tanto para adultos quanto para crianças, por ser visto como um tempo de plenitude das realizações (Pereira, & Gurski, 2014).

A psicanálise, desde seus primórdios, interessou-se pelo tema. Freud (1905/1976) nomeou à época como “puberdade” o que costumeiramente compreendemos hoje como o tempo da adolescência. Para ele a puberdade é considerada como o tempo de descenso infantil da

conduta sexual “perverso-polimorfa”, resultado da combinação de fatores constitucionais e “acidentais”. Configura-se ainda como o momento em que o púbere tem como tarefa a renúncia aos objetos amorosos infantis e o direcionamento a um objeto sexual alheio. Trata-se de um intenso trabalho psíquico, pois implica na separação dos pais da infância ou dos primeiros objetos (incestuosos) de amor exatamente num momento de intensas modificações corporais. Nesse ponto Freud destaca que “[...] consuma-se uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade: o desligamento da autoridade dos pais, [...] tão importante para o progresso da cultura” (Freud, 1905/1976, p. 213).

O terceiro de os “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de Freud (1905/1976), intitulado *A metamorfose da puberdade*, delinea as mutações operadas no corpo da criança durante a puberdade, aguçando seus efeitos na vida erótica do sujeito; ressalta que as metamorfoses da puberdade implicam a perda do corpo infantil, o que exige a construção de uma nova imagem corporal. Desse modo, o tempo da puberdade aparece como um momento em que as exigências pulsionais estão aptas à sua realização, bem como na ocasião em que ocorre um mal-estar relacionado ao despertar para o desejo, à sensível relação do sujeito com o corpo próprio, ao traumático encontro com o outro e, ainda, à árdua separação da autoridade parental.

É nesse ponto que Freud parece fazer convergir fisiologia e cultura e remete à chamada “crise de gerações”. Nesse sentido, frente aos desafios do real do corpo, o púbere deverá responder psiquicamente às exigências provenientes tanto do corpo quanto do estabelecimento de novos laços sociais. Assim, a puberdade é compreendida como uma etapa de conclusão na qual o desenlace institui o que Freud denomina como “vida sexual normal do adulto”, caracterizada pela primazia da genitalidade (Freud, 1905/1976, p. 186). Nesse sentido, a puberdade é assinalada pela convergência das pulsões parciais da infância sob o primado da genitalidade, último tempo da organização sexual. Entre o afetivo da infância e o sensual da adultez, a adolescência seria a resultante de lugares polarizados, ambíguos e opacos, como a perfuração de “um túnel cavado através de uma montanha a partir de ambos os lados” (Freud, 1905/1976, p. 213).

Para o que interessa a este ensaio no que toca à adolescência, Freud (1905/1976) defende que um dos trabalhos do púbere para lidar com tal ambivalência seria o desligamento da autoridade dos pais. Com Lacan (1938/2003; 1964-1965/2006), poderíamos acrescentar ainda outros dois trabalhos: em “Os complexos familiares”, Lacan (1938/2003) destaca que existe uma coincidência entre o tempo da puberdade e a emergência do ideal viril no rapaz e o virginal na moça. É aqui que se pode notar, em função de uma certa incompatibilidade entre esses ideais, que não há um encontro harmonioso com o parceiro sexual, o que já demonstra a inequivalência da relação sexual. E em *Os problemas cruciais da psicanálise* (Lacan, 1964-1965/2006), o autor defende ser a adolescência um tempo em que se estabelece um saber-fazer mediante a inexistência ou falta de equivalência dessa relação sexual. A adolescência seria esse tempo de elaboração de um outro, enquanto parceiro, que entraria na dimensão sexual do sujeito, abdicando-se dos investimentos libidinais dirigidos aos pais, ocasião em que há a abertura para o encontro com o parceiro sexual. Na perspectiva lacaniana, é nesse momento em que o real sexual como impossível adquire consistência.

Psicanalistas contemporâneos, seguindo a trilha aberta por Freud e Lacan, discutem a adolescência como uma resposta que o sujeito dá a esse real do sexo. Lacadée (2011), por exemplo, assevera que a adolescência não é uma fase do desenvolvimento, e sim “uma resposta sintomática do sujeito, quando a libido, escapando a qualquer entendimento, envia-o à solidão, à errância e ao sentimento de ser incompreendido pelo Outro” (Lacadée, 2011, p. 76). Nesse sentido, um dos impasses vivenciados pelos adolescentes refere-se aos efeitos do encontro do sujeito com o outro, o que pode fazer com que o adolescente se depare com um real insuportável e, como resposta a isso, podem surgir as condutas de risco. Para esse autor, essas condutas são “[...] solicitações simbólicas da morte na busca de limites, tentativas desajeitadas e dolorosas de se situar no mundo [...]” (Lacadée, 2011, p. 57). Dito de outra maneira, o psicanalista destaca que, “no momento em que a batalha se desencadeia, o adolescente, em luta contra as pulsões parciais, deve se identificar com os ideais de seu sexo, o que o remete, da melhor maneira, à sua solidão” (Lacadée, 2011, p. 252). Desse modo, o encontro das experiências vivenciadas pelo adolescente

com suas fantasias leva-o a crer que a incompreensão de si mesmo o torna incompreensível para o Outro, ao que Lacadée assegura:

A delicada transição da adolescência tem a ver com o encontro desse real, momento em que a angústia, a confusão, o tédio, a solidão e o afeto de vergonha ou ainda a agressividade ocupa o primeiro plano. Esses momentos de exílios são vividos de forma mais aguda e real quando os adolescentes vivem em lugares de exclusão, onde já está em questão certa precariedade simbólica e até mesmo uma rejeição, notadamente nos colégios de periferia (Lacadée, 2011, p. 252).

Às demandas surgidas nesse tempo de transição que é a adolescência algumas respostas podem surgir como tentativa de enfrentamento à batalha desencadeada no sujeito: uma identificação ao grupo, a relação com o saber e as condutas de risco (Lacadée, 2011).

Por esse mesmo caminho, Hélène Deltombe (2016) defende que, para além dos traumatismos com que cada um pode se deparar em sua existência, a adolescência é estruturalmente uma ocasião traumática, uma vez que se trata do tempo de separação dos pais da infância e da exigência dos ideais que apontam para o futuro. Segundo essa autora, em função da desorientação provocada pela perda dos referenciais infantis e pela presença dos imperativos dos novos ideais, da busca amorosa e da vontade de gozo, a adolescência apresenta-se como um tempo favorável à formação de sintomas e à passagem ao ato. Um destaque importante dado pela autora é de que na adolescência, enquanto um tempo de desprendimento da autoridade dos pais com a consequente ampliação dos laços sociais, a maneira como a cultura fornece referências aos jovens tem uma implicação sobre o laço social, gerando inserção ou desinserção social. Para ela, por fim, o estabelecimento de laços sociais na adolescência pode se dar de modo sintomático.

Dessa forma, no que diz respeito ao propósito deste ensaio, podemos interrogar: em certas situações, mesmo naquelas em que as condições socioeconômicas se encontram precárias, a cultura é capaz de ofertar modos de anteparo frente ao incompreensível da adolescência? Se sim, que falha na oferta da cultura, e portanto da ordem simbólica, faz com que o adolescente se envolva em ato infracional?

Para responder, recorreremos a Miller (2015) quando enuncia que os adolescentes são mais afetados pelos efeitos das mutações da ordem

simbólica. Se concordarmos que a contemporaneidade se evidencia por uma intensa modificação na ordem simbólica, dentre elas o decaimento do patriarcado, a deposição da tradição, o decréscimo do respeito e a redução da autoridade, esses estamentos sociais não servem mais como um modo de normatização social. Isso posto, a nova ordem simbólica promove efeitos de desorientação generalizada, exercendo um peso maior sobre os adolescentes. Uma consequência destacável a ser feita nas considerações desse autor em relação ao enfraquecimento da ordem inaugurada pelo pai refere-se ao surgimento, em diversas partes do mundo, da face mais radical do islamismo como resposta justamente pelo fato de o Islã oferecer um outro consistente, capaz de ofertar, de modo não dialetizável, uma orientação aos sujeitos desbussolados da contemporaneidade.

Ora, no que se refere a essa condição desbussolada e aos efeitos da mutação da ordem simbólica sobre os adolescentes e sua relação com o ato infracional, é oportuno considerar que em certas comunidades periféricas parece haver algum evento que favorece o enlaçamento do jovem com o objeto do crime, surgindo como um modo de sustentação do adolescente na sua passagem por um certo traço transgressor que parece ser um modo próprio de funcionamento. De alguma forma, podem-se localizar em certas comunidades, territórios ou regiões das cidades a precariedade de certos elementos simbólicos que poderiam servir como fator de proteção desses jovens quanto à entrada no assim chamado “mundo do crime”. Tal precariedade pode se configurar como um elemento causador de desinserção social.

De algum modo, podemos pensar que há elementos localizados em um dado território que favorecem a aderência à transgressão e a permanência do adolescente no mundo do crime. Ademais, pode-se questionar se é possível encontrar em dado território determinados elementos que promovem a proteção do adolescente e sua desistência desse mesmo mundo do crime. Sendo assim, a presença de certos aspectos objetivos poderá auxiliar na dimensão pragmática do laço social sedimentada na noção de inserção, o que pode auxiliar na localização de elementos que possuem uma carga semântica capaz de promover a entrada, permanência e desistência da trajetória delinquencial.

De acordo com Miller (2008), o desejo de inserção é um fato fundamental para o sujeito. Para ele,

O ser falante deseja inserir-se. O que Lacan chamou discurso do Outro – e que imediatamente passou para a psicanálise como um esquema de comunicação, de intercâmbios de mensagens, de inversão de mensagem – diz que, nesse desejo o social é radical, é a raiz. Esse é o sentido do título de Freud “Psicologia das massas e análise do eu”. Nele, Freud já diz que o social está constituído na relação analítica. E sabemos que um sujeito com um desejo de des-inserção é algo que pode chegar ao suicídio social e ao suicídio vital (Miller, 2008, p. 01).

Dito de outra maneira, inserir-se, pertencer, fazer parte é importante para cada um e, ao que nos parece, para o adolescente isso se torna ainda mais determinante.

Para Miller (2008), ao se pensar o tema da inserção/desinserção, a noção de espaço, de lugar, necessita ser convocada. Para nós, como sucedâneo à elaboração milleriana, sustentamos que a noção de território é fundamental para o estabelecimento de laço social. De acordo com esse autor, muitos transtornos podem ser produzidos por uma mudança espacial dos outros em relação ao sujeito, isto é, “quando ele vê pessoas de sua própria geração avançarem mais rápido numa hierarquia. Tudo isso é do cotidiano, mas tem um sentido fundamental [...] quando o sujeito perde isso, advém patologias de todo tipo, pois toca o ser, toca o objeto a” (Miller, 2008, p. 02).

De acordo com Antônio Teixeira (2010), a inserção refere-se a um modo particular de relação com o Outro, sustentado pelos mecanismos de submissão ao poder.

[...] sua visada implica antes, por essência, uma relação definida pelos meios possíveis de negociação do sujeito com o Outro, em cujo saldo se manifesta não apenas uma transformação do modo anterior de vínculo, como também uma modificação essencial tanto da parte do sujeito quanto da parte do Outro com o qual esse sujeito vem compor (Teixeira, 2010, s.p.).

Desse modo, a desconexão social é um importante fator de entrada no mundo do crime, sobretudo para sujeitos que residem em comunidades em que parece haver pouca aposta em elementos objetivos promotores de inserção social. Assim, frente à desorientação promovida pela nova ordem simbólica associada à oferta de poucos elementos promotores de conexão

social, talvez a criminalidade e a infração sejam das poucas formas em que o adolescente pode encontrar uma referência para se orientar e, conseqüentemente, estabelecer laços, ainda que de modo transgressor.

Em uma pesquisa realizada com internos em uma unidade da Fundação de Assistência Socioeducativa (FASE) da região metropolitana de Porto Alegre, RS, identificou-se que existe uma vulnerabilidade acentuada entre jovens dos 13 aos 15 anos de idade, sendo essa faixa etária na qual se teve o início o consumo abusivo de álcool e outras drogas para a maioria dos participantes. De acordo com a pesquisa (Davoglio, & Gauer, 2011), houve uma preponderância de infrações com arma de fogo e os assaltos foram as infrações preponderantes. No público estudado, constatou-se também elevados índices de reprovação/abandono escolar, desconhecimento da renda familiar e criminalidade entre familiares e pares. Por outro lado, em pesquisa realizada por Silva (2009) com 262 adolescentes em conflito com a lei que tiveram passagem pela Justiça Infante-Juvenil de Duque de Caxias, RJ, demonstrou-se que a baixa escolaridade aloca os adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que a escola pode ser um fator de proteção à criminalidade.

De mesmo modo, em uma pesquisa transdisciplinar e multicêntrica realizada com um universo de 300 jovens egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, MG³, todos praticaram ao longo de suas adolescências alguma forma de ato infracional e, em razão disso, cumpriram medidas judiciais no referido sistema. Analisando a entrada no “mundo do crime” desses sujeitos, a pesquisa revela como a presença ou a ausência do Outro social e a própria experiência de alteridade pelas quais passam esses jovens lhes são determinantes. A maioria deles conheceu, não ao acaso, os excessos desse Outro em registros muito diversos: maus-tratos, abusos, agressões, mortes, abandonos. Os problemas relacionais, afetivos, sexuais e adaptativos tornam-se, na verdade, problemas de ordenamento simbólico ou regulação societária que, como tal, não parecem contar com um Outro como referente para balizá-la. A ausência dessa regulação (e desse Outro que a sustente) não cria na vida desses jovens diques societários efetivos contra o curto-circuito pulsional e o desbussolamento libidinal a que estão sujeitos. Logo, a pesquisa vai revelar que o próprio ato infracional pode

significar uma forma de eles se apresentarem ao Outro convocado como ordenação simbólica a tomar partido no aparelho jurídico do Estado. A própria instituição socioeducativa pode servir-lhes de veículo para tal ordenação, para se colocarem em cena e para ressignificarem a falta do Outro. Entretanto, dificilmente nossas instituições jurídicas, policiais, assistenciais e mesmo socioeducativas – precárias e politicamente desinvestidas como são – estarão aptas a cumprirem essa demanda de se ofertarem como genuína alteridade portadora tanto de ordenadores simbólicos quanto do desejo implicado por esses jovens – um desejo que não lhes seja anônimo.

O CASO JOSÉ: INDIGNAÇÃO E REVOLTA CONVERGIDAS EM ATO

Em entrevistas clínicas realizadas com um adolescente de 17 anos que cumpria medida socioeducativa de internação no Centro Educacional Masculino de Teresina, PI, o jovem, a quem renomeamos de José – em alusão ao nome de santo que ele porta –, relata que o que o levou ao crime foi a *revolta* pela morte trágica do pai quando tinha 14 anos. Ao sair cedo de casa para o trabalho, foi baleado em decorrência de uma tentativa de assalto. Pai amigo e presente, precocemente retirado do convívio familiar pela violência de seu bairro, deixou o adolescente desamparado, indignado e revoltado com a situação. De acordo com ele, “[...] mataram meu pai, fiquei revoltado na vida e comecei a ter desafeto, comecei a atirar em desafeto meu, desafeto meu atiraram em mim, aí, desde os 14 anos de idade, que venho sendo preso”. Para ele esse foi o motivo de se revoltar e iniciar sua trajetória infracional, tendo sido seu primeiro ato, pouco tempo após o assassinato do pai, um homicídio cometido contra um “desafeto” seu. De algum modo, o assassinato do pai seguido do homicídio do desafeto talvez permitam estabelecer alguma causalidade psíquica na qual o sujeito possa ser responsabilizado pelo seu ato. Buscamos estabelecer um antes e um depois na vida desse jovem que até então parecia ter simbolicamente certa orientação em sua vida.

Segundo José, antes do assassinato do pai, “eu estudava antes, trabalhava, depois que mataram meu pai não quis mais saber de estudo, não quis saber mais de nada”. Ao narrar sua decisão pautada na revolta decorrente

da morte do pai, ele marca a temporalidade de sua entrada na trajetória infracional como um antes e um depois, mas, talvez, sem se implicar nessa escolha que nos parece forçada por uma dimensão fantástica de reparar, com os crimes, o fim precoce que impuseram a seu pai: após a morte do pai passou a fazer uso abusivo de drogas e a cometer uma série de ilícitos. Além disso, constata-se a presença constante de diversos atos infracionais, como roubos, assaltos, furtos, porte de arma, latrocínio e diversas passagens e evasões do sistema socioeducativo piauiense.

No decorrer da entrevista, no entanto, é possível localizar a presença de uma dimensão especular quase paranoica no adolescente em que, ao que nos parece, existe uma supremacia do objeto olhar. Ao ser interrogado se ante a um assalto ele poderia agir diferentemente do que faz ao atirar na vítima, ele responde: “Eu fico pensando também que a vítima também tem arma e fico pensando essas besteiras que eles vão querer pegar pra matar você”. Nesse ponto, o entrevistador intervém: “Ah, sim, você já antevê; você pensa que eles estão armados. Mas é bem parecido então com a história do seu desafeto em que você acha que vai te matar e por isso você acaba não mudando de vida”.

Poderíamos pensar se uma *identificação fantástica* concorreria para a atuação desse adolescente, uma vez que, segundo Nasio (1997), esse tipo de identificação consistiria num tipo de defesa contra o medo de uma satisfação do desejo através do qual um alívio ilusório da tensão acontece. Na identificação fantástica há uma possibilidade de o sujeito construir uma defesa frente ao intolerável medo de um aniquilamento, representado pela descarga total da pulsão, a qual, além da dor do sofrimento subjetivo, poderia repercutir, também, na própria motricidade. Por um lado, existe uma espécie de identificação com o lugar do assassino do pai, por outro, a dimensão de utilidade também aparece, tendo em vista que o adolescente revela que um de seus primeiros atos infracionais foi roubar nove mil reais em uma distribuidora de gás, primeiramente para comprar uma arma – que lhe custou dois mil e quinhentos reais – e, com o restante, para comprar roupas, calçados e ajudar a mãe nas despesas de casa. Sobre isso, interessa refletir que na dialética do *crime do eu* “o sujeito não sabe que, golpeando um rival, ele golpeia o seu ideal” (Cottet, 2008, s.p.).

Os crimes do eu, em Lacan (1986), são aqueles que possuem um objetivo exterior ao próprio crime, sendo revestidos de um caráter utilitário (Miller, 2008) tendo em vista que apresentam um ensejo que lhes é exterior. Ou seja: não se trata do crime pelo crime. Segundo Machado, “mata-se para roubar, por vingança, para usurpar o poder; por sentir-se perseguido, humilhado, ou para se livrar de vozes atormentadoras. Mata-se para derrubar um regime político, para dominar uma nação, para defender uma crença” (Machado, 2013, s.p.). Em função da possibilidade de localização de um aspecto motivador, a autora sustenta que os crimes do eu ou crimes de utilidade possuem uma ordenação simbólica. Diríamos que se trata de uma ordenação simbólica, mas também entrelaçada, no caso aqui exposto, a uma dimensão imaginária. Tendlarz e Garcia (2013) defendem que nos crimes do eu o indivíduo se comporta segundo sua vontade (imaginária) com a ilusão de plena liberdade.

Na mistura do Rivotril com café e Coca-Cola, José se diz tomado por uma vontade de roubar: “Aí dá vontade de roubar, aí o cara nem pensa em parar mais. Rouba e não se lembra o que foi que fez. Sai esquecendo as coisas”. Tomado pelo automatismo gerado pela droga, seus roubos e furtos são essencialmente marcados pela presença da arma em função da já dita suposição de que pode ser morto a qualquer momento pela vítima do assalto que, em sua lógica, poderá estar armada. No relato do adolescente, bem como nos dados colhidos no PIA (Plano Individual de Atendimento), verifica-se que a entrada nas práticas delituosas se dá por uma dimensão de utilidade: é o roubo para comprar uma arma para roubar mais; é o assalto para comprar o berço de sua filha; é a prática de roubos e assaltos para comprar roupas, calçados, comida e remédios que lhe possibilitarão roubar mais.

Se pela queixa dos técnicos o jovem, apesar de calmo e tranquilo, é “terrível”, na oferta de um espaço de escuta ele pode dizer um pouco mais acerca de sua revolta pela morte do pai, sem a presença de um certo moralismo presente nos encontros com os técnicos. Em um dado momento da entrevista, interroga se o entrevistador pode ajudá-lo. “Te ajudar a quê?”, questiona o entrevistador. Ao que ele diz: “A sair daqui. Não quero mais essa vida para mim mais não. Pretendo sair daqui e mudar de vida, trabalhar, ajudar minha mãe, já vi muito minha mãe sofrendo, sabe?! Não quero mais essa vida para mim mais não”. Talvez

essa enunciação sustente um apelo que carrega uma vacilação da certeza do automatismo que poderá permitir ao adolescente investir em outras coisas que não seja no crime: fazer um curso profissionalizante, conforme ele diz; mudar-se para o interior, aceitando a proposta dos avós paternos de investirem na pequena produção rural.

Os crimes de José, o ato de cometê-los, demonstra ter a potência de convergir em si indignação e revolta sem deixar o sujeito paralisado por elas à maneira neurótica. Esse adolescente anti-hamletiano inaugura com seu ato um antes e um depois no seu próprio tempo, e, como dissemos, marca a quebra de uma fronteira pela qual se põe como fora da lei. Ele produz um saber-fazer com seu gozo ao equacionar, em ato, sua indignação com sua revolta. Mas escolhe o caminho do pior. Aqui, o êxito do sujeito torna-se sua derrocada social, sua desinserção.

Presumimos que José possa dar outra saída à sua revolta pela morte do pai sem que seja nem ao modo de Hamlet, paralisado frente ao Outro, condenado à eterna indignação, nem ao modo do “mundo do crime”, fazendo seu ato não dialetizável pactuar-se com seu gozo. Um gozo que visou extinguir a revolta, ou no mínimo vingar aquilo que a causa, mas que só fez José adiar-se numa espiral infinita e compulsivamente repetitiva. A escuta clínica, nesse caso, pode surgir como possibilidade de o jovem inventar para si outra saída que não seja tão mortífera ou que não o condene a reviver todos os dias a morte do pai. Sua entrada no curto-circuito do ato infracional, resultante da revolta advinda de tal morte, nos faz concordar com Stevens (2000): na adolescência, o ato infracional talvez se configure como um apelo dirigido ao Outro em que um endereçamento preciso ao Outro se dá como uma tentativa de restituição da função do pai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Juventude abandonada, desorientada, transviada, desencantada, envelhecida, infantilizada. São muitos os nomes que a juventude – e seu corolário, a adolescência – comporta hoje na cultura. Em todas as nomeações provenientes do Outro social parece haver uma marca do ideal, ainda que reduzida em brilho. De certa maneira, os sintomas presentes nessa juventude, tais como o tédio, a depressão, a violência,

entre tantos, parecem ser signos, para muitos, da falta de referências simbólicas que sirvam de norte ao jovem adolescente em sua “delicada transição”. Indignação e revolta podem compor o modo de vida de muitos desses jovens e sua convergência em ato infracional pode ser a única forma encontrada por eles para lidarem com o mal-estar frente à desorientação da vida, ao encontro com o sexo e com o real da puberdade. Talvez, nesse sentido, o ato, na adolescência, seja a última forma de defesa contra a angústia proveniente de um ideal, ou maciço demais ou ausente demais, que a precariedade simbólica do jovem não consegue dialetizar. A exemplo disso, para aquilo que aponta o caso José, a desinserção operada pelo ato infracional organiza enlaçamentos que se dão pela via da identificação ao assassino do pai e demonstra a dificuldade do sujeito em relação ao desejo, posto que isso parece se inscrever de maneira muito precária, evidenciando as consequências subjetivas dessa desinserção.

A se apostar na lógica conceitual defendida até aqui, o ato infracional de certos adolescentes pode surgir como um modo de apelo ao Outro frente ao desamparo e à desinserção. Por esse caminho, Miller (1993) defende que na passagem ao ato faltam coordenadas simbólicas e o sujeito cai se identificando imaginariamente ao objeto. Trata-se de uma identificação imaginária ao objeto causa de angústia e o sujeito tenta atacá-lo em si mesmo ou no outro, eliminando a angústia da cena. De algum modo, uma das operações do psicanalista frente a esses casos, a exemplo do de José, refere-se a uma transformação na estrutura de seu ato, que permitirá ao sujeito substituir o atuar pelo dizer.

A indignação e a revolta convergida em ato por José, em sucessivos e rotineiros atos infracionais, ao serem faladas na entrevista clínica de orientação psicanalítica como uma possibilidade de ele fazer a narrativa de sua vida e nela se implicar, historicizando-a, dá a ele a possibilidade de localizar sua identificação ao algoz do pai e, talvez, em algum momento, realizar a passagem dessa identificação ao algoz à identificação ao pai. Não seria uma identificação idealizada ao pai enquanto um sujeito honesto e trabalhador que saía cedo de casa para levar sustento para a família que tornou vítima da violência urbana, mas, antes, seria uma identificação aos restos do pai que podem ser consumidos no banquete totêmico e servir de norte para José que, com seu nome de santo, pode salvar-se por meio de seus próprios dejetos.

REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (Trad. Dora Flaksman. 2ª edição). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Brasil (1990). *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Brasil (2019). *Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros*. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP.
- Camus, A. (1996). *O homem revoltado*. Rio de Janeiro: Record.
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coord.). (2019). *Atlas da violência – 2019*. Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP.
- Cottet, S. (2008) Criminologie lacanienne. *Mental*, n. 21, *La société de surveillance et ses criminels*. Revue Internationale de Santé Mentale et Psychanalyse Appliquée. França: l'École Européenne de Psychanalyse et de la New Lacanian School, outubro/2008. Publicado em português em *aSEPHallus*, 8. Recuperado em 30 ago. 2020 de <www.nucleosephora.com/asephallus>.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Supl.), 1163-1178. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>
- Davoglio, T. R., & Gauer, G. J. C. (2011). Adolescentes em conflito com a lei: aspectos sociodemográficos de uma amostra em medida socioeducativa com privação de liberdade. *Contextos Clínicos*, 4(1), 42-52. Recuperado em 08 nov. 2020 de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822011000100005&lng=pt&tlng=pt>.
- Deltombe, H. (2016). Sair da adolescência. *Almanaque online Revista Eletrônica do IPSM-MG*, 16. Belo Horizonte.
- Freud, S. (1976). A interpretação dos sonhos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. IV. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900)
- Freud, S. (1976). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)

- Freud, S. (1996). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)
- Ginzburg, J. (2012). *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados.
- Hall, G. S. (1904). *Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion and education*, v. 2. New York: D. Appleton and Company.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Lacan, J. (1979). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1964)
- Lacan, J. (1986). *Shakespeare, Duras, Wedekind, Joyce*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1959-1960)
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1961-1962)
- Lacan, J. (2003). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1938)
- Lacan, J. (2006). *Os problemas cruciais da psicanálise. Seminário 1964-1965*. Publicação Interna. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lacan, J. (2016). Sete lições sobre Hamlet. In Lacan, J. [Autor], *O seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Seminário original de 1958-1959)
- Laurent, É. (2019). Entrevista concedida a Ana Lydia Santiago (Parte 5). *Boletim OCI#7*. IX Enapol. Circulação por Veredas em 01/07/2019.
- Machado, O. (2013). A violência e a nova ordem. In *Conversações ENAPOL 2013. Relatório de Grupo de Trabalho da Escola Brasileira de Psicanálise*. Recuperado em 20 ago. 2015 de <<http://www.enapol.com/pt/template.php?file=Las-Conversiones-del-ENAPOL/La-violencia-y-el-nuevo-orden/Ondina-Machado.html>>.

- Machado, I. L. (2020). Entrevista virtual concedida em 19/09/2020.
- Miller, J.-A. (1993). Jacques Lacan: observaciones sobre su concepto de pasaje al acto. In: *Infortunios del Acto Analítico*, Colección Algoritmo. Buenos Aires: Atuel.
- Miller, J.-A. (2007). Préface. In: *Le cas Landru* (p. 7-17). Paris: Imago.
- Miller, J.-A. (2008). Sobre o desejo de inserção e outros temas I. *Correio – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*, 62: Sobre o desejo de inserção. Escola Brasileira de Psicanálise, mar., p. 5-17.
- Miller, J.-A. (2010). Comment se révolter? *La Cause freudienne*, 75, 212-217.
- Miller, J.-A. (2015). Nada é mais humano que o crime. *Almanaque online*. Belo Horizonte. Recuperado em 30 ago. 2020 de <<http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Nada-mais-humano-que-o-crime.pdf>>.
- Moraga, P. (2018). Pinceladas de dignidade. Recuperado em 19 jun. 2020 de <<http://ampblog2006.blogspot.com/2018/08/>>.
- Nasio, J.-D. (1997). O conceito de identificação. In Nasio, J.-D. [Autor], *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.
- Pereira, M. R., & Gurski, R. (2014). A adolescência generalizada como efeito do discurso do capitalista e da adultez erodida. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 376-383. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200014>
- Shakespeare, W. (2003). *Hamlet*. São Paulo: Planeta DeAgostini. (Original publicado em 1601).
- Silva, I. (2009). *Fracasso escolar e adolescentes infratores: a vulnerabilidade social de adolescentes de baixa escolaridade*. Dissertação de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. (Orientação: profa. Isabel Ortigão). Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias-RJ. 111p.
- Stevens, A. (2000). Nuevos síntomas en la adolescência. *Revista Lazos*, 4, 49-56. Rosário, Escuela de La Orientación Lacaniana, Sección Rosário.
- Teixeira, A. (2010). A vocação irônica da psicanálise. *Tempo Psicanalítico*, 42(1), 9-38. Recuperado em 30 ago. 2020 de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000100001&lng=pt&tlng=pt>.

Tendlarz, S. E., & Garcia, C. D. (2013). *A quem o assassino mata? O serial killer à luz da criminologia e da psicanálise*. São Paulo: Editora Atheneu.

NOTAS

- ¹ Livre tradução nossa de: “Cette notation indique que la révolte est disjointe du savoir; elle est sans médiation. La révolte à proprement parler ne pense pas et se distingue en cela de la subversion, entreprise de longue haleine qui demande la connaissance approfondie de l’ordre qu’il s’agit de ruiner, de renverser. L’image de la subversion est celle de la fameuse vieille taupe, qui creuse dans l’ombre, exploite la durée et laisse du temps au temps, si je puis dire”.
- ² Livre tradução nossa de: “La révolte, comme telle, n’a pas la foi, elle ne spéculé pas sur l’avenir, elle fulgure dans l’instant. Elle tient tout entière dans la rencontre de ce que j’appelais l’impossible à supporter et dans la décision, l’acte, qui s’ensuit immédiatement, sans temps mort. Il faut donc, je crois, extraire la révolte de cette structure du pari et avancer qu’elle est un ravissement. Ce transport extatique vous saisit – comme un jeton, disais-je – comme tout entier rassemblé et condensé dans l’unité de votre être et ce, vers et pour la mort”.
- ³ Projeto: *Curso de vida e trajetória delinquencial: um estudo exploratório dos eventos e narrativas de jovens em situação de vulnerabilidade* (2017-2019), parcialmente financiado pelo IEAT-UFMG, do qual os proponentes deste artigo foram membros pesquisadores.

EL PORVENIR DE UNA *DESILUSIÓN*. DESAFÍOS PSÍQUICOS EN TIEMPOS DE PANDEMIA

*Cristina M. Ronchese**

RESUMEN

Este trabajo aborda, en primer lugar, algunas de las particularidades de la situación actual de pandemia y confinamiento desde diversas dimensiones destacando la complejidad de la misma; luego, se señalan desde una perspectiva psicoanalítica ciertos aspectos del impacto psíquico que ambos generan en quienes se encuentran transcurriendo tiempos constitutivos del psiquismo y en quienes ejercen funciones parentales para con ellos; y, finalmente, se explicitan algunas apreciaciones acerca del posicionamiento del analista y su práctica clínica respecto a la problemática citada.

Palabras claves: pandemia; confinamiento; impacto psíquico; niños; funciones parentales.

THE FUTURE OF A *DISAPPOINTMENT*. PSYCHIC CHALLENGES IN TIMES OF PANDEMIC

ABSTRACT

This work addresses, firstly, some of the particularities of the current pandemic and confinement situation in various dimensions, highlighting its complexity; next, some aspects of the psychic impact that they generate both on those who are going through the constitutive times of the psyche and in those who exercise parental functions towards them are pointed out from a psychoanalytic perspective; and, finally, some observations about the position of the analyst and his clinical practice in relation to the mentioned problem are made explicit.

Keywords: pandemic; confinement; psychic impact; children; parental functions.

*Magíster en Psicoanálisis (UNR), Especialista en Ciencias Sociales con mención en Psicoanálisis y prácticas socioeducativas (FLACSO), Psicóloga (UNR), Prof. de Enseñanza Media y Superior en Psicología (UNR). Prof. Adj. de la Cátedra Psicología del Lenguaje y del Desarrollo; Prof. Adj. de la Cátedra Intervenciones en Niñez y Adolescencia. Facultad de Psicología – Universidad Nacional de Rosario – Argentina; Membro Rede INFEIES e RUEPSY.

O FUTURO DE UMA *DESILUSÃO*. DESAFIOS PSÍQUICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

RESUMO

Este trabalho aborda, em primeiro lugar, algumas das particularidades da atual situação de pandemia e confinamento em várias dimensões, destacando a sua complexidade; a seguir, alguns aspectos do impacto psíquico que tanto geram naqueles que estão passando pelos tempos constitutivos do psiquismo quanto naqueles que exercem funções parentais para com eles são apontados a partir de uma perspectiva psicanalítica; e, por fim, algumas observações são explicitadas sobre a posição do analista e sua prática clínica frente ao problema mencionado.

Palavras-chave: pandemia; confinamento; impacto psíquico; crianças; funções parentais.

Como punto de inicio, cabe aclarar que la tarea de bosquejar algunas vías de análisis y reflexiones acerca de lo que está aconteciendo supone, para mí, un desafío intelectual de notable magnitud puesto que, inevitablemente, me encuentro atravesada por la situación que me propongo pensar. En este sentido, considero que el abordaje realizado basculará entre *el instante de ver* y *el tiempo de comprender* (Lacan, 1988), en tanto, estimo, que aún no estarían dadas las condiciones para el *momento de concluir*.

Es evidente que estamos ante una circunstancia sumamente compleja e inédita, que nos ha tomado por sorpresa, irrumpiendo con una velocidad que ha puesto en jaque nuestros recursos psíquicos de afrontamiento y defensa. Interpelando la supuesta omnipotencia del saber científico, este nuevo coronavirus, Covid-19 (SARS-CoV-2) ha perforado certezas y saberes que, de algún modo, venían funcionando de sostén para la humanidad.

La insistencia de las frases “no sé qué va a pasar...”, “no sé cómo va a seguir esto...” que se escucha en los decires en diferentes ámbitos evocan, en mí, las siguientes preguntas: ¿cuándo lo supimos? ¿Cuándo contamos con el saber predictivo de lo que iba a ocurrir o de lo que advendría en el futuro? Pareciera que lo ilusorio de la certidumbre ha quedado al descubierto, *pero... aún así* necesitamos aferrarnos a la creencia engañosa

de que en algún momento existió. La desilusión frente a la incerteza sin velo del porvenir pareciera que ha corroído hasta el último eslabón que nos mantenía enlazados a la propia cotidianidad. Y, a dicha conmoción, vino a sumarse la medida sanitaria de Aislamiento Social Preventivo Obligatorio¹.

El virus emerge en el mundo portando un extraordinario poder de contagio y, cual nueva obra de la globalización, tiñe prácticamente todo como potencial transmisor. “El cuerpo del otro, ese espesor corporal sede de una dramática subjetiva e intersubjetiva, social y política se ha convertido en amenaza, en peligro mortal” (Volnovich, 2020; s/n). Como contrapartida, la distancia entre los cuerpos se ha impuesto como un acto de cuidado amoroso.

Al decir de Volnovich (2020, p. 01) “veníamos a la máxima velocidad prevista por los imperativos neoliberales y chocamos”. El tiempo y el espacio quedaron fuera de la lógica convencional y resultaron, así, trastocados nuestros puntos de referencia. El presente se detuvo, y resistiéndose a ser historia, amenaza la posibilidad de avizorar un futuro. Intervención científico-tecnológica mediante, la reducción de los espacios y distancias engendró efectos inimaginables: mientras sólo con un clic hemos podido ingresar – en la virtualidad – a los sitios más remotos, simultáneamente, nuestros desplazamientos y movimientos corporales quedaron, casi, anulados (Volnovich, 2020).

El transcurrir diario se modificó frente a una nueva cotidianidad que se impuso, generando inquietud y obligando a reorganizarnos. Abruptamente, se fueron digitalizando los múltiples escenarios de nuestras vidas; Internet y las pantallas llegaron a mediatizar, así, los encuentros que al fin se tornaron posibles – escolares, familiares, laborales², amorosos, eróticos, amistosos, académicos, etc. Ahora sí, “caímos en las redes”. Terreno fértil para la mercantilización y el capitalismo voraz.

La inermidad y el desamparo quedaron al descubierto, sólo atenuadas por el respeto al aislamiento (Volnovich, 2020). Aislamiento social que, si bien en muchas familias propició el compartir nuevas experiencias intensificando los lazos, por momentos y/o en otros casos, desembocó en encierro y soledad afectiva. En esa línea, fiel a la directiva holofraseada del “quedátcasa³”, muchos de los sujetos fueron – y siguen siendo – testigos de cómo se esfuma su condición de tal, al quedar objetivados, consumiendo,

siendo consumidos y, más aun, cada uno quedándose a solas *con-su-mismo*. Entonces, así, la posibilidad de mitigar con otro ese punto inevitable de encuentro a solas con el dolor y la experiencia resultó coartado.

Podemos decir que esta pandemia junto con la medida de ASPO ponen a prueba nuestro psiquismo, al modo en el que Lacan (2014) plantea que el duelo pone a prueba la estructura psíquica. Como no podría ser de otra manera, las opciones, en los posicionamientos subjetivos, son variadas. En el espacio clínico, se escucha que el abanico va desde quienes reniegan de la situación, sosteniendo que nada les va a pasar, hasta la posición de quienes sienten exacerbados sus miedos y angustia, quedando paralizados frente a lo que acontece, pasando en el intermedio por diversos matices. Observándose, también, posicionamientos de registro, de reconocimiento de la importancia de los cuidados y aceptación de lo posible en este escenario, leído en su transitoriedad y valiéndose de los recursos creativos, con que se cuenta, para transitarlo. Amarante (2020), por su parte, advierte al respecto tres tendencias o narrativas: los negacionistas (rechazan la existencia del virus o del contagio), los alarmistas (que plantean el incremento de trastornos mentales, de alcoholismo y suicidios desde investigaciones apresuradas y cuestionables) y quienes entienden la situación como una experiencia existencial que implica crisis y sufrimiento, pero no tomados como sinónimo de trastornos. Este investigador destaca que lidiar con la pandemia también ha generado resultados positivos, tanto en el plano individual como colectivo, en los casos de quienes han transformado esa experiencia en prácticas solidarias, en prácticas de autocuidado, buscando reorganizar la propia vida, sus relaciones familiares y personales. Desde el psicoanálisis sabemos que ello responde a la posición del sujeto frente a la muerte, a la vida, a las pérdidas, a la falta.

En su indagación acerca de la actitud del ser humano frente a la muerte, Freud (1915/1988, p. 2110) observa que los sujetos mostramos una inclinación a prescindir de la misma, a eliminarla de la vida, hemos intentado silenciarla, incluso en lo inconsciente “estamos convencidos de nuestra inmortalidad”. Según Freud, quizás ese sea el secreto del heroísmo, el “no puede pasarme nada”. En cambio, el miedo a la muerte sería algo secundario, procedente casi siempre del sentimiento de culpabilidad. Por

otra parte, sabemos que en lo inconsciente existen impulsos destructivos-agresivos, pulsión de muerte, desde los cuales, en el plano del deseo, se suprimen constantemente a aquellas personas que estorban nuestro camino, nos han dañado, ofendido y/o perjudicado, e inclusive se acepta la muerte cuando se trata de un extraño. En este sentido, Freud (1915/1988) advierte que hay casos en los que a nuestro inconsciente se le presenta un conflicto entre dichas dos actitudes opuestas ante la muerte, esto es, la que la reconoce como aniquilamiento de la vida y la que la niega como irreal. Tal es el caso de la muerte o el peligro de muerte de una persona amada (familia, pareja, amigos/as), personas que son para nosotros, por un lado, un patrimonio íntimo, partes de nuestro propio yo; pero también son, por otro lado, parcialmente extraños o incluso enemigos – dada la ambivalencia propia de nuestra vida psíquica. Claramente Freud (1915/1988) nos anuncia de la existencia del deseo de muerte involucrado en el “síntoma de una preocupación exacerbada por el bien de los familiares del sujeto” o “los autorreproches totalmente infundados, consecutivos a la muerte de una persona amada” (Freud, 1915/1988, p. 2116).

Sabemos que, desde la tendencia posmoderna imperante no hay lugar para la falta, ni para las pérdidas, por ende, tampoco para la pregunta, ni para la reflexión, entre otras. En congruencia con ello, fue notoria la velocidad con la que, desde abrumadores discursos mediáticos, en un torbellino de hiperestimulación informativa y sensorial, circularon propuestas de actividades, objetos y relatos explicativos en el plano de taponamiento del agujero/vacío, causante de angustia y malestar, revelado por *la peste*. Un empuje a no discontinuar lo productivo, en pos de sostener un “como si nada estuviera pasando” y un “como si nada se hubiera perdido”.

A su vez, se dibuja un nuevo paisaje discursivo⁴, desde donde urge abrir a la reflexión ¿cuáles han pasado a ser los nuevos estigmas de época? ¿Cuáles las *etiquetas* de moda? ¿Qué ropajes viste la lógica segregativa en la actualidad? Cuestiones ante las que, desde el campo *psí*, nos compete estar atentos a los fines de no sucumbir respondiendo con diagnósticos patologizadores de las manifestaciones subjetivas pertinentes a un escenario tan adverso. En apariencia, se reconfiguran

las líneas divisorias entre incluidos y excluidos/peligrosos/enemigos; los discursos bélicos sobre la pandemia no tardan en aparecer y nos alertan que el enemigo puede estar encarnado en cualquiera... hasta en uno mismo. La *necropolítica*, en términos de Achille Mbembe (2020), cobra fuerza o, mejor dicho, visibilidad, en tanto lógica del sacrificio intrínseca al neoliberalismo – *necroliberalismo* –, a través de la cual se calcula quién goza del valor para pertenecer y permanecer, quiénes no y cómo serán descartados. El qué hacer con aquellos que se ha decidido que no valen nada es una pregunta que, asevera el autor, siempre afecta a las mismas razas, las mismas clases sociales y los mismos géneros. Se trata de un dejar morir y hacer morir. Desde esta vertiente, “se refuerza la xenofobia, el cierre de fronteras, el distanciamiento social, el aislamiento físico y moral. El temor al otro, en tanto el otro pasa a ser un agente contagiante y contagiado. Como así también uno mismo” (Centurión, 2020; s/n). Todos resultan potenciales enemigos.

En ese sentido, Achille Mbembe (2002) señala que la pandemia cambiará la forma en que nos relacionamos con nuestros cuerpos, en tanto se han convertido en una amenaza para nosotros mismos. Al respecto, advierte que ahora todos tenemos el poder de matar y que el aislamiento constituye precisamente una forma de regular dicho poder.

Stolkiner (2020), por su parte, plantea que la pandemia puso en evidencia que el cuidado es una construcción y una práctica colectiva, que no se puede cuidar al otro si uno a la vez no se cuida; es decir, pone en cuestión el supuesto unidireccional de que algunos cuidan y otros reciben los cuidados. Conmoción del narcisismo que nos interpela a todos, confrontándonos con la posición que cada uno tiene respecto del semejante – *otro* –, y de lo colectivo, posibilitando, así, visibilizar ciertas naturalizaciones y modalidades actuales de lazos entre pares e intergeneracionales.

Pero, fundamentalmente, se destaca que esta pandemia pone de relieve las profundas desigualdades materiales, tecnológicas, sociales, entre otras, que atraviesan a la humanidad. Como a todas las enfermedades, lo social impregna a la enfermedad por covid-19, dándole sentido, heterogeneidad y diferente impacto, tanto a nivel singular como territorial (Carballeda, 2020). En palabras de Carballeda (2020, s/n) señalamos que

el problema Macro (Pandemia) se singulariza en circunstancias Micro Sociales. De ahí que dialogue con la Vida Cotidiana, la Trama Social y la reconfiguración de diferentes Problemas Sociales en los escenarios que impone y transforma la Pandemia. Estas cuestiones se expresan en términos de Accesibilidad al Sistema de Salud, a las Políticas Sociales y a los Sistemas de cuidado en general, siendo estos últimos fuertemente singulares y territoriales. A su vez, la estructuración de la vida cotidiana también se singulariza en relación a la existencia de múltiples factores condicionantes desde lo social (s/n).

En líneas generales, entonces, citando a Stolkiner y Ferreyra (2020, s/n) podemos precisar que:

Hay distintas formas de posicionarse y actuar frente al COVID-19: una centrada en la lógica del cuidado solidario y colectivo con marco comunitario, y otra centrada en la preservación individual y el control poblacional, fácilmente derivable en estigmatizaciones y exclusiones motorizadas por el miedo y la moral policíaca. Ambas coexisten y eventualmente se articulan de diversas maneras. Asimismo, la metáfora bélica de la enfermedad convoca un fantasma que debe ser revisado en sus efectos, porque cristaliza en algunos la necesidad de un enemigo identificable y en otros una actitud sacrificial, grave en el caso de algunos agentes de salud (s/n).

De lo expuesto hasta aquí, decanta que lo intensamente conmocionante de esta pandemia reside en que, su acechanza, condensa de modos particulares las tres fuentes de sufrimiento puntualizadas por Freud (1930 [1929]/1988, p. 3025); estas son, el propio cuerpo – “que condenado a la decadencia y a la aniquilación, ni siquiera puede prescindir de los signos de alarma que representan el dolor y la angustia”, el mundo exterior – capaz de encarnizarse en nosotros con fuerzas destructoras omnipotentes e implacables – y las relaciones con otros seres humanos en lo que hace a la “insuficiencia de nuestros métodos para regular las relaciones humanas en la familia, el Estado y la sociedad”. Las dos primeras, subraya Freud (1930 [1929]/1988), nos confrontan a lo inevitable.

Veamos, a continuación, entonces, algunas consideraciones respecto de los desafíos psíquicos que esta situación plantea, tal como ha quedado explicitado. Específicamente, abordaremos ciertos aspectos de la afectación

que la pandemia y el confinamiento preventivo obligatorio genera en quienes se encuentran transcurriendo tiempos constitutivos, incluyendo el impacto producido en quienes están en funciones parentales para con ellos, ya que tales funciones se hayan directamente involucradas en los procesos constitutivos. A tales fines, me valdré de ciertas manifestaciones recabadas en el ámbito clínico.

EN LOS DISCURSOS DE QUIENES ESTÁN SOSTENIENDO FUNCIONES PARENTALES

- Se evidencia ansiedad, temores y angustia vinculados a la incertidumbre respecto de cómo va a continuar la situación de la pandemia y confinamiento, cuánto tiempo se prolongará y las diversas versiones que emergen como respuesta a la misma. Resuena, aquí, cierto recrudescimiento de lo que Zabalza (2020) denomina como “la otra peste, el terrorismo del ¿Y si...?” refiriéndose a esa pregunta adictiva, contagiosa que, en pos de ir abriendo el abanico de alternativas que podrían ocurrir, conduce a crear monstruos diversos, generando ansiedades y paralización del trabajo psíquico. Al respecto, constituye una de las apuestas clínicas el intentar deslindar la pandemia/virus real, del “propio virus fantasmático” del sujeto, es decir, de su fantasma singular. Cuando el sujeto logra ubicar su *virus fantasmático* frente a esta contingencia, tiene la chance de salir del “¿y si...?”, acceder al acto y hacer algo frente a eso (Zabalza, 2020).

- Se expresa la movilización propiciada por la incerteza acerca de lo laboral, del sustento económico y la agudización del riesgo para quienes ya estaban en situación de desamparo. Como así, también, cuestiones vinculadas a proyectos interrumpidos, postergados o que nunca se realizarán. El ensamble pandemia-cuarentena se constituye, de este modo, como amplificador del *malestar sobrante* (Bleichmar, 2010) tensando al máximo sus posibilidades soportables, en tanto, más allá de las renunciaciones pulsionales que posibilitan nuestra convivencia con otros, aquí está en predominancia la resignación de aspectos sustanciales del ser mismo como efecto de tales circunstancias sobreagregadas, además de estar en juego el despojo – o el riesgo del mismo – de algún proyecto trascendente que permita vislumbrar un futuro de salida que aminore el malestar.

- En cuanto al impacto en los cuerpos, se pueden situar diversas aristas:

- por un lado, las referencias a estados emocionales que entrañan cierta intensidad (en los discursos insisten el cansancio, desgano, tristeza, aburrimiento, dificultad en la concentración. Pero también aparecen estados de bienestar, relajación y alegría), por otro lado, las alusiones a desregulaciones pulsionales (alimentación, deseo sexual, impulsos agresivos) que, en algunos casos, se trata de agudizaciones de las mismas.

- Desregulación del ordenamiento temporal de las rutinas familiares (hablan de alternancias de sueño y vigilia, de períodos de trabajo/*home-office* y de horarios de alimentación, entre otros, trastocados).

- Dificultad en la delimitación de espacios (en relación a espacios compartidos con quienes se convive, espacios de privacidad, espacios que se reconfiguran vía la mediación tecnológica para llevar adelante trabajo/*home-office*, clases, etc. Las pantallas abren ventanas al exterior introduciéndolo, a su vez, en el interior del hogar y viceversa, desdibujándose las fronteras entre ambos; los espacios se multiplican y establecen entre sí relaciones múltiples y recíprocas).

- Se advierten indicios de que el riesgo ha teñido los contactos presenciales y que las manifestaciones de afecto – el darse la mano, un beso, abrazarse, conversar en cercanía, compartir un mate, etc – se han convertido en terreno propenso a la diseminación del virus. Se escuchan madres – preferentemente – que se muestran tomadas por miedo al contagio, miedo a enfermarse y/o a que se enfermen sus hijos/as y/o sus padres y madres, miedo a contagiarlos. Una experiencia de alteridad que despierta el riesgo de muerte, aún, en el lazo familiar, por un lado, remite a lo abordado por Freud, anteriormente citado, y por el otro, nos evoca los aportes del autor respecto de lo siniestro⁵ (Freud, 1919/1988, p. 2503). En tanto, “lo siniestro en las vivencias se da cuando complejos infantiles reprimidos son reanimados por una impresión exterior, o cuando convicciones primitivas superadas parecen hallar una nueva confirmación” – o sea, cuando lo que habíamos tenido por fantasía aparece ante nosotros como real. Freud señala, además, que el factor de la incertidumbre intelectual, esto es, de la incertidumbre del conocimiento científico tiene su importancia respecto del carácter siniestro de la muerte. Apreciación netamente pertinente al tema que nos ocupa.

- Por otra parte, surgen expresiones acerca de la mirada de juzgamiento social ligada al riesgo de contagio (de ser contagiado/ y contagiar a otros/as): el *super-yo* asoma en la escena.

- Resaltan quejas, particularmente, de mujeres en función materna sobre las tareas escolares que deben realizar en el hogar. En sus discursos aluden a escenas cotidianas cargadas de angustia, agobio, cansancio, malestar y conflictos, e insiste el subrayar lo excesivo que les resulta estar al cuidado de sus hijos/as durante todo el día. Expresan notables sentimientos de culpa por “las tareas pendientes”, por lo que no llegan a cumplir, por “lo atrasado”. Mujeres que a sus tareas laborales y domésticas se les ha agregado, en este tiempo, la enseñanza de contenidos escolares, encontrándose en muchas oportunidades sin contar con los recursos (materiales, pedagógicos, cognitivos, subjetivos, etc) necesarios para ello. Aquí, queda expuesto, al modo de un imperativo en esta situación excepcional, el trasfondo histórico, social, cultural y económico de esa asociación del cuidado como privado-familiar y predominantemente maternal, cuestión que emerge en las angustias registradas por la sobrecarga cotidiana que recae sobre las mujeres, tal como fue citado y como (Colangelo, M. et al., 2020). En relación a lo planteado, observamos que las siguientes fronteras entre familia y escuela, en este tiempo de pandemia, resultan desdibujadas: espacio familiar–espacio escolar, función parental – función docente.

Como se puede observar, en mayor o menor medida, las funciones parentales están en jaque.

ALGUNAS PUNTUACIONES SURGIDAS DEL MATERIAL CLÍNICO ACTUAL DE NIÑOS Y NIÑAS EN TIEMPOS CONSTITUTIVOS

Podemos señalar que, por un lado, el afuera se tiñe de riesgo letal y, por el otro, se observa que tras la medida de confinamiento se cerraron notablemente los canales de goces, de satisfacciones exogámicas; en correspondencia con tal coyuntura se observa que en quienes están transitando tiempos constitutivos surgen indicadores del encierro en la endogamia (Flesler, 2020), como los siguientes: angustia de separación, síntomas fóbicos, irritabilidad, hablar como más chiquito/a, enuresis que parecían resueltas, regresiones en procesos que estaban en curso de

resolución – ej. volver a querer tomar la mamadera, dormir nuevamente en la cama con la madre y/o el padre, no querer salir de la casa para ir a jugar a algún otro lugar, entre otros. Al respecto, resulta nodal la importancia de diferenciar el aislamiento social del “encierro psíquico en la continuidad de los goces, en el lazo con los otros primarios” (Flesler, 2020, s/n) en virtud de precisar el horizonte de la intervención clínica.

Por otra parte, en niños y niñas que se encuentran en el último año del Nivel Inicial (entre 5 y 6 años de edad) o cursando la escolaridad Primaria, se escucha iterativamente el pedido, el anhelo, el deseo de volver a la escuela, conjuntamente con la expresión de quejas y malestares en relación a tener que realizar las tareas escolares en el hogar, con quien esté a su cuidado. El intento de sostener la enseñanza y los lazos escolares desde la virtualidad se observa que no ha resultado fructífero con los más pequeños. La negativa, de los mismos, se ha hecho escuchar desde diversas formas. Claramente, la escuela para ellos es irremplazable.

Vinculado a lo dicho, comparto el siguiente diálogo que una niña inicia con su madre, luego de haber participado en una de sus clases de 1° grado por zoom, tras siete meses de estar en situación de pandemia-confinamiento:

- Niña: “Mami, yo ¿cuántos años tengo?”
- Madre: Seis.
- Niña: Y ¿ en qué grado estoy?
- Madre: En primero...
- Niña: La seño ¿se habrá olvidado de mi nombre?

Considero que esta escena de diálogo, en línea con lo que venimos puntualizando, nos permite abrir fecundos interrogantes respecto de los aspectos subjetivos que pueden resultar afectados en esta situación tan excepcional. En ese sentido, las preguntas que la niña le dirige a su madre nos llevan a reflexionar acerca de la conmoción de las referencias narcisísticas que puede generarse en este tiempo y del estatuto que la presencialidad tiene en la experiencia de la escolaridad primaria – en la institución escolar– en virtud del proceso de constitución de las mismas. La restricción de la asistencia a la escuela, dada por la medida de ASPO, dio lugar a la visibilización – por su ausencia – de la vigencia que tiene la institución escolar en tanto espacio social exogámico privilegiado para la producción de subjetividad de niños y niñas.

A los fines de avanzar en este análisis acerca de las particularidades del impacto de la realidad actual en la subjetividad de adultos y niños/as, tomaremos algunos aportes de la psicoanalista argentina Silvia Bleichmar.

En primer lugar, entonces, siguiendo a Bleichmar (2010), indicamos que definir el impacto de la realidad en la subjetividad obliga a reconocer diversos tipos de realidad y a ubicar su incidencia en los diversos tiempos y modos de funcionamiento del aparato psíquico – considerando las diferentes relaciones entre inconsciente, *yo* y *super-yo* con la realidad. Dado que dicho desarrollo excedería el propósito de este trabajo, focalizaremos, meramente, en la relación del *yo* con la realidad. En primera instancia, partimos de situar al cuerpo y al *otro* como dos órdenes privilegiados de la realidad exterior, en tanto ambos generan las condiciones que propician la emergencia de toda representación. Una vez constituido el sujeto, la realidad exterior operaría desdoblada bajo dos modos: por un lado, como realidad significada y significable, capturada por el lenguaje; y por otro lado, como realidad no significada, exterior no sólo a la subjetividad sino a los modos con los cuales el discurso socialmente producido permite su captura pero que, sin embargo, ejerce impacto traumático en el borde mismo de lo significado (Bleichmar, 2010).

En cuanto a la relación del *yo* con la realidad, Bleichmar (2002) puntualiza dos cuestiones interesantes para retomar: por un lado, la relación del *yo* con el preconscious y, por el otro, la función del *yo* de tomar a su cargo tanto la autopreservación como la autoconservación del sujeto. Según la autora, estos dos aspectos – la autoconservación y la autopreservación – conllevan una relación con la realidad que articula toda la relación social al mundo, en sentido estricto, esto es, amorosa y política. En dichos ejes se ensamblan los procesos mediante los cuales la realidad instituye o destituye formas de la subjetividad. La autoconservación se refiere al sistema de representaciones que determinan la posibilidad de la conservación del cuerpo en tanto organismo, es decir, los modos mediante los cuales el *yo* toma a cargo los intereses de la vida – conservación del cuerpo vivo, representación biológica de la supervivencia (Bleichmar, 2002). Por otra parte, la autopreservación remite a los aspectos identitarios del *yo* – lo que se es –, a diferencia del *ideal* que se articula con lo que se debe llegar a ser. Es decir, alude a la “forma mediante la cual el sujeto

preserva la representación nuclear de sí mismo, bajo los modos de tensión narcisista que lo hacen plausible de ser amado por sí mismo, en su relación con las identificaciones y los ideales” (Bleichmar, 2002, p. 69).

A la luz de dichas nociones, y teniendo presentes las manifestaciones clínicas puntualizadas, podemos pensar que la situación de pandemia y confinamiento con sus efectos políticos, económicos y sociales compromete las subjetividades, considerando particularmente los modos con los cuales el *yo* se representa a sí mismo y se sostiene en su función integradora no sólo a nivel del psiquismo sino también social, es decir, queda afectado tanto en el plano de conservación de la vida como en el de la preservación de la identidad⁶ (Bleichmar, 2010). Al respecto, subrayamos lo que la autora señala al destacar que en situaciones límites se suele constatar la discordancia entre ambos aspectos del *yo*, puesto que se puede mantener el organismo con vida (autoconservarse) a costa de un arrasamiento narcisístico, de un desmantelamiento de los modos habituales con los cuales el *yo* considera válida su existencia misma. Por otra parte, también nos advierte que la autoconservación puede ser sacrificada en aras de preservar la representación narcisística, identificatoria del *yo*, y “el sujeto puede dejarse morir, o matar, antes que ceder estos aspectos sin los cuales siente que no podría seguir viviendo, ya que no podría seguir siendo” (Bleichmar, 2002, p. 69). La autora indica, además, lo sutil y desgastante que puede resultar el modo con el cual se produce la subordinación de la autopreservación representacional a la conservación de la vida en ciertas situaciones cotidianas (a diferencia de aquellas extremas citadas). Podemos constatar distintas gradaciones y modalidades de ambos procesos en las diversas escenas, discursos y manifestaciones de los sujetos, que han sido explicitadas.

En este somero recorrido, hemos pesquisado las condiciones de vulnerabilización reinantes en este tiempo de pandemia, sujetos conmocionados en sus sostenes basales, niños y niñas vivenciando cierto desamparo de funciones parentales y un potencial trauma colectivo que asoma su anclaje en un presente que parece petrificado.

La prolongación en el tiempo de este estado de situación, con su complejidad, nos confronta a una experiencia de la que difícilmente alguien salga “inmune”. Aun así, y precisamente por ello, nos compete

tejer redes y aunar recursos desde nuestros campos disciplinares para hacer algo “con” y “desde” esta adversidad.

CONSIDERACIONES FINALES

Si bien esta pandemia constituye una situación de emergencia humanitaria globalizada, desde nuestra función, sostenida en la ética del psicoanálisis, nos atañe generar las condiciones singulares para la emergencia del sujeto y su deseo. Sabemos que hay discursos hegemónicos universalizantes al acecho y que estamos en un terreno fértil para que propaguen sus germinaciones. Por lo cual, resulta imprescindible estar atentos a no promover rápidos otorgamientos de sentido acerca del sufrimiento de los sujetos en este tiempo de pandemia. En esa línea, encuentro valioso el señalamiento de Rolnik (2020) respecto de que, si nos apresuramos a dar un sentido a lo que pasa en esta actualidad, es probable que la respuesta resulte ser una respuesta de consumo desde los discursos disponibles al momento.

En líneas generales, considero de importancia señalar dos riesgos que podemos advertir en las circunstancias actuales:

1- que todo sufrimiento psíquico, síntoma y/o malestar subjetivo se ligue y explique velozmente por el estado de confinamiento y/o pandemia.

2- que se patologicen los efectos que la pandemia y el confinamiento estén generando en los sujetos.

Entonces, por un lado, consideramos que no se trata de patologizar los efectos y las manifestaciones que la pandemia y el ASPO puedan estar produciendo en los sujetos (Stolkiner, & Ferreyra, 2020; Amarante, 2020), pero tampoco se trata de desconocer que algunas de dichas manifestaciones puedan requerir ser abordadas clínicamente (sin por ello ser patologizadas). Y, por otro lado, estar atentos a que la singularidad del sujeto no quede coagulada en “la pandemia”.

Sabemos que los acontecimientos vitales lejos están de ser previsibles. Disponerse a dar lugar a la incertidumbre en su faceta propiciadora de lo nuevo, de lo inimaginable, de generación de cambios, es lo que tal vez podamos tomar de este tiempo de pandemia en términos de oportunidad, en virtud de construir desde el deseo colectivo nuevas condiciones de producción de subjetividad.

REFERENCIAS

- Amarante, P. (2020). É preciso cautela para não patologizar reações de tristeza e sofrimento na pandemia, Saúde mental no contexto. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, Brasil. Recuperado em 02 set. 2020 de <<http://www.cee.fiocruz.br/?q=Paulo-Amarante-E-preciso-cautela-para-nao-patologizar-reacoes-de-tristeza-e-sofrimento-na-pandemia>>.
- Bleichmar, S. (2002). *Dolor país*. Buenos Aires: Libros del Zorzal.
- Bleichmar, S. (2010). *La subjetividad en riesgo*. Buenos Aires: Topía Editorial.
- Carballeda, A. (2020). Apuntes sobre la intervención del Trabajo Social en tiempos de Pandemia de Covid-19. Recuperado em 05 mai. 2020 de <<https://www.margen.org/pandemia/>>.
- Centurión, N. (2020). Psicovid-19: Los que sobran, ecofascismo, necropolítica... y el miedo. Recuperado em 21 jun. 2020 de <<https://www.nodal.am/2020/06/psicovid-19-los-que-sobran-ecofascismo-necropolitica-y-el-miedo-por-nicolas-centurion>>.
- Colangelo, M., Hernández, M., Davio, S., García, A., Garzaniti, R., Giudice, L., Rivas, S., Pallero, A., & Vallejos, M. (2020). Pensando (con) las infancias y el cuidado en tiempos de pandemia. Recuperado em 2/9/20 de <<https://www.margen.org/pandemia/>>.
- Flesler, A. (2020). Convivir en cuarentena. Entrevista a Psta. Alba Flesler realizada por *Infan Espacio Terapéutico*, el 25/4/20. Recuperado em 25 abr. 2020 de <https://www.youtube.com/watch?v=HTvkd_J839k>.
- Freud, S. (1988). Consideraciones de actualidad sobre la guerra y la muerte. In Freud, S [Autor], *Sigmund Freud, Obras completas*, v. 11. Argentina: Hyspamérica, distribución Ed. Orbis, S.A. (Original publicado em 1915)
- Freud, S. (1988). Lo siniestro. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud, Obras completas*, v. 13. Argentina: Hyspamérica, distribución Ed. Orbis, S.A. (Original publicado em 1919)
- Freud, S. (1988). El malestar en la cultura. In Freud, S. [Autor], *Sigmund Freud, Obras completas*, v. 17. Argentina: Hyspamérica, distribución Ed. Orbis, S.A. (Original publicado de 1930 [1929])

- Lacan, J. (1988). El tiempo lógico y el aserto de certidumbre anticipada. Un nuevo sofisma. In Lacan, J. [Autor], *Escritos 1*. Argentina: Siglo XX Editores.
- Lacan, J. (2014). *El seminario: libro 6: el deseo y su interpretación..* Buenos Aires: Paidós. (Seminario original de 1958-1959)
- Mbembe, J-A. (2020). La pandemia democratiza el poder de matar. Entrevista por Diogo Bercito. Recuperado em 11 abril. 2020 de <<https://lavoragine.net/la-pandemia-democratiza-poder-de-matar/>>.
- Rolnik, S. (2020). Cartografiar el tiempo de la pandemia. Entrevista en el marco del Programa de Acompañamiento y Formación “Voces y Comunidades” Facultad de Psicología UNR – PARTE I. Recuperado em 21 mai. 2020 de <<https://www.youtube.com/watch?v=0fxmKsFH8c>>.
- Stolkiner, A. (2020). Participación expositiva online en el marco de la presentación del libro Escuchar las infancias, AAVV (2020) Argentina: Ed. Noveduc. Recuperado em 05 jun. 2020 de <<https://www.youtube.com/watch?v=j8gGUuDrm94>>.
- Stolkiner, A., & Ferreyra, J. (2020). Psicopatologizar la cuarentena. Recuperado em 03 jul. 2020 de <<http://lobosuelto.com/psicopatologizar-la-cuarentena-alicia-stolkiner-y-julian-ferreyra/>>.
- Volnovich, J. C. (2020). Presente continuo. *Revista Topía*. Bs. As. Recuperado em 20 jul. 2020 de <<https://www.topia.com.ar/articulos/presente-continuo>>.
- Zabalza, S. (2020). La otra peste: el terrorismo del “¿y si...?”. Conferencia online sobre los efectos del covid 19 en las subjetividades, organizada por la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo – AAPPG – (Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares). Recuperado em 30 mar. 2020 de <<https://www.youtube.com/watch?v=ZEcVsIKpqEc>>.

NOTAS

- ¹ Aislamiento Social Preventivo Obligatorio (ASPO), se trata de la medida sanitaria implementada en Argentina desde el 17/3/20 con motivo de la pandemia declarada por la OMS en relación al coronavirus, Covid-19. Recuperado em 01 abr. 2020 de <[https://www.argentina.gob.ar/noticias/medidas-tomadas-por-la-uif-en-virtud-del-aspo#:~:text=Resoluci%C3%B3n%20UIF%2032%2F2020%20prorroga,y%20Obligatorio%2C%20\(ASPO\)](https://www.argentina.gob.ar/noticias/medidas-tomadas-por-la-uif-en-virtud-del-aspo#:~:text=Resoluci%C3%B3n%20UIF%2032%2F2020%20prorroga,y%20Obligatorio%2C%20(ASPO)>)>.

- ² El ASPO también atravesó nuestra práctica y surgió el desafío de seguir ofreciendo un espacio de escucha y abordaje psicoanalítico desde la atención remota, inaugurándose, de ese modo, una dimensión de la experiencia clínica que, aunque no sin obstáculos, propició novedosas posibilidades respecto de las modalidades de intervención.
- ³ Directiva asociada a la medida de ASPO planteada en Argentina en campañas masivas de prevención durante este tiempo de pandemia.
- ⁴ Nuevos términos y/o nuevos sentidos resignifican los enunciados configurando un campo semántico y de significaciones que enhebran el acontecimiento de la pandemia y la actualidad. Es decir, hay un antes y un después, también, en el plano discursivo. Pasarán los años y quienes vivenciamos esta pandemia, estimo que no podremos dejar de evocar algo de ello al escuchar algunos de éstos significantes: pandemia, coronavirus, covid-19, Wuhan, emergencia sanitaria, cuarentena, *cuarenterna* (neologismo conformado con las palabras cuarentena y eterna), aislamiento preventivo, reuniones ilegales, actividades restringidas, encierro, números de contagiados/infectados, número de fallecidos, comorbilidades, hisopado, test, barbijo, cubreboca, anosmia, lavarse las manos, alcohol en gel, sanitizantes, desinfectar con lavandina, grupo de riesgo, personal esencial, saludarse con los codos, fase 1, fase 2, “volvemos a fase 1”, el pico de la curva, vacuna para el coronavirus, etc.
- ⁵ Freud se propone encontrar cuál es el núcleo particular, ese sentido esencial y propio que permite discernir, en lo angustioso, algo que además es siniestro. El prefijo negativo “un” de *unheimlich* está planteado por Freud como el signo de la represión. Lo familiar reprimido que retorna genera el efecto de lo siniestro. Pero el enigma de lo siniestro, según Freud, no queda resuelto con esta fórmula. Plantea, además, diferenciar lo siniestro que se vivencia de lo siniestro que únicamente se imagina o se conoce por referencias (ej. en la ficción o la poesía). Dentro del conjunto de factores que transforman lo angustioso en el sentimiento de lo siniestro ubica: el animismo, la magia, los encantamientos, la omnipotencia del pensamiento, las actitudes frente a la muerte, las repeticiones no intencionales y el complejo de castración. “Lo siniestro que mana de la omnipotencia de las ideas, de la inmediata realización de deseos, de las ocultas fuerzas nefastas o del retorno de los muertos”. Aquí se trata exclusivamente de algo concerniente a la prueba de realidad, de una cuestión de realidad material. El carácter siniestro del “doble” también pertenece a este grupo. En lo siniestro debido a complejos infantiles reprimidos, del complejo de castración, de las fantasías intrauterinas, etc., la cuestión de la realidad material ni siquiera se plantea, allí aparece en su lugar la realidad psíquica.

⁶ Por ejemplo, pensemos en las irrupciones de violencia acaecidas en éste tiempo, por otro lado, también, en la pérdida de trabajo que fue explicitada en este desarrollo, la misma en términos de Bleichmar (2010, p. 71) “conlleva no sólo el riesgo autoconservativo por la carencia sino también la deconstrucción de identidades producida a lo largo de generaciones, la ausencia de representación de futuro para los niños que impone a los padres el incumplimiento de su propia promesa generacional y una expulsión de la identidad acuñada a lo largo del tiempo, la descomposición de las relaciones al semejante a partir de la atomización y el aislamiento como efecto de la competencia laboral en los sectores laborales ocupados”.

TIEMPOS DE INCERTIDUMBRE: ¿NUEVAS SOLEDADES?

*Susana Brignoni**

RESUMEN

El presente artículo muestra la práctica de un equipo de psicoanalistas en Barcelona que trabajan en un dispositivo de Salud Mental, la Fundación Nou Barris para la Salud Mental. El dispositivo sostiene la articulación entre psicoanálisis y educación social para tratar las diversas problemáticas que se presentan en las infancias y adolescencias tuteladas debido al diagnóstico de desamparo. Explora acerca de lo que nombramos como “don de la palabra”. Se privilegia, entonces, la práctica de la conversación. Da cuenta del momento actual de incertidumbre introducido por la pandemia y el modo en que los psicoanalistas leen esa incertidumbre. Explora la diferencia entre el aislamiento y la soledad que son dos figuras claves en el momento del confinamiento.

Palabras clave: virus; confinamiento; desamparo; aislamiento; soledad.

TIMES OF UNCERTAINTY: NEW SOLITUDES?

ABSTRACT

This article shows the practice of a team of psychoanalysts in Barcelona working in a Mental Health service, the Nou Barris Foundation for Mental Health. The device supports the articulation between psychoanalysis and social education to treat the various problems that arise in children and adolescents under guardianship due to a diagnosis of distress. It explores what we call the “gift of the word”. The emphasis is then on conversation practice. It gives an account of the current moment of uncertainty introduced by the

* Psicóloga clínica. Psicoanalista miembro de la Escuela Lacaniana de Psicoanálisis (ELP) y de la Asociación Mundial de Psicoanálisis (AMP); en Barcelona es coordinadora del Servicio de Atención Clínica a niños y adolescentes tutelados (Sar) y Miembro del Consejo de Dirección de la Fundación Nou Barris para la Salud Mental. Magister en humanidades por la UOC. Profesora del Máster en Actuación Clínica en Psicoanálisis y Psicopatología de la UB. Membro Rede INFEIES e RUEPSY.

pandemic and the way in which psychoanalysts read that uncertainty. It explores the difference between isolation and loneliness which are two key figures in the moment of lockdown.

Keywords: virus; lockdown; distress; isolation; loneliness.

TEMPOS DE INCERTEZA: NOVAS SOLIDÓES?

RESUMO

Este artigo mostra a prática de uma equipe de psicanalistas em Barcelona que trabalha num dispositivo de Saúde Mental, a Fundação Nou Barris para a Saúde Mental. O dispositivo apoia a articulação entre a psicanálise e a educação social para tratar os vários problemas que surgem em crianças e adolescentes sob tutela devido a um diagnóstico de desamparo. Explora aquilo a que chamamos “dom da fala”. É, portanto, privilegiada a prática da conversa. Dá conta do atual momento de incerteza introduzido pela pandemia e da forma como os psicanalistas leem essa incerteza. Explora a diferença entre isolamento e solidão, que são duas figuras-chave no momento do confinamento.

Palavras-chave: vírus; confinamento; desamparo; isolamento; solidão.

INTRODUCCIÓN

La incertidumbre es un territorio en el que psicoanalistas y educadores inscriben su práctica. Es decir que nuestra “formación” ha de prepararnos para saber que ese territorio lo tenemos que habitar. Ambos, de distinta manera, nos encontramos con sujetos respecto a los cuales no podemos anticipar cuál será su porvenir. En el ámbito de la Protección a la Infancia, sin embargo, tenemos un encargo que debemos interpretar cada vez. Proteger lo entendemos como un modo de dar amparo al sujeto, de orientarlo para que vaya construyendo formas de regulación frente a las contingencias con las que se encuentran y que, sin duda, tienen eco en las marcas de goce que previamente se inscribieron en su cuerpo. Hay, en ese sentido, un desamparo social y un desamparo subjetivo (Brignoni, 2006, p. 48). Sobre el desamparo social actúan las instituciones encargadas de tutelar pero el desamparo subjetivo requiere de otro tipo de abordaje. Es allí donde la conversación entre psicoanalistas y educadores sociales tiene lugar. Para el psicoanálisis el desamparo subjetivo implica dos cuestiones:

1. Es una situación en la que el sujeto no tiene los recursos para regularse solo.

2. Por otro lado se encuentra frente a estímulos interiores, los llamamos pulsión, frente a los que no tiene escapatoria.

Sin duda, ese desamparo, está siempre atravesado, conmovido por lo que sucede en cada época y genera modos de sintomatización particulares.

Ahora mismo estamos en un momento particular. La incertidumbre tiene un nombre de virus y los psicoanalistas estamos convocados a estar atentos a las transformaciones que el encuentro con este real produce en los sujetos e introducir una lectura particular sobre las nuevas marcas que se escribirán.

Las reflexiones que presentaré surgen de la práctica que llevo a cabo en la Fundación Nou Barris para la Salud Mental (F9B); del trabajo del grupo de investigación de Psicoanálisis y Pedagogía del Instituto del Campo Freudiano de Barcelona y de mi práctica privada como psicoanalista.

La F9B, es una institución de Barcelona que forma parte de la red pública de salud mental Infanto Juvenil de Catalunya. Es una institución rara, atípica dado que allí casi todos estamos orientados por el psicoanálisis y más aún la mayoría somos psicoanalistas lacanianos. ¿Por qué es raro? Porque, al contrario del lugar de donde vengo, Argentina, el psicoanálisis se encuentra de entrada con el rechazo. Es absolutamente residual en la Universidad, se explica como parte del pasado, un momento en la historia de la psicología ya superado. Y respecto al campo educativo más o menos lo mismo, excepto en lo que hace a la articulación entre el psicoanálisis y la pedagogía social. Por el lado de la salud mental, la misma está absolutamente colonizada por el biologicismo y cada vez se orienta más por las imágenes que se observan en el cerebro bajo la premisa de la “evidencia científica”.

Sin embargo, en la F9B tenemos, como decía antes, un servicio desde hace 23 años de atención específica a niños y adolescentes tutelados (SAR) debido a que la administración ha emitido el diagnóstico de desamparo por los diversos maltratos que estos chicos han padecido. Es allí donde además de la atención clínica hacemos un trabajo de articulación con los educadores sociales que trabajan en los centros residenciales de

acción educativa(CRAE) donde viven estos niños y adolescentes. Se trata entonces del psicoanálisis con la educación en una función de transmisión y resistencia a las formas actuales de borramiento de la subjetividad.

Respecto a la universidad recibimos estudiantes que hacen con nosotros el *practicum clínico*, es decir que transitan el final de su carrera. Nos eligen algunos estudiantes “desprevenidos” y finalmente otros a los que les ha picado el bichito de querer saber qué es eso que está tan rechazado. Este es el panorama. Nosotros los acogemos tal cual nos llegan y apostamos a que de esa cita devenga un encuentro. Pensamos que la experiencia que podemos ofrecer no se ordena tanto alrededor de un saber sino que se ordena a partir de la lógica del encuentro y que lo que deviene de este encuentro no se puede programar. Apostamos a que el efecto del encuentro sea un saber a producir. En resumen, el psicoanálisis en la universidad en Barcelona entronca bien con la historia del psicoanálisis. ¿Qué es lo rechazado? Lo que confronta a cada uno con lo imposible de soportar, ya no del lado del ideal, sino en tanto real. La lógica del psicoanálisis que queremos transmitir apunta a ese encuentro en forma de discontinuidad que es lo que paradójicamente hace posible ocupar un lugar.

UNA MANERA PARTICULAR DE LEER

A veces, como dice Lacan (1993, p. 66), los artistas nos llevan la delantera y nos dan pistas para entender. Por eso nos ubicamos frente a un lienzo. La tela toma la forma de un huevo como símbolo del mundo. Dentro del huevo un científico experimenta con plantas y vegetales diversos. Mientras, está perplejo porque hay una planta rebelde. Todas las demás están echando sus ramas en forma de figuras y fórmulas matemáticas, menos una, que testaruda, insiste en dar una flor. La única ramita matemática que intentó echar al inicio y que cae sobre la mesa era muy débil y mustia. Además equivocaba sus cálculos. Dice “dos más dos son casi cuatro”. De cada pelo del científico sale una fórmula matemática.

Se trata de “La planta insumisa”, una pintura que Remedios Varo, surrealista española nacionalizada mexicana, realiza en 1961. Es su modo de comparar irónicamente el trabajo científico y el creativo. “Lo único

que pinto es una manera particular de sentir”. Para Remedios Varo hay algo que escapa siempre a un saber, el científico, que se pretende exacto, universal y completo.

Hay en esta planta torcida, que cae un poco y que en definitiva insiste en sostener su propia naturaleza, una respuesta precisa a una exigencia cargada de censuras. Y la precisión aparece, paradójicamente, en el “casi cuatro”. Lacan (1971, inédito) nos dice que los sujetos víctimas de incomprensión matemática son los que esperan mucho de la verdad. El científico del cuadro frente a esa insumisión entra en crisis. Ahora bien, una crisis puede convertirse en un desastre si respondemos a ella con prejuicios o bien puede plantearnos la obligación de volver a hacernos preguntas.

Frente a esas dos opciones diré que los niños y adolescentes tutelados con los que trabajamos en mi servicio vienen frecuentemente agarrados y atrapados en los nombres de los síntomas y trastornos que forman parte ya de un saber popular que organiza el modo de presentación de los malestares en nuestra época. Vienen etiquetados. Pero, lo curioso es que, aunque se presenten del lado de la transgresión son muy a menudo “obedientes” al “punto desde dónde se los mira” (Lacadée, 2010, p. 119) o a los dichos desde dónde se los habla. Son, aunque no lo parezca, terriblemente sensibles al Otro. Testimonian en sus presentaciones de una crítica a la educación que muestran que viven cierta demanda educativa como si fuera un objeto que se presenta como excesivo. Ese exceso es la fuente de la angustia. Entonces responden del lado de la pulsión. Responden con su cuerpo. Hacen presente la dispersión de los goces. Muestran su desacuerdo. Una niña lo expresaba de este modo: “siento una rabia muy fuerte que no puedo contener cuando me piden que haga lo que no me gusta” y aunque contara hasta diez como su madre le había enseñado empezaba a insultar. El “no puedo no hacer”, que es como Lacan formula “lo *necesario*” (Lacan, 2012, p. 21) adquiere para los chicos la dimensión de una fuerza constante de la que el niño o el adolescente no puede escapar y que a su vez lo sitúa en el mal lugar donde el Otro ya lo está esperando... Ese lugar hasta ahora tenía el nombre de algunos diagnósticos: TDAH o Trastorno Oposicionista Desafiante (TOD). Salirse de esos nombres no es sencillo. Hay algunas condiciones: una es que ellos mismos consientan a desasirse de lo que los agarra y la

otra es que los que los atienden o educan puedan suspender su necesidad de nombrar para dar lugar a hacer otro tipo de lectura, a hacer la oferta de otra cosa. Los diagnósticos forman parte de una época o más bien la interpretan. Frente a una sociedad hiperactiva encontramos el TDAH; frente a una sociedad con exceso de consumo encontramos la anorexia; frente a una sociedad muy controladora encontramos el TOD.

Por otro lado podemos afirmar que educación y clínica actúan con tiempos diferentes y eso es necesario: mientras la educación está siempre anticipando la vida de niños y adolescentes, pensando en la clase a la que van a pasar, en lo que van a aprender, en lo que van a lograr, en la clínica se plantea un tiempo en el cual se consideran las cosas tal y como son, en qué punto están en ese momento. Se cierne la cuestión, se lee y se distinguen los particulares modos de silencio y de soledad para ayudar a sintomatizar.

ENCUENTRO CON UN REAL

El encuentro con un real implica siempre una desgarradura en el saber o incluso diré que puede producir una perforación en los discursos, que es cuando ese encuentro se vuelve traumático. Es por eso que es insoportable ya que convoca, a veces, a la parálisis y a la dispersión. En el momento actual ese real tiene un nombre: Covid 19. Este encuentro es del orden de un acontecimiento que nos interroga sobre la actualidad de conceptos como el trauma o sobre la cuestión de saber qué nuevos síntomas responderán a la época del Covid 19. También nos hace preguntarnos por las herramientas o recursos con los que contamos para poder leer lo que aparece.

Es un momento que Franco Berardi (2020) define de modo espacial: dice que se trata de un “umbral”. Un “umbral” es el pasaje que nos lleva de la luz a la oscuridad pero también de la oscuridad a la luz. Otros autores como Agambem, Margaret Mead o Tanizaki se han preguntado por este pasaje. La respuesta frente a este real en algunas regiones del planeta ha sido el confinamiento. El confinamiento no es un real. Es una forma de tratamiento al mismo. Es un modo de tratamiento que revela la desgarradura. El confinamiento plantea un territorio. Y es un territorio donde se instalan las subjetividades y a su vez dónde se inauguran los

procesos de subjetivación. Los procesos de subjetivación se desencadenan cuando, frente a un real, el campo simbólico por el que estamos concernidos es insuficiente para significar. Es decir que nos obliga a reinventar. De alguna manera podemos pensar que el confinamiento es un marco para un agujero y es por eso, en tanto marco, que nos requiere ir más allá. Por un lado nos fuerza a restituir una trama de sentido a la vez que estamos advertidos que ese sentido tiene un límite. A pesar del límite creo que los psicoanalistas estamos convocados en lo social a crear dispositivos que permitan tejer y explorar esa trama.

ADOLESCENTES Y CONFINAMIENTO

Ahora bien, podemos decir que el estado natural de los adolescentes es el de estar en un estado de cierto confinamiento. Los adolescentes suelen pasar parte de su tiempo encerrados y aislados: en su habitación, en las pantallas. De hecho si nos planteamos áreas para valorar el momento adolescente, podemos decir que una de ellas, muy fundamental, es la de la intimidad. Contrariamente a lo que puede parecer es muy importante que eso se inicie. Nos indica que hay áreas de su mundo interno que pueden estar preservadas. Nos obliga a los que trabajamos con ellos, a sus referentes a respetar el “yo de eso no voy a hablar” o “por qué te lo voy a contar si no te conozco de nada”. Es un momento en que prevalece la desconfianza que no es más que la prudencia frente al Otro desconocido.

Decía que su estado natural es estar confinados, siempre que dispongan de espacios para ello. Otros modos de confinamiento pueden ser las prácticas de consumo que les funcionan como burbujas. Pero tener espacios los protege del confinamiento que impone la Covid 19, ya que esto les impone una convivencia permanente con el mundo adulto. Sin embargo lo que al principio parece funcionar si se prolonga es fuente de inquietud. Esa inquietud se presenta a tres niveles: a nivel del cuerpo (miedo al contagio); a nivel de la convivencia (el tema del vínculo) y a nivel de las pérdidas: por ejemplo duelos a realizar.

Una adolescente tutelada, durante los meses de confinamiento me hablaba en sus sesiones telefónicas del impulso que sentía a fugarse del centro en el que vive para ver a su hermanito.

Otro joven a punto de cumplir los 18 años pide una sesión extra porque se da cuenta que está discutiendo mucho con los educadores en estos días: “Si discuto con tantos no pueden ser los otros. Soy yo”. Habla de la idea que él tenía respecto a la celebración de su cumpleaños y también de la visita a sus padres. Lo interesante es que esa forma de discutir con los otros, que nunca lo había interrogado y que ya sucedía anteriormente, abre la posibilidad para el trabajo analítico a partir de su pregunta y de un señalamiento mío. Le digo que ahora sabemos que su modo de responder a las pérdidas es el enfado. No se trata de una interpretación sino más bien de lo que resuena. Es una resonancia que es como Lacan (2006, p.18) define a la pulsión. También encontramos la referencia a la resonancia en Harmut Rosa (2019) ya que el confinamiento por lo menos en un primer momento introdujo en nuestras vidas efectos de desaceleración, una transformación del ritmo, incluso nos introduce una pregunta fundamental sobre cómo queremos vivir, es decir vivir nuestro tiempo.

Justamente un joven que atiende hace muy poco me explicaba que cuando empieza el confinamiento corta con todas las redes sociales porque decide que será un momento para concentrarse en sí mismo. El efecto de esa concentración es que no puede parar de pensar. Extiende sobre sí sus preguntas hasta el infinito y alterna entre la depresión y el miedo. Por un lado no puede parar de libidinizar su pensamiento y por otro lado teme volverse loco y por eso consulta.

Vemos entonces que el confinamiento produce usos particulares. Los adolescentes que atiende se preguntan, no siempre con palabras, cómo pensar la salida, si hay algo que se puede recuperar y qué tratamiento dar a las pérdidas.

Es decir que se preguntan por el efecto que este momento particular tendrá sobre su subjetividad.

Por ejemplo ¿qué efectos tendrá este nuevo higienismo, esta nueva disciplina moral que nos pide lavarnos, mantener las distancias, no tocar superficies extrañas, no salir a la calle sobre el cuerpo?

EL PSICOANALISTA Y SUS HERRAMIENTAS

Cada momento de la historia, las preguntas y malestares que son su efecto nos llevan a repensar los dispositivos en los que trabajamos. Desde

el SAR de la F9B creamos espacios con los educadores sociales para soportar lo real en juego en las prácticas. No se trata en primera instancia del entendimiento. Se trata de soportar las cuestiones sintomáticas que los niños y adolescentes les plantean en un momento en que hay del lado del sujeto una verdadera dificultad en sintomatizar, es decir de verse concernido por su sufrimiento. Incluso hablamos de patologías sin síntomas. Es un momento en que no se trata tanto de que la palabra falte sino más bien que el sufrimiento se presenta a partir de un goce que desborda. Lo llamamos irrupción de goce.

Es precisamente por eso, por el hecho de que hay una parte de lo que nos sucede que no pasa a lo simbólico, nuestro indecible, que hay que organizar circuitos de palabra para que ese indecible tenga un lugar. Entre decible e indecible, es la forma particular que el psicoanálisis introduce en los espacios educativos para que estos sean vivibles por los niños y adolescentes pero también por los educadores que se ocupan de ellos y que también habitan esos espacios.

En el tiempo del confinamiento los psicoanalistas del SAR tuvimos una insistencia activa en no interrumpir la conversación con los educadores sociales. Nos parecía que era un momento para intentar formalizar lo que nos estaba pasando aunque no pudiéramos arribar a un saber conclusivo. De alguna manera se trataba de ir a la contra del confinamiento, de ir a la contra del silencio en el que la pulsión sigue operando.

Apostamos a que cuando una conducta de un niño o adolescente estalla en el espacio educativo, haciendo imposible el hacer del educador, no se trata de hacerla desaparecer sino más bien de elevarla al nivel de un enigma a investigar. Es decir que no se trata tanto de entender sino más bien de que puedan soportarlo a raíz de que no lo entienden. Damos prioridad, entonces, a la contingencia sobre la coherencia y contamos para ello con algunos conceptos psicoanalíticos que usamos como herramientas:

1. El acto: en tanto Lacan nos indica que “para introducir el acto psicoanalítico en nuestra teoría precisamente se habla” (Lacan, 1967, inédito), es decir que el acto se diferencia de la acción en tanto está articulado al lenguaje.

2. La interpretación: en tanto ésta corre por cuenta de quien la escucha, es decir que se apoya en un desajuste entre lo que se dice, lo que queremos decir y lo que se escucha.

3. La sorpresa: en tanto Lacan (1993, p. 45) nos indica que la sorpresa es “lo que uno se niega a esperar, por temor a meter demasiado la mano en ella”.

4. La pieza suelta (Miller, 2013): la que nos hace preguntarnos ¿Qué es esta pieza cuando ya no existe el todo en el cual ella tendría su función? Es decir lo que puede devenir enigma y síntoma.

5. La transferencia y sus signos:

a) la espera: en tanto ésta introduce la dimensión de que allí falta algo (Moyano, 2012, p. 114).

b) un silencio repentino en las reuniones entre profesionales que es cuando el sentido empieza a desfallecer.

c) el detalle sin importancia que cambia la orientación del caso del que estamos hablando.

6. El psicoanalista en la institución: Instituciones que además de reglas puedan tomar el caso por caso, analistas que puedan abstenerse, es decir, no intervenir desde sus ideales. El analista es el que ayuda a la civilización a respetar la articulación entre normas y particularidades individuales.

DAR LUGAR A LA INTIMIDAD

Voy a dar un ejemplo de los espacios de conversación entre psicoanalistas y educadores que realizamos de modo periódico en el SAR, lo que llamamos Soporte Técnico (ST). El ST es un dispositivo de conversación en el que se pone en juego la construcción del caso.

En los CRAES, uno de los elementos con los que cuentan los educadores para organizar la vida de los niños se denomina “la dinámica”. La dinámica es presentada como un orden regulador de la cotidianeidad. Allí se incluyen actividades como ir al colegio, volver de él, hacer deberes, ducharse, comer, tener tiempo libre, ir a dormir. Actividades, sin lugar a dudas, necesarias, que gestionan el tiempo de los niños pero que muy a menudo responden a la organización de los educadores (horas de entrada y salida, presencias y ausencias, etc.). La dinámica muchas veces está pensada como una cadena cerrada, hecha de hábitos, es decir de repeticiones, con una particularidad: es una estructuración del tiempo y

el espacio que se dirige al grupo que se supone homogéneo pero que en realidad es registrada por cada uno de los niños. Es decir que la dinámica es a la vez una y múltiple. Una del lado de la oferta, múltiple del lado de las respuestas. En esta multiplicidad, dada por las respuestas de los niños se sitúa a menudo el obstáculo a la dinámica. Los niños cuestionan con sus cuerpos y los educadores, muchas veces sin saberlo, cuestionan con el *stress* la regulación *standard* de lo que ellos mismos han fijado. La dinámica es la forma en que se establece un funcionamiento protocolar dentro del ámbito educativo y a partir de este uso se evalúan los comportamientos de los niños. La evaluación destaca como positiva la mayor adaptación al protocolo. La “desadaptación” al mismo o su cuestionamiento son evaluados como un error de captación del sujeto.

En un Crae me relatan que los niños se toman más tiempo en las duchas del que está pactado, dan vueltas a la hora de tener que ir a dormir, retrasan la finalización de los deberes... y así un sin número de lo que podríamos nombrar como un “robarle un tiempo al tiempo”, es decir, un intento de descompletar al Otro de la dinámica. Frente a esta dinámica de la que algunos educadores con los que trabajo han podido designar como muy fija, estos mismos educadores hacen una propuesta de establecer un espacio de asamblea. La asamblea es definida como un lugar en el que los niños puedan sentir que tienen la palabra. De hecho “dar la palabra” podemos tomarlo como un modo de tratamiento de la paradoja que se produce frente al par “dinámica–fijación”. Se reúnen cada 15 días y entre reuniones los niños pueden apuntar en un tablón los temas que quieren abordar. En un primer tiempo los educadores se quejan de que los temas propuestos son repetitivos. Uno de ellos es el de la tardanza en las duchas: hay turnos y si un niño se demora, los otros, tal vez, lleguen tarde a la actividad siguiente. Los educadores toman el problema como la señal de la falta de solidaridad o respeto hacia el prójimo y se preocupan por establecer pactos que privilegien la relación con el semejante. Sin embargo estos pactos fracasan una y otra vez por lo que el tema insiste. ¿Cuándo aparece una apertura en este círculo de preguntas y respuestas repetidas? Cuando alguien se interroga por el sentido que la ducha tiene para los niños. O más que por el sentido, les apunto que se trata de ver qué función tiene ese robarle tiempo al tiempo. Allí aparece una respuesta novedosa: en realidad

la ducha es un momento en el que los niños pueden estar solos. Es decir que se produce un desplazamiento que sitúa el problema en otros términos: como no está previsto en la institución que los niños quieran estar solos, ellos mismos ponen en acto este deseo, apareciendo esta puesta en acto bajo la forma de la desobediencia.

¿Pueden los educadores soportar las consecuencias de haber ofrecido un espacio de palabra? Esto es ya otra cuestión. Es lo que les retorno y nos pone a trabajar. Toca nuestra responsabilidad.

DEL AISLAMIENTO A LA SOLEDAD

Rosa Montero (2020), una escritora española, comentaba recientemente en una entrevista que una de las consecuencias de la pandemia sería que en los próximos años se escribirán muchas novelas tratando el tema del aislamiento y de la soledad. Es verdad que el confinamiento nos plantea la cuestión de saber en qué punto estamos respecto a estos dos aspectos fundamentales de la experiencia subjetiva. Para los niños y adolescentes tutelados esa ha sido en este tiempo una cuestión crucial. Para sorpresa de los educadores sociales que trabajan en los Craes el tiempo del confinamiento transcurrió con una cierta tranquilidad. ¿Qué ocurrió entonces con todos esos chicos que anteriormente no soportaban el Crae, repetían conductas de fuga, rechazaban lo que se les ofrecía? Para muchos de ellos por primera vez el significativo Protección adquirió una verdadera relevancia. Por un lado se trataba de protección frente al virus. Pero por otro lado, más importante aún, la protección era frente a lo que representa para ellos una demanda exigente del ámbito escolar. Una demanda frente a la que muchos de ellos nunca se sienten a la altura.

Entonces tenemos que preguntarnos si el confinamiento representó una experiencia de aislamiento o de soledad. Es decir que de entrada suponemos una diferencia. De hecho, así como hay una tensión entre lo social y lo subjetivo, o entre el individuo y el grupo, también en la historia de nuestra civilización, y en nuestra época más reciente se manifiesta una tensión entre el aislamiento y la soledad. Philippe La Sagna (2007) nos explica aquellas cuestiones que muestran un movimiento bascular

en la subjetividad entre aislamiento y soledad. En la clínica con niños y adolescentes recibimos demandas de padres angustiados o de educadores preocupados por no saber cómo comunicar, cómo dialogar con chicos, que, a sus ojos, están encerrados con un nuevo *partenaire* al que ellos en general no tienen acceso o les cuesta comprender. Este *partenaire*, el ordenador, según los adultos, aísla al niño en un mundo donde las interacciones no son posibles. Sin embargo, cuando escuchamos a estos niños y adolescentes las versiones que ellos narran de esta relación nos indican a menudo que el ordenador es un medio que han encontrado para poder trabajar una cierta separación. Se trata de un trabajo que el mismo sujeto desconoce pero que va haciendo en su experiencia a partir de los objetos que él escoge de la oferta social. Respecto a los objetos que el sujeto escoge, La Sagna hace una distinción: el objeto puede ser sólo una fuente de estimulación o excitación, como un tóxico, y el sujeto puede gracias a él aislarse. Es decir que no se trata del objeto escogido sino del tratamiento que se le da.

La soledad es otra cosa, es un modo de poder separarse de ese tratamiento del objeto. Es decir que estos niños apoyan con su hacer y decir la distinción que La Sagna nos propone entre aislamiento y soledad.

La tesis es doble: por un lado, “la soledad no es el aislamiento” y por otro “el aislamiento evita la soledad”. Esta es una distinción fundamental para pensar los efectos del confinamiento.

¿Qué es lo que podemos apreciar en esta distinción? En esta distinción aparece de entrada la relación al Otro: mientras en el aislamiento se trata de su exclusión, en la soledad lo que está en juego es la separación. El aislamiento aparece como una maniobra de evitación del sujeto respecto a la falta. La soledad en cambio adviene cuando nos confrontamos con la falta en el Otro y con la falta en nosotros mismos. Pero esta confrontación es producto de una elaboración. Por eso, nos señala La Sagna, en la soledad hablamos de la existencia de una “frontera” entre unos y otros. Metáfora, no banal, desde el momento en que la frontera es lo que se puede traspasar, abrir y cerrar de acuerdo a ciertas reglas. Tal vez es otra manera de pensar en el “umbral”. En cambio en el aislamiento, dice, se trata de un muro, de un cierre, que convoca a la ruptura. Vemos entonces que el par aislamiento/soledad puede correlacionarse con el par de ruptura/separación.

Pero ¿qué acogida dar a estas modalidades de presentación del sujeto? ¿Cómo el analista puede orientar al sujeto hacia lo que es el encuentro con la soledad real y que implica la verificación de la inexistencia del Otro? El psicoanalista se acerca al aislamiento del sujeto para que él pueda construir una nueva soledad a partir de la cual salir del aislamiento. Es decir que de lo que se trata allí es de la operación de separación: ha de caer el objeto del aislamiento para que se ponga en juego la noción de falta y aparezcan las condiciones para la transferencia. De hecho La Sagna nos dirá que estar aislado socialmente es a menudo el signo de una soledad que no ha sido construida. La construcción de esa soledad abre la puerta al vínculo, que nunca es adaptativo, y así podemos observar cómo individuos aparentemente adaptados en sus colectivos en realidad están profundamente aislados.

Finalmente, ¿el encuentro con la inexistencia del Otro adónde nos conduce? ¿Qué afectos puede provocarnos? ¿Qué cierra y que abre? Puede provocarnos un vacío profundo, puede producir un dolor que nos conducirá a un trabajo de duelo, o tal vez puede despertar el entusiasmo de aquel que, separado, toma a su cargo su propio deseo. Esta soledad construida es una “solución” a la versión de la inexistencia del Otro que deja “colgado” al sujeto. Es por eso que para el psicoanálisis de orientación lacaniana no se trata de la comunicación, no se trata de la empatía o de las técnicas profesionales para sacar al sujeto del aislamiento, sino más bien se trata de la transmisión de que en ese lugar donde el Otro está ausente, puede haber otra cosa como efecto de su ausencia: se trata de un saber, no cualquiera, el saber inconsciente que hace que el sujeto se encuentre con su verdadera soledad, ya no precaria.

EN CONCLUSIÓN

El encuentro con lo real no se puede calcular. Está del lado de la contingencia. Lacan (1989, p. 113) definió la contingencia como “lo que cesa de no escribirse”. Los psicoanalistas hemos hecho en nuestros análisis un recorrido por ello. Sabemos, entonces, que dar la palabra habilita la posibilidad de inventar modos de tratamiento frente a ese encuentro que puede ser devastador pero que también puede dar lugar a otra cosa. Dar

la palabra al sujeto con el que trabajamos plantea una cuestión subversiva en la práctica educativa y también en la del psicoanálisis ya que cuando uno hace ese gesto toma como operador principal de su hacer un cierto “no saber”. Eso implica un cambio de posición del lado del profesional, cambio al que éste tiene que consentir y eso no es sencillo ni se puede hacer aisladamente. Los espacios de conversación entre psicoanalistas y educadores apuntan a que ambos puedan responsabilizarse de la oferta que hacen, entendiendo la responsabilidad como una instancia de respuesta que habilita lo singular en juego. Es decir que en toda toma de responsabilidad resuena la soledad.

Es por eso que más allá de enseñar lo que estos espacios conjuntos producen en los practicantes que participan de ellos, educadores y psicoanalistas, es una nueva posición: lo llamamos “dejarse enseñar”, y somos dóciles a ella. Apostar por la conversación es tener una “certeza” en tiempos de incertidumbre: la certeza de que el saber es algo a producir a partir de ser capaces de dar lugar al vacío de significación. Este vacío que el sujeto con el que trabajamos tiene que bordear. Nosotros estamos allí para acompañarlo en su recorrido.

REFERENCIAS

- Berardi, F. (2020). *Video: Respiración umbral: virus y literatura*. Recuperado en 01 nov. 2020 de <<https://www.youtube.com/watch?v=Ir68JYQJ6K0&feature=youtu.be>>.
- Brignoni, S. (2006). La atención del adolescente con trastorno mental grave en situación de desamparo y su evolución a la edad adulta. *Revista L'Interrogant*, 7, 48-51. Recuperado en 30 nov. 2019 de <www.revistainterrogant.org>.
- Brignoni, S. (2012). *Pensar las adolescencias*. Barcelona. Editorial UOC.
- Brignoni, S. (2018). Adolescencia y salud mental. A.A., *Malestares y subjetividades adolescentes. Una aproximación desde la salud mental colectiva* (p. 47-77) Barcelona. Editorial UOC.
- Lacadée, P. (1999). Su verdadera necesidad espontánea. *Cien, Cuaderno* 3, 59-69.
- Lacadée, P. (2010). *El despertar y el exilio. Enseñanzas psicoanalíticas sobre la adolescencia*. Madrid. Editorial Gredos.
- Lacan, J. (1971). *El saber del psicoanalista*. Inédito.
- Lacan, J. (1989). *Seminario 20: aún*. Buenos Aires: Ediciones Paidós. (Seminario original de 1972-1973)
- Lacan, J. (1993). Del psicoanálisis en sus relaciones con la realidad. In Lacan, J. [Autor], *Intervenciones y textos 2*. Buenos Aires. Argentina. Editorial Manantial.
- Lacan, J. (1993). Homenaje a Marguerite Duras, del rapto de Lol V. Stein. In Lacan, J. [Autor], *Intervenciones y textos 2*. Buenos Aires. Argentina. Editorial Manantial.
- Lacan, J. (2006). *Seminario 23: el sinthome*. Buenos Aires: Ediciones Paidós.
- Lacan, J. (2012). *Seminario 19: ...o peor*. Buenos Aires: Ediciones Paidós.
- Laurent, E. (2002). Retomar la definición del proyecto del CIEN y examinar su situación actual. *Revista El Niño 10*, Revista del Instituto del Campo Freudiano, Centro Interdisciplinar de Estudios del Niño (CIEN), Barcelona.
- La Sagna, P. (2007). De l'isolement à la solitude. *Revista La Cause freudienne*, 66.

- Miller, J.-A. (2013). *Piezas sueltas*. Buenos Aires: Ediciones Paidós.
- Montero, R. (2020). *Entrevista en El Diario.es*. Recuperado en 18 set. 2020 de <https://www.eldiario.es/cultura/rosa-montero-diez-anos-saldran-monton-novelas-traten-experiencias-soledad-aislamiento_128_6209732.html>.
- Moyano, S. (2012). *Acción educativa y funciones de los educadores sociales*. Barcelona: Editorial UOC.
- Rosa, H. (2019). *Remedio a la aceleración. Ensayos sobre la resonancia*. Barcelona: Ned ediciones.

EDUCAÇÃO NÃO É SINÔNIMO DE APRENDIZAGEM: UMA INTERLOCUÇÃO EDUCAÇÃO, PSICANÁLISE E FILOSOFIA

*Kelly Cristina Brandão da Silva**

RESUMO

O presente trabalho, a partir da interface Educação e Psicanálise, em interlocução com alguns pressupostos filosóficos, sobretudo no que concerne às teorizações de Hannah Arendt e Gert Biesta, pretende discutir algumas hipóteses acerca da atual primazia da aprendizagem e do suposto protagonismo do aluno, com o conseqüente apagamento do lugar do professor e do ensino. Com o reducionismo do direito constitucional à educação em direito à aprendizagem, sob a influência de organizações internacionais, como a OCDE, marcadas por uma lógica neoliberal, algumas políticas públicas obedecem à lógica de eficiência do mundo empresarial. Com metas mensuráveis, focadas em resultados, a complexidade do fenômeno educativo se reduz à *performance* e ao desempenho. Nessa perspectiva, quaisquer percalços na empreitada educativa são entendidos como um problema de gestão. Entretanto, como uma tarefa eminentemente humana, a Educação convive, paradoxalmente, com a impossibilidade de sua realização, visto que nunca alcança a totalidade da sua intenção, sempre não-toda. A tensão estrutural relativa ao enigmático (des)encontro entre o novo e o instituído obriga a educação a lidar continuamente com o mal-estar. Defende-se que a educação é um bem comum que se efetiva em um campo eminentemente relacional e, portanto, tenso, imprevisível,

* Departamento de Desenvolvimento Humano e Reabilitação – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – Brasil (DDHR/FCM/UNICAMP); Docente do curso de Graduação em Fonoaudiologia e do Programa de Pós-graduação em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação (FCM/UNICAMP); Editora associada da Revista Estilos da Clínica – Revista sobre a Infância com Problemas (IPUSP); Membro da RUEPSY; da ABRASME e do GT Psicanálise e Educação da ANPEPP.

artesanal, avesso a determinações generalistas e, seguindo a tradição freudiana, impossível.

Palavras-chave: direito à educação; aprendizagem; Psicanálise; Hannah Arendt; Gert Biesta.

EDUCATION IS NOT SYNONYMOUS WITH LEARNING: AN INTERLOCUTION EDUCATION, PSYCHOANALYSIS AND PHILOSOPHY

ABSTRACT

This work, based on the interface Education and Psychoanalysis, in dialogue with some philosophical assumptions, especially with regard to the theories of Hannah Arendt and Gert Biesta, intends to discuss some hypotheses about the current primacy of learning and the supposed role of the student, with the consequent deletion of the place of the teacher and teaching. With the reduction of the constitutional right to education in the right to learning, under the influence of international organizations, such as the OECD, marked by a neoliberal logic, some public policies obey the logic of efficiency in the business world. With measurable goals, focused on results, the complexity of the educational phenomenon is reduced to performance. In this perspective, any obstacles in the educational endeavor are understood as a management problem. However, as an eminently human task, Education lives, paradoxically, with the impossibility of its realization, since it never reaches the totality of its intention, always not-all. The structural tension related to the enigmatic (dis) encounter between the new and the instituted forces education to continually deal with malaise. It is argued that education is a common good that takes place in an eminently relational field and, therefore, tense, unpredictable, artisanal, averse to generalist determinations and, following Freudian tradition, impossible.

Keywords: right to education; learning; Psychoanalysis; Hannah Arendt; Gert Biesta.

EDUCACIÓN NO ES SINÓNIMO DE APRENDIZAJE: UNA INTERLOCUCIÓN EDUCACIÓN, PSICOANÁLISIS Y FILOSOFÍA

RESUMEN

El presente trabajo, basado en la interfaz Educación y Psicoanálisis, en diálogo con algunos supuestos filosóficos, especialmente en lo que respecta a las teorías de Hannah Arendt y Gert Biesta, pretende discutir algunas hipótesis

sobre la primacía actual del aprendizaje y el supuesto protagonismo del alumno, con la consecuente supresión del lugar del profesor y la docencia. Con la reducción del derecho constitucional a la educación en el derecho al aprendizaje, bajo la influencia de organismos internacionales, como la OCDE, marcada por una lógica neoliberal, algunas políticas públicas obedecen a la lógica de la eficiencia del mundo empresarial. Con metas medibles, enfocadas a resultados, la complejidad del fenómeno educativo se reduce a desempeño. En esta perspectiva, cualquier obstáculo en el quehacer educativo se entiende como un problema de gestión. Sin embargo, como tarea eminentemente humana, la Educación vive, paradójicamente, con la imposibilidad de su realización, ya que nunca alcanza la totalidad de su intención, siempre no-toda. La tensión estructural relacionada con el enigmático (des)encuentro entre lo nuevo y lo instituido obliga a la educación a lidiar continuamente con el malestar. Se argumenta que la educación es un bien común que se desarrolla en un campo eminentemente relacional y, por tanto, tenso, impredecible, artesanal, contrario a las determinaciones generalistas y, siguiendo la tradición freudiana, imposible.

Palabras clave: derecho a la educación; aprendizaje; Psicoanálisis; Hannah Arendt; Gert Biesta.

INTRODUÇÃO

Brasil, outubro de 2020. Em tempos de pandemia pelo coronavírus (SARS-CoV-2), acaloradas discussões expõem dois argumentos a favor da reabertura das escolas, quais sejam, a perda da aprendizagem e o impacto na saúde mental. Não é objetivo deste trabalho analisar essa temática e as inúmeras implicações sanitárias, políticas e educativas em questão, mas sim desvelar algumas nuances acerca da ênfase na escolha de tais justificativas. Afinal, perda da aprendizagem e impacto na saúde mental de quem?! É notória e aparentemente natural a resposta: dos alunos! Outra nuance instigante: o que significa educação, em todo esse debate acalorado? Resposta supostamente óbvia: educação é aprendizagem!

O presente trabalho objetiva justamente desnaturalizar essas respostas e discutir algumas hipóteses acerca da atual primazia da aprendizagem e do suposto protagonismo do aluno no campo da educação, com o consequente apagamento do lugar do professor e do ensino. A partir da articulação entre

pressupostos psicanalíticos e filosóficos, sobretudo algumas teorizações de Hannah Arendt e Gert Biesta, pretende-se defender a educação como um bem comum, em um campo eminentemente relacional e, portanto, tenso, imprevisível, artesanal, avesso a determinações generalistas e, seguindo a tradição freudiana, impossível.

DO DIREITO À EDUCAÇÃO AO DIREITO À APRENDIZAGEM

Em nossa Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, o direito à educação está previsto como um direito fundamental de natureza social. Destaca-se que o Brasil constitui um Estado social de direito de inspiração democrática, o que impõe “não apenas o respeito aos direitos individuais (liberdade de expressão, direito de voto, direito de ir e vir), como também a realização dos direitos sociais, de que são exemplos o direito à educação, ao trabalho, à saúde, entre outros” (Duarte, 2007, p. 694). Desse modo, enfatiza-se o caráter público da educação, ou seja, ela não pode ser tratada como propriedade particular, pois, como bem aponta Jaeger (2001, p. 4), “pertence por essência à comunidade”.

Assumindo essa perspectiva, é necessário considerar que a proteção do direito à educação ultrapassa interesses individuais, pois, embora possa representar para cada pessoa um bem individual, para a sociedade trata-se de um bem comum, o que também inclui as futuras gerações.

Ora, se a proteção de um bem jurídico como a educação envolve a consideração de interesses supraindividuais, deve-se reconhecer que a sua titularidade não recai apenas sobre indivíduos singularmente considerados, mas abrange até mesmo os interesses de grupos de pessoas indeterminadas ou de difícil determinação, como as futuras gerações, que têm direito ao acesso às tradições públicas, preservadas e transmitidas pela ação educacional. Trata-se, pois, de um direito que, mesmo podendo ser exercido individualmente, não pode ser compreendido em abstração de sua dimensão coletiva e até mesmo difusa (Duarte, 2007, p. 698).

Apesar de assegurado como um direito constitucional, paulatinamente, sob a influência de documentos internacionais, marcados por uma lógica neoliberal, o direito à educação fica reduzido ao alardeado direito à aprendizagem. Não se trata de um mero sinônimo, visto que educação não

se reduz à aprendizagem, mas, antes, trata-se de centralizar as discussões educacionais em aspectos mensuráveis, o que garantiria, segundo os defensores dessa concepção, a aclamada qualidade da educação.

Interessante observar o papel fundamental de órgãos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], cuja atuação objetiva promover políticas que visem à manutenção da estabilidade financeira mundial, em favor das leis de livre mercado, favorecendo o crescimento econômico. Desde 1990, a OCDE vem ampliando sua atuação global na esfera da educação, considerada estratégica para o desenvolvimento econômico. As prescrições e programas educacionais da OCDE geram impactos na política de Educação Básica dos países, com destaque para os instrumentos de avaliação de desempenho de estudantes, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes [PISA]. Com base no resultado de suas pesquisas, a OCDE publica documentos que auxiliam na decisão política sobre projetos e programas que colaboram na melhoria nos resultados da aprendizagem.

Nesse complexo contexto econômico e tecnológico de reprodução do capital em escala ampliada, a OCDE adquiriu relevo na área de políticas para a Educação Básica. Nesse movimento na esfera educacional, o governo federal brasileiro tem participado, desde 1997, do Programa Internacional para Avaliação de Estudantes – PISA; desde 2008 da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem – TALIS; e desde 2006 do programa Indicadores dos Sistemas Educacionais – INES, com ressonância variável nos processos nacionais de formulação de políticas públicas de Educação Básica (Silva, & Fernandes, 2019, p. 274).

A forte influência de organizações internacionais, como a OCDE, no campo educacional, implica em proposição de políticas públicas que obedeceriam à lógica de eficiência do mundo empresarial e, por isso, de acordo com Fermam, Silva e Mendes (2019, p. 69), “concebe-se que, para obter o sucesso e a qualidade do ensino, seria necessário focar a gestão escolar nos seus resultados por meio de indicadores de desempenho, além de recorrer a estratégias de responsabilização dos gestores e docentes pelos resultados”.

Dessa forma, é compreensível o reducionismo do *direito à educação* ao *direito à aprendizagem*. Com metas mensuráveis, focadas em resultados, a complexidade do fenômeno educativo se reduz a *performance* e

desempenho. Ao admitir a lógica do mercado, a partir da importação, para a esfera pública, de modelos de gestão privada, como os conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência (Oliveira, 2004), percebe-se que a economia triunfa em detrimento da educação.

Silva e Fernandes (2019, p. 277; grifos dos autores), ao analisarem os objetivos do Projeto “Educação 2030 da OCDE: O Futuro da Educação e das Habilidades”, ressaltam a “criação de uma *matriz conceitual de aprendizagem* para 2030, envolvendo, de forma cooperativa, os copartícipes para produzir e conduzir uma *proposta de currículo internacional* que possa mensurar e quantificar a aprendizagem dos estudantes por meio de testes comparativos”. O projeto é ambicioso e marca, de forma contundente, como bem sintetiza Carneiro (2019, p. 43), que a “economia abraça a aprendizagem”. A partir dessa racionalidade técnica, desconsidera-se o contexto e a experiência a partir de avaliações constantes de desempenho.

Voltolini (2001, p. 110), a partir da teorização lacaniana dos discursos, sublinha a idealização pedagógica a partir da exigência de alta *performance*, a qual mal esconde suas ambições capitalistas, tanto do desempenho do professor, quanto do aluno, que também deveria desenvolver plenamente suas capacidades. “O que ocorre, todavia, é um transbordamento, um retorno de uma verdade na falha de um saber, o que nos leva a perceber que a mestria falha, como, aliás, qualquer discurso, em sua pretensão totalizadora”. O autor ainda indica a face maníaca dessa exigência de maximizar o desempenho rumo a um ideal vago:

Assim como é próprio do capitalismo, a verdade que retorna é a que aponta para uma relação assim formalizada, na qual num polo temos alguém que deve ser “maximamente eficaz”, que tudo deve fazer para cumprir o ideal (o professor), e no outro temos alguém que deve receber o “máximo” para que se desenvolva o “máximo” que puder (note-se que o que define esses máximos nunca é explicitado, ou o é em termos vagos, de operacionalidade difícil). Pois bem, a verdade que retorna é a que aponta para o fato de que numa relação assim formalizada uma formação depressiva é bastante esperada, já que a palavra de ordem é maníaca (Voltolini, 2001, p. 108-109).

Transformar o direito à educação, o qual pressupõe justamente tratar a educação como um bem comum, em direito à aprendizagem implica em valorizar em demasia interesses individuais. Cabe o alerta de Duarte

(2007, p. 697): “embora a educação, para aquele que a ela se submete, represente uma forma de inserção no mundo da cultura e mesmo um bem individual, para a sociedade que a concretiza, ela se caracteriza como um bem comum, já que representa a busca pela continuidade de um modo de vida que, deliberadamente, se escolhe preservar”.

Dessa forma, políticas públicas voltadas para a garantia do direito à aprendizagem têm, cada vez mais, apontado elementos conceituais e metodológicos (Brasil, 2012) que pressupõem limitar a aprendizagem ao básico da leitura e matemática. De acordo com Freitas (2014), ficam de fora outras dimensões da formação que não seja a cognitiva, justamente aquilo que se privilegia em provas estandardizadas, externas e alheias às dinâmicas em sala de aula, como o PISA.

Ao contemplar apenas o direito de aprender, em uma lógica imediatista e reduzida do papel da educação, prioriza-se a apropriação de requisitos básicos para a inserção no mundo do trabalho e, por isso, o estreitamento curricular, a pressão sobre o desempenho dos alunos e a preparação constante para os testes padronizados, o que também tem como efeito a precarização da formação do professor. Freitas (2014) sublinha que essa visão pragmática reduz essa formação aos aspectos práticos das metodologias.

O filósofo Gert Biesta (2012) critica o que ele tem nomeado como *learnification* da educação, ou seja, a ascensão e transformação de um vocabulário educacional em linguagem de aprendizagem. Segundo ele, aprendizagem é basicamente um conceito individualista, visto que se refere ao que as pessoas, como indivíduos, fazem. “Contrapõe-se assim, nitidamente, ao conceito de ‘educação’, que sempre implica relação: alguém educando outra pessoa e a pessoa que educa tendo uma determinada noção de qual a finalidade de suas atividades” (Biesta, 2012, p. 817).

Os filósofos Masschelein e Simons (2014) lembram que o significativo escola, a partir da sua origem etimológica, do grego, significa *scholé*, tempo livre, ainda não determinado por demandas externas. Os autores criticam a crescente transformação da escola em um lugar para trabalho e produção e argumentam que ela deveria ser protegida das demandas da sociedade para que fosse possível praticar e tentar coisas, sem o compromisso com a eficácia. Biesta e Picoli (2018, p. 22) apontam “uma

tensão em seu [da escola] próprio tecido: uma tensão entre a necessidade de atender às demandas da sociedade e a necessidade de preservar-se destas”. Estes autores advertem que “a voz de um dos mestres – sociedade – se tornou muito mais alta e muito mais dominante que a outra, a voz que diz que a escola também tem algo para fazer que não é automática ou necessariamente útil para a sociedade”.

Na lógica do direito à aprendizagem impera o contrato, em que alunos-clientes se tornam consumidores e professores-fornecedores se tornam vendedores, em um contexto educacional cada vez mais mercantilizado. Uma lógica tecnocrata, empresarial, obediente às ditas leis do mercado, que não reflete as múltiplas facetas da experiência educacional.

O LAÇO INDISSOCIÁVEL ENTRE ENSINO E APRENDIZAGEM

A compreensão instrumental e individualista do alardeado direito à aprendizagem coloca o aluno no centro do processo educacional. Com a primazia da aprendizagem, há um crescente apagamento do ensino, na chamada relação ensino-aprendizagem, o que também pressupõe um apagamento dos professores, que se transformam em cumpridores de tarefas. Contudo, como bem alerta Macedo (2015, p. 904), o aparente foco nos alunos e em sua pretensa autonomia “não fala a sujeitos concretos, ela projeta seres humanos genéricos, iguais”. A autora é ainda mais contundente ao analisar o que se exclui nesse ideário do aprender em que supostamente o aluno seria o centro do processo: “a exclusão do concreto, a retórica do indivíduo abstrato, perfeito porque idealizado, como significante nodal em oposição à sujeira do chão da escola” (Macedo, 2015, p. 903).

O que afinal seria a *sujeira do chão da escola*, excluída dos discursos oficiais? Dito de outra forma, “O que tem no chão da escola que tanto atrai (no desejo de controle) como incomoda?” (Macedo, 2015, p. 903). Ou ainda, como bem questiona Carneiro (2019, p. 42), “quais experiências escolares são eclipsadas quando a aprendizagem se torna o eixo da relação com o conhecimento?”.

A famosa expressão *relação ensino-aprendizagem* talvez possa nos auxiliar nessa discussão. Ao priorizar a aprendizagem, a *relação* e o *ensino* sofrem um apagamento. Começemos pela *relação*.

O famoso aforisma lacaniano *Não há relação sexual* indica que não existe relação intersubjetiva. De modo algum isso significa que não ocorrem relações entre os humanos, pois é claro que elas acontecem. Considera-se, contudo, que toda tentativa de ligação entre o campo do sujeito e do Outro comporta um fracasso estrutural, um *impossível radical*, como nomeia Jorge (1988, p. 160). Ao tratar das duas profissões impossíveis definidas por Freud, o psicanalisar e o educar, Mrech e Rahme (2011, p. 13) concordam que ambas “se veem diante de uma constatação, tal como aponta Lacan: não há relação sexual, ou seja, de uma maneira mais simples, nós podemos assinalar que em nenhum desses campos ocorre uma relação completa, perfeita, ideal ou adequada. Há sempre um descompasso, algo que escapa”. Como bem aponta Voltolini (2011, p. 25; grifo do autor), “‘Impossível’ não quer dizer ‘inexequível’, apontando, antes, para um *inalcançável* estrutural”.

Em relação a esse tema, Freud (1925/1969, p. 341), em “Prefácio a Juventude desorientada, de Aichhorn”, afirma: “Em um primeiro estágio, aceitei o *bon mot* que estabelece existirem três profissões impossíveis – educar, curar e governar”. Em “Análise terminável e interminável”, Freud (1937/1969, p. 282) retoma essa argumentação, sublinhando que em relação a essas três profissões – lembrando que nesse texto ele já não fala em curar, mas sim em psicanalisar – “de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insatisfatórios”.

A fim de evitar o engodo concernente à impossibilidade estrutural de uma relação professor-aluno ou relação ensino-aprendizagem perfeitas, a Psicanálise aposta no *laço*, visto que o ato educativo tem sempre um caráter um tanto arbitrário, o que impulsiona o aluno a desejar para-além de seus mestres. Dessa forma, não adiantaria perseguir a tão sonhada *relação professor-aluno*, assim como a *relação ensino-aprendizagem*, que indica “uma relação assim abstrata, ideal, tal como prescrita nas teorias pedagógicas atuais” (Voltolini, 2007, p. 122). Uma articulação possível concernente à teorização lacaniana dos discursos diz respeito à impossibilidade de haver simetria entre o campo do sujeito e do Outro e, dessa forma, pode-se sublinhar que sempre existirá um hiato entre aquilo que se ensina e aquilo que se aprende.

Retomando o primado da aprendizagem no discurso educacional contemporâneo, indicamos que a Psicanálise recoloca a importância da

relação, porém em outros termos, privilegiando o *laço* entre o ensino e a aprendizagem, o que enfatiza a impossibilidade de qualquer estabilização fixa e predeterminada no campo da educação. Como já afirmamos anteriormente, o dito direito de aprender reduz o lugar do professor, daquele que ensina. Como se fosse possível, ou mesmo desejável, uma autonomia total dos alunos no laço com o conhecimento.

Apontar a relevância do ensino, neste trabalho, implica assegurar o lugar de Eros na educação. Como bem salienta Voltolini (2019), não é possível, tampouco desejável, deserrotizar o laço entre professores e alunos e também o laço com o próprio conhecimento. Como sublinha o autor, “O amor, enquanto Eros, não é, portanto, um fator superficial na relação pedagógica, contingente” (Voltolini, 2019, p. 380). No valor imensurável da transmissão desejosa do professor se inscreve a questão: o Outro, o que quer de mim? Os conhecimentos formais vão preenchendo o lugar dos não-saberes, mas é o ato educativo que lança o enigma sobre o desejo do Outro, que carrega em si o impossível de responder, assim como é impossível findá-lo, como nos diz Lajonquière (2013).

De acordo com Voltolini (2007, p. 134), “Foi se dando conta de que ‘sua presença’ na cena do outro havia lhe passado inadvertida e que esta desconsideração lhe custava caro para a direção da cura que Freud formula a importância de se levar em consideração a transferência”. Essa temática interessa sobremaneira à Educação, visto que o laço entre professores e alunos, assim como todos os laços humanos, é permeado pelo amor de transferência. Mais uma vez, é preciso sublinhar a impossibilidade estrutural de se deserrotizar o campo educacional.

Acreditar que a presença do professor não importa é reduzi-lo ao papel de mero portador de informações. Freud, em seu texto de 1914 (1976, p. 286), “Algumas reflexões sobre a Psicologia Escolar”, refere a importância do professor para os efeitos da transmissão do conteúdo escolar: “é difícil dizer se o que exerceu mais influência sobre nós e teve importância maior foi a nossa preocupação pelas ciências que nos eram ensinadas, ou pela personalidade de nossos mestres”.

Silva (2016) aponta o quanto o discurso pedagógico hegemônico se fundamenta em um ideal de simetria, largamente difundido, entre ensino/aprendizagem e professor/aluno. Nessa perspectiva, quaisquer percalços na

empreitada educativa são entendidos como um problema de gestão, facilmente equacionados com novas metas, planejamento e avaliação dos resultados. Em um campo marcadamente idealizado, como a Educação, o que se desvela, muitas vezes à revelia, é justamente o oposto, ou seja, o fracasso.

É importante sublinhar, de acordo com Lajonquière (2013, p. 460), que “Em todo ato educativo há embutida uma cota de dever ser ideal”, a qual se inscreve na ordem imaginária e simbólica. Entretanto, como uma tarefa eminentemente humana, a Educação convive, paradoxalmente, com a impossibilidade de sua realização, visto que nunca alcança a totalidade da sua intenção, também não-toda. A docência carrega em si o paradoxo da sujeição ao discurso do Outro. Aquele que ensina é, também, aquele que testemunha o impossível desse fazer pela castração que nos diz sempre da nossa marca constituinte, a falta.

O ENGODO DO PROTAGONISMO DO ALUNO

Ao advogar pelo direito à aprendizagem em detrimento do direito à educação, seus defensores normalmente salientam a centralidade do processo educacional no aluno. Este seria, no ideário pedagógico contemporâneo, o verdadeiro protagonista. Defende-se, neste trabalho, o argumento de que essa afirmação é um engodo, visto que a importação da lógica de eficiência do mundo empresarial para a educação, com a perseguição de metas mensuráveis, focadas em resultados, transforma os sujeitos de carne e osso em constructos abstratos e cognoscíveis. Macedo (2015, p. 903) adverte que “o sujeito da educação é singular, que o desejo do controle é matar o sujeito ou, pelo menos, suas possibilidades de responder de formas diversas à sujeição inevitável”.

O alardeado protagonismo do aluno transfigura-se em excesso de informações especializadas, consumidas antecipadamente, antes do inusitado encontro com o aluno de carne e osso. O ideal em jogo é que essa compreensão antecipatória, de um aluno abstrato, necessariamente facilitaria o dito processo ensino-aprendizagem, já que se saberia previamente o que e como fazer. O planejamento e a metodologia, baseados nesses parâmetros, seriam norteadores seguros que objetivam o chamado desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Em contrapartida, distante desse ideal de previsibilidade, a filósofa Hannah Arendt (2005, p. 193), em *A condição humana*, discute de forma muito interessante o fato de que, diante de todo recém-chegado, deveríamos colocar a seguinte pergunta: “Quem és?”. A autora adverte que, “Sem a revelação do agente no ato, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. Na verdade, passa a ser apenas um meio de atingir um fim, tal como a fabricação é um meio de produzir um objeto. Isso ocorre sempre que deixa de existir convivência”. Alinhado a essa perspectiva arendtiana, Carvalho (2013, p. 71), considera que “a lógica instrumental, de onde deriva a noção de ‘finalidade’, é típica de um âmbito da existência humana: a fabricação de objetos”.

A mencionada *lógica instrumental* permeia o ideário pedagógico contemporâneo. Determinar *o que é* o aluno significaria classificá-lo para, enfim, encontrar a metodologia sob medida a fim de desenvolver as chamadas habilidades e competências. Por outro lado, a partir da contribuição de Arendt (2005, p. 192; grifo da autora), desvendar a questão *quem és* pressupõe uma convivência, afinal o *quem* “vem à tona quando as pessoas estão *com* outras, isto é, no simples gozo da convivência humana”.

Vale sublinhar que Voltolini (2011, p. 45) parece se aproximar dessa ideia arendtiana acerca da importância da convivência para a revelação do sujeito ao ressaltar que “fica claro o que ele [Freud] considerava como a saída possível para que ao menos se contorne essa ignorância sobre a criança: participar da vida dela”. E ainda acrescenta: “trata-se mais de estar com ela do que saber sobre ela”.

Arendt (2005, p. 195-196) assinala que a “convivência e o intercuro entre os homens” estão fadados a frustrações, visto que a *teia de relações humanas* é sempre intangível “com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes”. Por isso mesmo, a autora discute o quão difícil é a revelação do *quem*, em contraposição a *o que* alguém é, afinal a “manifestação da identidade impermutável de quem fala e age retém certa curiosa intangibilidade que frustra toda tentativa de expressão verbal inequívoca”, pois “No momento em que desejamos dizer *quem* alguém é, nosso próprio vocabulário nos induz ao equívoco de dizer *o que* esse alguém é [...] passamos a descrever um tipo ou ‘personagem’, na antiga acepção

da palavra, e acabamos perdendo de vista o que ela tem de singular e específico” (Arendt, 2005, p. 194; grifos da autora).

É muito pertinente a reflexão de Arendt no que concerne à tentativa contemporânea de substituir a *ação* humana pela *fabricação*. Na *ação* “não existe a mediação estabilizadora e solidificadora das coisas” (Arendt, 2005, p. 194). “Ao contrário da fabricação, em que a luz à qual se julga o produto final provém da imagem ou modelo percebido de antemão pelo artífice”, a *ação* é imprevisível e irreversível, sendo que “seu pleno significado somente se revela quando ela termina” (Arendt, 2005, p. 204).

A compressão antecipatória, a qual busca prever *o que* encontrar no laço com os alunos, dificultando, muitas vezes, que algum laço se estabeleça, estaria muito mais alinhada à perspectiva arendtiana da *fabricação*, com pretensões totalizantes de tudo saber, sem deixar nada escapar, na ânsia de encobrir a “fragilidade dos negócios humanos” (Arendt, 2005, p. 234). Em contrapartida, a *ação* parece inexoravelmente vinculada ao campo educativo, visto que nele convergem os aspectos de imprevisibilidade, incerteza e novidade.

O ideal pedagógico contemporâneo, em tempos de direito à aprendizagem, sustenta a ilusão de que, se conhecermos os alunos de forma integral – sem deixar nada escapar – naturalmente a tarefa educativa será eficiente. De acordo com Imbert (2001, p. 48; grifos do autor), “Para além de qualquer informação, o pedagogo espera obter um saber *sobre* a criança; um saber que lhe permita superar seu objeto e lhe garanta que nada de imprevisível poderá advir; nada que possa introduzir a menor brecha em uma *compreensão* que pretende ser completa e definitiva”. O que se pretende sublinhar aqui é o excesso de compreensão que, por vezes, se coloca como um ideal abstrato e irrealizável no laço com os alunos, um esforço para acabar com toda ambiguidade e polissemia que caracterizam o humano. É sempre relevante salientar que toda singularidade é irredutível e, por isso mesmo, o outro é sempre incompreensível.

Aprender, aprisionar, é justamente essa vertente que se pretende ressaltar. Engendrada a partir de uma razão tecnocientífica, a dita centralidade do aluno se configura como um número infundável de pressupostos, portanto *a priori*, antecipadamente, concernentes àquilo que os professores deveriam ver no aluno e o que fazer diante dele. Cabe

lembrar que o outro deve sempre coincidir com o que inventamos e esperamos dele. “Porém, nesta gestão do próximo fica sempre um resíduo; no outro se esconde uma alteridade ingovernável, de ameaça, explosiva. Aquilo que tem sido normalizado pode acordar a qualquer momento” (Skliar, 2003, p. 26). Esse resto *ingovernável* parece ser justamente a verdade velada dessa razão tecnocientífica tão difundida no campo educacional. Dito de outro modo, apesar de toda ambição totalitária de querer agarrar e se apoderar do outro – via saber universalizante – algo sempre escapa. Diante dessa perspectiva, o tão aclamado protagonismo dos alunos na cena educativa só poderia acontecer à revelia dos mestres, ou seja, é um ato sempre surpreendente e ingovernável.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO: IMPREVISÍVEL, INCERTA E INCOGNOSCÍVEL

A partir de uma perspectiva psicanalítica, a educação está sempre implicada com a “transmissão, no campo da palavra e da linguagem, dos conhecimentos mais variados, bem como também do desejo inconsciente que nos humaniza” (Lajonquière, 2013, p. 461). Dessa forma, não é possível pensar uma educação fora do laço sempre tenso e intenso entre os humanos.

A especificidade da escola em relação a outros lugares em que pessoas possam se encontrar centra-se justamente no laço com o saber e o estudo. E isso só pode se dar a partir de uma transmissão. Como destaca Carneiro (2019, p. 46), “o ensino propicia a possibilidade de marcar no mundo aquilo que passaria por estranho e atentar sobre isso”. O autor ainda sublinha que o professor dispõe as marcas e os alunos produzem suas próprias significações, o que traz vida ao processo.

Alinhada a essa perspectiva, Silva (2016, p. 112-113; grifos da autora) enfatiza que na transmissão entra em cena o laborioso trabalho de apropriação, sendo que a “escolha pelo termo transmissão sublinha que alguma coisa escapará nesse processo. Apesar de todo empenho (ou não) de quem está na posição de educar, não há como determinar *a priori* o que será aprendido. Lembramos aqui uma citação de Goethe, feita por Freud: ‘O que herdaste de teus pais, adquiere-o para que o possuas’”.

O próprio Freud (1914/1996, p. 23), em nome próprio, testemunha a desproporção estrutural entre o ensinar e o aprender e afirma que

recebera ideias de três mestres, que, mais tarde, recusariam admitir os créditos referentes a elas:

A ideia pela qual eu estava me tornando responsável de modo algum se originou em mim. Fora-me comunicada por três pessoas cujos pontos de vista tinham merecido meu mais profundo respeito – o próprio Breuer, Charcot e Chrobak, o ginecologista da universidade, talvez o mais eminente de todos os nossos médicos de Viena. Esses três homens me tinham transmitido um conhecimento, que, rigorosamente falando, eles próprios não possuíam. Dois deles, mais tarde, negaram tê-lo feito quando lhes lembrei o fato; o terceiro (o grande Charcot) provavelmente teria feito o mesmo se me tivesse sido dado vê-lo novamente. Mas essas três opiniões idênticas, que ouvia sem compreender, tinham ficado adormecidas em minha mente durante anos, até que um dia despertaram sob a forma de uma descoberta original.

Ao discutir essa “aprendizagem” freudiana, Voltolini (2006, s.p.) argumenta: “Fato curioso ressaltado por Freud e que significa dizer que ‘é possível aprender alguma coisa de alguém que não tem a intenção de nos ensinar’, de alguém que não sabe, rigorosamente falando, nem que está nos ensinando, nem o que está nos ensinando”. O que importa, justamente, é a suposição de saber, a qual se ancora em um outro que possa sustentar nossas interrogações. Dito de outra forma, a construção do conhecimento explicita uma função transferencial.

O filósofo Gert Biesta (2015) sublinha que a educação tem que ser considerada como um risco, na medida em que não se caracteriza como um encontro pré-fixado. O autor também aponta que o ato educativo, que engaja alunos e professores, é marcado pela imprevisibilidade, apesar das tentativas administrativas dos chamados especialistas em educação, muitas vezes, negligenciarem esse elemento estrutural.

Enquanto os burocratas podem continuar tentando manter esse risco afastado no (equivocado) pressuposto de que a melhor educação é aquela que é completamente previsível, a educação como um empreendimento humano destinada à qualidade do crescimento de crianças e jovens nunca pode acabar como uma forma de gerenciamento e controle. Precisa, outrossim, de pessoas dispostas a assumir o risco, a arriscar-se a si mesmas para o futuro de modos humanos de existir juntas (Biesta, 2015, p. 29).

A educação, na perspectiva de Biesta (2012), geralmente desempenha três funções diferentes, mas relacionadas, quais sejam, qualificação, socialização e subjetivação. Conhecimento, habilidades, disposições e formas de julgamento que permitem às crianças, jovens e adultos “fazer alguma coisa” têm relação com a função da qualificação. A socialização se relaciona com as variadas formas pelas quais nos tornamos membros e parte de ordens sociais, culturais e políticas por meio da educação. A função de subjetivação é entendida como oposta à função de socialização, visto que “Não se trata precisamente da inserção de ‘recém-chegados’ às ordens existentes, mas das formas de ser que sugerem independência dessas ordens; formas de ser em que o indivíduo não é simplesmente um espécime de uma ordem mais abrangente” (Biesta, 2012, p. 818-819).

Apesar das inúmeras tentativas de se transformar a educação em uma tecnologia causal (Biesta, 2016, p. 34-35), baseada no pressuposto de que só precisamos de mais pesquisas para descobrir e controlar todos os fatores que determinariam a aprendizagem, o simples fato de que “a educação é um sistema aberto e recursivo – mostra que é a própria impossibilidade de uma tecnologia educacional o que torna a educação possível”. Dito de outro modo, o fracasso da empreitada empresarial educacional torna possível, paradoxalmente, à revelia, o ato educativo.

O desconhecido sempre ronda a educação, apesar da insistência na certeza. Miller (2014, p. 2061; grifo da autora) resume bem essa vicissitude: “a *incognoscibilidade* que habita diariamente cada faceta do educar”. Essa característica intrínseca a todo ato educativo fica eclipsada nos testes internacionais padronizados, nos materiais apostilados e em tantos outros exemplos corriqueiros e cotidianos do ideário pedagógico contemporâneo. Com base nas reflexões de Hannah Arendt (2005), se constata que *grandes números* garantem tanto a estratégia estatística quanto o behaviorismo. Um anteparo possível a essa massificação é a aposta de que a educação, a despeito das exigências globais, precisa reivindicar seu caráter artesanal. Em outras palavras, só seria possível garantir um resíduo mínimo de singularidade, tanto para o professor quanto para o aluno, se a escola abraße espaço (e tempo) para o trabalho artesanal, não serial, tecido a partir do (des)encontro entre professores e alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um enlace econômico-educacional, em um mundo globalizado, paulatinamente o direito social à educação, preconizado na Constituição de 1988 como um bem comum, fruto de um projeto coletivo, se reduz ao direito à aprendizagem, individual. A precarização e o esvaziamento do trabalho docente, alicerçados no engodo do pretense protagonismo e autonomia dos alunos, são alguns efeitos discutidos neste trabalho.

Reforçam-se as metas, o desempenho e a eficácia em um reducionismo da complexidade da experiência educacional, a qual pressupõe uma alteridade radical. A transmissão sempre incerta e imprevisível, assentada no amor de transferência e, exatamente por isso, singular e artesanal, parece acontecer à revelia das metodologias e avaliações altamente estandardizadas, centradas no aluno abstrato e idealizado.

A exacerbação do tecnicismo, em tempos de direito à aprendizagem, significa o predomínio do caráter replicável e serial, oriundo da fabricação de objetos, em uma tarefa eminentemente humana, a educação.

A impossibilidade estrutural de uma educação predeterminada e cognoscível, já discutida por Freud, parece tornar-se um dos últimos anteparos às tentativas contemporâneas de maximização da *performance*. Desse modo, discutir que a educação não é sinônimo de aprendizagem significa reivindicar o direito à educação, em toda sua complexidade, o que pressupõe a árdua tarefa de interrogar o sentido da educação.

A tensão estrutural relativa ao enigmático (des)encontro entre o novo e o instituído obriga a educação a lidar continuamente com o mal-estar. Não devemos nos furtar a essa tarefa, tampouco recuar. Sem cair na tentação saudosista, a qual poderia efetivar uma fracassada busca restaurativa de um (suposto) passado livre de conflitos, quiçá possamos enfrentar a contemporânea crise na educação com novas respostas.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2005). *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Biesta, J. G. G. (2012). Boa educação na era da mensuração. *Cadernos de Pesquisa*, 42(147), 808-825.
- Biesta, G. J. J. (2015). *Beautiful risk of education*. London: Routledge.
- Biesta, G. J. J. (2016). *Good education in an age of measurement: Ethics, Politics, Democracy*. New York: Routledge.
- Biesta, G., & Picoli, B. (2018). O dever de resistir: sobre escolas, professores e sociedade. *Educação*, 41(1), 21-29.
- Brasil. (2012). Ministério da Educação. *Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização* (1o, 2o, 3o anos) do Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEB/DICEI/COEF.
- Carneiro, S. R. G. (2019). Vivendo ou aprendendo... A “ideologia da aprendizagem” contra a vida escolar. In Cássio, F. (Org.), *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (p. 41-45). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Carvalho, J. S. F. de (2013). *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso.
- Duarte, C. S. (2007). A educação como um direito fundamental de natureza social. *Educação & Sociedade*, 28(100), 691-713.
- Fermam, R. A., Silva, C. J. F. D. S., & Mendes, Â. C. P. (2019). Qualidade da educação e indicadores educacionais: o caso da Escola Municipal Júlia Cortines. In *Anais do I Encontro Municipal de Avaliação Educacional: Políticas Públicas, Participação e Resistência*, 62-69. Niterói, RJ.
- Freitas, L. C. (2014). Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 6(1), 48-59.
- Freud, S. (1969). Prefácio a Juventude desorientada, de Aichhorn. Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925)

- Freud, S. (1969). Análise terminável e interminável. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1937)
- Freud, S. (1976). Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914)
- Imbert, F. (2001). *A questão da ética no campo educativo*. Petrópolis/RJ: Vozes
- Jaeger, W. (2001). *A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jorge, M. A. C. (1988). *Sexo e discurso em Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lajonquiére, L. de. (2013). As palavras e as condições da educação escolar. *Educação & Realidade*, 38(2), 455-469.
- Macedo, E. (2015). Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educação & Sociedade*, 36(133), 891-908.
- Masschelein, J., & Simons, M. (2014). *Em defesa da escola: uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Miller, J. L. (2014). Teorização do currículo como antídoto contra/na cultura da testagem. *Revista e-Curriculum*, 12(3), 2043-2063.
- Mrech, L. de M., & Rahme, M. M. F. (2011). Psicanálise, educação e contemporaneidade: novas interfaces e dimensões do laço social. In Mrech, L. M., Pereira, M. R., & Rahme, M. (Orgs.). *Psicanálise, Educação e Diversidade*, p. 13-26. Belo Horizonte, MG: Fino Traço/FAPEMIG.
- Oliveira, D. A. (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, 25(89), 1127-1144.
- Silva, K. C. B. da. (2016). *Educação inclusiva: para todos ou para cada um? Alguns paradoxos (in)convenientes*. São Paulo: FAPESP/Escuta.
- Silva, M. A. da., & Fernandes, E. F. (2019). O projeto educação 2030 da OCDE: uma bússola para a aprendizagem. *Revista Exitus*, 9(5), 271-300.
- Skliar, C. (2003). *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A.
- Voltoini, R. (2001). Do contrato pedagógico ao ato analítico: contribuições à discussão da questão do mal-estar na educação. *Estilos da Clínica*, 6(10), 101-111.

- Voltolini, R. (2006). Educação como “fato inconveniente” para a psicanálise. *Anais do 6º Colóquio do LEPSI – Psicanálise, Educação e Transmissão*, 6, São Paulo.
- Voltolini, R. (2007). A relação professor-aluno não existe: corpo e imagem, presença e distância. *ETD-Educação Temática Digital*, 8, 119-139.
- Voltolini, R. (2011). *Educação e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Voltolini, R. (2019). Uma pedagogia esquecida do amor. *ETD-Educação Temática Digital*, 21(2), 363-381.

O DESPERTAR DA ADOLESCÊNCIA, O SUICÍDIO JUVENIL E AS ATUAIS POLÍTICAS DE MORTE: QUESTÕES PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO

*Rose Gurski**

*Stéphanie Strzykalski***

*Cláudia Maria Perrone****

RESUMO

Neste artigo, partimos da noção de que a complexidade dos aspectos clínicos e educacionais apresentada pela adolescência contemporânea evoca questões de ordem ético-política, social e individual. Renovando a aposta na torção irreduzível entre o social e o psíquico e, concomitantemente, recusando explicações simplistas de causas puramente orgânicas, buscamos problematizar o aumento preocupante do mal-estar juvenil de nosso tempo, revelado por crescentes índices de depressão e suicídio de jovens brasileiros. De que forma os adolescentes têm vivenciado a mais delicada das passagens subjetivas em meio às configurações do laço atual? O que tais manifestações sintomáticas tem a nos dizer sobre as condições de nosso tempo histórico? O que não vai bem com essa turma que, tantas vezes, insiste em nos perguntar “tá ligado”? Quais interlocuções podem ser pensadas entre

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Prof. do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS). Coordenadora do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC/UFRGS). Membro do GT Psicanálise e Educação ANPEPP.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga, Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS). Pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC/UFRGS).

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Prof. do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura (UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC/UFRGS).

a problemática social e o campo da educação? Essas e outras questões foram desdobradas a partir de uma retomada do tema da adolescência na perspectiva psicanalítica. Na sequência, foi analisado um episódio de nossa história recente que, de modo complexo, articula temas como violência, laço social, suicídio, adolescência e ambiente escolar: o Massacre de Suzano. Por fim, recolhendo algumas falas de expoentes políticos de nossa sociedade, buscamos refletir sobre os efeitos psíquicos de uma adolescência vivida em meio à propagação de discursos de ódio assentados em políticas de morte.

Palavras-chave: adolescência; psicanálise; educação; suicídio; políticas de morte.

THE AWAKENING OF ADOLESCENCE, YOUTH SUICIDE AND CURRENT DEATH POLICIES: ISSUES FOR THE FIELD OF EDUCATION

ABSTRACT

In this article, we start from the notion that the complexity of clinical and educational aspects presented by contemporary adolescence evokes ethical, political, social and individual issues. Renewing the bet on the irreducible twist between the social and the psychic and, at the same time, refusing simplistic explanations of purely organic causes, we seek to problematize the worrying increase in the youth malaise of our time, revealed by increasing rates of depression and suicide among young Brazilians. How have teenagers experienced the most delicate of subjective passages in the midst of the configurations of the current bond? What do such symptomatic manifestations have to say to us about the conditions of our historical time? What does not go well with this group that, so often, insists on asking us "you know?". What interlocutions can be thought about between this social problem and the field of education? These and other questions were developed from a return to the theme of adolescence from a psychoanalytic perspective. Then, an episode from our recent history was analyzed, which, in a complex way, articulates themes such as violence, social ties, suicide, adolescence and school environment: the Suzano Massacre. Finally, gathering some speeches by political exponents of our society, we seek to reflect on the psychic effects of an adolescence lived in the midst of the spread of hate speech based on death policies.

Keywords: adolescence; psychoanalysis; education; suicide; death policies.

EL DESPERTAR DE LA ADOLESCENCIA, EL SUICIDIO JUVENIL Y LAS POLÍTICAS ACTUALES DE MUERTE: TEMAS PARA EL CAMPO DE LA EDUCACIÓN

RESUMEN

En este artículo partimos de la noción de que la complejidad de los aspectos clínicos y educativos que presenta la adolescencia contemporánea evoca cuestiones éticas, políticas, sociales e individuales. Renovando la apuesta por el giro irreductible entre lo social y lo psíquico y, al mismo tiempo, rechazando explicaciones simplistas de causas puramente orgánicas, buscamos problematizar el preocupante aumento del malestar juvenil de nuestro tiempo, revelado por los crecientes índices de depresión y suicidio entre los jóvenes brasileños. ¿Cómo han vivido los adolescentes el más delicado de los pasajes subjetivos en medio de las configuraciones del vínculo actual? ¿Qué nos dicen estas manifestaciones sintomáticas sobre las condiciones de nuestro tiempo histórico? ¿Qué no le va bien a este grupo que, tantas veces, insiste en preguntarnos “ya sabes”? ¿Qué interlocuciones se pueden pensar entre este problema social y el campo de la educación? Estas y otras preguntas se desarrollaron a partir de un regreso al tema de la adolescencia desde una perspectiva psicoanalítica. Luego, se analizó un episodio de nuestra historia reciente que, de manera compleja, articula temas como la violencia, los lazos sociales, el suicidio, la adolescencia y el ambiente escolar: la Masacre de Suzano. Finalmente, recogiendo algunos discursos de exponentes políticos de nuestra sociedad, buscamos reflexionar sobre los efectos psíquicos de una adolescencia vivida en medio de la difusión del discurso de odio basado en políticas de muerte.

Palabras clave: adolescencia; psicoanálisis; educación; suicidio; políticas de muerte.

Importa lembrar que o encontro frequente entre o tema da adolescência e do laço social é, para a Psicanálise, revelador da irreversibilidade do enlace entre o sujeito e o campo do Outro (Freud, 1921/2010). Dessa premissa deriva a noção de que os comportamentos e manifestações sintomáticas dos adolescentes podem ser tomados como paradigmáticos daquilo que se problematiza em cada tempo social.

A complexidade dos aspectos clínicos e educacionais apresentada pela adolescência contemporânea evoca questões de ordem individual e

coletiva, apresentando, portanto, ressonâncias ético-políticas que envolvem diferentes esferas da vida social tais como a escola, a família e o Estado. Ávido, do ponto de vista estrutural, pela construção de novos modos de nomeação de si, o adolescente busca na cultura da época em que vive, bem como em seus dispositivos e ritos, motes de inspiração para a constituição de outras significações de si: tempo revelador, portanto, da já citada torção irredutível entre o social e o psíquico (Freud, 1921/2010). Como afirma o psicanalista francês Bernard Nominé (2001, p. 38), é nessa direção que as modalidades de inscrição na cultura suscitam uma interpretação de nossa época: “bastaria dar uma olhada em seus adolescentes, pois eles revelam tudo o que uma civilização se esforça por dominar ou ocultar”.

Atualmente, assistimos a uma proliferação crescente da preocupação com o fato de o adolescente contemporâneo jogar com seu gozo em uma lógica que parece transcender a preservação de vida. A essa ordem de fenômenos soma-se, ainda, o aumento do índice estatístico de quadros de depressão e suicídio entre jovens brasileiros. Nesse diapasão, não se pode esquecer que, se a grande questão de todo sujeito humano é encontrar modos de se fazer representar no discurso social, com os adolescentes isso passa a se apresentar de um modo ainda mais intenso, fato que traz consequências importantes do ponto de vista psíquico e social (Gurski, 2012; Gurski, & Pereira, 2016).

Em nossas pesquisas sobre adolescência, educação e laço social, temos construído algumas problematizações que dialogam tanto com questões estruturais do sujeito quanto com as variáveis do laço social: de que forma o jovem tem vivenciado a mais delicada das passagens subjetivas em meio às configurações do laço atual? Como o adolescente de hoje faz para realizar uma tomada de posição na cultura, visto que o adolescer parece ter se tornado um tempo pautado por expressivas incertezas quanto ao futuro? (Gurski & Pereira, 2012).

A reflexão urge, pois, justamente, do ponto de vista estrutural, a adolescência é o momento em que o sujeito se confronta com a condição não *ad hoc* da lei e das decisões, momento em que é convocado a tomar uma outra posição na relação com o Outro e com a dimensão do ato (Jerusalinsky, 2004). Tal formato de relação com o ato constitui, por certo, uma das condições injuntórias para o adolescente, colocando-o,

muitas vezes, próximo da angústia. Isso é temerário, especialmente, ao pensarmos nas configurações da cultura atual, a partir das quais se estabelece uma dialética, cada vez menos pacífica, entre a espera e a precipitação (Gurski & Pereira, 2012).

Nesse cenário, vários são os sintomas que se manifestam presentificando o mal-estar atual de nossos adolescentes. Em setembro de 2019, a *World Health Organization* (WHO) divulgou dados alarmantes sobre o suicídio de forma geral. O relatório apontou que o suicídio figura entre as vinte principais causas de morte ao redor do mundo, causando mais perdas humanas do que doenças como malária e câncer de mama, ou mesmo guerras e homicídios (WHO, 2019). A cada ano, quase 800 mil pessoas se suicidam, o equivalente a uma morte a cada 40 segundos.

No âmbito do aumento das mortes, temos acompanhado um fenômeno particularmente preocupante: as altas taxas de mortes autoprovocadas, automutilação e depressão de adolescentes e jovens. O relatório da WHO (2019) indicou que o suicídio foi a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, ficando atrás apenas dos acidentes de trânsito. No Brasil, comparando o ano de 2000 ao de 2016, outra pesquisa constatou um aumento de 30% nas taxas de suicídios protagonizados por jovens e adolescentes – em 2000, tivemos 2142 jovens tirando a própria vida, já em 2016 esse número subiu para 3097 (Manir, 2019).

Estudos realizados pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) revelaram que, entre os anos de 2006 e 2015, as taxas de suicídio de adolescentes no Brasil aumentaram em 24%. Os pesquisadores recolheram dados de mortalidade autoprovocada por jovens entre 10 a 19 anos, moradores de seis grandes cidades brasileiras (Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo). Após análises, os pesquisadores concluíram que indicadores socioeconômicos, em especial a desigualdade social e o desemprego, apresentam forte correlação com maiores taxas de suicídio (Jaen-Varas et al., 2019).

Frente a essas estatísticas e aos relatos que temos escutado de pais, educadores e dos próprios adolescentes, perguntamos: o que a ausência da vontade de viver, que parece se proliferar entre os jovens brasileiros, pode revelar sobre as condições do despertar dos adolescentes atuais? O que não vai bem com essa turma que, tantas vezes, insiste em nos perguntar

“tá ligado?”, revelando, no cacoete linguístico, uma interrogação sobre a posição do desejo e da ligação com o Outro? Quais interlocuções podem ser pensadas entre tal problemática social e o campo da educação, em especial, das instituições escolares enquanto espaços fundamentais que promovem condições para o adolecer?

O DESPERTAR DA PRIMAVERA E O ENCONTRO COM O IMPOSSÍVEL DO SEXO E DA MORTE

Ora, sabemos que a formulação do desejo de viver não é uma tarefa fácil para ninguém, sobretudo na passagem adolescente, quando o tema do sentido da vida se amplia e a pergunta sobre o si mesmo adquire uma nova importância. Costuma-se dizer que essa passagem se configura como um momento de ruptura com tudo aquilo que, até então, o sujeito considerava como seu. O lugar tecido a partir do Olhar parental já não garante mais a sustentação do sujeito na posição de ser falado. Como, então, pensar as particularidades do adolecer, desde a psicanálise, em nosso tecido social? (Gurski, 2012).

Lacan (1957-1958/1999) toma a puberdade como o momento em que o sujeito finalmente poderá fazer uso dos títulos recebidos na infância para, enfim, afirmar-se legitimamente enquanto um ser sexuado, seja do lado homem, seja do lado mulher ou outro. Dito de outro modo, a puberdade seria o tempo em que o sujeito deverá ser capaz de formular uma resposta em nome próprio a algumas questões primordiais: *Afinal, quem sou eu? Que lugar vou ocupar no laço social?*

Para dar conta dessa tarefa, que implica na invenção de um novo dito sobre si, o jovem deverá fazer uso daquilo que construiu na relação com o campo do Outro durante os tempos do Édipo (Lacan, 1957-1958/1999). É preciso ponderar que o modo como se dá a possibilidade de uma significação que se desenvolve *a posteriori* não aparece de modo muito claro e elucidado na obra lacaniana (Gutierra, 2003). O que fica evidente é que, para isso acontecer, o sujeito deve ter passado pelo complexo de Édipo, implicando a inscrição do Nome-do-Pai e a abertura ao campo das identificações que sustentam o Ideal do Eu. De acordo com Gutierrez (2003), podemos pressupor que a adolescência será esse tempo

dispendido pelo sujeito para dar significação ao posicionamento sexual pré-estabelecido no Édipo.

Afora esses apontamentos, há ainda um outro importante texto em que Lacan (1974/2003) aborda a puberdade, o breve, porém denso, *Prefácio* escrito para introduzir a montagem teatral do texto *O despertar da primavera*, de Frank Wedekind, em Londres. Em linhas gerais, podemos dizer que a peça, escrita em 1890 e publicada em 1891, trata dos impasses e angústias vividas pelos adolescentes alemães do final do século XIX. Wedekind, o escritor, foi bastante subversivo e inovador ao trazer à tona temas relacionados à adolescência que seguem sendo motivo de polêmica nos dias atuais, entre eles, a masturbação, a perda da virgindade, o aborto, a homossexualidade e o suicídio. Em razão de sua ousadia, a peça acabou sendo censurada na Alemanha, permanecendo praticamente esquecida até sua reapresentação em 1963 na Inglaterra (Furtado, & Trocoli, 2010).

Lacan (1974/2003), ao comentar a peça, coloca em evidência o encontro dos personagens com a dimensão do impossível da puberdade, isto é, com o real do sexo e da morte. Apesar da relevância e da complexidade de tal aspecto, o psicanalista apresenta-o de maneira bastante condensada no *Prefácio*, o que pode resultar em leituras confusas acerca especialmente da relação entre puberdade e o registro do real.

Stevens (2004) afirma que, do ponto de vista da psicanálise, não podemos reduzir o real pubertário ao âmbito biológico da brusca elevação hormonal que tem como uma de suas consequências o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários. Para o autor, se vamos tomar as transformações orgânicas vivenciadas pelo sujeito, temos de fazê-lo considerando que se trata do órgão da libido¹ e não do órgão anatômico concebido pelo saber médico.

Nessa direção, o real pubertário, ao qual Lacan (1974/2003) se refere no *Prefácio*, é aquele que incide no órgão de gozo marcado pela linguagem como discurso do Outro (Stevens, 2004). Baseado nisso, Lacan (1974/2003) afirma que, dentre as questões que Wedekind acabou por antecipar em relação ao próprio Freud, está aquela que diz respeito aos meninos só pensarem em fazer amor com as meninas na medida em que despertam de seus sonhos, isto é, para a sexualidade. Tal argumento transcende, portanto, o surgimento das transformações corporais.

Furtado e Trocoli (2010), ao trabalharem a peça do dramaturgo alemão, lembram que o primeiro sinal sexual para Moritz e Melchior – dois adolescentes que se destacam na trama e a que Lacan faz referência no *Prefácio* (1974/2003) – não surge em consonância com o tempo cronológico e biológico. Na peça, os meninos evocam sonhos e sinais que se misturam às recordações da infância. Em uma das cenas, por exemplo, Moritz confidenciou a Melchior que, quando este tinha cinco anos de idade, ficava perturbado com o decote voluptuoso estampado nas cartas Dama do baralho. Moritz, então, afirma que a carta já não o afetava mais como antigamente, mas que, naquele momento, se sentia igualmente embaraçado diante do desafio de conseguir falar com uma menina sem pensar naquilo que ele caracterizava como *coisas indecentes*.

O sentimento de embaraço de Moritz frente aos pensamentos *indecentes* evoca precisamente o encontro com o real do sexo, com aquilo que irrompe e instala um furo no psiquismo sem que o sujeito disponha de palavras para recobri-lo. Nesses momentos em que o real eclode, seja nos sonhos, nas transformações corporais ou na vivência da primeira ereção, o registro simbólico e as construções imaginárias infantis apresentam-se insuficientes, presentificando para o sujeito sua dimensão castrada (Strzykalski, 2019). E não basta se, na cena, haja a presença de um adulto que anuncie à criança que ela está se tornando um homem ou uma mulher, é como se se instalasse uma não correspondência radical entre as palavras de que dispõe e as manifestações que a acometem (Stevens, 2004).

Diferentemente dos animais e de seu saber instintual, os homens, enquanto seres de linguagem, não dispõem de um saber *a priori* quanto ao que fazer face ao outro sexo (Stevens, 2004). Esse furo no saber, decorrente do golpe de real pubertário que acompanha a constatação do ineditismo sexual, apresenta-se ao sujeito com todo o seu vigor durante a adolescência, pois é nesse momento que o sujeito se dá conta de que a promessa edípica em relação ao acesso do tão sonhado gozo total, promessa essa que sustentou todo o período da latência, não passa de uma farsa (Strzykalski, 2019). Em outras palavras, é na adolescência que o sujeito atesta a “inexistência de saber no real quanto ao sexo” (Stevens, 2004, p. 5) porquanto esse saber sempre será mediado pela palavra do Outro no registro simbólico.

Resta ao adolescente, então, transformar o real pubertário em enigma: *Che Vuoi?*² *O que o Outro quer de mim?*. Perante tal responsabilidade de dizer a que veio, Melchior e Moritz respondem de formas bem diferentes – enquanto o primeiro encara a sexualidade como enigma, o segundo a toma como sentença de morte. É como se Moritz seguisse tentando responder ao ideal parental na posição de objeto de completude, o que tem como efeito não os deixar em falta. O suicídio termina por ser a saída encontrada pelo jovem para lidar com as dificuldades que vinha apresentando no âmbito da construção de uma posição sexuada. Assim sendo, ele se situa como excluído do universal e da empreitada de constituir um saber sobre o sexual. Sobre isso, Lacan (1974/2003, p. 558-559) pontua que “é só ali que ele se conta: não por acaso, dentre os mortos, como excluídos do real”, real esse que exige um recobrimento pelo simbólico, ainda que nunca em sua totalidade.

Prestes a entrar na adolescência, Moritz não teve condições de lidar com o real da morte, essa que se configura como a outra faceta do real sexual. Na adolescência, a morte diz respeito ao categórico encontro do sujeito com a castração, quer dizer, com a operação que vem (re)afirmar a falta estruturante que acomete todo ser humano. Tal reencontro impõe a necessidade de elaborar o luto decorrente da perda dos pais da infância que, imaginariamente, gozavam sem limites, mas que agora são vistos como uma fraude por não deterem o saber total sobre o sexual. Nesse contexto, também é necessário lidar com a perda do corpo infantil, que outrora era sustentado unicamente pelas identificações oferecidas pelos ideais parentais, assim como do lugar bem delimitado que esses garantiam ao sujeito (Strzykowski, 2019).

Se Moritz excluiu-se da tarefa de responder ao sexual, Melchior tomou-a de uma outra perspectiva. No *Prefácio*, Lacan (1974/2003) dá a entender que isso só foi possível na medida em que, para Melchior, apresentou-se um terceiro personagem, o Homem Mascarado, cuja função simbólica o psicanalista aproxima à função do Nome-do-Pai. No final da peça, o fantasma de Moritz encontra-se com Melchior no cemitério e lhe faz o convite para que este se junte a ele no vale da morte. Nesse momento, surge na cena o Homem Mascarado, figura que vai propor algo diferente a Melchior, sob a condição de que este possa

confiar nele antes mesmo de conhecê-lo. Aqui, Melchior se vê convocado a entregar-se ao discurso desse Outro encarnado, mas que tem tantos e tantos nomes “que não há Um que lhe convenha, a não ser o Nome do Nome do Nome” (Lacan, 1974/2003, p. 559).

Acrescentamos que foi precisamente por deixar fal(t)ar que Melchior, não sem angústia, pôde seguir outro caminho que não aquele eleito por Moritz (Strzykalski, 2019). Para dar sentido à sua vida, o sujeito precisa jogar com o que restou de gozo depois da operação estrutural de castração: o gozo fálico. Tal modalidade de gozo é organizada pelo falo, significante da falta no Outro que funciona mediando as relações entre sujeito e objeto, possibilitando ao primeiro ascender como desejante em uma relação ternária. É por essa razão que, no *Prefácio*, Lacan (1974/2003, p. 558) diz que “o sentido do sentido está em que ele se liga ao gozo do menino como proibido. Isso, certamente, não para lhe proibir a relação dita sexual, mas para cristalizá-la na não-relação que ela vale no real”. Ora, não se trata de negar a existência da relação sexual enquanto ato, mas, sim, de afirmar a não relação sexual no nível da linguagem.

Jean Jacques Rassiail (1999), psicanalista francês, pensa a adolescência como uma passagem na qual o sujeito precisa fazer uso de uma operação psíquica necessária para dar conta da chamada *pane do Outro*. O sujeito percebe que os adultos de referência, na verdade, não são os fundadores da Lei, mas, sim, apenas os seus transmissores. A queda desse suposto saber direcionado a eles, figuras que encarnaram inicialmente o Outro para a criança, é o que gera essa pane, traduzida enquanto falta de consistência imaginária do Outro. Nesse momento, a operação lógica que garante a ancoragem do sujeito no Outro é convocada a se reinventar.

Para Philippe Lacadée (2011, p. 75), o adolescente, nessa passagem, é aquele que, frente ao despertar da primavera, se encontra “exilado de seu corpo de criança e das palavras de sua infância, sem poder dizer o que lhe acontece”. Essa experiência de exílio se instala como efeito do reencontro do sujeito com o que o autor nomeia de *mancha*, o ponto de real inassimilável pela função simbólica que borra o quadro da existência do sujeito e que, ao mesmo tempo, é o que o torna desejante.

Valendo-se da poesia de Arthur Rimbaud e Victor Hugo, Lacadée (2012, p. 261) sustenta que o dever ético da adolescência, a mais delicada

das transições, é o de “encontrar uma língua para dizer sobre si ao Outro”. Isso porque, em sua essência, a crise da adolescência seria uma crise da linguagem: o ser do sujeito já não encontra mais um modo de articulação possível à língua do Outro. Tal crise é vivenciada como uma experiência de *bizarro sofrimento*, fato que vem reforçar a importância de o laço social oferecer espaços de qualidade de escuta que acolham e legitimem as angústias da adolescência.

Segundo Alexandre Stevens (2004), o adolecer é um conjunto de escolhas sintomáticas que visam formular uma *resposta singular* frente aos embaraços da puberdade. Lembramos que, para a psicanálise, a noção de singular não pode ser empregada como sinônimo de individual, já que a singularidade em questão se refere ao desejo inconsciente e este, por sua vez, está sempre remetido ao campo do Outro (Strzykowski, 2019). Nessa direção, Gurski (2019a) afirma que Lacan demonstrou tal assertiva pela via de uma das mais famosas figuras topológicas presentes em seu ensino, a banda de Moebius, cuja continuidade entre as faces interna e externa revela aquilo que Freud (1921/2010) sinalizou e que, neste escrito, gostaríamos de sublinhar: toda psicologia do sujeito é também do social.

A partir da exploração das nuances da constituição psíquica na passagem adolescente, talvez seja importante explicitar que, para uma certa adolescência, o lugar de proteção da infância, cujo abrigo era o lastro da consistência do adulto, gradativamente faz trânsito. É nesse contexto que o sujeito, ainda sem muito preparo, se vê na iminência de ter de dizer-se em nome próprio, de bancar um lugar de fala com toda a exposição que essa situação comporta. Este *novo nome* é escrito a partir de elementos que os jovens recolhem da cultura com todas as instabilidades próprias às variáveis de raça, de classe social e de gênero (Gurski, 2020). Sabendo, portanto, que o Outro Social não se apresenta de forma universal e homogênea, devemos falar de adolescências no plural e não no singular (Strzykowski, 2019).

No cerne do adolecer se faz presente a dor de crescer, a dor de sentir a passagem do tempo na carne, a dor de se encontrar com a referida dimensão do sexo e da morte, dois enigmas humanos que lançam os jovens em uma certa escuridão; escuridão que pode ser apenas uma estação, um ponto de parada necessário para as elaborações dessa

transição, mas que pode, também, em algumas situações, deixar alguns jovens de cara com a morte – seja a morte física, sejam as pequenas mortes do sujeito, quando falta o ânimo para sustentar atos de criação, produção e aprendizagem (Gurski, 2020).

Tais condições estruturais e sociais nos colocam frente à necessidade de falar sobre as nuances psíquicas desse momento de transição incerta em que o sujeito, em meio ao apagar das luzes da infância, trilha um caminho muitas vezes guiado somente pelas sombras do que já foi em um passado recente, sem conseguir enxergar o que pode vir a ser no futuro. Todo esse turbilhão de incertezas que permeia o adolescer se traduz, frequentemente, em episódios que desacomodam o cotidiano das famílias e das instituições sociais e educacionais por onde circulam os jovens, produzindo, entre outras questões, apatia, isolamento, pequenas transgressões, abandono escolar e, também, tentativas de suicídio (Gurski, 2019b, 2019e).

Para lidar com essas angústias, muitas famílias e instituições têm apostado nas intervenções *rápidas e eficientes* prometidas pela psiquiatria medicamentosa. Nesse contexto, um estado melancólico tende a ser tomado não como um sintoma singular, produto da dialética entre o público e o privado, mas, sim, como um mero desequilíbrio neuroquímico.

Para trabalharmos essas e outras questões, vamos nos remeter ao massacre de Suzano, tal como ficou conhecido o lamentável tiroteio ocorrido em 13 de março de 2019 na Escola Estadual Professor Raul Brasil, no município de Suzano, no estado de São Paulo. Aparentemente, por se tratar de um episódio que envolveu a morte de outras pessoas, a discussão sobre o suicídio premeditado pelos jovens atiradores ficou silenciada, contudo queremos resgatar tal dimensão também como elemento interrogante importante do tecido social atual.

O MASSACRE DE SUZANO

Durante o que ficou conhecido como o massacre de Suzano, uma dupla de atiradores invadiu uma escola pública e matou cinco estudantes e duas funcionárias. Amigos de infância e crescidos em famílias de classe média baixa, os jovens tinham 17 e 25 anos e eram ex-alunos da instituição.

Após o ataque, o atirador mais novo teria matado o companheiro para, logo em seguida, tirar a sua própria vida. O suicídio não foi mero acaso, mas, sim, um combinado prévio da dupla.

É interessante notar que o massacre de Suzano reproduz várias características marcantes do acontecimento pregresso que é denominado de massacre de Columbine. Naquele 20 de abril de 1999, dois estudantes invadiram a escola secundária Columbine, nos Estados Unidos, e deixaram um rastro de 13 mortos e 21 feridos. Os atiradores tinham 17 e 18 anos de idade. O massacre de Columbine não foi o primeiro tiroteio em massa, mas foi o primeiro da era digital, o primeiro de larga magnitude, amplamente coberto pela imprensa americana e divulgado nos principais jornais ao redor do mundo.

Separados por quase 20 anos, ambos os casos apresentam elementos centrais em comum: os atiradores eram jovens e sofriam *bullying* na escola, o ataque foi realizado em plena luz do dia no ambiente escolar, as vestimentas utilizadas, o uso de armas brancas e de fogo e o suicídio como ato final previamente combinado³. Segundo relato⁴ de um antigo amigo dos atiradores de Columbine, os adolescentes americanos ocupavam o lugar dos *esquisitões* na microsociedade escolar separada em grupos de pessoas de acordo com preferências, clubes a que pertenciam e preconceitos nos quais se encaixavam. Ele também afirmou que a dupla era conhecida como a *perdedora das perdedoras*⁵.

Ao que tudo indica, os autores do episódio de Suzano também sofriam *bullying*. Segundo relatos, o mais jovem da dupla teria abandonado os estudos antes mesmo de concluir o ensino médio – *não aguentava mais ser zoado por ter espinhas no rosto*, relatou a mãe⁶. Apreendido pela Polícia Civil, o caderno do mais jovem atirador de Suzano compilava palavras de ódio e culto às armas. Recolhemos uma das frases em que o adolescente parece revelar o modo como a dupla foi constituindo a sua relação com a alteridade: “Quando caminhando em território aberto, não aborreça ninguém. Se alguém o aborrecer, peça para parar. Se ele não parar, destrua-o”⁷.

Rejeitados na realidade escolar, os jovens foram bem acolhidos e reconhecidos na realidade virtual dos fóruns anônimos da *deep web*, também conhecidos como *chans*. Acredita-se que o ataque à escola

foi planejado cerca de um ano e meio antes, com auxílio dos usuários do maior fórum de propagação de ódio da internet brasileira, o *Dogolachan* – espaço de referência de disseminação de discursos racistas, homofóbicos, misóginos e em prol da violação de direitos humanos. Além de participarem do *chan*, os jovens assistiam a vídeos de massacres nos Estados Unidos na *lan house* que frequentavam semanalmente, já que não tinham computadores em casa. Chama a atenção que o fato passou, aparentemente, totalmente despercebido ou, pelo menos, naturalizado. O que não pôde ser visto e escutado pelos adultos que cercavam esses jovens? (Gurski, 2019d).

No referido fórum, os jovens discutiram abertamente os caminhos para a realização do atentado. Depois de concretizado, os membros do *chan* ainda usaram a plataforma para celebrar o *sucesso* do massacre. Ainda, no dia 07 de março de 2019, um dos atiradores teria deixado a seguinte mensagem no fórum virtual: “Muito obrigado pelos conselhos e orientações, DPR [administrador do fórum]. Esperamos do fundo dos nossos corações não cometer esse ato em vão. Todos nós e principalmente o recinto será citado e lembrado. Nascemos falhos, mas partiremos como heróis”⁸. Fica evidente o quanto o suicídio premeditado não foi uma tentativa de apagamento de si, muito pelo contrário. Tratou-se de uma tentativa de, finalmente, inscrever-se na história. É como se a criação de um *novo nome*, principal desafio da adolescência, só tivesse sido possível pela via da ruptura do laço com o outro, sendo a passagem à morte um último ato que, finalmente, os inscrevia em uma página da história com reconhecimento e visibilidade.

Por meio de testemunhas ouvidas no curso da investigação, foi confirmada pela polícia a hipótese de que os jovens de Suzano se inspiraram no atentado americano. Segundo a polícia, as testemunhas tiveram medo de denunciar. Para o diretor-geral, “a motivação tem mais um caráter pessoal de reconhecimento por parte da sociedade em relação à atividade deles dentro da própria comunidade”. “Eles não se sentiam reconhecidos”, acrescentou o diretor⁹.

Uma das questões que suscita debate é a hipótese do *bullying* ter sido descartada como motivação do crime pela polícia. Tal ponto deve inquietar, sobretudo, os agentes educacionais, pois sabemos que a instituição escolar

tem sido um dos locais onde primeiro surge o sofrimento psíquico destes jovens que buscam reconhecimento e sofrem a violência silenciosa não só do *bullying* expresso, mas também dos efeitos de uma sociedade utilitária e mercantilista, na qual os laços são minimizados em nome de valores como sucesso e lucro (Dardot & Laval, 2016).

Não podemos permitir a banalização de violências que parecem *menores*, porque sabemos que a naturalização destes processos pode acabar resultando na desumanização de alguns sujeitos e grupos. Nesse sentido, por exemplo, o racismo estrutural que atravessa a nossa sociedade, a intolerância com as diferentes orientações sexuais, a homofobia, a transfobia, a banalização da violência contra a mulher, a falta de proteção à infância e juventude e os diferentes tipos de exclusão social que parte da população brasileira está submetida, precisam ser cotidianamente trabalhados e combatidos de modo que a escola e os atores da comunidade escolar tenham a possibilidade de acolher e identificar as manifestações de sofrimento psíquico de crianças e adolescentes. Também importa que sejam estipuladas e asseguradas as consequências caso haja abuso de qualquer natureza nos laços. Em suma, a violência não pode ser tolerada em nenhuma de suas faces, isso, sobretudo, por entendermos que episódios como o de Suzano apresentam uma pré-história – não se tratam de atos pontuais e impulsivos.

Em 2011, o psiquiatra norte-americano Timothy Brewerton apresentou um estudo cujo resultado apontou que, nos 66 ataques em escolas que ocorreram no mundo de 1966 a 2011, 87% dos atiradores sofriam *bullying* e foram movidos pelo desejo de vingança. Brewerton afirma que “*o bullying pode ser considerado a chave para entender o problema e um enorme fator de risco, mas outras características são importantes, como tendências suicidas, problemas mentais e acessos de ira*”. O psiquiatra insiste que não há um estereótipo ou perfil para um assassino potencial nas escolas. Outro interessante dado apresentado por ele é que 76% dos ataques feitos por adolescentes nos EUA foram realizados por aqueles que tinham fácil acesso às armas de parentes. Brewerton ainda sugere “*que os pais fiquem atentos a alguns comportamentos, como maus-tratos contra animais, alternância de estados de humor, tendências incendiárias, isolamento e indiferença*”¹⁰.

O amplo espectro de variáveis sociais e psíquicas que se apresentam em situações como a de Suzano nos leva a compreender que os massacres juvenis e os altos índices de suicídio de jovens brasileiros devem ser sempre acompanhados de uma extensa e complexa discussão acerca das nuances da cultura em que vivemos.

A ADOLESCÊNCIA E AS ATUAIS POLÍTICAS DE MORTE

O sequestro atual do suicídio juvenil pela psiquiatria medicamentosa deve nos fazer interrogar de que forma afinal temos tratado as questões de saúde mental de nossos jovens, especialmente no campo da educação escolar. Como vem funcionando a rede de proteção e acolhimento dos jovens que fazem as suas primeiras incursões ao mundo social?

Referimo-nos às condições de saúde mental das instituições sociais e educacionais, como a família, a escola e as políticas públicas dirigidas a crianças e adolescentes. Se tomarmos o acontecimento de Suzano, temos de, necessariamente, problematizar uma série de questões que são anteriores ao dia 13 de março de 2019.

Segundo narrativa póstuma à tragédia, por exemplo, um dos meninos teria evadido precocemente da escola. Nesse sentido, devemos discutir uma série de fracassos que tornaram possível esse incidente, dentre eles, observamos que não há uma política clara em relação ao abandono escolar, tampouco uma busca ativa do jovem que evade da escola; a Rede de Proteção Integral, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se questionada, certamente, não saberá responder sobre quem se ocupa daqueles que, em idade escolar, abandonam a escola.

Se, quando nos deparamos com as estatísticas de suicídio de adolescentes, nos perguntamos sobre o desejo deles de viver, temos que, necessariamente, nos perguntar sobre os discursos e práticas que circulam no laço social atual, discursos esses que são anteriores e que constituem a materialidade simbólica com a qual os jovens certamente irão dialogar durante o exercício de construção de um *novo nome*.

Nesse sentido, importa perceber que o Brasil, de 2013 em diante, foi um caldeirão de tensões sociais e de instabilidades crescentes, isso, especialmente, quando pensamos nos jovens em situação de

vulnerabilidade social. As Eleições de 2018 foram responsáveis pelo retorno de políticos de extrema direita, com discursos de ódio e incentivo às práticas de extermínio de cunho racista e fascista. O uso de armas, a intolerância com as diferenças e a polarização foram os grandes ganhadores das urnas naquele momento. Neste diapasão, enquanto os dois rapazes de Suzano sofriam calados e sozinhos, sem poderem simbolizar as angústias da passagem adolescente, sem desfrutarem de políticas sociais e educacionais efetivas em seu cotidiano a ponto de ajudá-los na construção de uma perspectiva de futuro, crescia, no mesmo ritmo de seu mal-estar, os discursos de ódio e violência no Brasil.

Hannah Arendt (1988), no texto *A crise da educação*, sugere que a crise de autoridade no mundo moderno, do qual a educação é fiadora, se forja também em meio a uma postura de pouca responsabilidade dos adultos com a natalidade, ou seja, com a dimensão da vida nova que chega em um mundo já constituído. Ela diz: “a educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana que se renova continuamente através do Nascimento e da vida de novos seres humanos” (p. 234).

Ora, em que medida temos transmitido aos nossos jovens a segurança de que chegam em um mundo pautado pela autoridade da preservação da vida? Referimo-nos à autoridade como efeito que se produz quando os adultos se responsabilizam por pautas de vida no espaço público e político. Nesse sentido, as formas como o par cultura e barbárie vão circular no laço social revelam o modo como a sociedade regula (ou não) os inevitáveis impasses e tensões a partir do mal-estar na cultura de cada tempo social. Seguindo Freud (1930/2010), e depois Lacan (1969-70/1992), sublinhamos que as pulsões de vida e de destruição estão sempre juntas, mesmo que não se saiba exatamente de que forma elas se fusionam e se desfusionam.

Quando Einstein pergunta a Freud *Por que a Guerra?*, ou seja, quais as motivações humanas para a guerra, Freud (1932/2010) responde que o ódio e a destrutividade fazem parte do ser humano e não há como eliminá-lo, pode-se, no máximo, atenuar sua presença de modo que sua expressão não precise aparecer na forma de guerras (Freud, 1932/2010). Ou seja, não se trata de dualismo, a negatividade das pulsões de morte, também,

pode ser fonte de criação e de pensamento. Freud, em carta escrita a Marie Bonaparte, no ano de 1937, assinalou: “na combinação regular das duas pulsões há uma sublimação parcial da pulsão de destruição. Assim, pode-se considerar a curiosidade e o impulso de investigar como uma completa sublimação da pulsão agressiva ou destruidora” (Freud, 1937, apud Jones, 1979, p. 449-450). Pensando nos atuais espaços políticos e nas práticas cotidianas, quais os destinos pulsionais que estão vigorando em nosso laço social?

É interessante perceber que, em maio de 2019, quando já empossado, o presidente Jair Bolsonaro orgulhou-se de fazer a primeira amputação do Estatuto do Desarmamento como ato inicial de governo por via de um decreto-lei¹¹. Nele, entre outras questões, consta a liberação do uso de armas em clubes de tiro para adolescentes, quando autorizados por um dos responsáveis, onde vemos a combinação perigosa que articula criminalidade e deseducação.

O interessante é que, desde a eleição de 2017, os analistas se perguntavam o que fez com que 55% da população brasileira elegeesse como presidente um político cuja trajetória pública, ao longo de 30 anos no Congresso Nacional, fosse pautada por morte e não por vida (Perrone & Gurski, 2020). Suas lutas não foram ao encontro de temas como educação, saúde e ação social, mas, sim na defesa da violência, sobretudo a letal e especialmente contra as minorias. Suas propostas como homem público o levaram a disseminar, em seus discursos e ações, a perigosa combinação de violência e delinquência intelectual, banalizando a barbárie nos laços sociais através de um claro incentivo ao *gozo* com a tortura e com o apagamento do outro. Estariam os brasileiros anunciando simbolicamente o desejo por lideranças marcadas por políticas de morte? (Perrone & Gurski, 2020).

Após ser pressionado para se manifestar sobre o tiroteio de Suzano, na tarde do dia 13 de março de 2019, o presidente Bolsonaro caracterizou os jovens como *monstros covardes*, tática discursiva que, entre outras questões, desumanizou os atiradores de Suzano. A um só tempo, sua fala individualizou e silenciou problemáticas sociais e coletivas como, por exemplo, o apaixonamento por discursos de ódio, a evasão escolar e ambiente cultural nocivo semeador do *bullying* sofrido pelos adolescentes.

Tal modo de conduzir a problemática nos leva a interrogar: o que aconteceria no contexto de um novo atentado? Armar os seguranças e professores da escola, como muitos sugeriram, seria um encaminhamento possível para situações como essas? O que silenciámos quando reduzimos esses acontecimentos à lógica dos bons e maus, dos culpados e inocentes? Ora, o evitamento através das armas, prometido por muitos, parece ser pensado sempre em uma lógica *pós-ventiva* e não preventiva. Trabalha-se com a ideia de exterminar o jovem que tentar fazer algo parecido, mas não se pensa sobre formas a fim de evitar que um adolescente chegue a ter tal desejo – que inclui não só o apagamento do outro, como dele mesmo.

Neste sentido, como esperar o incremento do desejo de viver de nossos jovens quando lhes apresentamos um mundo cada vez mais bélico, polarizado e pautado por expressões de ódio? Como sustentar relações não destrutivas se o apagamento do outro é apresentado por algumas lideranças políticas como a única maneira de lidar com o mal-estar produzido pelas diferenças?

Dos anos 2000 para cá, vivemos no Brasil a experiência de abertura democrática junto com um enorme retrocesso econômico e social no país. No campo da educação, além destas variáveis econômicas e sociais, teve início uma mudança discursiva relacionada ao desenvolvimento do paradigma de habilidades e competências, o incremento do avalicionismo e a expansão de métricas de resultados para todas as áreas e etapas da educação.

Os pensadores franceses Dardot e Laval (2016) definiram essa mudança como a materialidade da ordem racional do neoliberalismo no campo da educação. No livro *A nova razão do mundo*, há um capítulo de clara inspiração lacaniana, denominado “A fábrica do sujeito neoliberal”, no qual eles indagam sobre o modo como a *condição primordial ilimitada* do neoliberalismo se introduziu na vida dos seres falantes. Eles denominam de *condição ilimitada* o novo capitalismo financeiro que não admite sofrer interferência ou regulação por nada exterior a ele.

Os autores insistem que a lógica neoliberal construiu um “imaginário ao qual não conseguimos nos contrapor” (Dardot, & Laval, 2016, p. 4), pois temos gerentes de almas que introduzem a lógica do rendimento e de “autovalorização de si”. Há um *espírito empresarial* que leva toda a nossa existência a se comportar como uma empresa, um mandato

de tornar a relação consigo mesmo uma espécie de capital financeiro humano. Dardot e Laval (2016) enquadram essa operação como uma fórmula pela qual o sujeito engendra a si mesmo, ilimitadamente, enquanto capital financeiro. Nesse discurso ilimitado, vão se apagando, progressivamente, os legados simbólicos e a alteridade – até o ponto de tornar a vida uma expressão de um presente absoluto, um processo infinito de *automaximação* no qual o sujeito goza do valor de si mesmo.

Precisamos interrogar como a psicanálise, enquanto ciência do sujeito e do desejo, pode problematizar essa nova ordem imperativa. Conforme dizíamos no início, para Lacan (1964/2008), trata-se de um *gozo sem limites*, o que é bem diferente das relações de prazer. O gozo é algo *para além do princípio do prazer*, que se ajusta adequadamente ao dispositivo do rendimento empresarial vinculado a um certo caráter compulsivo, viciante e, finalmente, em sua face reversa, depressivo e destrutivo (Lacan, 1964/2008).

Precisamos discutir os efeitos da referida nova ordem imperativa, especialmente pelo engodo que é pensar que tal exigência neoliberal tem o poder de nos tornar indivíduos mais livres, independentes e felizes (Strzykalski, 2019). Não é difícil compreender que, ao negar a dimensão do impossível da fruição desse gozo absoluto, o sujeito tende a sofrer ainda mais pela culpa neurótica em relação às demandas inalcançáveis de um supereu sádico (Kehl, 2009).

Pensamos que esse discurso ilusório do *gozo sem limites*, presentificado, atualmente, pela citada lógica do rendimento empresarial, também opera produzindo efeitos sobre os adolescentes e suas famílias, bem como sobre as escolas e os educadores. Em relação aos adolescentes, importa lembrar que o próprio adolecer torna-se necessário justamente porque o sujeito sofre um abalo em sua economia psíquica de gozo: ele é confrontado com a ausência de um gozo total, sem limites. Contudo, se foi exatamente a promessa de completude que sustentou as renúncias pulsionais durante a latência, não é de se estranhar que, durante esse trabalho de reorganização psíquica, eles, por vezes, resistam à castração (Strzykalski, 2019). Aqui, referimo-nos às condutas de risco e às transgressões, incluindo as violências direcionadas à alteridade ou ao próprio sujeito, que, não raro, são atos cuja função é tentar burlar o que foi constatado durante o golpe de real pubertário (Stevens, 2004), a saber, de que não há como gozar senão parcialmente.

No cotidiano de trabalho com as escolas, o efeito do discurso do *gozo sem limites* parece se traduzir, por exemplo, em situações nas quais as instituições ficam cada vez mais pressionadas pelo apelo a responder ao que os *consumidores* (famílias e pais) querem ouvir. Nesse contexto, nos perguntamos: afinal, qual o futuro da educação no Brasil? Em momentos anteriores, chegamos a acreditar que a tecnologia resolveria todos os problemas do ensino, da aprendizagem e da inovação. Do mesmo modo, cultivamos a ilusão de que bastaria tornar nossos jovens bilíngues que o futuro estaria resolvido; hoje, as universidades realmente de ponta querem saber de *soft skills*: empatia, ética, capacidade de escutar o outro e responsabilidade social, o que ninguém no Brasil foi capaz de prever.

Pensamos que, quando os laços sociais e educacionais se tornam dominados pela ideia de financeirização da vida, é porque estamos frente a uma espécie de suicídio da humanidade – até porque nenhuma vida dá conta dos ideais de *automaximação*. Na lógica da liturgia empresarial, além de devermos nos imunizar do fracasso, precisamos cuidar para não cair na *tanatogestão* da vida, na qual nos sentimos dispensáveis e dessubjetivados. Nesse contexto, a escola acaba funcionando como o palco em que o sentimento persistente de inadequação e fracasso se faz presente tanto para os alunos como para os educadores. Em meio a toda a banalização da educação, agrega-se, ainda, a devastação do meio ambiente, o empobrecimento da vida psíquica, a privatização e outros índices de precarização da vida que, sem dúvidas, afetam as condições psíquicas dos jovens (Perrone, 2019).

A GUIA DE CONCLUSÃO: ALGUMAS NOTAS SOBRE A ESCOLA E O DESPERTAR DO SUJEITO NA PASSAGEM ADOLESCENTE

Theodor Adorno (2003), no conhecido texto *A educação após Auschwitz*, sugere que depois do genocídio nazista, programado cientificamente para extinguir categorias de pessoas, a educação tem apenas e, fundamentalmente, uma função: a de impedir o retorno à barbárie através da emancipação do sujeito.

Tal reflexão de Adorno ganha dramaticidade em um momento no qual o Brasil parece trocar a emancipação pelo retrocesso e a educação pelas armas. Interessa-nos problematizar essa reflexão a partir do que Arendt (1988, p. 247) pontua no livro *Entre o passado e o Futuro*: “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele [...], cuidando de nossas crianças o suficiente para não abandoná-las aos seus próprios recursos [...]”.

Tal apontamento da filósofa vai ao encontro de algumas colocações feitas por Freud (1910/1969), em uma reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena, na qual tratava justamente do suicídio de adolescentes de escolas secundárias. Freud sublinhou, vivamente, que a escola deveria fazer mais do que deixar de impelir os jovens para o suicídio – argumento dos educadores da época; a escola deveria lhes transmitir a vontade de viver, pois se trata de uma época em que os sujeitos estão afrouxando os laços com os pais e precisam de um outro espaço, que não a casa e a família, para investir o seu despertar no mundo lá fora.

O tema do despertar do jovem para a vida lá fora, para a sexualidade, para a dimensão da falta e da castração pode ser tomado como a própria operação psíquica da adolescência. Vimos que é no despertar do sonho do Édipo que o sujeito toma nas mãos a responsabilidade de fazer uma versão singular de si. Nesse sentido, a adolescência talvez possa ser pensada como o verdadeiramente novo do sujeito, aquilo que esse despertar pode acrescentar como um passo além do Outro – momento de realizar um certo deciframento do enigma de quem o sonhou (Gurski, 2019c).

Assim, se os adultos de hoje produzem narrativas mórbidas e a morte da alteridade fica na ordem do dia, precisamos seguir apostando na adolescência como um tempo de despertar no qual o sujeito forja a condição de inaugurar novos possíveis a partir das diferentes formas de leitura do real que recebe como herança. Nesse sentido, o despertar da adolescência pode ser visto como um ato que carrega um efeito ético-político capaz de inscrever o singular do sujeito e, ao mesmo tempo, a dimensão coletiva dessa inscrição.

Ao entregar o seu *novo* ao mundo, na forma de desejo pela vida e pela criação, o jovem confirma a cara noção de que tudo está em transformação o tempo todo e de que a origem necessariamente não precisa ser o destino

– questão que abre a possibilidade da polissemia e da criação infinita para o sujeito e para o social.

Nesse sentido, precisamos sublinhar que apesar da potência deste momento de vida, quando, no lugar do desejo de viver da juventude de uma época, encontramos, no discurso social, a posição de deixar morrer, estamos realmente frente a um adoecimento que não é só do sujeito, mas, sobretudo e de modo anterior, do laço social.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (2003). Educação após Auschwitz. In Adorno, T. [Autor], *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra.
- Arendt, H. (2001). A crise da educação. In Arendt, H. [Autor], *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Freud, S. (1969). Breves escritos: contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In Freud, S. [Autor], *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 11. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1910)
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1930)
- Freud, S. (2010). Por que a guerra? In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1932)
- Freud, S. (2010). Psicologia das massas e análise do Eu. In Freud, S. [Autor], *Obras completas*, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1921)
- Furtado, M., & Trocoli, F. (2010). O despertar da primavera: pelos desfiladeiros da sexualidade. *Revista Graphos*, 12(1), 91-102.
- Gurski, R. (2012). *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta.
- Gurski, R. (2019a). A escuta-flânerie como efeito ético-metodológico do encontro entre Psicanálise e socioeducação. *Tempo Psicanalítico*, 51(2), 166-194. Recuperado em 02 dez. 2020 de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382019000200009&lng=pt&nrm=iso>.
- Gurski, R. (2019b). Afinal, de que adolescência falamos? [palestra]. In *II Encontro de Formação Promovido pelo Núcleo de Educação da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha*, Porto Alegre/RS, Fundação Liberato.
- Gurski, R. (2019c). Educa-me ou te mato!. *Estilos da Clínica*, 24(1), 62-70. Recuperado em 02 dez. 2020 de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v24n1/a08v24n1.pdf>>.

- Gurski, R. (2019d). I Reunião da Comissão de Prevenção da Violência Escolar. [palestra]. In *Audiência Pública para discussão do PREVINE – Protocolo de Prevenção à violência na Escola*, Porto Alegre/RS, Câmara Municipal de POA.
- Gurski, R. (2019e). O despertar da adolescência e os atuais “maníacos de morte”: questões para a educação. [palestra]. In *II Seminário Psicanálise e Educação – Adolescência hoje: questões para a educação*, Rio de Janeiro/RJ, UFF.
- Gurski, R. (2020). *A evocação do desejo de viver no laço social e o suicídio juvenil no setembro amarelo*, Portal Adverso Recuperado em 02 dez. 2020 de <<http://www.portaladverso.com.br/columnista/1697/a-evocacao-do-desejo-de-viver-no-laco-social-e-o-suicidio-juvenil-no-setembro-amarelo>>.
- Gurski, R., & Pereira, M. A. (2012). Adolescência e laço social: uma busca no tempo. *Revista Espaço Acadêmico*, 11(131), 08-16. Recuperado em 02 dez. 2020 de <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16620>>.
- Gurski, R., & Pereira, M. R. (2016). A experiência e o tempo na passagem da adolescência contemporânea. *Psicologia USP*, 27(3), 429-440. Recuperado em 02 dez. 2020 de <<https://doi.org/10.1590/0103-656420150005>>.
- Gutierra, B. (2003). *Adolescência, psicanálise e educação: o mestre “possível” de adolescentes*. São Paulo: Avercamp.
- Jaen-Varas, D., Mari, J., Asevedo, E., Borschmann, R., Diniz, E., Ziebold, C., & Gadelha, A. (2019). The association between adolescent suicide rates and socioeconomic indicators in Brazil: a 10-year retrospective ecological study. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 41(5), 389-395. Recuperado em 02 dez. 2020 de <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462019005003105&lng=en&nrm=iso>.
- Jerusalinsky, A. (2004). Adolescência e contemporaneidade. In Mello, A., Castro, A. L. S., & Geiger, M. [Orgs.], *Conversando sobre adolescência e contemporaneidade*, p. 54-65. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia 7ª Região.
- Jones, E. (1979). *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão*. São Paulo: Boitempo.

- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lacadée, P. (2012). A clínica da língua e do ato nos adolescentes. *Responsabilidades*, 1(2), 253-268.
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1969-1970).
- Lacan, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In Lacan, J. [Autor], *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1957-1958)
- Lacan, J. (2003). *Prefácio a O despertar da primavera*. In Lacan, J. [Autor], *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1974)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Seminário original de 1964)
- Manir, M. (2019). Em nome do nada. O suicídio de jovens no Brasil. *Revista Piauí*, 149, 16-21.
- Nominé B. (2001). *A adolescência e a queda do anjo*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Perrone, C. (2019). Adolescência hoje na escola [palestra]. In *II Seminário Psicanálise e Educação – Adolescência hoje: questões para a educação*, Rio de Janeiro/RJ, UFF.
- Perrone, C., & Gurski, R. (2019). A Covid-19 e a frenagem do desejo de fascismo no Brasil. *Revista Cult* [formato digital]. Recuperado em 02 dez. 2020 de <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-covid-19-e-a-frenagem-do-desejo-de-fascismo-no-brasil/>>.
- Rassial, J.-J. (1999). *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Stevens, A. (2004). Adolescência, sintoma da puberdade. Clínica do contemporâneo. *Revista Curinga*, 20, 27-39.
- Strzykalski, S. (2019). *Adolescente? Eu sou sujeito homem! Reflexões sobre uma experiência de escuta na socioeducação com jovens envolvidos com o tráfico de drogas* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicanálise: clínica e cultura, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperado em 02 dez. 2020 de <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213415>>.

WHO. World Health Organization. (2019). *Suicide in the world Global Health Estimate 2019*. Recuperado em 02 dez. 2020 de <<https://www.who.int/publications/i/item/suicide-in-the-world>>.

NOTAS

- ¹ Lacan (1964/1998, apud Stevens, 2004, p. 6) concebe a libido como um órgão “em sua dimensão mais orgânica possível, mas justamente fora do corpo, como aquilo que, do gozo, restará estrangeiro ao corpo que se torna significante, ao corpo que fala”.
- ² A expressão, que pode ser traduzida pela pergunta “Que queres de mim?”, foi trabalhada por Lacan no escrito *Subversão do sujeito e dialética do desejo do inconsciente freudiano* (1998/1960), recolhida do conto *O diabo amoroso* de Jacques Cazotte. No conto, o interrogante é proferido pelo diabo que, apresentando-se ao protagonista sob a imagem de uma bela mulher, consegue seduzi-lo. Desde a literatura fantástica, gênero que veio marcar um contraponto radical ao empirismo que predominava na época, Lacan recorre ao interrogante “*Che voi?*” como um modo de adensar as teorizações sobre o desejo inconsciente: aquilo que se apresenta como um enigma e que, por isso mesmo, singulariza a experiência do sujeito diante do universal da lei na qual ele se insere.
- ³ Ver: <<https://veja.abril.com.br/brasil/suicidio-roupa-preta-arma-branca-semelhancas-entre-columbine-e-suzano/>>.
- ⁴ Ver: Bullying em Columbine, <<https://www.youtube.com/watch?v=rpav5AuQM60>>.
- ⁵ A expressão traduz o termo *loser*, uma expressão que significa “perdedor” e que é bastante utilizada de forma pejorativa na cultura americana.
- ⁶ Ver: <<https://www.hypeness.com.br/2019/03/bullying-abandono-e-saude-mental-os-verdadeiros-responsaveis-pela-tragedia-de-suzano/>>.
- ⁷ Ver: <<https://www.hypeness.com.br/2019/03/bullying-abandono-e-saude-mental-os-verdadeiros-responsaveis-pela-tragedia-de-suzano/>>.
- ⁸ Ver: <<https://www.hypeness.com.br/2019/03/bullying-abandono-e-saude-mental-os-verdadeiros-responsaveis-pela-tragedia-de-suzano/>>.
- ⁹ Ver: <<https://www.buzzfeed.com/br/tatianafarah/massacre-suzano-columbine-atiradores>>.
- ¹⁰ Ver: <<https://www.hypeness.com.br/2019/03/bullying-abandono-e-saude-mental-os-verdadeiros-responsaveis-pela-tragedia-de-suzano/>>.
- ¹¹ Ver: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/07/bolsonaro-assina-decreto-que-muda-regras-sobre-uso-de-armas-por-colecionadores-e-atiradores.ghtml/>>.